



Relatório de resultados
2021 Portugal

Ferramenta de autodiagnóstico de
acessibilidade para museus



Diagnóstico da
Acessibilidade nos
Museus da Rede
Portuguesa de Museus.
Direção-Geral do
Património Cultural

Edição: setembro 2021

Programa Ibermuseus
www.ibermuseus.org
www.ibermuseos.org

Ministério da Cultura, Portugal
Direção-Geral do Património
Cultural (DGPC)

Livro digital, PDF online
ISBN 978-972-776-591-1

© Textos: DGPC e Observatório
Ibero-Americano de Museus
© Fotografia da capa: Museu
Nacional Grão Vasco, Viseu, DGPC.
© Fotografias do Anexo 3: Museus
da Rede Portuguesa de Museus

Coordenação:

Teresa Mourão

Autores:

Teresa Mourão e João Herdade

Recolha e tratamento de dados:

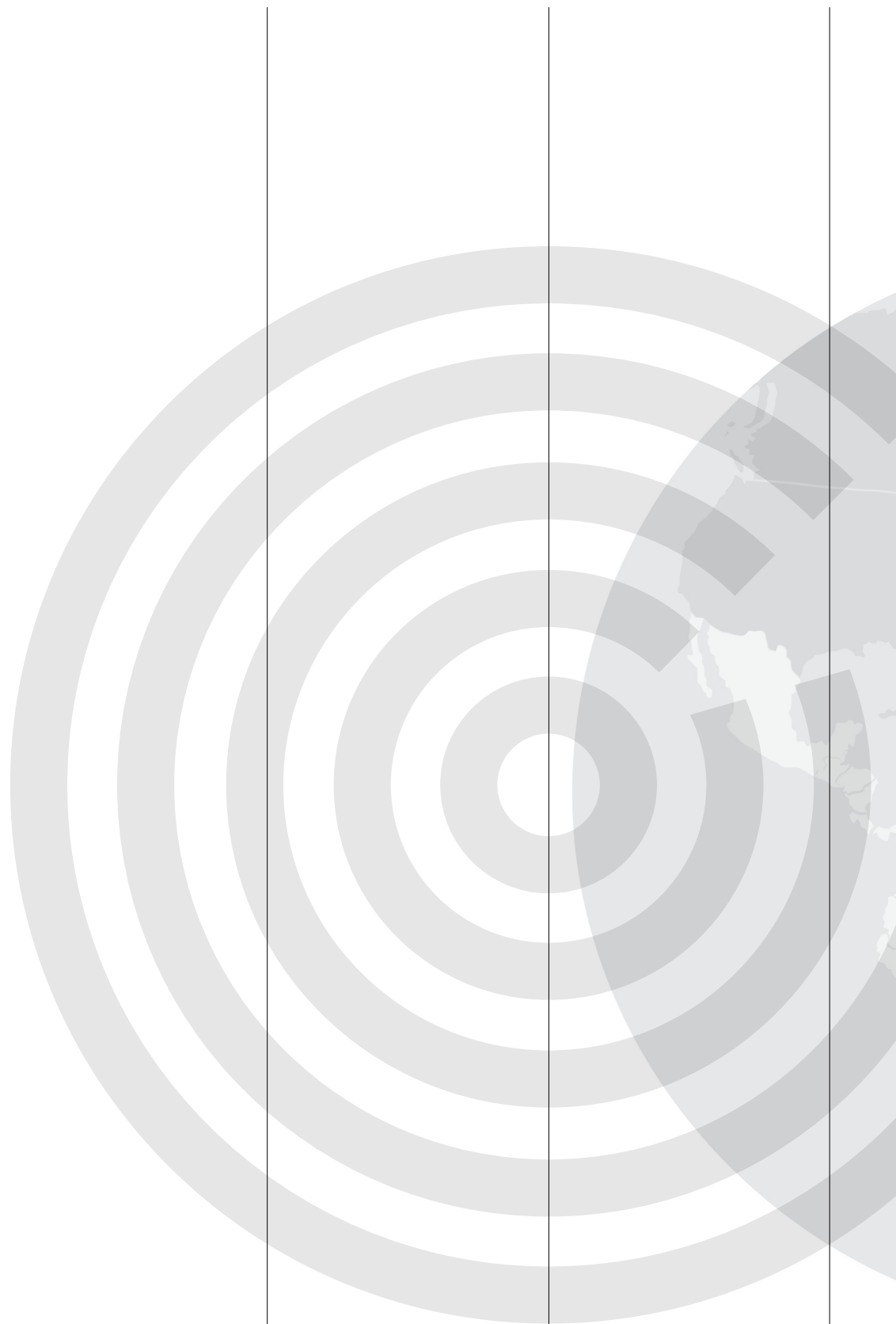
João Herdade e Rosa Fragoso

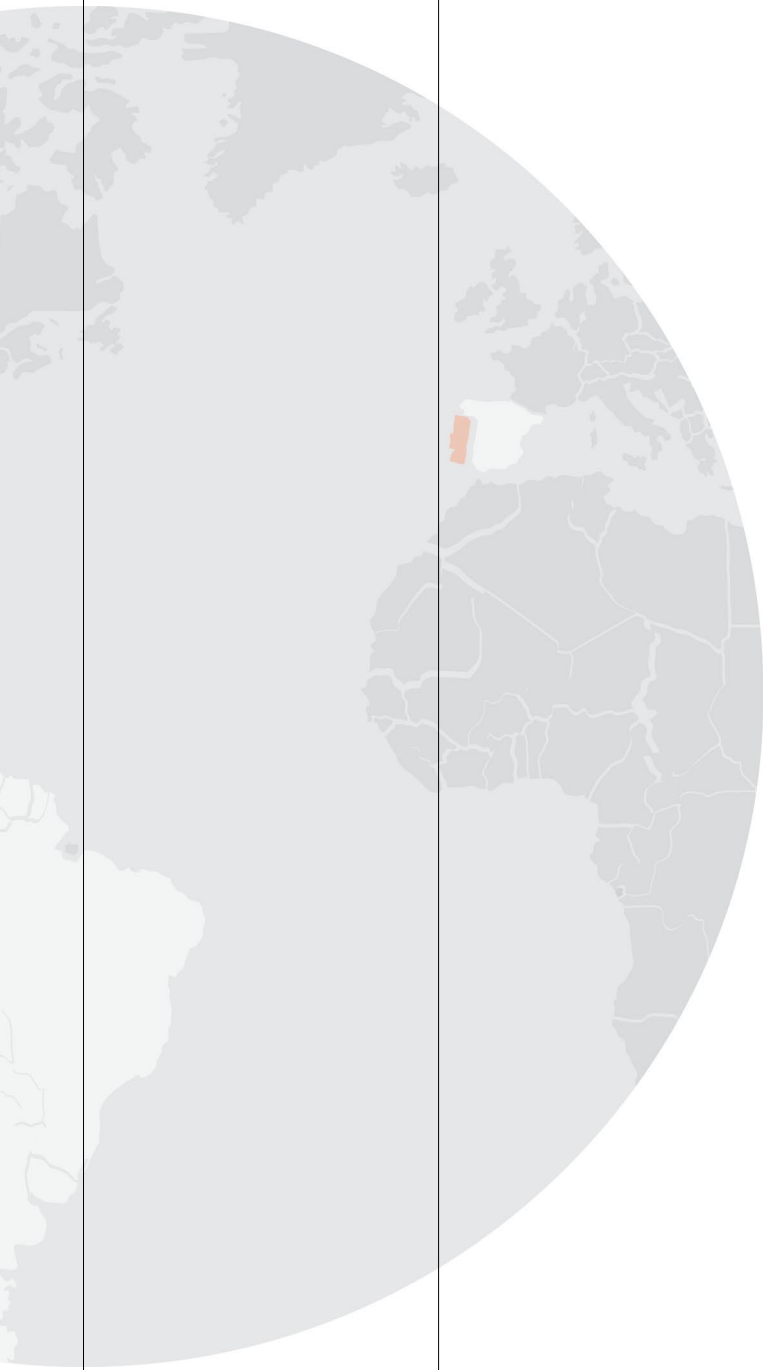
**Análise de dados e produção
dos resultados:**

Teresa Mourão, João Herdade e
Rosa Fragoso

Análise estatística:

Jorge Santos e Nuno Fradique





Estudo desenvolvido pelo Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direção-Geral do Património Cultural no âmbito da representação de Portugal no Observatório Ibero-Americano de Museus do Programa Ibero-museus.

Este relatório apresenta os resultados do diagnóstico de acessibilidade dos 156 museus que integravam a Rede Portuguesa de Museus em 2020, realizado a partir da ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus desenvolvida pelo Observatório Ibero-Americano de Museus do Programa Ibero-museus. O projeto foi realizado no contexto da cooperação na região e visa promover a eliminação de barreiras e a inclusão nas instituições museológicas Ibero-Americanas.



Índice

05	Prefácio
08	Apresentação e fundamentos do projeto
08	Antecedentes
09	Desenvolvimento da ferramenta de autodiagnóstico
10	Aplicação da ferramenta de autodiagnóstico
12	Acessibilidade nos museus em Portugal
14	Regulamentos legais sobre acessibilidade em Portugal relacionados com museus
16	A Direção-Geral do Património Cultural e os antecedentes em matéria de acessibilidade
20	A Rede Portuguesa de Museus e os museus RPM
24	Aspetos metodológicos
27	Resultados
27	Análise global
33	Análise por temas
42	Sugestões de melhoria
44	Museu em destaque
47	Boas práticas
54	Conclusões e recomendações
59	Glossário
63	Bibliografia
69	Anexo 1 - Questionário
87	Anexo 2 - Diagnóstico de avaliação da acessibilidade por museu
166	Anexo 3 - Fichas de exemplos de boas práticas



Prefácio

A Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que na região Ibero-Americana vivam cerca de 90 milhões de pessoas com deficiência e, apesar de haver já grandes melhorias no sentido da integração plena, são muitos os desafios para alcançar uma sociedade sem barreiras. A celebração de alianças entre países e a definição de marcos globais que pautem objetivos e metas comuns revelam-se fundamentais para obter resultados significativos em matéria de inclusão e acessibilidade.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada posteriormente por todos os países Ibero-Americanos, representou uma mudança paradigmática na promoção e proteção da igualdade de todas as pessoas, envolvendo ativamente os governos e estimulando a criação de organismos dedicados à promoção da igualdade de direitos. Como consequência, os progressos foram notáveis e determinaram a integração do tema nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, cujo lema “Que ninguém fique para trás” é revelador do empenho em promover a plena inclusão.

No âmbito da Conferência Ibero-Americana, realizaram-se várias Cimeiras sobre o tema da deficiência. Foi o caso da XIII Cimeira de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia, 2003), que adotou o lema “Inclusão social, motor do desenvolvimento da Comunidade Ibero-Americana”, as realizadas em 2007 (XVII) em Santiago de Chile (Chile) e em 2010 (XX) em Mar de Plata (Argentina), cujos *slogans* proclamavam “Coesão social e políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na América Latina” e “Educação para a Inclusão Social”, respetivamente, e a Cimeira recentemente realizada em La Antigua, Guatemala (XXVI, 2018) com o tema “Uma América Latina próspera, inclusiva e sustentável”.

Estes princípios estão subjacentes, de forma inequívoca, ao trabalho de Programas Ibero-Americanos como o Ibermuseus, cujo Objetivo Estratégico 2 (Fortalecimento da função social dos museus) contempla a promoção da inclusão de grupos historicamente excluídos, incluindo grupos étnico-raciais, mulheres e pessoas com deficiência. Com esta premissa, o Ibermuseus incorpora, transversalmente e na globalidade do seu trabalho, uma perspetiva integradora que incentiva a eliminação de barreiras, tendo concebido um projeto específico centrado na promoção da acessibilidade das instituições museológicas Ibero-Americanas.

Museu Nacional de
Arqueologia, Lisboa.
Exposição temporária Loulé,
territórios, memórias e
identidades. Exposição multi-
sensorial com percurso tátil.



Neste contexto, o Programa Ibermuseus, através do seu Observatório Ibero-Americano de Museus (OIM), elaborou uma *ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus* que permite às instituições proceder à autoavaliação de acessibilidade e que, simultaneamente, sensibiliza para aspetos essenciais da matéria, ainda que tendo consciência que a instalação de muitos museus em edifícios com proteção patrimonial seja uma condicionante à plena inclusão.

Com efeito, melhorar a acessibilidade nos museus tem sido considerado um objetivo fundamental do Ibermuseus, incluindo-se neste âmbito não apenas a acessibilidade do espaço, de circulação e de exposição, mas também dos acervos, dos programas e das atividades promovidas pelos museus, tendo por base um conceito de acessibilidade alargado não só a aspetos físicos e arquitetónicos, mas também intelectuais, cognitivos, emocionais e sensoriais.

De acordo com a abordagem seguida neste estudo, e seguindo premissas já enunciadas em 2017 pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) de Portugal, a acessibilidade é a capacidade de um determinado meio para proporcionar a todos igualdade de oportunidades de participação de um modo direto, imediato, permanente e autónomo em todas as áreas da vida em sociedade. O conceito assenta nos princípios do *design for all* (ou desenho universal), sendo o termo desenho entendido como a conceção de equipamentos, produtos e serviços e o termo universal entendido como o que atende às necessidades de todas as pessoas, independentemente de sua estatura, condição de saúde ou faixa etária.

É, portanto, uma abordagem centrada nos direitos da pessoa¹.

No entanto, é reconhecido que numerosos obstáculos impedem a acessibilidade e a plena fruição do património musealizado, seja devido a barreiras arquitetónicas no edifício e percurso expositivo, seja devido a deficiências de comunicação diversas que se revelam na documentação de apoio e contextualização de exposições e iniciativas, na sinalização, ou até mesmo na identificação dos objetos.

Este projeto do OIM constitui um primeiro passo conjunto a nível da região Ibero-Americana no sentido de apontar caminhos para ultrapassar obstáculos à acessibilidade, na medida em que pretende traçar um diagnóstico inicial da acessibilidade nos museus da Ibero-América e apontar recomendações e boas práticas com o objetivo de melhorar as condições de acolhimento dos visitantes e de propor novas e mais participadas leituras e contatos com os museus e seus acervos.

1. Para uma visão mais completa veja-se o Relatório final do Estudo diagnóstico sobre a acessibilidade dos imóveis afetos à DGPC em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/relatorio_final_estudo_acessibilidade_1a_parte_31_05_2017.pdf e outras publicações sobre esta matéria em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publicos/acessibilidade/publicacoes/>.



Apresentação e fundamentos do projeto

Antecedentes

O Programa Ibero-Americano sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicado em 2019 pelo Secretariado-Geral Ibero-Americano, ressaltou o facto de as barreiras de acessibilidade, tal como as atitudes adotadas para com a população com deficiência, serem obstáculos que marginalizam mais de 80% das pessoas com deficiência na Ibero-América.

Consciente da gravidade desta situação e com a firme intenção de contribuir para a construção de instituições abertas e democráticas, onde a inclusão total possa ser uma realidade, o Programa Ibermuseum havia já iniciado o trabalho de criação de um instrumento de diagnóstico que permitisse avaliar a acessibilidade das instituições museológicas para promover as boas práticas no terreno e ajudar a eliminar as barreiras existentes. O Plano Estratégico 2020-2023 do Programa contemplou, igualmente, a promoção da acessibilidade (arquitetónica, cognitiva e comunicacional) como um dos eixos estratégicos.

Embora esta linha de trabalho tenha sido reforçada nos últimos anos, a



Museu Nacional
dos Coches, Lisboa,
Exposição permanente

abordagem da inclusão como objeto de estudo e como parte integrante do trabalho do Programa Ibermuseum foi efetivamente anterior.

É paradigmático o projeto “Registo de Museus Ibero-Americanos” que, desde a sua origem, contemplou conteúdos relacionados com a inclusão, tal como dados sobre a acessibilidade das instalações dos museus para pessoas com deficiência e referências às línguas em que a informação é disponibilizada.

Desenvolvimento da ferramenta de autodiagnóstico

O projeto relativo à elaboração da ferramenta de autoavaliação de acessibilidade resultou de uma estreita colaboração entre o OIM e a DGPC de Portugal, membro do Programa Ibermuseum e representante no OIM.

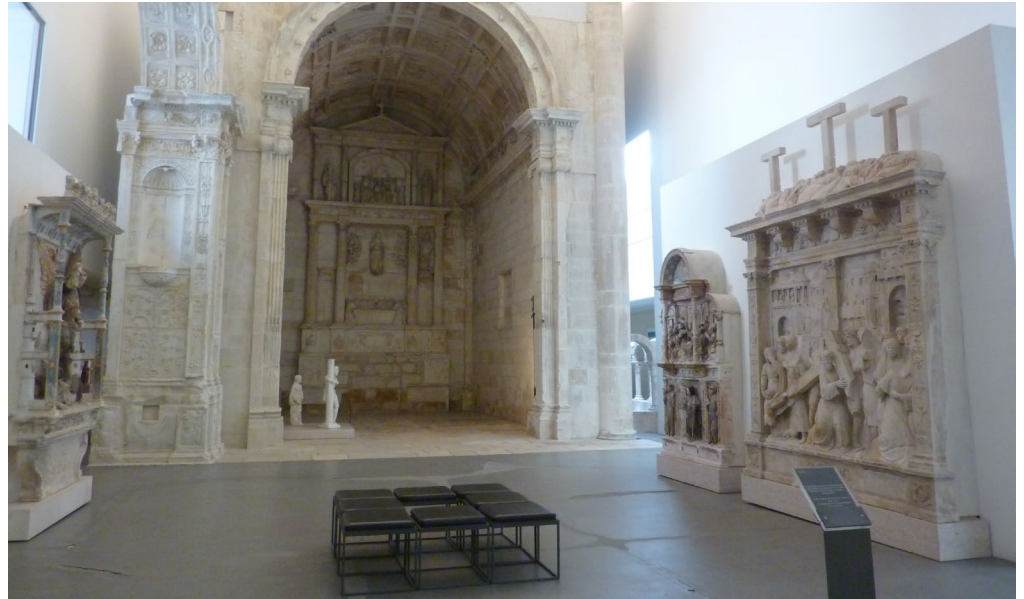
O processo de criação da ferramenta contemplou as fases de investigação, de análise e síntese, seguidas do desenvolvimento tecnológico *ad-hoc* tendo em vista conceber uma ferramenta que aprofundasse de forma rigorosa os aspetos a ter em consideração na avaliação de uma instituição museológica, mas que, simultaneamente, fosse de fácil utilização e compreensão pelos museus de uma região tão plural e diversa como é a Ibero-Americana.

Com base nestes pressupostos e no trabalho anteriormente desenvolvido pela DGPC, foi criado um questionário simples composto por 43 questões estruturadas em 10 temas a avaliar: edifício, localização, exposições, comunicação, segurança, consultoria, formação, emprego, avaliação e gestão. Foram, ainda, contempladas secções que permitem aos museus apresentar sugestões de melhoria e exemplos de atividades para divulgação de boas práticas.

Com o objetivo de contribuir para a promoção do conhecimento sobre o assunto e auxiliar o processo de preenchimento do questionário, foi incluído um glossário com referência ao manual de boas práticas “Exhibitions for All. A practical guide to designing inclusive exhibitions” dos National Museums of Scotland².

Como resultado, a ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade encontra-se disponível em espanhol, português de Portugal e português do Brasil através do link <http://diagnosticos.ibermuseus.org/> e pode ser utilizada por três tipos de utilizadores - museus, países, Ibermuseum - permitindo assim três níveis de acesso à informação.

2. Ver https://www.rnib.org.uk/sites/default/files/EXhibitions_for_all_NMScotland.pdf



Desta forma, para além de constituir um instrumento útil para os próprios museus, disponibilizando diretamente os resultados do seu autodiagnóstico (por temas e visão global), permite aos responsáveis de cada país obter dados quantitativos e qualitativos de um conjunto de museus e, assim, conhecer o estado da questão em relação à acessibilidade nas instituições do país e produzir estudos globais e comparativos. O Programa Ibermuseus pode, ainda, realizar um diagnóstico global do estado da acessibilidade da região com base nos dados recolhidos nos museus do conjunto dos países participantes.

Com efeito, este recurso constitui-se como um importante instrumento para a sensibilização e a avaliação quantitativa e qualitativa do grau de acessibilidade dos museus, bem como para a promoção das boas práticas inclusivas.

A partir do diagnóstico e conseqüente conhecimento das melhorias a implementar, é possível planificar as ações necessárias para democratizar o acesso e a fruição das instituições museológicas, sendo que as ações se podem traduzir na adoção de medidas simples e contribuir para incentivar os governos a desenvolver políticas públicas de promoção da acessibilidade, não tendo, necessariamente, que envolver grandes investimentos ou ter impacto a nível da conservação do imóvel e das suas coleções.

Aplicação da ferramenta de autodiagnóstico

A definição do universo de estudo em cada país resultou dos acordos estabelecidos pelos membros da equipa técnica do OIM, durante a reunião

realizada em 2019, em Lisboa, no âmbito do fórum da II Semana do Ibermuseus. Nestas sessões de trabalho foram estabelecidas as bases e as etapas da futura investigação conjunta que, além de contribuir para o reforço das alianças entre países e das redes de cooperação multilateral, potencia o trabalho em prol da democratização do acesso, permitindo que qualquer pessoa possa participar na vida dos museus e expandindo a experiência do indivíduo através da sua integração na comunidade.

Em Portugal, o universo selecionado foi o dos museus que integravam a Rede Portuguesa de Museus (RPM). O presente relatório apresenta os resultados do diagnóstico realizado aos museus que integravam a RPM em 2020, procurando divulgar o estado de acessibilidade dos museus integrados nesta rede de abrangência nacional.

O questionário de autoavaliação foi aplicado a partir da ferramenta informática desenvolvida pelo OIM, tendo sido preenchido diretamente na plataforma *online* pelos responsáveis dos museus durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2020.



Acessibilidade nos museus em Portugal

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, adotada em Nova Iorque em 30 de março de 2007 e aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, em 7 de maio de 2009, foi ratificada por Decreto do Presidente da República Portuguesa n.º 71/2009, em 30 de julho de 2009. Como em outros países, a adesão de Portugal a esta Convenção contribuiu decisivamente para potenciar o desenvolvimento de políticas públicas que visam garantir a plena inclusão de pessoas com deficiência em todas as dimensões da vida e da participação de cidadania.

O presente estudo de acessibilidade dos Museus da Rede Portuguesa de Museus (RPM) enquadra-se na estratégia de melhoria da acessibilidade e inclusão dos museus portugueses, que têm vindo a ser requalificados desde os anos 80 do século passado, no contexto da política museológica nacional executada pela DGPC e pelas instituições do Ministério da Cultura que a antecederam.

Com efeito, a estratégia de promoção da acessibilidade nos museus representa um enorme desafio, já que em grande parte dos museus portugueses, nomeadamente nos museus tutelados pela Administração Central do Estado e pela DGPC, a acessibilidade é condicionada pelo fato de estarem instalados em edifícios históricos e, por isso, sujeitos a legislação especial que justifica as dificuldades em compatibilizar “conservar e tornar acessível” dentro dos designados ajustes razoáveis.

Salienta-se, neste aspeto, a publicação de referência editada, em 2004, pelo Instituto Português de Museus (IPM) e intitulada de “Museus e Acessibilidade” da coleção Temas de Museologia³, que constituiu um importante manual sobre acessibilidade.

Numa ótica de política nacional mais abrangente, ressalta-se que a acessibilidade é um objetivo e uma prioridade do atual Governo Português, tendo sido lançados, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020, de 4 de fevereiro, os trabalhos para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, um dos principais compromissos inscritos no Programa do XXII Governo Constitucional e que tem como objetivo a promoção de uma sociedade mais

3. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publicos/acessibilidade/publicacoes/>.

igualitária e coesa. Destaque-se, ainda, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto de 2021, que aprovou a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025.

Em termos de enquadramento institucional, importa referir, ainda, outras instituições públicas portuguesas, grupos de trabalho interministeriais e outros projetos com responsabilidades na área das acessibilidades:

- O Instituto Nacional de Reabilitação (INR) é a entidade responsável pela fiscalização do cumprimento das normas de acessibilidade nos edifícios em Portugal;
- A Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA) é um grupo interministerial criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020, de 5 de fevereiro de 2020, para “promover a adaptação dos edifícios e colaborar na implementação das normas técnicas de acessibilidade..., formular recomendações aos municípios com vista à adaptação dos espaços, instalações e edifícios”;
- A constituição de equipas técnicas de promoção da acessibilidade (ETPA), a quem compete realizar as ações necessárias ao cumprimento, no respetivo património edificado, das normas técnicas de acessibilidade constantes, tendo sido a DGPC designada como coordenadora da ETPA da Cultura por despacho da Secretária de Estado da Cultura de 2019.



Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Exposição Joan Miró

Regulamentos legais sobre acessibilidade em Portugal relacionados com museus

A lei portuguesa dá o enquadramento necessário à promoção da acessibilidade, com inúmeros diplomas aprovados desde 2003, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, que se relacionam com o direito de todos ao acesso à educação, à cultura e à fruição do património:

- 1978** Declaração Universal dos Direitos do Homem publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 2004** Lei n.º 47/2004. Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses.
- 2006** Lei n.º 46/2006. Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.
Decreto-lei n.º 163/2006. Define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais.
- 2007** Lei n.º 67/2007. Aprova o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007. Aprova o Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade (PNPA).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007. Aprova o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), desenvolvido para o horizonte temporal 2006 – 2015.
- 2009** Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009. Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007.
Decreto do Presidente da República Portuguesa n.º 71/2009 de 30 de julho de 2009 que ratifica a Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009 que aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas.
- 2012** Resolução da Assembleia da República n.º 131 e 132/2012. Recomenda ao Governo uma estratégia para promover o turismo acessível em Portugal.

- 2013** Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013. Aprova a revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2013- 2015.
- 2017** Decreto Lei 125/2017, de 4 de outubro, que cria a Comissão para a Promoção das Acessibilidades com o objetivo de realizar o diagnóstico da situação atual das acessibilidades nos edifícios.
- 2020** Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020, de 4 de fevereiro, que aprova os trabalhos para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, um dos principais compromissos inscritos no Programa do XXII Governo Constitucional.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020, de 5 de fevereiro de 2020, que cria a Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA).
- 2021** Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto de 2021. Aprova a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025.



A Direção-Geral do Património Cultural e os antecedentes em matéria de acessibilidade

A **Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)** é um serviço central da administração direta do Estado tutelado pelo Ministério da Cultura. Criada pelo Decreto-Lei n.º 115/2012, tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do país, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.

Da enorme amplitude de atribuições que lhe estão cometidas, deverá ser destacado o papel normativo, regulador e promotor de boas práticas e proteção legal nas áreas do património imóvel, móvel e imaterial e que desenvolve em articulação com as Direções Regionais de Cultura, assim como as funções de gestão das mais relevantes unidades patrimoniais do Estado Português onde se incluem Museus Nacionais, Palácios Nacionais e Monumentos classificados como Património Mundial pela UNESCO. A DGPC tem a seu cargo a gestão direta de 25 museus, palácios e monumentos, onde se incluem 5 monumentos inscritos na lista do património mundial da UNESCO, e é a entidade responsável pela coordenação da Rede Portuguesa de Museus (RPM).

No âmbito da matéria em apreço destacam-se as atribuições e competências da DGPC no que se refere ao setor dos museus e mais concretamente à RPM: propor e executar a política museológica nacional; promover a qualificação e credenciação dos museus portugueses; superintender, reforçar e consolidar a RPM; assegurar a gestão das instituições museológicas dependentes e coordenar a execução da política de conservação, salvaguarda e restauro de bens culturais móveis e móveis integrados; definir e difundir metodologias e procedimentos, no âmbito das diversas componentes da prática museológica; gerir os sistemas de informação sobre museus, sobre bens culturais móveis e integrados e sobre intervenções de conservação e restauro, tendo em vista a constituição de um sistema nacional de informação sobre património cultural móvel; fiscalizar o cumprimento, por parte dos museus que integram a RPM, dos requisitos de credenciação; definir e difundir metodologias e procedimentos, no âmbito da salvaguarda e valorização dos bens culturais móveis, das diversas componentes da prática museológica, bem como autorizar, acompanhar e supervisionar tecnicamente os projetos de intervenção em património cultural móvel nas áreas da salvaguarda, conservação e restauro; dar cumprimento às normas da lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural,

da Lei Quadro dos Museus Portugueses e demais legislação complementar, no âmbito do património cultural móvel.

Herdando os compromissos e atribuições dos anteriores organismos responsáveis pela política museológica nacional, a DGPC é responsável pela execução das atribuições relativas à RPM que se encontram definidas na Lei Quadro dos Museus Portugueses, ou seja, a articulação entre museus da RPM, a instrução do procedimento de credenciação de museus e de cancelamento da credenciação, a divulgação dos museus credenciados, a publicação de Relatório anual com avaliação dos museus da RPM numa ótica de monitorização do seu desempenho, qualidade e eficiência, a concessão de outros apoios financeiros pela administração central do Estado. A estrutura nuclear da DGPC foi definida através da Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, com uma primeira alteração determinada pela Portaria n.º 263/2019, de 26 de agosto, na qual as competências relativas à RPM foram afetas ao Departamento de Museus, Conservação e Credenciação (DMCCO), unidade orgânica responsável pelo presente estudo.

Salienta-se, neste contexto, que a DGPC, tal como as instituições que a antecederam, tem vindo a privilegiar o tema da acessibilidade na programação anual da formação da RPM. Este programa de formação é dirigido a profissionais de museus com o pressuposto que a formação é um eixo de atuação estruturante preconizado nas linhas programáticas da RPM e que visa contribuir para a qualificação do pessoal ao serviço dos museus portugueses e estimular as boas práticas em áreas estruturais da atividade museológica e, dessa forma, contribuir para a qualificação do tecido museológico nacional.

Entre 2004 e 2019 foram realizados cerca de 20 cursos sobre acessibilidade e inclusão, abrangendo também nesse âmbito a temática da museografia e desenho de exposições. Entre estes cursos, salientam-se as 3 sessões intituladas de “Acessibilidade nos Museus RPM”, realizadas em 2019, que corresponderam à



Museu Nacional
Machado de Castro,
Coimbra

formação prática para utilização da ferramenta de autoavaliação da acessibilidade e que permitiram aos museus da Rede responder ao levantamento de dados que a DGPC promoveu no âmbito da atividade do Observatório Ibero-Americano de Museus que são apresentados no presente relatório.

A participação da DGPC, através do DMCC, na conceção da ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidades do Programa Ibermuseum e a respetiva aplicação, tem como antecedente direto o trabalho anterior desenvolvido em Portugal pela DGPC, nomeadamente o “Estudo sobre a acessibilidade nos imóveis afetos à DGPC”, que foi executado por uma equipa multidisciplinar do Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização, entre 2014 e 2017, e cujas conclusões estão disponíveis *online*⁴.

Neste estudo, a acessibilidade foi abordada como um tema global com múltiplas facetas, transversal na vida das instituições, abrangendo todos os setores de atividade e também todos os funcionários. Ressalte-se que, como as boas práticas internacionais recomendam, o conceito de acessibilidade contempla muitos outros aspetos para além do acesso físico.

A análise efetuada teve como objetivo central identificar os principais obstáculos à acessibilidade, formular sugestões para os ultrapassar e definir prioridades de ação para apoiar a escolha de futuros investimentos tendo em vista a melhoria das condições de visita aos monumentos, palácios, museus e sítios arqueológicos públicos.

Tratou-se, efetivamente, de um estudo inovador, a nível nacional e internacional, sobre as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou incapacidade às áreas visitáveis dos 23 imóveis afetos à DGPC, incluindo neste universo equipamentos culturais de características diversas: monumentos, palácios, museus e sítios arqueológicos.

Refira-se, em síntese, que os resultados do estudo demonstram que a avaliação da acessibilidade nos imóveis afetos à DGPC ficou aquém da desejável meta dos 50% de Cumprimento de Normas e Boas Práticas de Acessibilidade (CNBP), registando uma percentagem média global de 36% (valores ponderados). Dos temas a necessitar de melhoria no investimento elencam-se, por ordem de prioridade: Formação (avaliação média de 9% de CNBP), Consultoria (14% de CNBP) e Emprego (14% de CNBP), Gestão (25% de CNBP), Comunicação (30% de CNBP), Avaliação (38% de CNBP) e Segurança (39% de CNBP).

Para tal avaliação e produção de respetivo diagnóstico foi criado um ficheiro em formato Excel com um conjunto de grelhas de recolha de dados denominado de

4. Ver relatório final em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/relatorio_final_estudo_acessibilidade_1a_parte_31_05_2017.pdf

Palácio Nacional da Ajuda,
Lisboa, Exposição D. Maria II



“MATRIZ”⁵. Esta ferramenta veio a ser aplicada em Portugal, posteriormente, em diversas sedes para avaliação aprofundada da acessibilidade de entidades culturais.

Destaca-se a sua aplicação continuada e regular, a partir de 2017, pelo DMCC da DGPC nos processos de credenciação de museus com vista à sua integração na Rede Portuguesa de Museus. Serviu, também, como ferramenta de avaliação da acessibilidade dos 109 imóveis de entidades tuteladas pelo Ministério da Cultura, que incluem museus, monumentos, sítios arqueológicos, teatros, cinemas, bibliotecas e arquivos. Muitas outras entidades têm adotado a Matriz de acessibilidade da DGPC para avaliar os seus serviços, como são os casos, por exemplo, da Rede de Bibliotecas da Câmara Municipal de Oeiras, do Castelo de S. Jorge em Lisboa, do Museu Municipal de Faro, do Teatro Nacional de D. Maria II e dos equipamentos candidatos de diversas autarquias ao financiamento do Programa EEAGrants⁶.

Finalmente, importa destacar que foi com base neste trabalho prévio de Portugal que o OIM, em estreita colaboração com a DGPC, desenvolveu a aplicação *online* sob forma de questionário simplificado, seguindo os 10 temas definidos e reduzindo o número de questões de 905 para apenas 43 perguntas.

Os resultados obtidos no referido estudo de 2017 não são, porém, diretamente comparáveis com os resultados do presente diagnóstico, uma vez que, além de versarem um universo diferente e uma análise mais aprofundada dos temas, uma das variáveis importantes tidas em conta na produção dos valores finais da avaliação na grelha mais alargada da DGPC e que não foi considerada neste diagnóstico é a área dos diferentes espaços analisados.

5. Disponível online em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publicos/acessibilidade/estudos/>.

6. <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/eea-grants/>

A Rede Portuguesa de Museus e os museus RPM

A Rede Portuguesa de Museus é um sistema organizado de museus baseado na adesão voluntária e configurado de forma progressiva, podendo integrar novos museus a qualquer momento e é, por isso, uma realidade evolutiva e não estática ou fechada. Tem abrangência nacional e visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.

A RPM é composta pelos museus que a integram e a riqueza do seu universo reside na diversidade de tutelas, de coleções, de espaços e instalações, de atividades educativas e culturais, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão. A Rede promove a valorização de cada museu que a integra e, simultaneamente, sustenta a sua força estratégica no conjunto dos museus que a constituem.

Como símbolo de qualidade, de profissionalismo e de rigor na prática museológica, o reforço da RPM e a garantia da oferta de serviços qualificados que vão ao encontro da procura do público, concorrem para uma crescente importância dos museus enquanto agentes facilitadores da mudança social e catalisadores do desenvolvimento cultural, económico e social do país.

Apresenta-se, seguidamente, uma caracterização dos museus da RPM, tendo por base os 156 museus que a integravam em 2020, de acordo com as variáveis: região, concelho, tutela, tipo de museu, ano de abertura e ano de integração na RPM.

No que diz respeito à distribuição dos museus por região, constata-se que se encontram museus em todas as regiões do território nacional. No entanto, verifica-se uma maior concentração nas regiões Norte (33%) e Área Metropolitana de Lisboa (28%). Com percentagens mais baixas encontram-se as regiões do Algarve (3%) e dos arquipélagos da Madeira (5%) e Açores (6%).

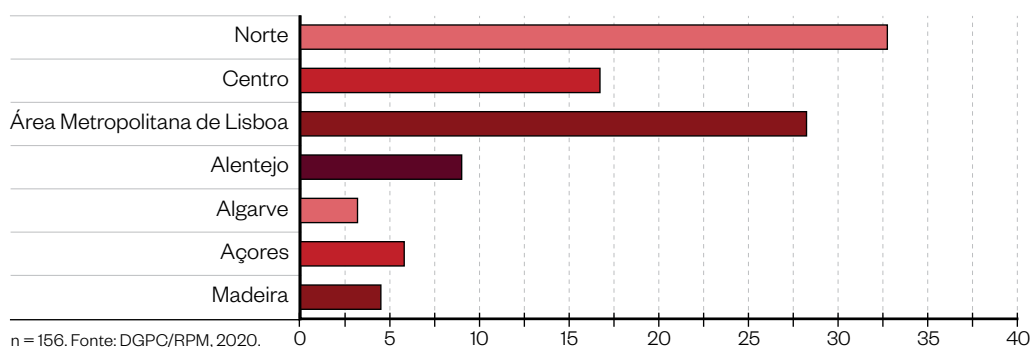


Gráfico 1. Museus por Região (%)

n = 156. Fonte: DGPC/RPM, 2020.

Em relação à localização geográfica dos museus da RPM, se por um lado se verifica a descentralização dos museus por todo o território, por outro lado, constata-se uma certa concentração na faixa litoral, sobretudo da Área Metropolitana de Lisboa para norte.

São 86 os concelhos com museus RPM. Em 65 dos concelhos apenas existe um museu integrado, enquanto nos restantes 21 existem dois ou mais museus. Os concelhos com mais número de museus são Lisboa (22), Porto (15) e Sintra (9).

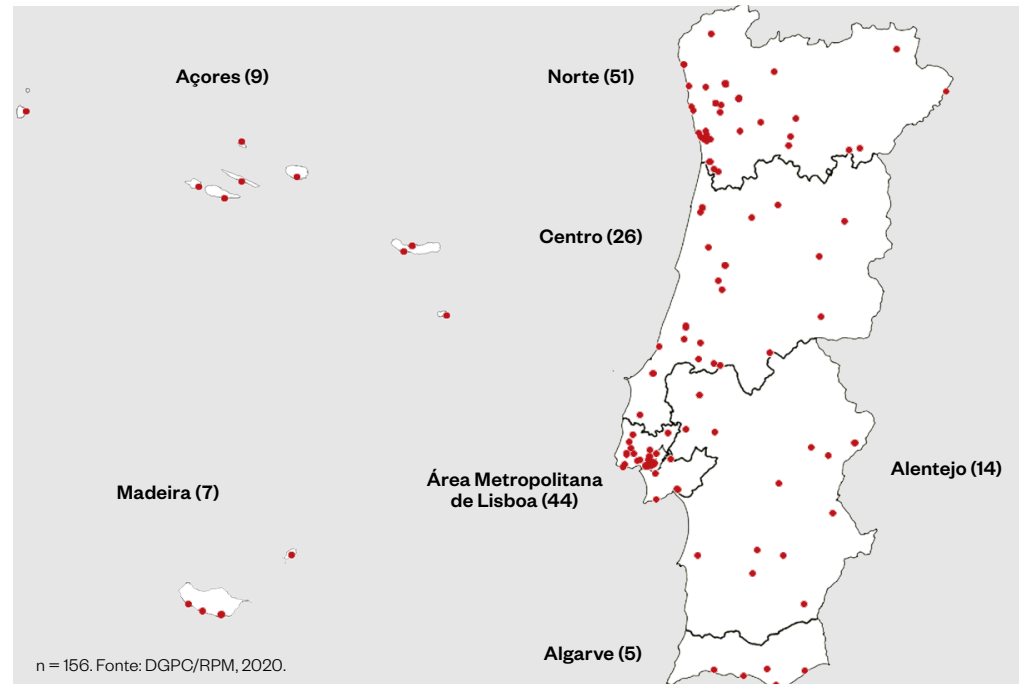


Figura 1. Museus por localização geográfica (n)

Em relação à dependência institucional, constata-se que os museus são na sua grande maioria de tutela pública (83%), sobressaindo nestes os dependentes da Administração Local, em especial dos municípios (44%). Ainda no setor público é o Ministério da Cultura a segunda tutela com maior representação (18%), a que se segue Outras da Administração Central (empresas públicas, universidades e outros ministérios e organismos do Estado) com 12% e os Governos Regionais que tutelam 9% dos museus. Nos privados, com uma expressão de 17%, destacam-se as fundações e associações, com 8% e 5%, respetivamente.

Tutela	%
Ministério da Cultura	17,9
Outras Administração Central	11,5
Empresa Pública ou Sociedade Anónima Pública	4,5
Universidade Pública	3,2
Outros Ministérios e Organismos do Estado	3,8
Governos Regionais	9,0
Governo Regional Açores	5,1

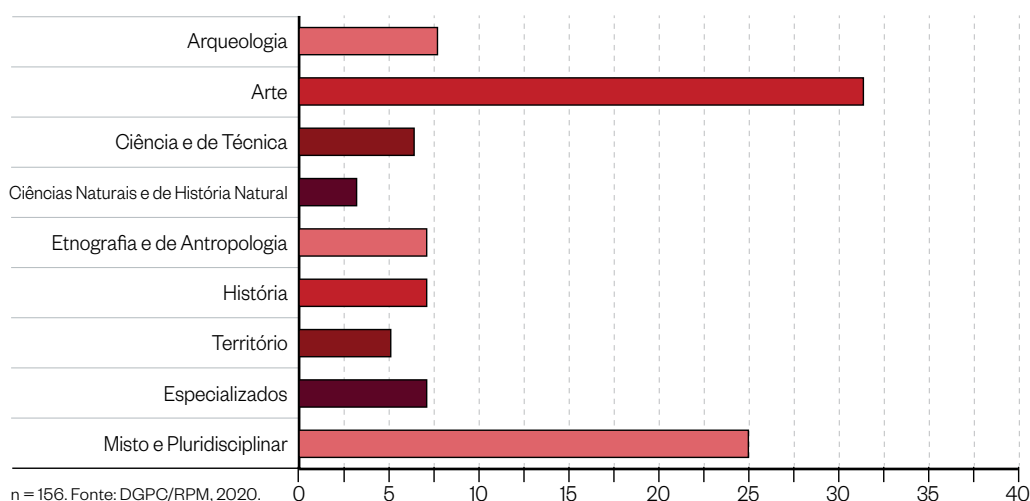
Quadro 1. Museus por Tutela (%)

Tutela	%
Governo Regional Madeira	3,8
Administração Local	44,2
Câmara Municipal	42,9
Empresa Municipal	0,6
Junta de Freguesia	0,6
Privada	17,3
Fundação	7,7
Associação	5,1
Igreja Católica	3,2
Misericórdia	1,3
Total	100,0

n = 156. Fonte: DGPC/RPM, 2020.

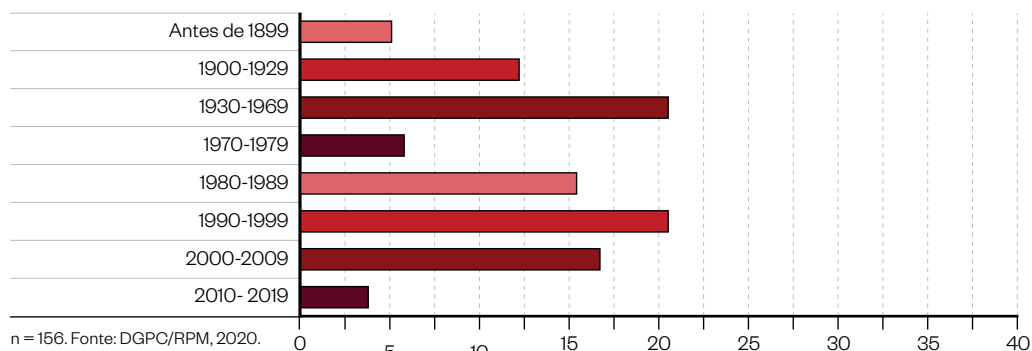
Quanto ao tipo, importa referir a diversidade representada entre os museus da RPM. Verifica-se que os principais tipos de museu são os de Arte e os Mistos e Pluridisciplinares, com 31% e 25%, respetivamente. Juntos representam mais de metade dos museus da RPM. Com percentagens inferiores (abaixo dos 8%) encontram-se os restantes tipos, salientando mesmo assim os de Arqueologia (8%), Etnografia e de Antropologia, História e Especializado, todos com 7%.

Gráfico 2. Museus por Tipo (%)



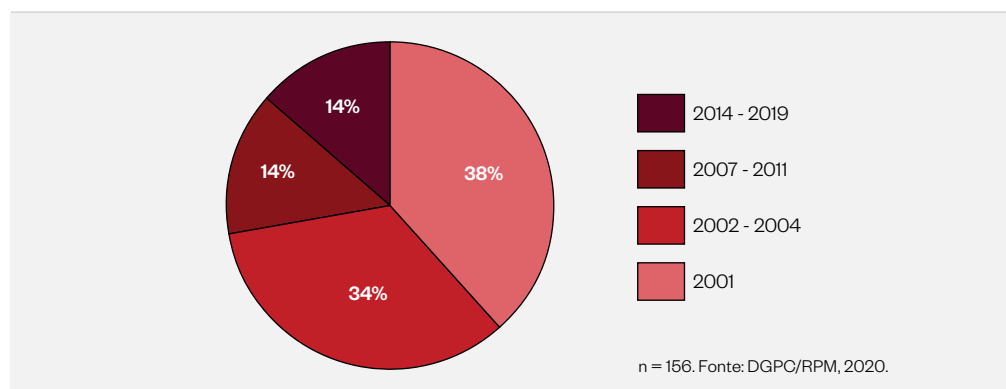
Numa análise segundo o ano de Abertura, salienta-se a relativa juvenildade dos museus que integram a RPM, uma vez que 41% abriu ao público a partir dos anos noventa. Por período, são dois os que apresentam a maior percentagem, 1930-1969 e 1990-1999, ambos com 21%, respetivamente. Destaca-se igualmente o peso dos que abrem nos anos 2000-2009 (17%) e na década de oitenta (15%)

Gráfico 3. Museus por Abertura (%)



Relativamente à respetiva integração na RPM⁷, constata-se que a grande maioria dos museus entrou na Rede durante os primeiros anos da sua existência. No ano de 2001 integraram 39% e no período entre 2002 e 2004, 34% de museus, o que denota um rápido crescimento em termos do número de museus (em 2004 eram 113). Os restantes museus entraram já depois da Lei-Quadro dos Museus e de acordo com os requisitos de credenciação, representado 14% no período 2007 e 2011 e igual percentagem entre 2014 e 2019.

Gráfico 4. Museus por Ano de integração na RPM (%)



⁷ Refira-se que foram quatro os tipos de modalidades através das quais os museus foram integrando a RPM: inerência (2001 e 2007), protocolo (2002), candidatura de adesão (entre 2001 e 2004) e candidatura de credenciação (desde 2007). Um maior desenvolvimento desta matéria consultar os estudos e publicações do Observatório Português de Atividades Culturais <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/>.

Aspetos metodológicos

O universo considerado no presente estudo foi o dos 156 museus que integravam a Rede Portuguesa de Museus no ano de 2020.

Uma vez que os museus tutelados pela DGPC⁸ já tinham sido objeto de estudo em matéria de acessibilidades, foram utilizados os dados recolhidos no anterior diagnóstico realizado em 2017⁹, optando-se assim pela sua transposição para a nova ferramenta de autodiagnóstico do OIM.

Nesse sentido, a recolha de informação foi realizada junto dos restantes 139 museus da RPM. A aplicação decorreu entre outubro e dezembro de 2020 através do autopreenchimento por parte dos responsáveis dos museus do questionário disponibilizado *online* na ferramenta de autodiagnóstico do OIM.

Quanto à participação no estudo, refira-se que praticamente todos os museus responderam ao questionário. A exceção foi o Museu Municipal de Benavente - Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço que justificou a não resposta por se encontrar encerrado para obras de remodelação profunda por um longo período de tempo. Deste modo, a base para a análise dos resultados é constituída por 155 museus.

Refira-se, também, que no presente estudo e no caso dos museus polinucleados¹⁰ apenas foram contemplados os resultados da avaliação de um núcleo por entidade museológica, preferencialmente o “núcleo sede”, ou o núcleo indicado pelos próprios museus, ainda que as entidades possam ter utilizado a ferramenta para autoavaliação individualizada de cada núcleo.

Em relação aos temas, são 10 os contemplados na Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus e são os mesmos 10 que constaram do “Estudo sobre a acessibilidade nos imóveis afetos à DGPC”, pretendendo-se com esta diversidade encarar a acessibilidade dos espaços

8. 1. Palácio Nacional da Ajuda; 2. Palácio Nacional de Mafra; 3. Museu do Chiado/ Museu Nacional de Arte Contemporânea; 4. Casa Museu Anastácio Gonçalves; 5. Museu Monográfico de Conímbriga; 6. Museu Nacional de Arte Antiga; 7. Museu Nacional do Azulejo; 8. Museu Nacional dos Coches; 9. Museu Nacional de Etnologia; 10. Museu Nacional de Machado de Castro; 11. Museu Nacional de Soares dos Reis; 12. Museu Nacional do Teatro e da Dança; 13. Museu Nacional do Traje; 14. Museu Nacional da Música; 15. Museu Nacional de Arqueologia; 16. Museu Nacional de Grão Vasco.

9. “Estudo sobre a acessibilidade nos imóveis afetos à DGPC”, DGPC, 2017.

10. Museu constituído por uma sede e por uma ou mais extensões museológicas correspondentes a núcleos ou polos estabelecidos em locais fisicamente autónomos da sede, com características patrimoniais, coleções e atividades diversas, mas com uma ligação institucional e orgânica de dependência do núcleo-sede.

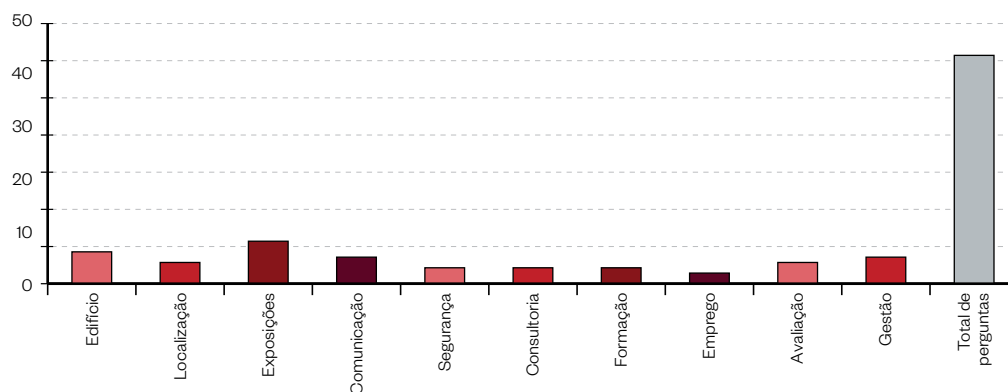
ou serviços nas suas múltiplas facetas como um tema global, envolvente e transversal na vida das instituições, abrangendo todos os setores de atividade e todos os funcionários.

O questionário aplicado na ferramenta de autodiagnóstico foi concebido com este propósito e é apresentado em anexo ao presente relatório (Anexo 1), elencando-se seguidamente e em síntese o âmbito de cada tema.

Edifício	Aspetos relacionados com a acessibilidade arquitetónica, tais como o acesso ao museu, estacionamento, entrada, balcão de receção, percurso de visita, sanitários.
Localização	A sinalização exterior e a sinalética interior que permitem ao visitante orientar-se durante toda a experiência de visita, desde a chegada ao museu.
Exposições	Adaptação das exposições (permanentes e temporárias) a públicos portadores de deficiência, desde a acessibilidade física nas salas e o desenho expositivo à forma de comunicar as coleções através de textos e outras ferramentas como audiovisuais.
Comunicação	O acesso à informação no museu, mas também nos materiais de divulgação e no website.
Segurança	Equipamento de alarme, sinalética das saídas de emergência e formação dos profissionais.
Consultoria	Recurso a pareceres de pessoas com deficiência e respetiva integração como grupos consultivos seguindo as recomendações.
Formação	Estratégia de formação sobre acessibilidade da entidade museológica e respetivos programas formativos destinados à equipa do museu.
Emprego	Inclusão de pessoas com deficiência na equipa do museu, seja como funcionários e/ou voluntários.
Avaliação	Política de avaliação interna do desempenho do museu a nível da acessibilidade e consequente adequação da oferta ao público.
Gestão	Compromisso do museu com a acessibilidade através de: missão, plano de acessibilidade, equipa, orçamento, parcerias.

O questionário é composto por 43 perguntas que estruturam os 10 temas em análise. No entanto, a distribuição das perguntas é diferente consoante o tema, variando entre o máximo de 8 das Exposições e o mínimo de 2 do Emprego.

Gráfico 5. Quantidade de perguntas do questionário por tema (nº)



Já os resultados por tema são obtidos através das respostas às perguntas do respetivo tema, tendo sido atribuídos pontos para cada resposta: SIM - 2 pontos; Em estudo - 1 ponto; NÃO - 0 pontos; NÃO APLICÁVEL - sem pontuação. As percentagens obtidas para cada tema são o resultado da soma das pontuações do total das respostas dividida pelo número de perguntas do tema. Concluindo, em última análise, se as perguntas forem respondidas todas com “sim” será obtido um valor final de 100% CNBP em cada tema.

De forma a permitir a boa interpretação dos resultados e possibilitar a sua comparabilidade, importa referir previamente que, à semelhança do método utilizado no já mencionado “Estudo sobre a acessibilidade nos imóveis afetos à DGPC”, a avaliação global final da percentagem de Cumprimento das Normas e Boas Práticas (%CNBP) é apresentada tendo por base a percentagem média ponderada (%CNBP ponderada). Para o cálculo desta percentagem foi atribuída uma ponderação relativa a cada tema de acordo com a seguinte opção: 1. Edifício - 20,0%; 2. Localização e orientação - 15,0%; 3. Exposições - 10,0%; 4. Divulgação - 10,0%; 5. Segurança - 10,0%; 6. Consultoria - 10,0%; 7. Formação - 7,5%; 8. Emprego e voluntariado - 7,5%; 9. Avaliação - 5,0%; 10. Política de gestão 5,0%. Procurou-se assim, através desta ponderação, relativizar a influência das pontuações de cada um dos 10 temas no resultado final, priorizando-se a maior importância de umas sobre outras.

Por último, tendo em vista a apresentação clara e compreensível dos resultados por tema e, uma vez que seria inviável expor em detalhe as respostas de cada um dos 155 museus, para efeitos de análise foram construídos 4 escalões a partir das percentagens de Cumprimento de Normas e Boas Práticas (%CNBP): Escalão 1: igual ou superior a 0% e inferior a 24,9%; Escalão 2: igual ou superior a 25% e inferior a 49,9%; Escalão 3: igual ou superior a 50% e inferior a 74,9%; Escalão 4: igual ou superior a 75% e inferior a 100%.

Apresentam-se em anexo ao presente relatório os resultados finais de cada museu em formato de gráfico (Anexo 2).

Resultados

Apresentam-se seguidamente, de maneira sucinta e objetiva, os resultados das autoavaliações realizadas pelos 155 museus da RPM que participaram no estudo através da utilização da Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus.

Tendo sido utilizado o método de autopreenchimento do questionário, destinado à realização do autodiagnóstico pelos próprios museus, ressalta da análise inicial que se poderão questionar alguns dos valores obtidos na avaliação de cada museu, considerando que as respostas tendem, naturalmente, a ser benéficas para a respetiva avaliação final e não foram validadas de forma objetiva e imparcial por entidade externa.

Com efeito, realizada a análise de alguns formulários preenchidos pelos museus, selecionados de forma aleatória, constatou-se que, de uma forma geral, a classificação de algumas respostas atinge valores de 100% de Cumprimento das Normas e Boas Práticas, o que se considera manifestamente benévolo e empolado face à conhecida realidade dos museus. Julga-se, por isso, que será pertinente proceder à futura aferição com cada museu dos respetivos valores obtidos no autodiagnóstico e da aplicação dos critérios de avaliação para que possa ser efetuada em complementaridade uma futura análise externa e especializada, objetiva e por comparação dos resultados entre museus.

Análise global

Tendo em conta o conjunto dos 155 museus portugueses em análise, constata-se que o valor médio global ponderado de Cumprimento das Normas e Boas Práticas (%CNBP ponderada) é de 48,2%.

De uma forma geral verifica-se que apenas 69 museus (45% do total) obtiveram um valor médio ponderado positivo (ou superior a 50%) de Cumprimento de Normas e Boas Práticas de Acessibilidade (CNBP), sendo que, por outro lado, a maioria dos museus da RPM (86, representando 55%) ainda não atingiu esse patamar.

Tendo como referência os escalões definidos, a distribuição dos museus é a seguinte: 16 museus (que corresponde a 10%) obtiveram um valor inferior a 25%

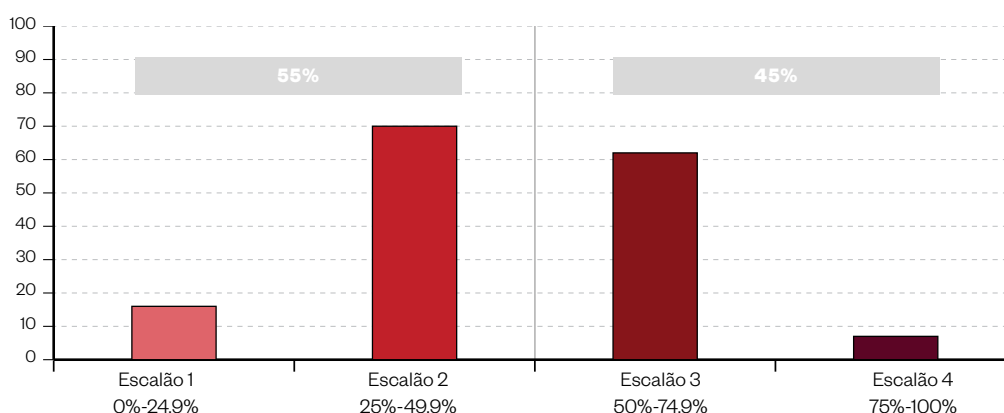
do CNBP; 70 museus (45%) situam-se entre os 25% e os 49,9%; 62 museus (40%) encontram-se entre os 50% e os 74,9%; e apenas 7 museus (5%) tiveram um valor médio global de percentagem de acessibilidade igual ou superior a 75%.

Tabela 1. Museus da RPM por escalão de CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	16	10%
2	25%-49,9%	70	45%
3	50%-74,9%	62	40%
4	75%-100%	7	5%
Total		155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

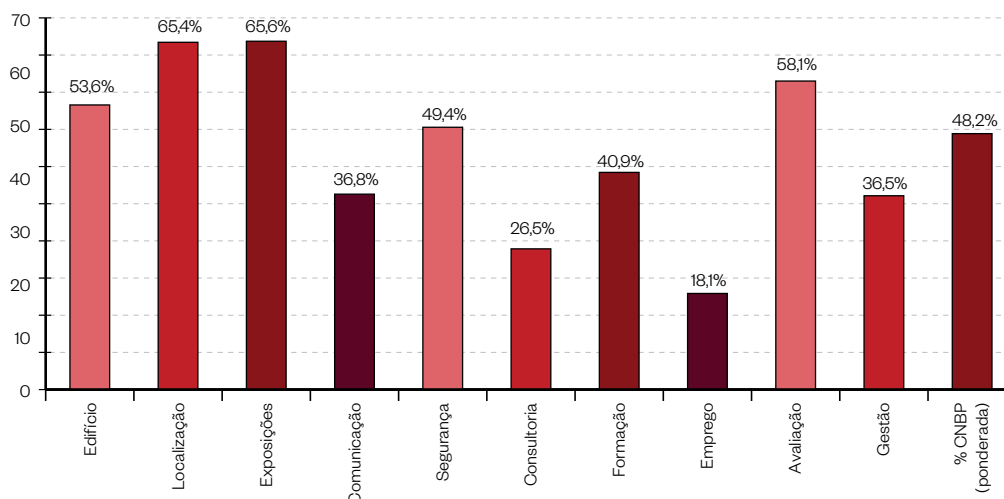
Gráfico 6. Museus da RPM por escalão de CNBP (nº)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Analisando os resultados por tema, constata-se que os museus apresentam percentagens médias francamente positivas (acima dos 50%) em 4 dos temas avaliados: Exposições (65,6%), Localização (65,4%), Avaliação (58,1%) e Edifício (53,6%). Por outro lado, entre os temas avaliados como menos positivos, onde consequentemente será necessário um maior investimento de futuro, estão, por ordem crescente, o Emprego (18,1%), a Consultoria (26,5%), a Gestão (36,5%), a Comunicação (36,8%) e a Formação (40,9%).

Gráfico 7. Avaliação global do CNBP nos Museus da RPM por tema (% média)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Considerando a **tutela dos museus**, e centrando a análise nos dependentes da Administração Local (que representam 44% do total de museus da RPM), verifica-se não existirem diferenças muito significativas entre o valor médio obtido pelos **Museus Municipais** e o alcançado para a totalidade dos Museus RPM. Os museus de tutela municipal registam uma avaliação média global de CNBP de 48,6% face aos 48,2% dos Museus RPM.

Tendo em conta o valor médio global, os museus de tutela municipal destacam-se no CNBP dos temas Exposições (64,6%), Localização (65,4%), Avaliação (59,6%). Ao invés, apresentam um valor médio mais baixo no que concerne ao Emprego (20,2%) e Consultoria (29,7%).

Ainda assim quando comparados os Museus Municipais com os Museus RPM por tema, constata-se que são os temas Edifício, Localização e Exposições aqueles em que os museus municipais apresentam valores médios mais baixos que os do total dos museus RPM (1 a 2 pontos percentuais de diferença). Por outro lado, verifica-se precisamente o contrário em relação aos restantes temas, uma vez que os museus municipais apresentam valores médios mais elevados, destacando-se aqui os temas em que as diferenças são mais notórias, como a Formação, Consultadoria e Emprego (acima de 2 pontos percentuais).

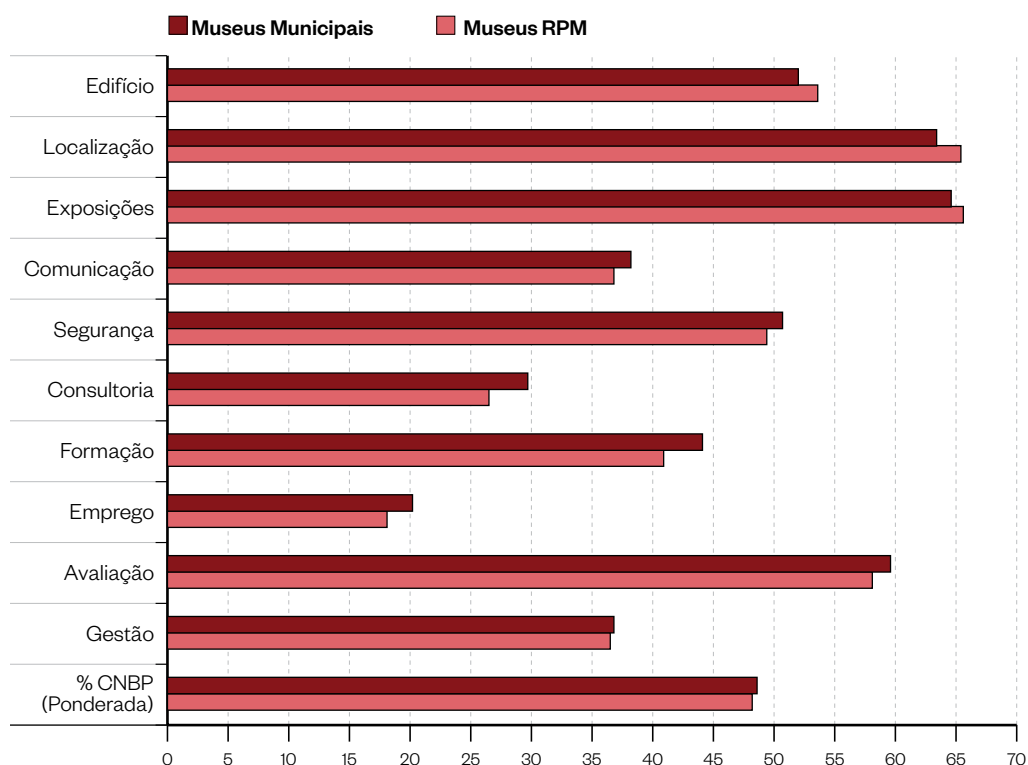


Gráfico 8. Avaliação do CNBP dos Museus Municipais em comparação com os Museus RPM por tema (% média)

n = museus municipais (68); Museus RPM (155). Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Tendo por base os **Museus Nacionais** tutelados pela DGPC, constata-se que o valor médio global ponderado do CNBP é ligeiramente inferior (46,4%) ao da média do total dos museus RPM (48,2%).

A partir deste valor médio global, verifica-se que os Museus Nacionais registam bons resultados de avaliação no que concerne a temas como o Edifício (66,7%), Exposições (64,8%) e Localização (63,3%), ao passo que temas como Consultoria (21,9%), Emprego (25%) e Gestão (25,6%) possuem valores mais baixos de CNBP.

Na comparação com os Museus RPM por tema, os Museus Nacionais da DGPC apenas apresentam valores médios mais elevados nas condições de acessibilidade do Edifício e Emprego (com 13 e 7 pontos percentuais). Nos restantes temas a diferença é mais baixa, destacando-se aqui Formação, Gestão e Segurança (situando-se todos a mais de 10 pontos percentuais abaixo).

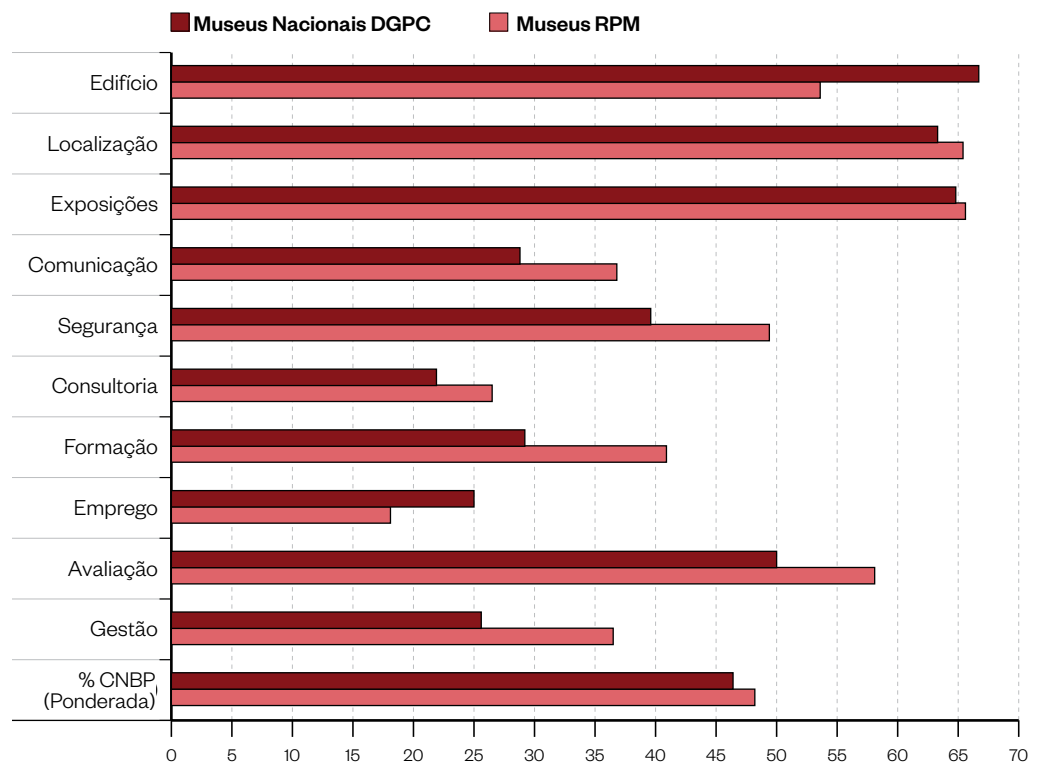


Gráfico 9 - Avaliação do CNBP dos Museus Nacionais tutelados pela DGPC em comparação com os Museus RPM (% média)

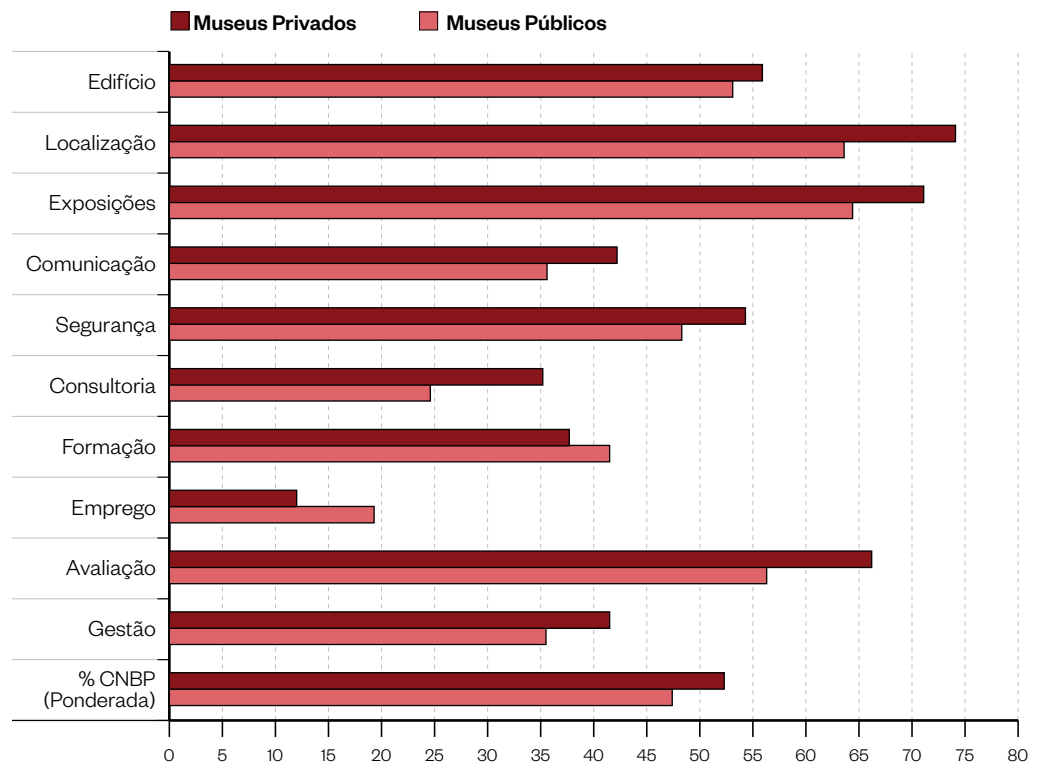
n = museus nacionais DGPC (16); Museus RPM (155). Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Comparando os resultados obtidos entre **Museus privados e Museus públicos**, constata-se que o valor médio global de CNBP dos museus de tutela privada é superior (52,3%) à registada pelos museus públicos (47,4%), bem como à dos museus RPM (recorde-se 48,2%).

No geral, os museus privados apresentam valores médios de avaliação de acessibilidade mais elevados do que o conjunto dos museus públicos. Mesmo assim, os temas com melhor avaliação para os privados constituem os mesmos que para os museus públicos: Localização, Exposições, Avaliação, Edifício e Segurança. Os temas do Emprego, para os museus privados, e da Consultoria, para os públicos, são os aspetos avaliados menos positivamente.

Os temas em que as diferenças percentuais são mais acentuadas, são: para os museus privados, a Localização, Consultoria e Avaliação (com valores acima dos

10 pontos percentuais face aos dos museus públicos); para os museus públicos as maiores diferenças encontram-se sobretudo no Emprego (mais 7 pontos percentuais), mas também na Formação (mais 4 pontos).



n = museus privados (27); Museus públicos (128). Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Gráfico 10. Avaliação do CNBP dos Museus Privados em comparação com os Museus Públicos (% média)

Quanto à **tipologia dos edifícios** dos 155 museus da RPM e tendo em consideração que a grande maioria (cerca de 77%) está instalada em **edifícios históricos ou de caráter patrimonial**, importa atentar que os resultados obtidos para estes museus não diferem significativamente dos resultados globais e que, inclusivamente, o tema Edifício tem avaliação apenas ligeiramente inferior à média global dos museus RPM.

O valor médio global de CNBP dos museus em edifícios históricos é ligeiramente inferior face aos Museus RPM (46,6% contra os 48,2%).

Por temas, saliente-se o do Edifício, que possui uma avaliação mais baixa (menos 2 pontos percentuais, 51,1% contra 53,6%). A diferença é mais acentuada (em cerca de 3 pontos percentuais) na Segurança, Consultoria e Comunicação.

[Veja o gráfico 11 na próxima página]

Analisando os resultados dos 27 museus (que representam 17% do total) que se encontram instalados em “edifícios novos” - construídos de raiz para serem museus ou instalados em edifícios sem valor histórico ou patrimonial que condicione a sua adaptação a museu -, observa-se que o valor médio global de CNBP é superior ao dos Museus RPM (51,8% face aos 48,2%).

Do ponto de vista dos temas, verifica-se que estes museus novos apresentam uma avaliação média superior na maioria dos temas, sendo mais evidente essa melhor avaliação em relação aos temas da Comunicação, da acessibilidade física do Edifício, da Segurança e da Consultadoria (diferenças acima dos 7 pontos percentuais). Por outro lado, evidencia-se uma maior diferença em relação aos Museus RPM no tema da Formação (34,6%, menos 6 pontos percentuais).

Gráfico 11. Avaliação do CNBP dos Museus instalados em edifícios históricos em comparação com os Museus RPM (% média)

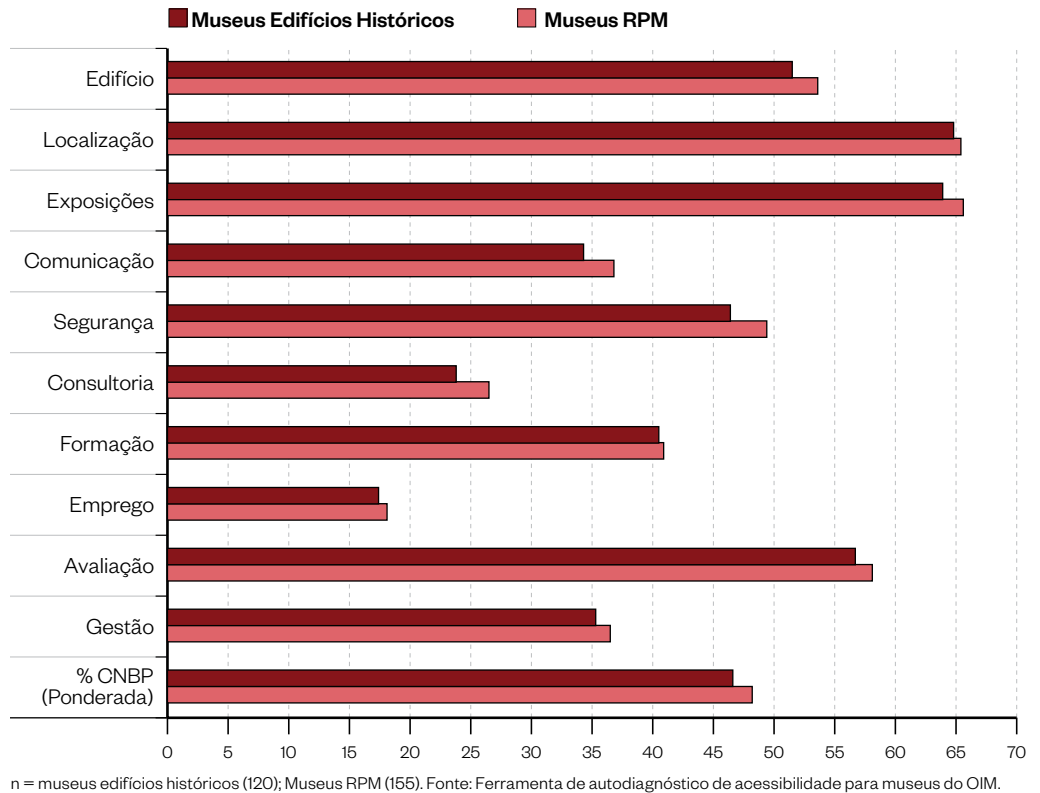
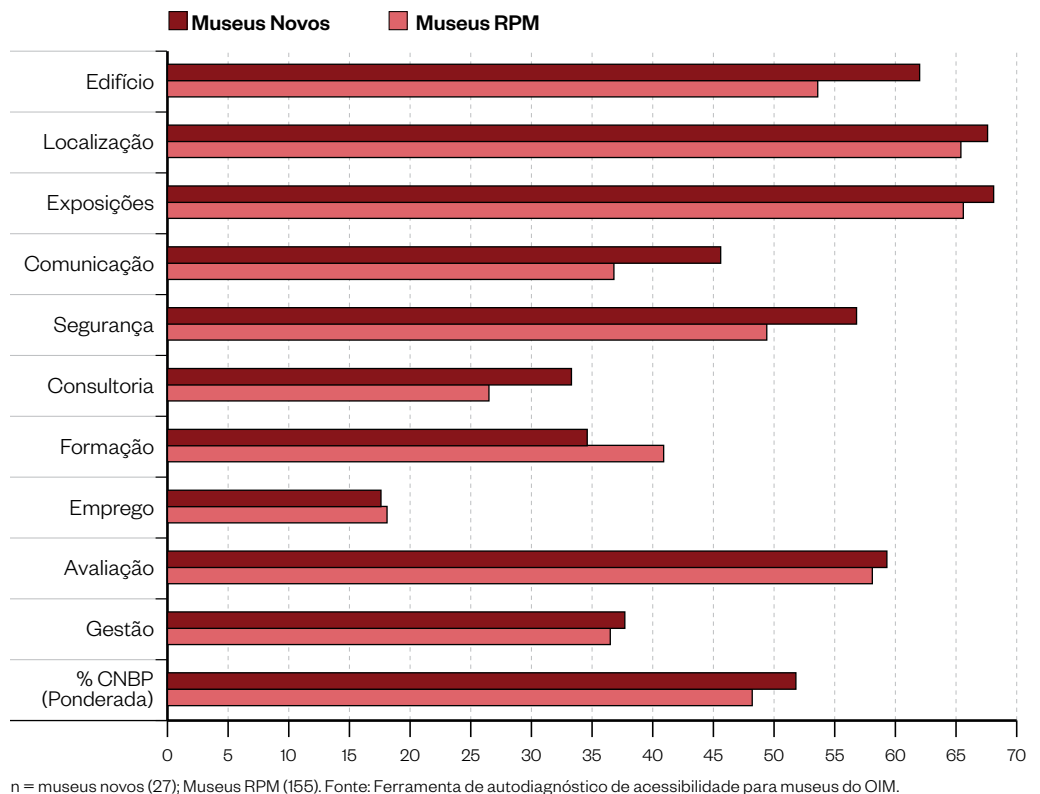


Gráfico 12. Avaliação do CNBP dos Museus Novos em comparação com os Museus RPM (% média)



Análise por Temas

Neste ponto procede-se à apresentação e análise dos resultados dos 155 museus por tema, seguindo-se a ordem pela qual se apresentavam a preenchimento no questionário. Os 10 temas são: Edifício, Localização, Exposições, Comunicação, Segurança, Consultoria, Formação, Emprego, Avaliação e Gestão. Para o efeito são utilizados os 4 escalões com os intervalos percentuais de Cumprimento de Normas e Boas Práticas (CNBP) anteriormente referidos.

Edifício

Avaliação média dos museus RPM | 53,6% CNBP

No que respeita à acessibilidade física ao Edifício, constata-se que 70% dos museus da RPM (109 casos) teve uma avaliação média acima dos 50% de CNBP.

O escalão onde se situaram mais museus é o de 50%-74,9% CNBP (50,9% do total de museus), seguindo-se o escalão de 75%-100% (19,4% dos museus).

Por outro lado, cerca de um terço dos museus obtiveram uma avaliação abaixo dos 50% do CNBP, situando-se 26 museus no segundo escalão (25%-49,9%) e 20 museus com menos de 24,9%.

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	20	12,9%
2	25%-49,9%	26	16,8%
3	50%-74,9%	79	50,9%
4	75%-100%	30	19,4%
Total		155	100%

Tabela 2. Avaliação do tema Edifício por escalão do CNBP

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

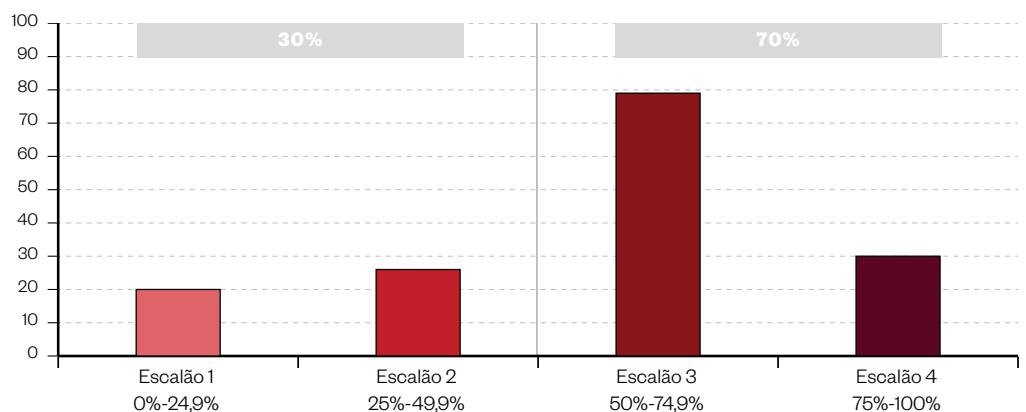


Gráfico 13 - Avaliação do tema Edifício por escalão do CNBP (nº de museus)

n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Localização

O Edifício apresenta um valor de avaliação da acessibilidade média dos museus da RPM de 53,6% de CNBP.

Refira-se que, na análise dos questionários, verifica-se que o valor mais alto obtido pelos museus na avaliação deste tema foi de 83,3% (por 17 museus).

Avaliação média dos museus RPM | 65,4% CNBP

No tema Localização, quase oito em cada 10 museus apresentam uma avaliação positiva superior a 50% de CNBP (são 121 museus).

É no escalão mais elevado (75%-100%) que mais de metade dos museus da RPM se situam (50,9%). Segue-se ainda com um peso importante o escalão 50%-74,9% de CNBP (27,1%).

Nos restantes escalões, 26 museus apresentam valores de avaliação da acessibilidade entre 25%-49,9% e apenas 8 museus obtiveram valores inferiores a 24,9%.

Refira-se que a Localização é o segundo tema com melhor valor de avaliação da acessibilidade média dos museus da RPM (65,4% do CNBP).

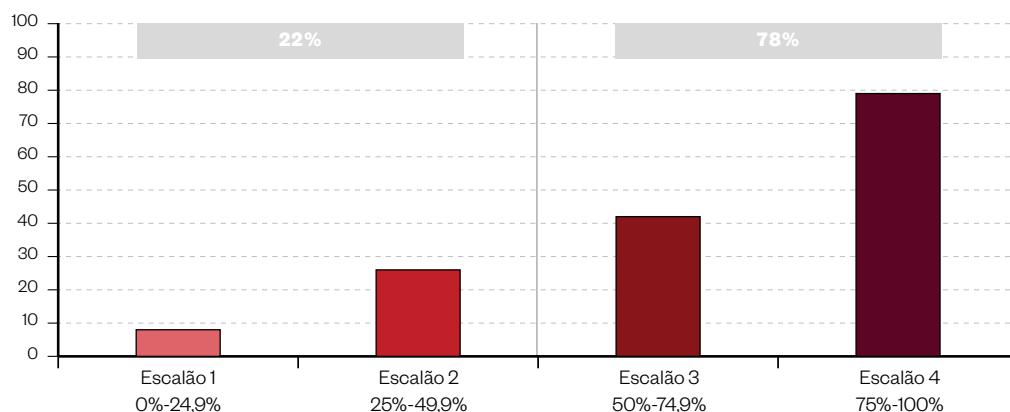
Na análise dos questionários regista-se que 29 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Tabela 3. Avaliação do tema Localização por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	8	5,2%
2	25%-49,9%	26	16,8%
3	50%-74,9%	42	27,1%
4	75%-100%	79	50,9%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 14. Avaliação do tema Localização por escalão do CNBP (nº de museus)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Exposições

Avaliação média dos museus RPM | 65,6% CNBP

No conjunto dos museus da RPM, constata-se que 82,6% (128 museus) obtiveram avaliação positiva superior a 50% de CNBP no tema Exposições.

No escalão mais elevado (75%-100%) situam-se 43,9% dos museus RPM (68 museus) e no escalão 50%-74,9% de CNBP 38,7% (60 museus).

Nos restantes escalões, 22 museus apresentam valores de avaliação da acessibilidade entre 25%-49,9% e apenas 5 museus obtiveram valores inferiores a 24,9%.

Salienta-se que as Exposições é o tema com melhor valor de avaliação da acessibilidade média dos museus da RPM (65,6% do CNBP).

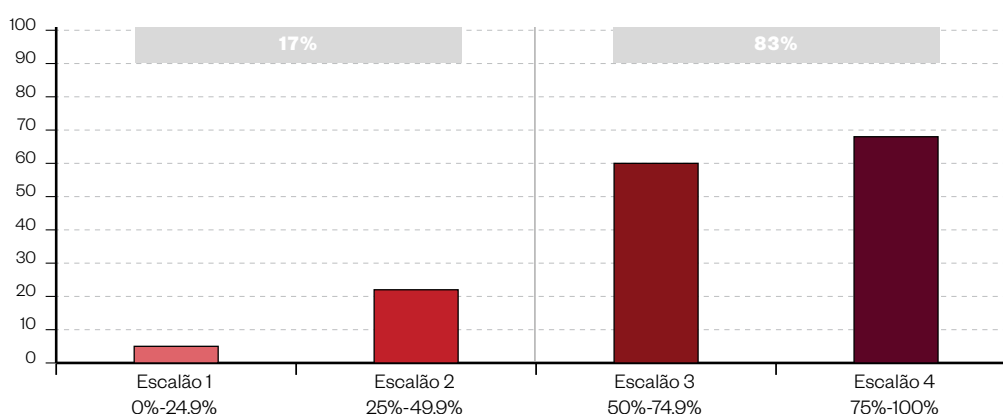
Na análise dos questionários regista-se que 9 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Tabela 4. Avaliação do tema Exposições por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	5	3,2%
2	25%-49,9%	22	14,2%
3	50%-74,9%	60	38,7%
4	75%-100%	68	43,9%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 15. Avaliação do tema Exposições por escalão do CNBP (nº de museus)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Comunicação

Avaliação média dos museus RPM | 36,8% CNBP

No que concerne à Comunicação, constata-se que 34,8% dos museus da RPM (54 casos) teve uma avaliação média acima dos 50%.

Verifica-se que 9,6% dos museus se situa no escalão mais elevado (75%-100%) e 25,2% no escalão seguinte com CNBP entre 50% e 74,9%.

Destaca-se que abaixo dos 50% de CNBP está a grande maioria dos museus da RPM (101 museus), salientando-se que 61 museus se situam no escalão mais baixo (0% a 24,9%).

A Comunicação apresenta um valor de avaliação da acessibilidade média dos museus da RPM de 36,8% de CNBP.

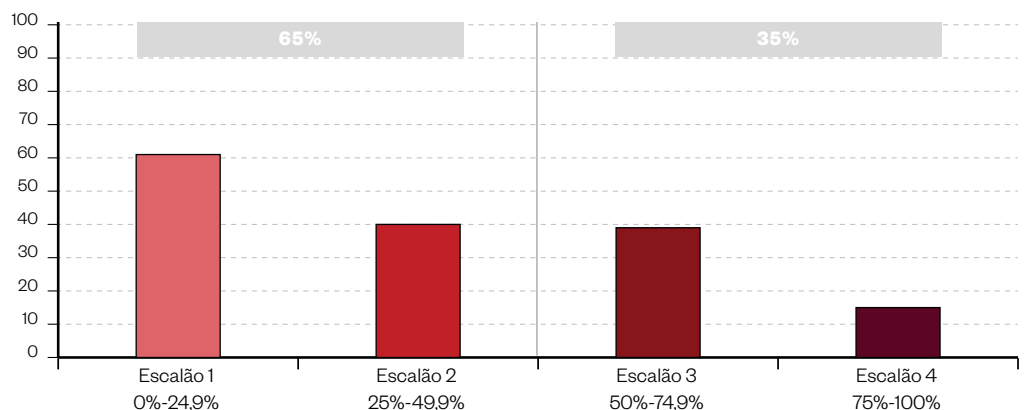
Na análise dos questionários regista-se que 3 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Tabela 5. Avaliação do tema Comunicação por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	61	39,4%
2	25%-49,9%	40	25,8%
3	50%-74,9%	39	25,2%
4	75%-100%	15	9,6%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 16. Avaliação do tema Comunicação por escalão do CNBP (nº de museus)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Segurança

Avaliação média dos museus RPM | 49,4% CNBP

Em matéria de Segurança, com avaliação média superior a 50% de CNBP estão 60,6% dos museus (94 museus).

O escalão em que se situam maior proporção de museus é o de 50%-74,9% de CNBP (com 37,4% dos museus), seguindo-se o escalão mais baixo de 0% a 24,9% (com 25,2%).

A avaliação da acessibilidade média dos museus da RPM no tema Segurança é de 49,4% de CNBP.

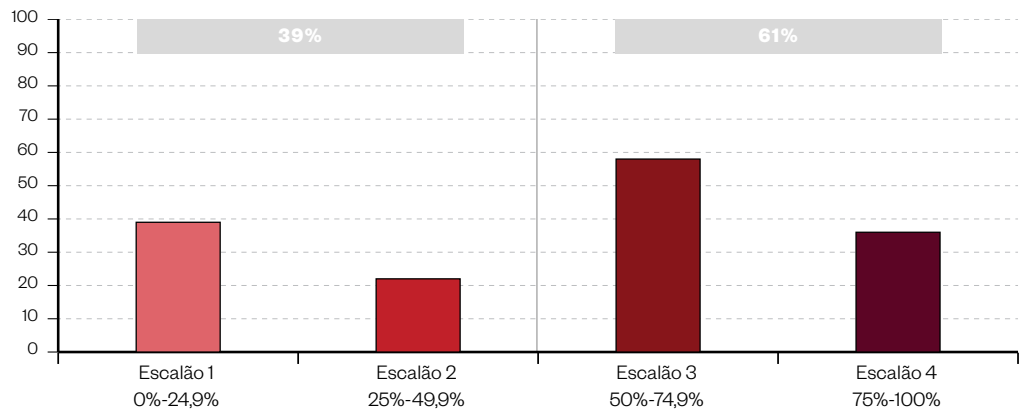
Na análise dos questionários regista-se que 17 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Tabela 6. Avaliação do tema Segurança por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	39	25,2%
2	25%-49,9%	22	14,2%
3	50%-74,9%	58	37,4%
4	75%-100%	36	23,2%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 17. Avaliação do tema Segurança por escalão do CNBP (nº de museus)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Consultoria

Avaliação média dos museus RPM | 26,5%CNBP

No conjunto dos museus da RPM, constata-se que 33,5% (52 museus) obtiveram avaliação positiva superior a 50% de CNBP no tema Consultoria.

Salienta-se que a maioria dos museus da RPM (66,4% ou 103 museus) apresenta avaliação inferior a 50% e que mais de seis em cada dez museus se situam no escalão mais baixo de CNBP (0%-24,9%) correspondendo a um total de 94 museus.

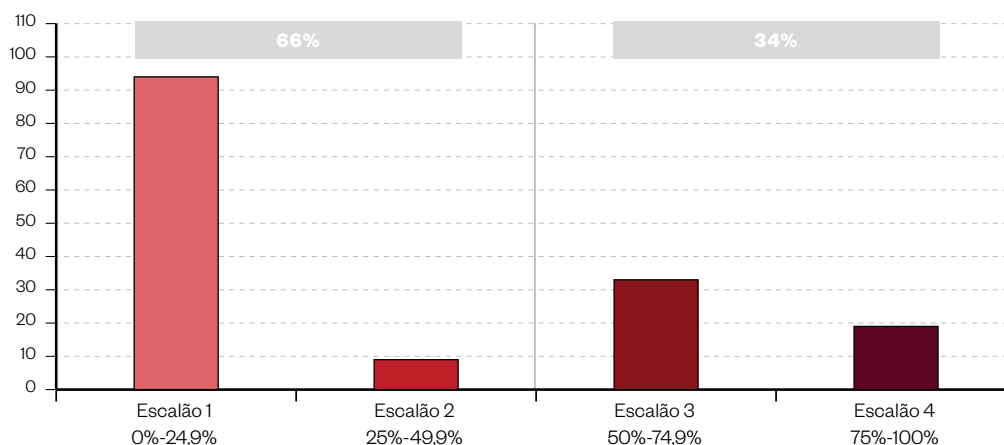
A avaliação média dos museus da RPM do tema Consultoria apresenta valor abaixo dos 50% de CNBP sendo o tema com segunda pior avaliação de acessibilidade (26,5%). Na análise dos questionários regista-se que 8 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Tabela 7. Avaliação do tema Consultoria por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	94	60,6%
2	25%-49,9%	9	5,8%
3	50%-74,9%	33	21,3%
4	75%-100%	19	12,2%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 18. Avaliação do tema Consultoria por escalão do CNBP (nº de museus)



Formação

Avaliação média dos museus RPM | 40,9 %CNBP

Em relação à avaliação da acessibilidade do tema Formação, observa-se que 42,5% dos museus RPM (66 casos) teve uma avaliação média superior a 50% de CNBP.

Por outro lado, a maioria dos museus (57,4%) obteve avaliação abaixo dos 50% de CNBP, salientando-se que 59 museus se situam no primeiro escalão com valores inferiores a 24,9% de CNBP.

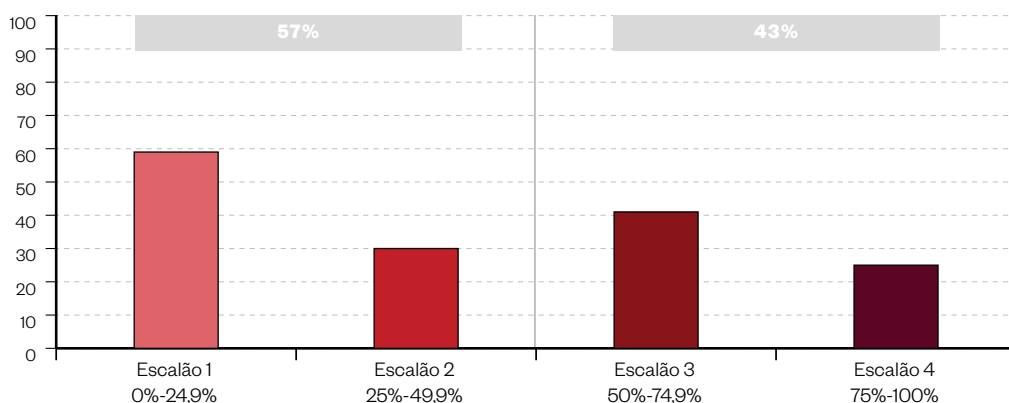
A avaliação média dos museus da RPM do tema Formação apresenta um valor de 40,9 %CNBP.

Tabela 8. Avaliação do tema Formação por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	59	38,1%
2	25%-49,9%	30	19,3%
3	50%-74,9%	41	26,4%
4	75%-100%	25	16,1%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Na análise dos questionários regista-se que 16 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Gráfico 19. Avaliação do tema Formação por escalão do CNBP (nº de museus)

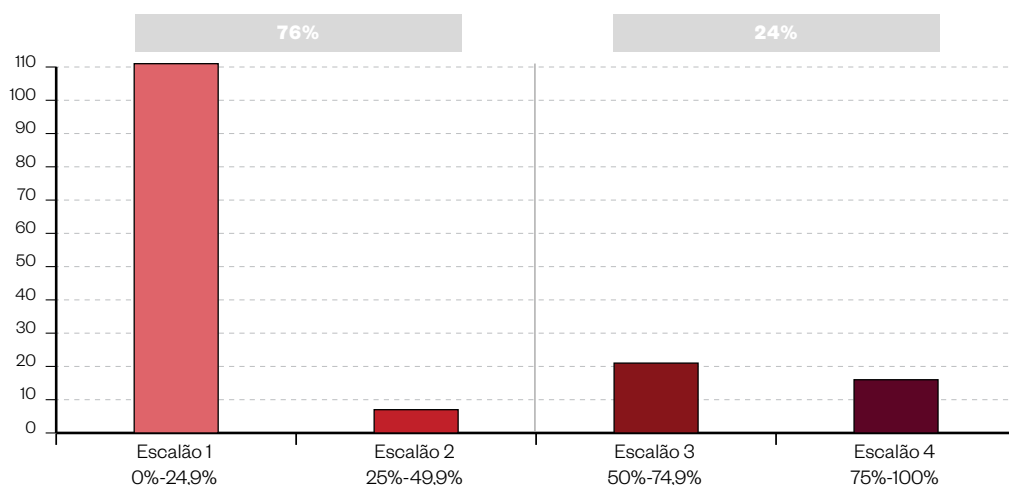
Emprego

Avaliação média dos museus RPM | 18,1 %CNBP

No conjunto dos museus da RPM e no tema do Emprego, verifica-se que 23,8% apresenta avaliação positiva superior a 50% (são 37 museus).

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	111	71,6%
2	25%-49,9%	7	4,5%
3	50%-74,9%	21	13,5%
4	75%-100%	16	10,3%
Total		155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Gráfico 20. Avaliação do tema Emprego por escalão do CNBP (nº de museus)

Destaca-se que a grande maioria dos museus da RPM (76,1% ou 118 museus) apresenta avaliação inferior a 50% e que mais de sete em cada dez museus se situam no escalão mais baixo de CNBP (0%-24,9%) correspondendo a um total de 111 museus. Entre os 10 temas analisados, o Emprego é o que apresenta o valor de acessibilidade média dos museus da RPM mais baixo com 18,1 %CNBP.

Na análise dos questionários regista-se que 15 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Avaliação

Avaliação média dos museus RPM | 58,1 %CNBP

No tema Avaliação, a maioria dos museus da RPM (69,6% - 108 museus) apresenta avaliação superior a 50% de CNBP.

É no escalão mais elevado (75%-100%) que mais museus da RPM se situam (43,8%). Segue-se ainda com um peso importante o escalão 50%-74,9% de CNBP (25,8%).

Nos restantes escalões, 32 museus apresentam valores de avaliação da acessibilidade entre 25%-49,9% e 15 museus obtiveram valores inferiores a 24,9%.

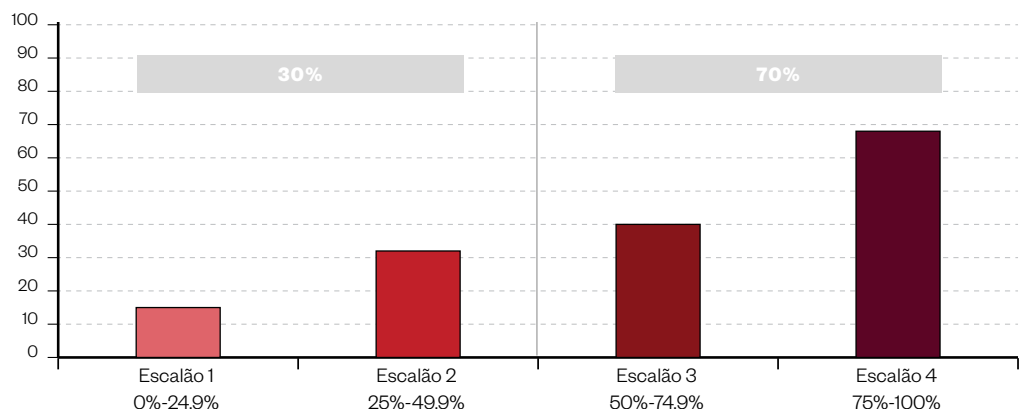
A estimativa média dos museus da RPM do tema Avaliação apresenta um valor positivo de 58,1 %CNBP.

Tabela 10. Avaliação do tema Avaliação por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	15	9,6%
2	25%-49,9%	32	20,6%
3	50%-74,9%	40	25,8%
4	75%-100%	68	43,8%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 21. Avaliação do tema Avaliação por escalão do CNBP (nº de museus)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Gestão

Na análise dos questionários regista-se que 18 museus obtiveram o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Avaliação média dos museus RPM | 36,5 %CNBP

No que concerne à Gestão, constata-se que 37,4% dos museus da RPM (58 casos) teve uma avaliação média acima dos 50%.

Verifica-se que 7,7% dos museus se situa no escalão mais elevado (75%-100%) e 29,7% no escalão seguinte com CNBP entre 50% e 74,9%.

Destaca-se que abaixo dos 50% de CNBP está a grande maioria dos museus da RPM (97 museus), salientando-se que 54 museus se situam no escalão de 25% - 49,9% e que no escalão inferior (0% a 24,9%) se situam 43 museus.

A Gestão apresenta um valor de avaliação da acessibilidade média dos museus da RPM de 36,5% de CNBP.

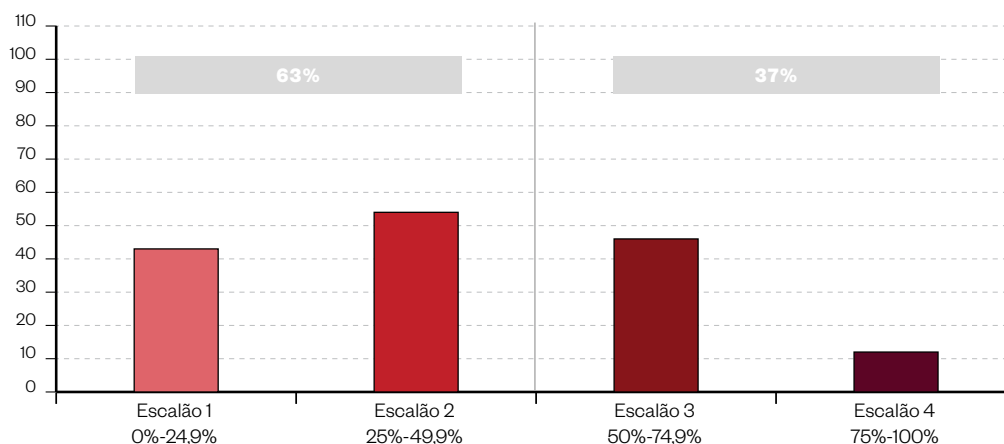
Na análise dos questionários regista-se que 1 museu obteve o valor mais alto (100%) na avaliação do CNBP referente a este tema.

Tabela 11. Avaliação do tema Gestão por escalão do CNBP

Escalão (Nº)	Escalão do CNBP	Museus (Nº)	Museus (%)
1	0%-24,9%	43	27,7%
2	25%-49,9%	54	34,9%
3	50%-74,9%	46	29,7%
4	75%-100%	12	7,7%
	Total	155	100%

Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM

Gráfico 22. Avaliação do tema Gestão por escalão do CNBP (nº de museus)



n = 155. Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

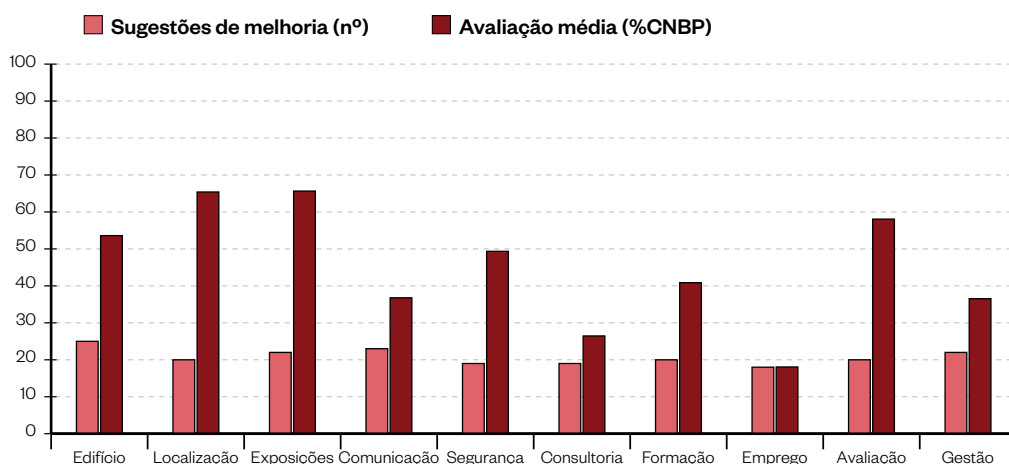
Sugestões de melhoria

No questionário aplicado aos Museus RPM através da Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus constou, no final de cada bloco de perguntas correspondentes aos 10 temas em análise, um campo de resposta aberta para preenchimento com eventuais sugestões de melhoria. É, assim, possível identificar alguns dos principais assuntos e sugestões de melhoria destinados à promoção da acessibilidade dos 155 museus participantes do estudo.

Pela análise dos resultados, verifica-se que foram 34 os museus (22% do total) que apresentam sugestões melhoria, num total de 208 sugestões. É em relação aos Museus Nacionais que é maior número de sugestões (167 - 80% do total).

Observa-se que foram apresentadas sugestões em todos os temas e que incidem na melhoria do acesso físico ao Edifício (25), na Comunicação (23), nas Exposições e na Gestão (22), na Localização, na Formação e na Avaliação (20), na Consultoria e na Segurança (19 cada) e no Emprego (18).

Gráfico 23 - Sugestões de melhoria apresentadas (nº) e avaliação global média do CNBP (%) por tema



Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Apesar do reduzido número de sugestões apontadas pelos museus não permitir proceder a uma análise sustentada pondo em relação as sugestões e a avaliação média por tema, é interessante verificar que os temas em que os museus da RPM apresentaram menor número de sugestões são correspondentes aos temas cuja avaliação média é a mais baixa, destacando-se o Emprego com apenas 18 sugestões e com avaliação média de 18,1% de CNBP e a Consultoria com 19 sugestões e uma avaliação de 26,5%.

Em seguida elencam-se as principais sugestões de melhoria indicadas pelo conjunto de museus da RPM para cada um dos 10 temas avaliados.

Edifício	Melhoria do balcão de recepção (8) e instalação de um anel de indução magnético; instalação de elevadores, rampas, corrimãos ou aumento da área acessível do percurso de visita.
Localização	Colocação de maquetas táteis do edifício e plantas simples (15) e melhoria da sinalética no interior e exterior (8).
Exposições	Adotação de escrita simples em todos os textos (14) e instalação de áudio guias (4).
Comunicação	As melhorias indicadas são quase exclusivamente referentes à acessibilidade da página da internet do museu (22).
Segurança	Formação da equipa do museu para prestar apoio ao visitante em caso de emergência e instalação de cadeiras de evacuação para pessoas com mobilidade condicionada (18).
Consultoria	Criação de grupos consultivos compostos por pessoas com deficiência (18).
Formação	A necessidades de formação em acessibilidade tornar-se prática corrente para toda a equipa e informação sobre o enquadramento legal (19)
Emprego	Divulgação de política de voluntariado junto de associações de pessoas com deficiência (16).
Avaliação	criação de rotinas de avaliação como prática corrente (13), alargamento do âmbito da avaliação e divulgação dos resultados na página da internet do Museu.
Gestão	Elaboração de Plano de acessibilidade e respetiva divulgação na página da internet do Museu (18).

Museu em destaque

Apesar de em termos globais os resultados obtidos para os museus da RPM ficarem ainda aquém do desejado com uma avaliação média global abaixo dos 50% (recorde-se, 48,2% do CNBP), é importante salientar que alguns museus obtiveram resultados acima da média, contando-se entre eles museus municipais (exemplo: Museu de Portimão - 88,1% do CNBP), museus tutelados por fundações (exemplo: Museu de Arte Contemporânea de Serralves - 78,2% do CNBP) e museus nacionais (exemplo: Museu Nacional dos Coches - 73,1% do CNBP).

Destaca-se, seguidamente, o caso do museu português que obteve o valor mais elevado neste estudo (com 88,4% de CNBP) e que se trata, efetivamente, de um museu de referência em termos de acessibilidade: o **Museu da Comunidade Concelhia da Batalha**.

O Museu da Comunidade Concelhia da Batalha é um museu público, tutelado pela administração local - Câmara Municipal da Batalha -, localizado na Região Centro de Portugal, e de tipologia de Museu Misto e Pluridisciplinar.

Foi inaugurado em 2011 e assume como missão o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do Património, promovendo a Cultura da região da Batalha, apresentando para tal um programa expositivo dinâmico, de cariz pedagógico, que envolve toda a comunidade.

Entre os objetivos estratégicos a que se propõe constam: afirmar-se como um espaço expositivo interpretativo e interativo que estimule o pensamento crítico e o entendimento dos hábitos e costumes locais; responder aos desafios das novas tendências da Museologia, da Antropologia, da Etnografia, da Estética, da Educação e das transformações políticas, sociais e culturais; Interagir em permanência com a comunidade concelhia com vista ao fomento da troca de conhecimentos.

Assumindo o lema “O Museu de Todos”, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha pretende fomentar e melhorar soluções técnicas em matéria de acessibilidade e inclusão, com o objetivo de acolher todos os públicos. Neste âmbito, as iniciativas dinamizadas, quer com o público infante-juvenil, quer com a população adulta, procuram sensibilizar para a inclusão numa perspetiva de consciencialização da cidadania.

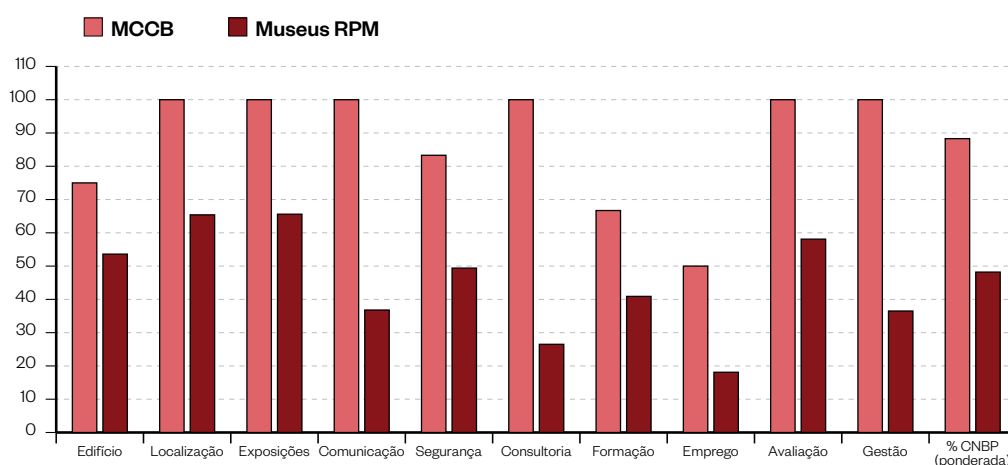
Este museu tem sido reconhecido publicamente, a nível nacional e internacional, pela prossecução da qualidade na promoção da acessibilidade, contando já com vários prémios: prémio de Melhor Museu Português atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) em 2012; prémio Kenneth Hudson¹¹ do Fórum Europeu dos Museus em 2013; prémio Acesso Cultura; Menção Honrosa do Prémio “Concelho mais acessível” atribuído pelo Instituto Nacional para a Reabilitação.

Pela análise dos resultados obtidos no autodiagnóstico de acessibilidade deste museu, pode-se comprovar que é possível elevar significativamente as condições de acessibilidade num museu sem grandes investimentos financeiros e apostando no seu melhor ativo: as pessoas/a equipa.

Verifica-se, então, que o valor global de avaliação da acessibilidade do Museu em análise é muito superior à média ponderada do conjunto dos 155 museus da RPM avaliados no presente estudo (88,3% face aos 48,2% de CNBP).

Ressalta-se, também, que a média de avaliação de todos os 10 assuntos analisados é superior à média dos museus RPM, salientando-se que em 6 temas a avaliação atinge os 100%: Localização, Exposições, Comunicação, Consultoria, Avaliação e Gestão.

Gráfico 24 - Avaliação da Acessibilidade do CNBP do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha em comparação com os Museus RPM por tema (% média)

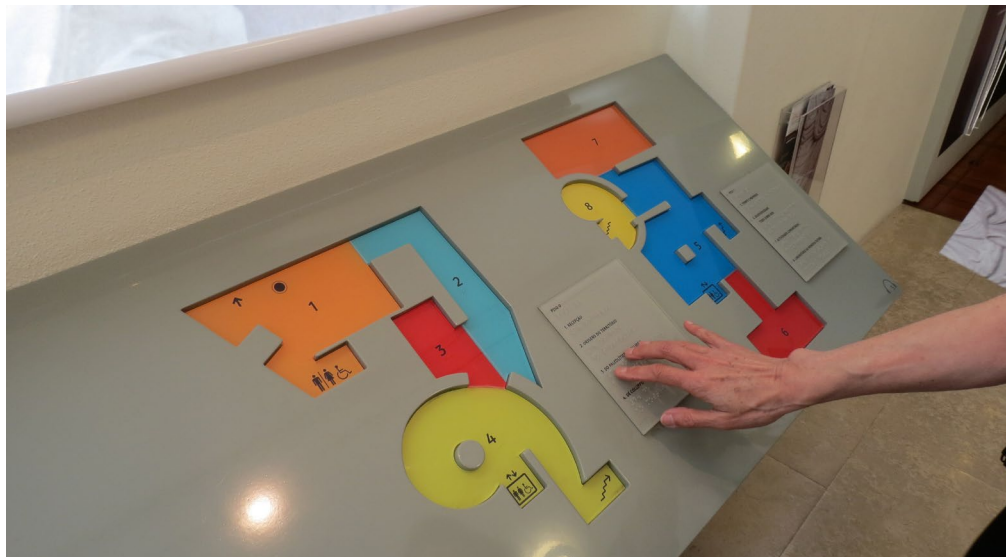


Fonte: Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus do OIM.

Efetivamente, pode constatar-se que o lema do Museu (“O Museu de Todos”) tem correspondência, conforme recomendam as boas práticas, na informação disponibilizada pelo museu na página da internet sobre os recursos de acessibilidade, descrevendo as soluções inclusivas, traduzidas no acesso físico, mobilidade e conceção museográfica, conforto segurança e autonomia, multimodalidade que permite o acesso ao conhecimento através de textos

¹¹ O Prémio Kenneth Hudson homenageia o espírito do fundador da EMYA e é atribuído a um museu, pessoa, projeto ou grupo de pessoas que tenha demonstrado a realização mais incomum, ousada e, talvez, polémica que desafia as perceções comuns sobre o papel e a responsabilidade dos museus na sociedade.

de diversos tipos, utilizando suportes variados. Ao acrescentar experiências multissensoriais à informação convencional alarga-se a experiência museológica a todos os visitantes, incluindo aqueles que possam ter limitações intelectuais, sensoriais ou linguísticas, simplesmente pelo facto de serem estrangeiros ou não dominarem a língua portuguesa.



Imagens do Museu da
Comunidade Concelhia
da Batalha, Leiria.

Seleção de boas práticas em acessibilidade

Os Museus da RPM desenvolveram diversas atividades destinadas à inclusão de pessoas com incapacidade, tanto a nível do espaço físico como da programação cultural.

Estas iniciativas abrangeram intervenção nos museus com vista a melhorar a acessibilidade num sentido lato, quer ao nível de infraestruturas para garantir o acesso de pessoas com mobilidade condicionada quer em relação a atividades para promover a inclusão de públicos com diversos tipos de deficiência.

Destaca-se como boas práticas, as seguintes:

- Exposição “Loulé - Territórios Memórias e Identidades - Peças para tocar” no Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos.
- Exposição permanente “Postos de informação tátil” no Museu Nacional dos Coches.
- “Percurso tátil” no Museu Nacional do Azulejo.
- “Eu no Museu” - Estimulação cognitiva e social - no Museu Nacional Machado de Castro.
- Exposição temporária “Uma História de Assombro - Portugal - Japão, séculos XVI-XX - no Palácio Nacional da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís.

Exposição “Loulé - Territórios Memórias e Identidades - Peças para tocar”

Museu

Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão, público em geral.

Descrição da atividade

A iniciativa consistiu em disponibilizar peças originais, que o visitante pudesse tocar. Foi também instalado um percurso tátil pedonal para encaminhamento de pessoas cegas.

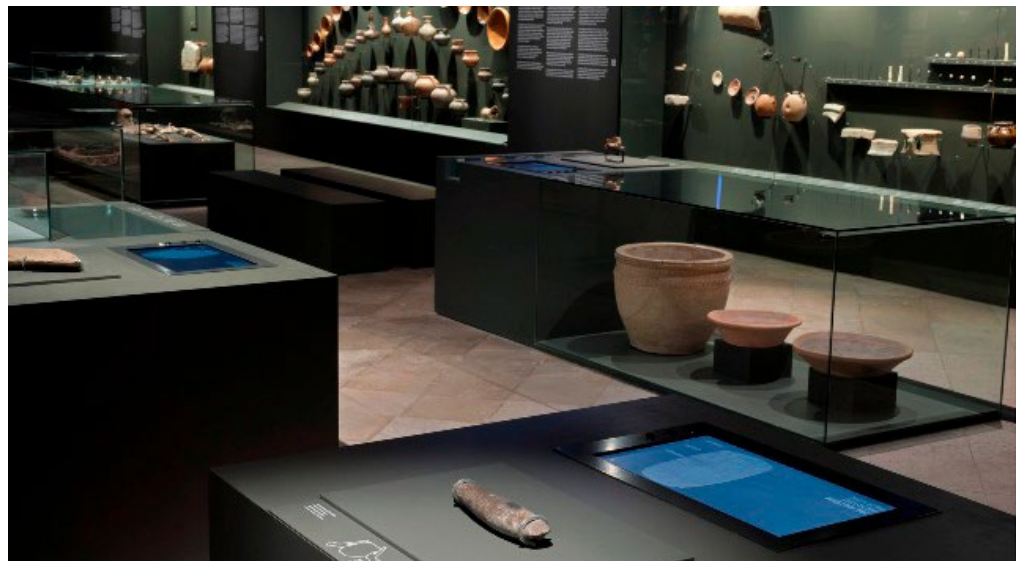
Teve como objetivo tornar a exposição mais inclusiva, permitindo a visita por pessoas cegas ou de baixa visão. Para os restantes visitantes o tato permitia reforçar a memória dos objetos.

Ao disponibilizar informação em vários formatos, enriqueceu-se a experiência do visitante e alargou-se a exposição a visitantes com alguma deficiência ou incapacidade. Recorreu-se a consultores sobre acessibilidade no desenvolvimento da exposição.

Percurso tátil pedonal ao longo da exposição "Loulé - Territórios Memórias e Identidades" no Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos, Lisboa



Peças originais para tocar disponibilizadas ao público na exposição "Loulé - Territórios Memórias e Identidades" no Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos, Lisboa



Exposição permanente "Postos de informação tátil"

Museu

Museu Nacional dos Coches

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da atividade

O museu disponibiliza informação em braille em vários postos táteis ao longo da exposição permanente. Nesses postos há desenhos em relevo sobre as peças expostas para que possam ser tateados.

Teve como objetivo tornar a exposição mais inclusiva, disponibilizando escrita em Braille em alguns pontos do museu acompanhada das respetivas imagens.

A introdução de comunicação em Braille aumentou a oferta do museu para cegos. Esta atividade poderá vir a ser melhorada através da inclusão de peças para tocar e de um percurso tátil entre os diversos postos ao longo da visita.

Posto tátil como parte do sistema de legendas da exposição permanente do Museu Nacional dos Coches, Lisboa



Posto tátil com texto em Braille e planta em relevo na exposição permanente do Museu Nacional dos Coches, Lisboa



Percurso tátil

Museu

Museu Nacional do Azulejo

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da atividade

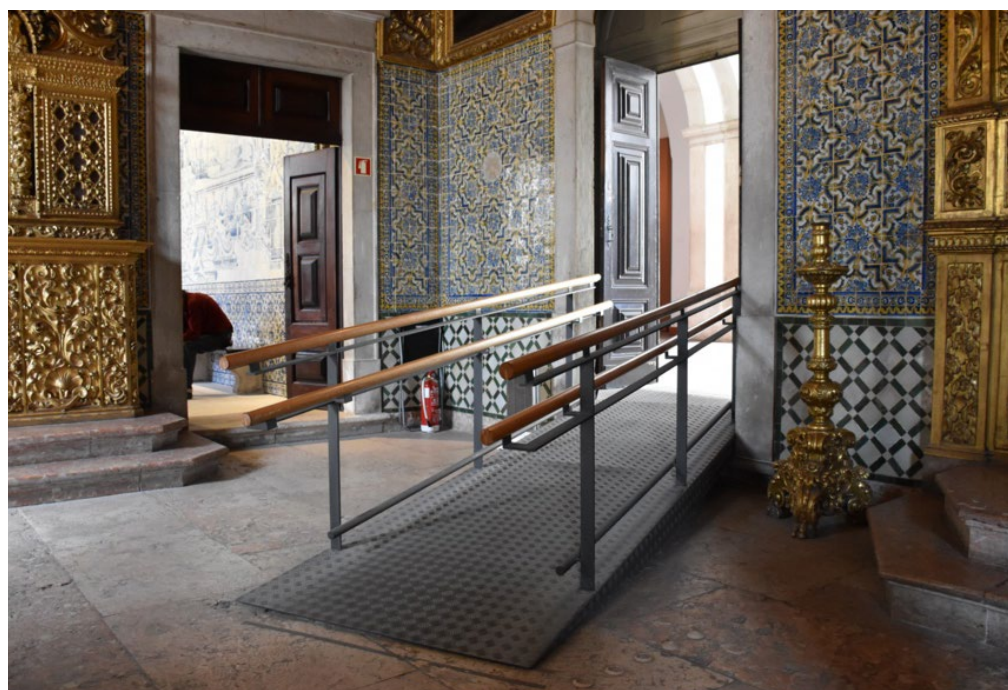
Foi melhorada a infraestrutura para proporcionar melhor acessibilidade física ao edifício do museu para pessoas com mobilidade reduzida e foram disponibilizadas peças originais da coleção do museu para tocar e réplicas em 3D de pormenores com respetiva legendagem em Braille, com o objetivo de proporcionar informação multissensorial sobre a coleção e o edifício.

O museu passou a dispor de informação tátil, equipamento multimédia mais acessível para públicos com diversos tipos de incapacidade e para o visitante em geral. Foram melhorados os acessos para pessoas com mobilidade reduzida através do redesenho de rampas e colocação de corrimãos em escadas, recorrendo a consultores com deficiência.

Informação em Braille com peças originais e reproduções da coleção para tocar na exposição permanente do Museu Nacional do Azulejo, Lisboa



Rampas para pessoas com mobilidade reduzida no circuito de visita à exposição permanente e edifício patrimonial do Museu Nacional do Azulejo, Lisboa



“EU no MusEU” - Estimulação cognitiva e social

Museu

Museu Nacional Machado de Castro

Grupos envolvidos

Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial

Descrição da atividade

“EU no MusEU” é um projeto de estimulação cognitiva e social para pessoas com défice cognitivo ou demência e para os seus cuidadores informais.

Tem como objetivos a adequação das formas de comunicação do museu a pessoas com dificuldades intelectuais e o envolvimento dos visitantes com deficiência cognitiva e dos seus cuidadores nas visitas ao museu.

Esta atividade permite a visita ao museu e interpretação da obra de arte por públicos excluídos socialmente.

O Museu disponibiliza uma maquete do edifício para tocar, na entrada do museu e no início da visita que permite melhorar a compreensão de um espaço muito complexo.

No âmbito desta iniciativa, o Museu estabeleceu um Protocolo com a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer (APFADA) - Delegação do Centro.

Esta atividade, pelo seu caráter inovador, está a ser replicada no Museu Nacional Grão Vasco, em Viseu.



Visita acompanhada ao Museu Nacional Machado de Castro para pessoas com dificuldade intelectual no âmbito do projeto “EU no MusEU”

Utilização da maqueta tátil durante uma visita de um grupo de cegos no Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra



Exposição temporária “Uma História de Assombro - Portugal - Japão, séculos XVI-XX”

Museu

Palácio Nacional da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís I

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, público em geral.

Descrição da atividade

A concepção museográfica da exposição temporária foi de responsabilidade de um especialista em acessibilidade, pelo que teve como preocupação central a aplicação das boas práticas ao longo da exposição.

As vitrinas foram desenhadas para permitir que o visitante em cadeira de rodas se aproxime das peças em posição frontal. Existiram filmes e sons para reforçar o tema da exposição.

Foram disponibilizadas peças originais para tocar e cheirar que reforçaram a experiência da visita fazendo apelo aos vários sentidos. Foi, assim, possível a criação de ambientes visuais e sonoros que reforçaram a apreensão dos conteúdos da exposição.

Com objetivo de tornar a exposição inclusiva, foram desenhadas vitrinas em que as pessoas em cadeira de rodas podiam aproximar-se dos objetos.

Os sons, filmes e multimédia foram utilizados para reforçar o assunto da exposição. Destacou-se, também, a utilização de textos de sala simplificados e com boa visibilidade e contraste.



Peças para tocar e cheirar na exposição temporária "Uma História de Assombro - Portugal - Japão, séculos XVI-XX" no Palácio Nacional da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís I, Lisboa



Peças para tocar e cheirar na exposição temporária "Uma História de Assombro - Portugal - Japão, séculos XVI-XX" no Palácio Nacional da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís I, Lisboa



Conclusões e recomendações

O presente relatório apresenta uma caracterização agregada dos 155 museus que integravam a Rede Portuguesa de Museus (RPM) em 2020 e que, a convite da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), responderam ao questionário *online* disponível na *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus* do Observatório Ibero-Americano de Museus (OIM) do Programa Ibero-museus, destinado à elaboração do Diagnóstico da Acessibilidade nos museus da RPM.

Os dados recolhidos, cuja síntese dos principais resultados se apresenta seguidamente, reportam-se ao ano de 2020, com exceção dos 16 museus tutelados pela DGPC sobre os quais foram utilizados os dados recolhidos em 2017 no âmbito do já mencionado “Estudo sobre a acessibilidade nos imóveis afetos à DGPC”.

Numa brevíssima caracterização dos museus da RPM relembra-se que são maioritariamente públicos, sobressaindo os tutelados pela administração local e os dirigidos pela administração central; estão dispersos territorialmente por todo o país, mas com uma maior concentração nas regiões Norte e Área Metropolitana de Lisboa; e, apesar da diversidade de tipos, mais de metade são museus de Arte e Mistos e Pluridisciplinares.

A RPM é, efetivamente, caracterizada pela diversidade dos museus que a integram, o que, como não poderia deixar de ser, reflete-se nos resultados do presente diagnóstico que apresenta avaliações finais por museu muito díspares entre si. O valor médio mais baixo obtido na autoavaliação dos museus foi de 7,8% (valor ponderado) de Cumprimento das Normas e Boas Práticas de Acessibilidade (CNBP) e o mais elevado de 88,3%.

No que concerne aos resultados globais do presente estudo, salienta-se desde logo que, apesar dos esforços das equipas dos museus, dos investimentos efetuados e das políticas públicas já implementadas, constata-se que o valor global final de Cumprimento das Normas e Boas Práticas dos 155 museus é de 48,2%, não atingindo ainda a desejável meta dos 50% de CNBP.

Reconhecendo-se que os museus portugueses, nas últimas décadas, têm desenvolvido trabalho consequente e muito relevante na incorporação de princípios de acessibilidade universal e que têm vindo a aplicar crescentemente

medidas e ações que dão resposta às necessidades mais prementes, verifica-se que há ainda um longo caminho a percorrer.

Considera-se que a realização deste diagnóstico e a divulgação dos respetivos resultados agregados, mas principalmente a desejável consequente análise e reflexão sobre os dados obtidos pelos museus nas respetivas autoavaliações individuais, poderá representar um passo importante na tomada de consciência das fragilidades existentes, das carências e obstáculos a superar, bem como dos aspetos a melhorar e dos temas em que será necessário centrar os investimentos futuros.

A identificação das dificuldades e dos aspetos mais frágeis em cada museu proporciona informação de gestão às tutelas e dirigentes dos museus que permitirá fundamentar o planeamento de estratégias e ações a implementar no sentido da democratização do acesso universal ao património cultural.



Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Exposição temporária Loulé, territórios, memórias e Identidades. Exposição multi-sensorial com percurso tátil.

Relembra-se, neste ponto, que as mudanças recomendadas nem sempre têm que representar avultados investimentos financeiros e que, por vezes, se tratam apenas de mudanças de mentalidades e de atitudes dos profissionais dos museus.

Refira-se que, inclusivamente, os benefícios da alteração de atitude dos museus poderão representar ganhos económicos e financeiros e gerar aumento das receitas dos museus, como seja potenciando a “silver economy”¹ com oferta qualificada que permita a captação crescente do segmento de público sénior: idosos, reformados, com tempo livre e capacidade económica para visitar museus em épocas baixas, mas habitualmente com algum tipo de incapacidade ou deficiência.

¹ A silver economy ou economia prateada inclui todas as atividades económicas, produtos e serviços destinados a satisfazer as necessidades das pessoas com mais de 50 anos.

Acrescenta-se, ainda, que há práticas museológicas que não implicam custos acrescidos e que tornam a informação acessível promovendo a inclusão de toda a comunidade, tais como, a título de exemplo, e a nível da comunicação nas Exposições, aumentar o tamanho das letras nos textos de sala e nas tabelas de peças ou disponibilizar os textos em escrita simples. Em termos de Consultoria, conceber as atividades do museu recorrendo a grupos de pessoas com deficiência permitirá proceder à qualificação da oferta e alargar o leque de potenciais visitantes, bem como enriquecer a informação transmitida pela possibilidade de explorar os diferentes sentidos e permitir a criação de memórias reforçadas por emoções.

Com efeito, o planeamento baseado na avaliação da acessibilidade e no conhecimento dos obstáculos existentes permitirá priorizar necessidades e ações articuladas com a missão de cada museu e com os recursos disponíveis, integrando a acessibilidade como um objetivo global do museu no qual todas as funções museológicas devem estar envolvidas e toda a equipa deve estar comprometida. É por isso que se considera que a principal recomendação deste estudo é a elaboração de um Plano de Acessibilidade nos museus que ainda não o possuem.

Observando os resultados para o conjunto dos 155 museus RPM por tema, verifica-se que os temas com melhor média de classificação (acima de 50%) no CNBP foram: Exposições (65,6%), Localização (65,4%), Avaliação (58,1%) e Edifício (53,6%).

Já os temas com uma classificação média inferior a 50% CNBP foram: Emprego (18,1%), Consultoria (26,5%), Gestão (36,5%), Comunicação (36,8%), Formação (40,9%) e Segurança (49,4).

Centremo-nos nos seguintes temas - Emprego, Consultoria e Gestão - dado que sinalizam a maior necessidade de investimento futuro.

Sendo desejável que as entidades museológicas integrem nas suas equipas pessoas portadoras de deficiência, constata-se que a maior parte dos museus portugueses não tem autonomia para definir as políticas de Emprego, dependentes das respetivas tutelas, não tendo poder de decisão na implementação de estratégias de reforço de funcionários nas equipas. Eventualmente, poderá depender da direção dos museus a prática da política de voluntariado e ser, portanto, recomendável a inclusão de pessoas com deficiência nessa modalidade de colaboração com o museu.

Tanto no âmbito do Emprego como no da Consultoria é recomendável que os museus estabeleçam parcerias de proximidade com associações de pessoas com deficiência e incapacidade com vista a estabelecer protocolos e práticas regulares de colaboração que impliquem a auscultação das comunidades e a consequente adequação da oferta do museu às necessidades identificadas.

No tema da Gestão, considera-se fundamental a nomeação de um coordenador de acessibilidade para garantir as boas práticas transversais nas atividades do museu, além do já referido ponto de partida que deverá consistir na elaboração de um Plano de Acessibilidade da instituição.

Por fim, importa destacar que a implementação de boas práticas de acessibilidade nos museus, como seja a divulgação de produção de conteúdos em formatos acessíveis ou a ação dos serviços educativos no acolhimento de visitantes com necessidades especiais, implicam a profunda alteração de atitude e de discurso do museu no sentido de voltar-se para a comunidade dando cumprimento ao serviço público destinado à inclusão e, tal como preceituado na Lei Quadro dos Museus Portugueses, ao fomento da democratização da cultura, da promoção da pessoa e do desenvolvimento da sociedade.

Prioridades para melhorar a Acessibilidade nos Museus da RPM:

Em conclusão, sem prejuízo das observações anteriores e tendo em conta as sugestões registadas pelos próprios museus, apresentam-se sinteticamente as 10 prioridades de melhoria para o conjunto dos museus da RPM, uma sobre cada tema avaliado, que resumem a análise realizada aos resultados do autodiagnóstico:

Edifício	Aumentar a área acessível e melhorar o percurso de visita em cumprimento das normas e boas práticas e tornar o balcão de receção acessível.
Localização	Colocar plantas simples com o percurso de visita e melhorar a sinalética.
Exposições	Adotar a escrita simples em todos os textos e observar as boas práticas de formatação e legibilidade. Produzir informação em formatos acessíveis.
Comunicação	Observar as normas de acessibilidade na página da internet e criar um separador sobre a acessibilidade do museu.
Segurança	Dar formação à equipa do museu para prestar apoio ao visitante em caso de emergência, instalar cadeiras de evacuação para pessoas com mobilidade condicionada.
Consultoria	Criar grupos consultivos compostos por pessoas com deficiência para ajudar o museu na conceção das suas atividades.

Formação

Dar formação em acessibilidade a toda a equipa do museu.

Emprego

Criar e divulgar a prática de voluntariado junto de associações de pessoas com deficiência.

Avaliação

Criar rotinas de avaliação interna da acessibilidade de todas as atividades do museu e divulgar os resultados na página da internet.

Gestão

Elaborar um Plano de acessibilidade e um Guia de Acesso e proceder à respetiva divulgação na página da internet do Museu. Nomear um coordenador de acessibilidade no museu.

Palácio Nacional
da Ajuda, Lisboa,
Exposição Assombro



Glossário

Acessibilidade

Conjunto de características de que deve dispor um ambiente, produto ou serviço para ser utilizável por todas as pessoas em condições de conforto, segurança e igualdade - independentemente da sua deficiência ou incapacidade.

Acessibilidade cognitiva

Propriedade que têm os espaços, objetos, ferramentas, serviços, processos e ambientes que os tornam fáceis de compreender. Um ambiente com acessibilidade cognitiva garante uma experiência confortável, segura e compreendida por todos.

Acesso alternativo para pessoas com mobilidade condicionada

Possui rampas de inclinação não superior a 8% (6% no caso de comprimento da rampa superar os 3 metros), com corrimãos ou guardas, ou complementadas por escadas rolantes e ou elevadores.

Anel de indução magnética

Sistema de som destinado a pessoas com perda auditiva que usam aparelhos retro auriculares, equipados com bobine magnética e colocados na posição "T". O sistema capta o som na fonte e transmite-o diretamente para os aparelhos auditivos, oferecendo um som nítido e isolado do ruído ambiente.

Aparelho auditivo

Dispositivo eletrónico que se usa dentro ou atrás da orelha para amplificar o som e permitir que uma pessoa com perda auditiva possa ouvir e comunicar. Tem um microfone, um amplificador e um recetor. O microfone capta o som e converte as ondas sonoras em sinais elétricos que mandam diretamente ao amplificador. Este aumenta a potência dos sinais e envia-os para o ouvido através do recetor ou altifalante.

Audiodescrição

Técnica utilizada para descrever e dar informação sobre imagens estáticas (como uma pintura) ou em movimento (como uma peça de teatro ou um filme). Assim, as pessoas cegas ou com baixa visão podem compreender o objeto, criando uma imagem mental. É um recurso importante em museus, teatros e cinemas.

Braille

Sistema de leitura e escrita tátil para pessoas cegas baseados na combinação de seis pontos em relevo, impressos em papel especial. A presença ou ausência de pontos estabelece composições que representam letras e sinais de pontuação de modo a construir palavras num texto. Chama-se 'linha Braille' ao dispositivo eletrónico que tem um teclado com células Braille e se pode ligar ao computador. Permite ler o ecrã de forma áudio e torna a Internet acessível às pessoas cegas.

Deficiência

Problemas nas funções ou nas estruturas do corpo ou da mente (como um desvio importante ou uma perda) relativamente ao que é considerado “normal”. As funções do corpo são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas). As estruturas do corpo são as partes anatómicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes.

Por exemplo, as funções do corpo incluem sentidos humanos básicos como as “funções da visão” e as estruturas relacionadas aparecem na forma de “olho e estruturas relacionadas”. A palavra “Corpo” refere-se ao organismo humano como um todo, incluindo o cérebro e as suas funções, isto é, a mente. As funções mentais (ou psicológicas) estão, portanto, incluídas nas funções do corpo.

Mais informações sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) em <https://catalogo.inr.pt/documents/11257/0/CIF+2004/4cdfad93-81d0-42de-b319-5b6b7a806eb2>.

Assim sendo, a deficiência pode ser motora, sensorial (visual ou auditiva), intelectual ou outra. Tem tendência a ser permanente, mas não é necessariamente sinónimo de doença nem de incapacidade. Por exemplo, uma pessoa cega tem uma deficiência visual, mas pode ser muito saudável. E se o seu computador tiver um leitor de ecrã, também pode aceder a conteúdos na Internet, que são sobretudo visuais. A deficiência continuará lá, mas não a incapacidade de aceder a esses conteúdos.

Em Inglês, deficiência diz-se “impairment” e em Francês “handicap”.

Elevadores adaptados

Devem ter as seguintes características:

- porta com 80 cm de largura, pelo menos;
- botoneira com altura não superior a 1,20 m e com numeração em relevo e Braille;
- alarme;
- dispositivo de segurança que mantém a porta aberta num mínimo de 1,5 segundos depois de deixar de ser detetada a presença;
- intercomunicador dentro da cabina;
- informação luminosa e sonora sobre os pisos;
- barra de apoio num dos lados a uma altura entre 87 cm e 92 cm.

Encaminhamento tátil

Pedonal: feito através de faixas guia em alto relevo, num material diferenciado do pavimento que permite guiar ao longo do percurso as pessoas cegas ou com baixa visão.

Manual: feito através de corrimãos.

Equipamento interativo

Dispositivo portátil, que assiste e orienta o visitante de um museu, transmitindo informação através de múltiplos meios: texto, imagem, vídeo e áudio. É

Escrita simples / leitura fácil

considerado tanto mais acessível, quanto permita um acesso adaptável à diversidade de condições físicas ou sensoriais.

Método de redação de textos que permite uma leitura fácil e torna a informação acessível a um maior número de pessoas com diferentes idades, graus de escolaridade, cultura ou dificuldades de compreensão.

A escrita simples beneficia todos - as pessoas que não são especialistas de um determinado assunto, pessoas que não dominam a língua em que o texto está escrito, as crianças, as pessoas Surdas cuja língua materna é a Língua Gestual, as pessoas com deficiência intelectual ou com deterioração cognitiva devida à idade ou doença.

Os textos em escrita simples devem usar uma linguagem próxima do quotidiano, sem nunca perder o rigor científico da informação. Recomenda-se um tipo de letra sem serifa, com tamanho e cor que permita uma leitura fácil, com a mancha gráfica alinhada à esquerda e parágrafos separados por espaços.

(In) capacidade

(Im)possibilidade de relação com o meio físico ou social, com eventual limitação ou restrição da capacidade de participação em atividades consideradas “normais”. Não está necessariamente ligada à deficiência. Por exemplo, uma pessoa em cadeira de rodas é capaz de ultrapassar desníveis se a par dos degraus houver rampas ou elevadores. Uma pessoa Surda que nunca ouviu sons pode comunicar com os outros usando a Língua Gestual. Em Inglês, incapacidade diz-se “disability” e em Francês “incapacité”.

Informação multissensorial

Recebe-se utilizando todos os sentidos, dispondo-se ao longo do percurso objetos para ver (também com letras ampliadas), cheirar, ouvir, tocar e saborear (quando pertinente). Entre os objetos para tocar pode-se considerar maquetas, plantas em relevo e imagens em alto-relevo de algumas das obras expostas, bem como os textos impressos em Braille.

Língua Gestual

Língua natural baseada num sistema de gestos e expressões visuais para permitir a comunicação com pessoas surdo-cegas, os gestos que se destinam a ser vistos podem também ser táteis, desenhando símbolos e sinais sobre a palma da mão (sistema dactilológico).

Uma pessoa cuja língua materna é gestual, pode ter dificuldade em compreender um texto escrito se não for curto e simples.

A interpretação em Língua Gestual é a adaptação de textos áudio para a língua natural das pessoas Surdas.

	<p>Não existe uma língua gestual universal, havendo tantas línguas gestuais quantas as línguas orais. O Sistema Internacional de Sinais (SIS) é um sistema global que permite uma comunicação eficaz com um grande número de pessoas surdas, independentemente da sua origem geográfica.</p>
<p>Norma de referência</p>	<p>A <u>Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência</u>.</p>
<p>Percurso de visita acessível</p>	<p>Deve ter as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● pavimento sem desníveis (caso existam, há uma alternativa com rampa, elevador ou outra) e antiderrapante (tanto em seco como em húmido); ● mobiliário ou objetos que podem ser detetados com a bengala para cegos; ● portas de abertura automática, dobráveis ou de correr (na sua ausência, os puxadores devem estar a uma altura adequada (85cm - 105cm); ● superfícies envidraçadas assinaladas com faixas bem visíveis; ● paredes com contraste cromático com pavimentos e portas para facilitar a orientação de pessoas com visão reduzida; ● encaminhamento tátil.
<p>Sistemas aumentativos e alternativos de comunicação</p>	<p>Conjunto de técnicas, estratégias e ajudas que facilitam o contacto com indivíduos que têm dificuldades na comunicação (por exemplo, pessoas com autismo, com deficiência intelectual ou com acidentes vasculares cerebrais). O Sistema Pictográfico para a Comunicação (SPC) é um deles.</p>
<p>Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)</p>	<p>Recurso que oferece numerosas possibilidades no campo da acessibilidade. Desenvolvidas seguindo os princípios do desenho universal, respondem às necessidades da globalidade das pessoas.</p>
<p>Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)</p>	<p>Perturbação neurológica do desenvolvimento que dificulta a maneira como uma pessoa interpreta a língua, comunica e interage socialmente. Costuma ser acompanhado de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.</p>
<p>Web Content Accessibility Guidelines WCAG 2.1</p>	<p>Recomendações internacionais sobre design acessível de páginas de Internet. Entre outras coisas preconizam: navegação fácil através de teclado, rato ou outro produto técnico; informação relevante em escrita simples; conteúdos apresentados de forma lógica e clara; informação em multi-formato (por exemplo, imagens descritas e material vídeo legendado).</p>

Bibliografía

Advocate for Persons with Disabilities (s. d.). ADA accessibility checklist for existing facilities. Disponível em <https://www.adachecklist.org/doc/fullchecklist/ada-checklist.pdf>

Arts Access (s. d.). Accessibility checklist. Disponível em http://artsaccess.org.nz/uploads/sites/artsaccess/files/accessibility_checklist.pdf.

Arts Access (s. d.).Exhibition design checklist.

Arts Access (s. d.).Marketing to the disabled community.

Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) (s.d.). “Como criar sinais mais acessíveis?”, disponível em <http://www.acapo.pt/deficiencia-visual/documentos-e-publicacoes/recomendacoes-tecnicas/como-criar-sinais-mais-acessiveis>

Association of Registered Graphic Designers of Ontario (ARGDO),” Access Ability. A Practical Handbook on Accessible Graphic Design”, 2010, disponível em https://www.rgd.ca/database/files/library/RGD_AccessAbility_Handbook.pdf

Adams, J. & Foster, L. (2004). Easy Access to Historic Buildings. Swindon: English Heritage. Disponível em <https://historicengland.org.uk/images-books/publications/easy-access-to-historic-buildings/>

Aragal, F., Neuman, P. e Sagramola, S. (2013). Design for All em progresso, da teoria à prática. Luxemburgo: EuCAN European Concept for Accessibility Network. Disponível em <http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/41-eca-2013-portuguese/file>

Cohen, R., Duarte, C. & Brasileiro, A. (2012). Acessibilidade a Museus. Brasília: Ministério da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em <https://midas.revues.org/450>

Colwell, P. & Mendes, E. (2004). *Museus e Acessibilidade*. Temas de Museologia, Lisboa: Instituto Português de Museus. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf

Centre for Accessible Environments (CAE). Access and Sustainability Advisory Service. Factsheet 2 - Access Audits. Disponível em <http://cae.org.uk/resources/publications/>

Environment Agency (2012). Access for all design guide. Disponível em <https://www.designcouncil.org.uk/access-all-design-guide-environment-agency>

“Exhibitions for All. A practical guide to designing inclusive exhibitions” (2002), National Museums of Scotland, NMS Publishing Ltd, Edinburgh. Disponível em https://www.rnib.org.uk/sites/default/files/EXhibitions_for_all_NMScotland.pdf

Fleming, D. (2005). “Managing change in museums”. Comunicação apresentada em The Museums and Change - ICOM International Conference, Museu Nacional de Praga, 2005.

Font, Marta; Andrade, Norma, “KULTURA INKLUSIBOAREN BIDEAN Guztientzako museoak”, Donostia, San Sebastián, 2020. Disponível em <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2021/04/2021-guia-kib-gida-k6-gestion-cultural-elkartu.pdf>

Freyhoff, G. et al. (1998). “Simplifique. Linhas Orientadoras Europeias para uma Leitura Fácil”, 1998. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/75667254/leitura-facil>

Garcia, A., Mineiro, C. e Neves, J. (2017). *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade - Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural e Turismo de Portugal. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt> e <http://www.turismodeportugal.pt/>

Grant, A. (2013). *Access Audit Handbook*. Londres: Centre for Accessible Environments and RIBA Publishing. Disponível em <http://cae.org.uk/product/access-audit-handbook/>

LABC Consult (2012). Access Audits. <https://www.labc.co.uk/our-services/access>

Llamazares, Eva; Balmaceda, Carolina - "Guía de Accesibilidad en Museos" (2018), Dirección Nacional de Museos, Secretaría de Cultura de la Nación Argentina, 2018, disponível em https://rma.cultura.gob.ar/publicaciones/Llamazares_Eva_Balmaceda_Carolina_2018_Guia_de_Accesibilidad_en_Museos_Direccion_Nacional_de%20Museos_Secretaria_de_Cultura_de_la_Nacion_Argentina.pdf

Lang, C., Reeve, J. & Wollard, V. (2006). The responsive museum. Ashgate, Aldershot, 2006.

Majewski, J. (s. d.). Smithsonian Guidelines for Accessible Exhibition Design. Washington: Smithsonian Institution. Disponível em <https://www.wbdg.org/ffc/si/smithsonian-criteria/accessible-exhibition-design>

Mineiro, Clara; Herdade, João; Peralta, Fátima, "Estudo diagnóstico dos imóveis afetos à DGPC sobre a acessibilidade - Relatório Final", Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, 2017, disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/relatorio_final_estudo_acessibilidade_1a_parte_31_05_2017.pdf

Museums, Libraries and Archives (MLA) (2004). Access for All toolkit. Enabling inclusion for museums, libraries and archives. Disponível em http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20081209011037/http://www.mla.gov.uk/policy/Inclusion/MLA_Activity_on_Social_Inclusion

Museums, Libraries and Archives (MLA) (s. d.). Cultural Diversity for Museums, Libraries and Archives. Access for All - Self-Assessment Toolkit: Checklist 2. Disponível em http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20081209011037/http://www.mla.gov.uk/policy/Inclusion/MLA_Activity_on_Social_Inclusion

Museums, Libraries and Archives (MLA) (s. d.). Disability Access for Museums, Libraries and Archives. Access for All - Self-Assessment Toolkit: Checklist 1. Disponível em http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20081209011037/http://www.mla.gov.uk/policy/Inclusion/MLA_Activity_on_Social_Inclusion

Museums, Libraries and Archives (MLA) (s. d.). Accessibility of museum, library and archives websites: the MLA audit.

National Disability Authority (s. d.). Access. Improving the accessibility of historic buildings and places. Disponível em <https://www.heritagecouncil.ie/content/files/Improving-the-Accessibility-of-Historic-Buildings-and-Places-2011.pdf>

National Disability Authority (s. d.). Accessibility toolkit. Disponível em <http://nda.ie/Resources/Accessibility-toolkit/>

National Disability Authority (2002). Building for Everyone Inclusion, Access and Use. Disponível em <http://nda.ie/Publications/Environment-Housing/Building-For-Everyone/?OpenDocument>

National Disability Authority (NDA). (s. d.) Guidelines for Access Auditing of the Built Environment. Disponível em <https://nda.ie/publications/environment-housing/environment-publications/guidelines-for-access-auditing-of-the-built-environment.html>

O'Herlihy, E. (2005). Access Handbook Template: A Tool to Help Manage Accessibility of the Built Environment. Dublin: National Disability Authority. Disponível em <https://nda.ie/nda-files/access-handbook-template1.pdf>

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2001). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Disponível em <https://catalogo.inr.pt/documents/11257/0/CIF+2004>

Predif (2017). Turismo Accessible. Disponível em http://www.predif.org/index.php?q=publicaciones_turismo

Robles, Liz Zúñiga, Manual de acessibilidade para museos, Museo de Arte de Lima, 2019. Disponível em <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/2019-zuniga-manual-de-accesibilidad-para-museos-per.pdf>

Salmet, A. (coord.) (2007). Culture et Handicap. Guide pratique de l'accessibilité. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, Disponível em <http://www.culturecommunication.gouv.fr/Thematiques/Developpement-culturel/Culture-et-handicap2/Guidespratiques/Culture-et-handicap.-Guide-pratique-de-l-accessibilite-2007>

Schneider, F. (1976). Communicating without words: pictograms in public information signs. Brakel: ERCO

Smithsonian Institution (2002). Exhibition Standards. Washington: Smithsonian Institution. <https://www.emuzeum.cz/admin/clanky/files/194-EXStandards.pdf>

Teles, P. (coord.). (2009). Acessibilidade e mobilidade para todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

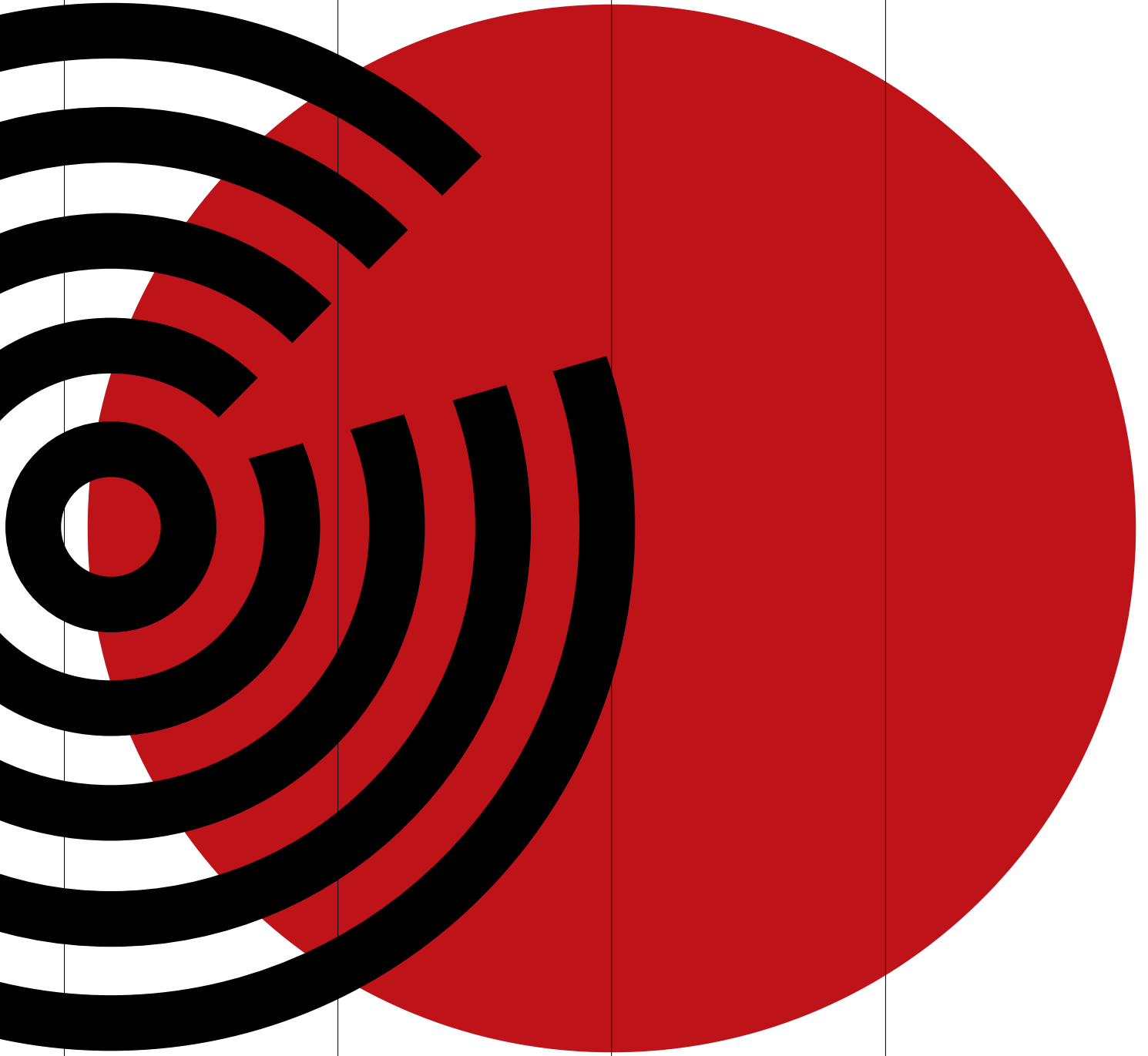
Teles, P. & Silva, P. (coord.) (2010). Rota do Românico: Património Para Todos.

Trench, L., "Gallery text at the V&A - A Ten Point Guide", 2013, disponível em https://www.vam.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0009/238077/Gallery-Text-at-the-V-and-A-Ten-Point-Guide-Aug-2013.pdf

Web Content Accessibility Guidelines WCAG 2.1.

Weil, S. (2004). "Creampuffs and hardball: are you really worth what you cost?" Em *Reinventing the museum: historical and contemporary perspectives on the paradigm shift* (pp. 343-350). Altamira Press, Walnut Creek, 2004.

Weisen, M., Petrie, H., King, N. & Hamilton, F.(2004). *Web Accessibility Revealed: The Museums, Libraries and Archives Council Audit*. Disponível em <http://www.ariadne.ac.uk/issue44/petrie-weisen>



Anexo 1

Questionário

Instruções

Antes de iniciar o preenchimento:

É necessário inserir todos os dados da instituição solicitados no menú Museu.

O questionário incide sobre 10 assuntos contendo 43 perguntas a responder na sua totalidade.

A página inicial do questionário mostra o número de total de perguntas por cada assunto. É possível preenchê-las na ordem que considere conveniente.

Finalizado o preenchimento, não será possível a sua edição pelo período de um ano.

Como recolher os dados para preencher o questionário?

Observação direta do espaço físico do museu pela pessoa responsável por preencher o questionário.

Para uma avaliação de cada pergunta, e como manual de referência de boas práticas em museus, deve ser consultada a publicação disponível online "Exhibitions for All, A practical guide to designing inclusive exhibitions - National Museums of Scotland".

No campo Sugestões:

Anotar indicações complementares ou observações relativas às questões colocadas.

Registrar eventuais sugestões de melhoria.

Pontuação a atribuir em cada célula como resposta às questões enunciadas:

Cumpre = 2

Cumpre 50 % / Está em estudo = 1

Não cumpre = 0

Não Aplicável = NA

Se uma questão não é aplicável, (por exemplo: se o museu não integra voluntários), deve-se preencher com NA).

A pontuação da resposta a cada questão é somada automaticamente, obtendo-se para cada Assunto, a % de Cumprimento das Normas e Boas Práticas, na Avaliação da Acessibilidade do Museu.

Boas práticas:

Cada museu poderá inserir, no máximo, duas atividades por ano que sejam consideradas exemplos de boas práticas no âmbito da acessibilidade

A instituição responsável pelos museus do país poderá divulgar as boas práticas indicadas pelo museu neste questionário, sempre que seja considerado oportuno como exemplo a seguir.

Matriz de avaliação do Observatório Ibero-americano de Museus baseada no diagnóstico de acessibilidade da Direção Geral do Património Cultural de Portugal.



Acessibilidade

Conjunto de características de que deve dispor um ambiente, produto ou serviço para ser utilizável por todas as pessoas em condições de conforto, segurança e igualdade - independentemente da sua deficiência ou incapacidade.

Acessibilidade cognitiva

Propriedade que têm os espaços, objetos, ferramentas, serviços, processos e ambientes que os tornam fáceis de compreender.

Um ambiente com acessibilidade cognitiva garante uma experiência confortável, segura e compreensível por todos.

Elevadores adaptados:

- Porta - com 80 cm de largura, pelo menos;
- botoneira - com altura não superior a 1,20 m;
- dispositivo de segurança que mantém a porta aberta num mínimo de 1,5 segundos depois de deixar de ser detetada a presença;
- alarme;
- intercomunicador dentro da cabina;
- Anel de indução magnética;
- porta envidraçada;
- informação luminosa e sonora sobre os pisos;
- numeração em relevo e Braille;
- sinal acústico.

Aparelho auditivo

Dispositivo electrónico que se usa dentro ou atrás da orelha para amplificar o som e permitir que uma pessoa com perda auditiva possa ouvir e comunicar. Tem um microfone, um amplificador e um receptor. O microfone capta o som e converte as ondas sonoras em sinais eléctricos, que manda directamente ao amplificador. Este aumenta a potência dos sinais e envia-os para o ouvido através do receptor ou altifalante.

Audiodescrição

Técnica utilizada para descrever e dar informação sobre imagens estáticas (como uma pintura) ou em movimento (como uma peça de teatro ou um filme). Assim, as pessoas cegas ou com baixa visão podem compreender o objeto, criando uma imagem mental. É um recurso importante em museus, teatros e cinemas.

Braille

Sistema de leitura e escrita tátil para pessoas cegas baseado na combinação de seis pontos em relevo, impressos em papel especial. A presença ou ausência de pontos estabelece composições que representam letras e sinais de pontuação de modo a construir palavras num texto. Chama-se 'linha Braille' ao dispositivo electrónico que tem um teclado com células Braille e se pode ligar ao computador. Permite ler o ecrã de forma áudio e torna a Internet acessível às pessoas cegas.

Anel de indução magnética

Sistema de som destinado a pessoas com perda auditiva que usam aparelhos retroauriculares, equipados com bobine magnética e colocados na posição "T". O sistema capta o som na fonte e transmite-o directamente para os aparelhos auditivos, oferecendo um som nítido e isolado do ruído ambiente.

Desníveis não adaptados

Aqueles que contam com rampas de inclinação superior a 8% (6% caso supere os 3 metros), desprovidas de corrimão ou gradeamentos, ou com degraus sem cadeira elevatória e/ou elevadores.

Elementos de acionamento adaptados

Sobretudo puxadores, torneiras, interruptores, etc., facilmente manuseáveis, de preferência de corte circular, mas que evitem giros (maçanetas) e a necessidade de usar força ou precisão para os acionar. A sua localização deve facilitar o seu acionamento numa posição sentada, sem implicar manobras incómodas para as pessoas em cadeira de rodas. A altura recomendada do corrimão deve estar entre os 90 cm e os 105 cm.

Encaminhamento tátil - Pedonal

Faixas guia em alto relevo, num material diferenciado do pavimento que permite guiar ao longo do percurso as pessoas cegas ou com baixa visão.

Posto tátil/tiflológica

Pontos da visita que reúnem os recursos acessíveis para as pessoas invisuais ou com visão reduzida: elementos manipuláveis (reproduções, maquetes, planos com relevo/hápticos, imagens em alto-relevo de algumas das obras expostas...), textos escritos em caracteres de grandes dimensões e braille, etc.

Guia multimédia acessível

Dispositivo portátil e interativo que dá assistência e orienta o visitante do museu, transmitindo informação através de inúmeros meios: texto, imagem, vídeo e áudio. Também são considerados acessíveis quando permitem um acesso adaptado à diversidade de condicionamentos físicos ou sensoriais.

Percurso de visita acessível

Percurso que deve ter as seguintes características:

- Pavimento antiderrapante (tanto em seco como em húmido)
- Ausência de desníveis e, caso haja algum, devem contar com sistemas alternativos para que possam ser superados (rampa, elevador ou outra).
- Portas de abertura automática, dobráveis ou de correr (na sua ausência, os puxadores devem estar a uma altura adequada (85cm – 105cm). Caso sejam de vidro, devem ser de segurança ou estar protegidas com rodapés, e a zona envidraçada assinalada com faixas bem visíveis.
- Mobiliário ou objetos que podem ser detetados com a bengala para cegos.
- Livre de obstáculos.
- Com percurso de piso tátil.
- Paredes com contraste cromático com pavimentos e portas para facilitar a orientação de pessoas com visão reduzida.

Escrita simples / Leitura fácil

Método de redação de textos que permite uma leitura fácil e torna a informação acessível a um maior número de pessoas com diferentes idades, graus de escolaridade, cultura ou dificuldades de compreensão. A escrita simples beneficia todos - as pessoas que não são especialistas de um determinado assunto, pessoas que não dominam a língua em que o texto está escrito, as crianças, as pessoas Surdas cuja língua materna é a Língua Gestual, as pessoas com deficiência intelectual ou com deterioração cognitiva devida à idade ou doença.

Os textos em escrita simples devem usar uma linguagem próxima do quotidiano, sem nunca perder o rigor científico da informação. Recomenda-se um tipo de letra sem serifa, com tamanho e cor que permita uma leitura fácil, com a mancha gráfica alinhada à esquerda e parágrafos separados por espaços.

Língua Gestual

Língua natural baseada num sistema de gestos e expressões visuais para permitir a comunicação com pessoas surdo-cegas, os gestos que se destinam a ser vistos podem também ser táteis, desenhando símbolos e sinais sobre a palma da mão (sistema dactilológico). Desta forma, a linguagem gestual divide-se em duas:

- Ideograma: Representação de um ideograma que facilita a comunicação.
- Datilologia: Representação manual do abecedário no espaço.

Cada país conta com a sua própria linguagem gestual, já que não há uma língua universal. Cumprem, além disso, todos os requisitos de uma língua natural com as suas próprias características gramaticais, sintáticas e lexicais.

Móveis e bilheteiras acessíveis

Respondem às necessidades múltiplas pelo que é recomendável que tenham duas alturas: a mais alta (1,10 m) para utilizadores de pé e a mais baixa (80-85 cm) para aqueles que usam cadeiras de rodas. A parte inferior terá uma largura de, pelo menos, 80 cm e debaixo haverá um espaço livre de 70 cm de altura e 60 cm de profundidade que facilite a aproximação frontal da cadeira de rodas. No caso das bilheteiras, devem ter entre 60 e 120 cm de altura. Paralelamente, as salas de conferências e as salas de atos devem reservar um espaço para pessoas em cadeira de rodas.

Sistemas aumentativos e alternativos de comunicação

Os sistemas aumentativos de comunicação têm por objetivo aumentar a capacidade de comunicação das pessoas que têm impedimentos para conseguir uma comunicação verbal funcional (por exemplo, pessoas com autismo, com deficiência intelectual ou com acidentes vasculares cerebrais). Nos casos mais graves onde não é possível a expressão verbal, estes sistemas substituí-la-ão; neste caso são denominados sistemas alternativos de comunicação.

Podem ser pictogramas, representações lineares e geométricas ou imagens.

Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

Perturbação neurológica do desenvolvimento que dificulta a maneira como uma pessoa interpreta a língua, comunica e interage socialmente. Costuma ser acompanhado de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Recurso que oferece numerosas possibilidades no campo da acessibilidade. Desenvolvidas seguindo os princípios do desenho universal, respondem às necessidades da globalidade das pessoas.

Web Content Accessibility Guidelines WCAG 2.1

Recomendações internacionais sobre design acessível de páginas de Internet.

Entre outras coisas preconizam: navegação fácil através de teclado, rato ou outro produto técnico; informação relevante em escrita simples; conteúdos apresentados de forma lógica e clara; informação em multiformato (por exemplo, imagens descritas e material vídeo legendado). A mesma inclui adequações para pessoas invisuais e com visão reduzida, surdas e com hipacusia, com problemas da fala, com fotossensibilidade e, também, para aquelas pessoas que combinam várias das insuficiências citadas anteriormente. Também rege as adaptações que respondem a algumas das particularidades dos indivíduos com problemas de aprendizagem e deficiência cognitiva. Estas instruções facilitam o acesso ao conteúdo web em computadores, portáteis, tablets e smartphones. Se forem seguidas as diretrizes da WCAG 2.1, torna-se mais acessível o conteúdo web para o público geral.

A recomendação WCAG 2.1, publicada recentemente, aumenta e enfatiza a anterior versão (WCAG 2.0). Porém as normas e legislações nacionais e internacionais ainda se cingem à versão anterior (certificado Web double A WAI W3C- WCAG 2.0)

Quadro normativo essencial

Direção-Geral do Património Cultural

Assuntos	Perguntas respondidas	Número de Observações	Responder
Edifício	0 de 6	0	Ir
Localização	0 de 4	0	Ir
Exposições	0 de 8	0	Ir
Comunicação	0 de 5	0	Ir
Segurança	0 de 3	0	Ir
Consultoria	0 de 3	0	Ir
Formação	0 de 3	0	Ir
Emprego	0 de 2	0	Ir
Avaliação	0 de 4	0	Ir
Gestão	0 de 5	0	Ir

[Finalizar](#)

Direção-Geral do Património Cultural

Edifício

O acesso exterior ao Museu é seguro e confortável: Existe estacionamento acessível; O percurso do acesso ao museu está livre de obstáculos para pessoas com mobilidade reduzida e utentes em cadeira de rodas?

Observação:

A entrada está livre de desníveis (ou caso existam, possui um acesso alternativo para pessoas com mobilidade condicionada), e o balcão de receção é acessível.

Observação:

Todo o percurso de visita é acessível a pessoas com mobilidade condicionada?

Observação:

Os sanitários do público são acessíveis a pessoas com deficiência motora?

Observação:

O museu têm serviço de empréstimo de cadeiras de rodas ou andadores?

Observação:

Têm bucles magnéticos?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.

Assuntos
☰

Guardar
💾

Anterior
⬅

Seguinte
➡

Localização

A sinalização exterior tem boa visibilidade e permite identificar claramente o Museu?

Observação:

Existem mapas simples na entrada do Museu e têm indicação do percurso recomendado?

Observação:

A sinalética tem bom contraste, é clara e legível e tem um símbolo gráfico associado?

Observação:

A sinalética de direção é simples e clara e está colocada a uma altura entre 1,20m e 1,70m do pavimento?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.



Direção-Geral do Património Cultural



Exposições

Todas salas de exposição são acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada?

Observação:

Existem zonas para descansar em vários locais da exposição?

Observação:

Foram consideradas as necessidades dos diferentes públicos na apresentação dos objetos?

Observação:

É utilizada linguagem simples nos textos?

Observação:

Os textos estão disponíveis nas linguas (oficiais, cooficiais) do país e traduzidos em língua estrangeira?

Observação:

São observadas as boas práticas relativas ao tamanho da letra, contraste e posição dos objetos na exposição?

Observação:

Existe informação audiovisual disponível para públicos com necessidades especiais?

Observação:

Há atividades para o público em geral que também sejam acessíveis a pessoas com deficiência?

Observação:

Sugestões

Registrar eventuais sugestões de melhoria.

Assuntos



Guardar



Anterior



Seguinte



Comunicação

Existe um telão/banner ou painel exterior chamativo e fácil de ler?

Observação:

Todos os materiais de divulgação do museu referem a oferta para pessoas com deficiência?

Observação:

São consideradas as necessidades dos visitantes com deficiência no acesso à informação?

Observação:

Existe informação sobre os serviços de acessibilidade na página da internet e esta é fácil de encontrar?

Observação:

Cumpe o site do museu os regulamentos dos certificados de acessibilidade internacional? Cumpe as normas actuais (descritas no glossário) no seu design?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.

Assuntos



Guardar



Anterior



Seguinte



Direção-Geral do Património Cultural



Segurança

As saídas de emergência são acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada?

Observação:

Existe um sistema de aviso sonoro e visual?

Observação:

Há pessoal treinado para assistir pessoas com mobilidade condicionada?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.



Direção-Geral do Património Cultural



Consultoria

O Museu pede habitualmente pareceres sobre questões de acessibilidade a pessoas com deficiência?

Observação:

O Museu tem grupos consultivos compostos por pessoa com deficiência?

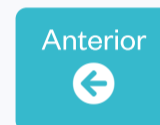
Observação:

No último ano foram feitas melhorias no Museu a partir de consultas feitas a pessoas com deficiência?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.



Direção-Geral do Património Cultural



Formação

Existe regularmente formação sobre questões de acessibilidade?

Observação:

É dada informação a todos os funcionários sobre o enquadramento legal da acessibilidade, no âmbito das suas competências?

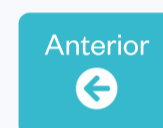
Observação:

Existe formação regular sobre visitantes com diversos tipos de deficiência e mobilidade reduzida?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.



Emprego

O Museu integra funcionários portadores de deficiência? Se for o caso, são ouvidos relativamente às questões de acessibilidade?

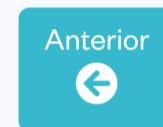
Observação:

O Museu integra voluntários portadores de deficiência?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.



Avaliação

As instalações, bens, serviços ou equipamentos acessíveis do Museu são avaliados internamente?

Observação:

A avaliação cobre vários assuntos como, espaços, exposições, comunicação, atividades, serviços, etc...?

Observação:

É prática corrente elaborar relatórios escritos sobre a avaliação e que estes incluam recomendações?

Observação:

A oferta acessível do Museu é reformulada atendendo às recomendações feitas, dentro de um prazo razoável?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.

Assuntos



Guardar



Anterior



Seguinte



Direção-Geral do Património Cultural

Gestão

O Museu tem um documento sobre a sua missão onde é expressa a política relativa à promoção da acessibilidade e inclusão, e está disponível na página da internet?

Observação:

Existe um Plano de acessibilidade publicado na página da internet do museu?

Observação:

Todos os funcionários do Museu são informados de que devem implementar a acessibilidade nas suas funções e existe um membro que coordena as questões de acessibilidade dentro do museu?

Observação:

No último ano foram contempladas verbas para implementar soluções de acessibilidade?

Observação:

No último ano foram estabelecidas parcerias para implementar soluções de acessibilidade com associações representativas de pessoas com deficiência, ou com instituições públicas ou privadas?

Observação:

Sugestões

Registar eventuais sugestões de melhoria.

Assuntos



Guardar



Anterior



Adicionar boa prática

Descreva uma atividade que tenha desenvolvido no museu e que considere um exemplo de boa prática no âmbito da acessibilidade.

Nome da actividade:

Coletivos:

- Pessoas com mobilidade reduzida
- Pessoas surdas ou com perda auditiva
- Pessoas cegas e de baixa visão
- Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial
- Outros

Descrição da actividade:

Objectivos das actividades:

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática.

Orçamento associado:

Dólar

* por favor, incluya el presupuesto en dólares.

Agradecemos que possa enviar alguma imagem da atividade.

Seleccionar archivo

No se eligió archivo

Outro:

Seleccionar archivo

No se eligió archivo

Outro:

Seleccionar archivo

No se eligió archivo

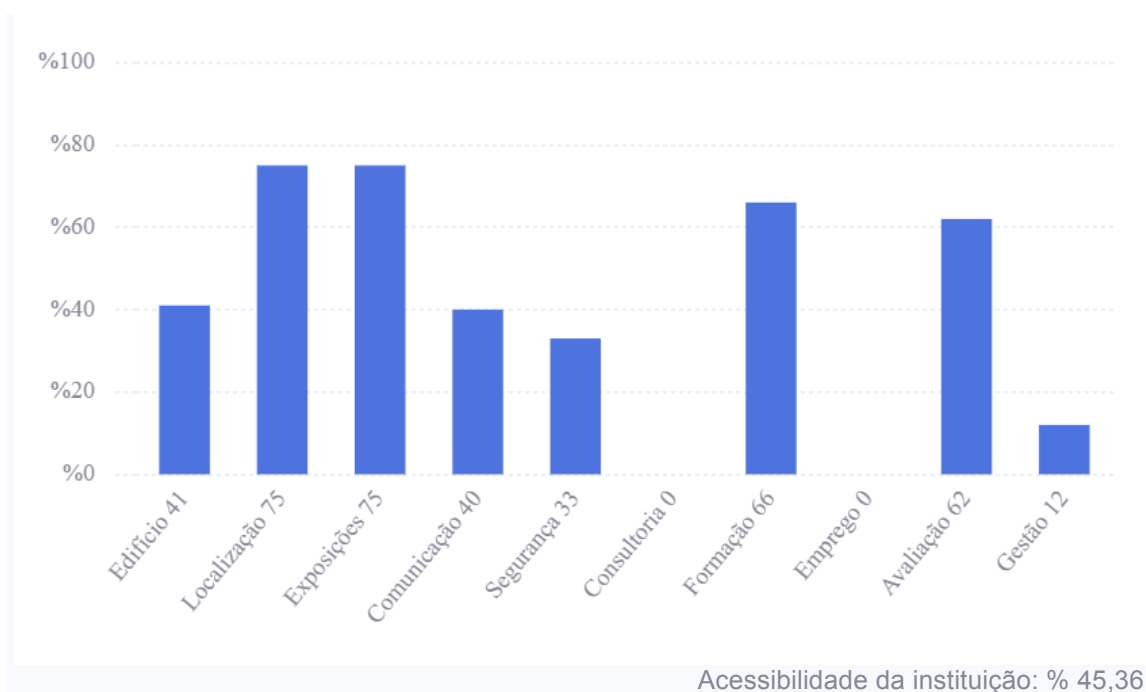
Adicionar

Anexo 2
Diagnóstico
de avaliação da
acessibilidade
por museu

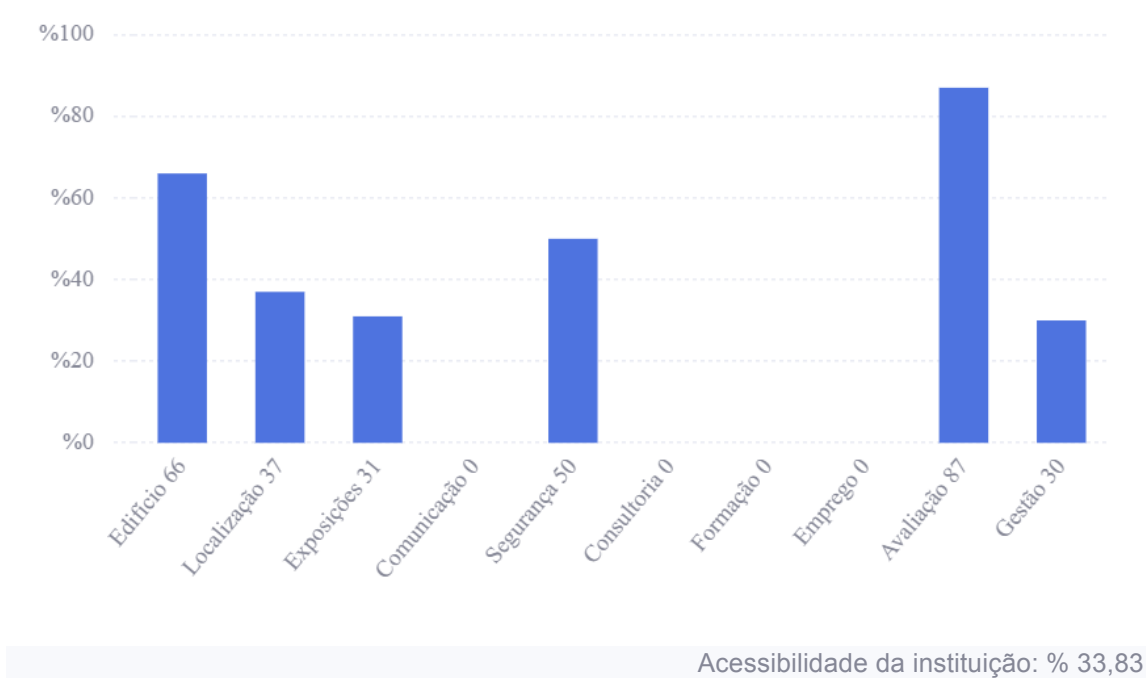
ANEXO 2

DIAGNÓSTICO DE AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE POR MUSEU (RPM)

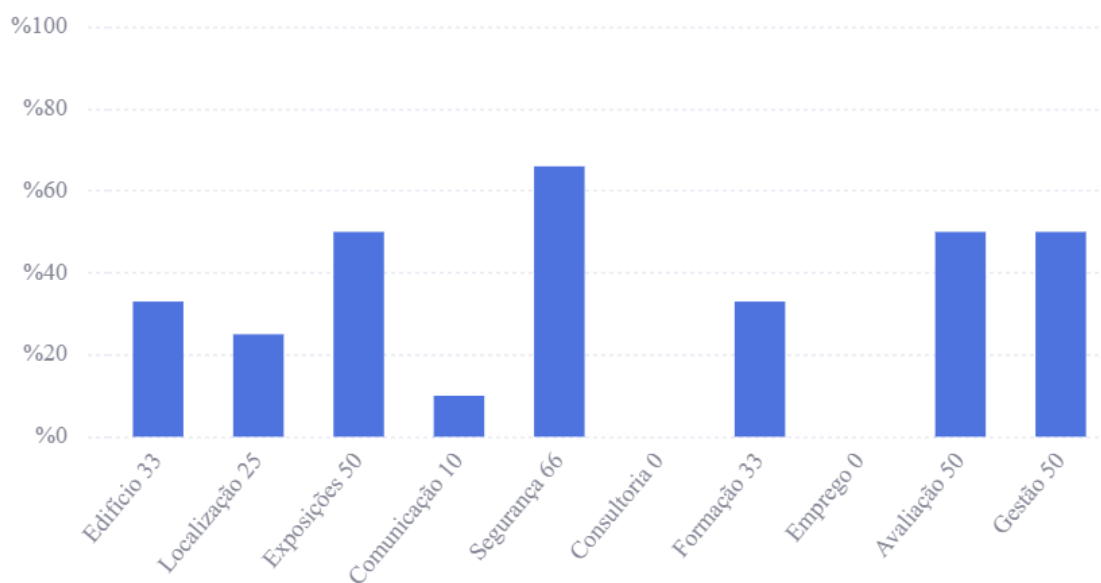
Casa Colombo Museu do Porto Santo



Casa Camilo - Museu. Centro de Estudos

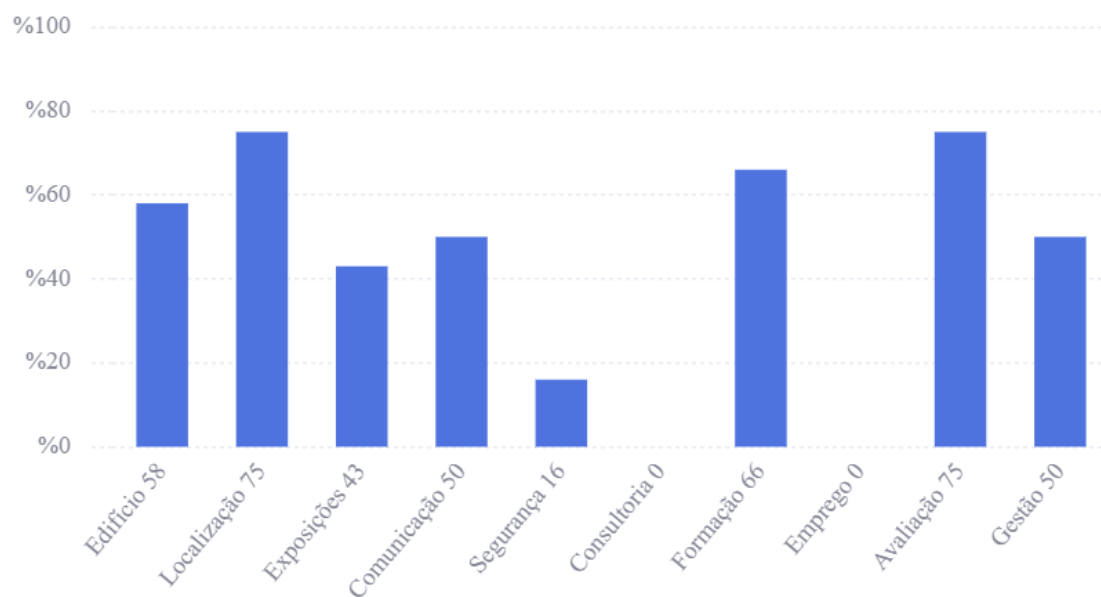


Casa Museu Abel Salazar



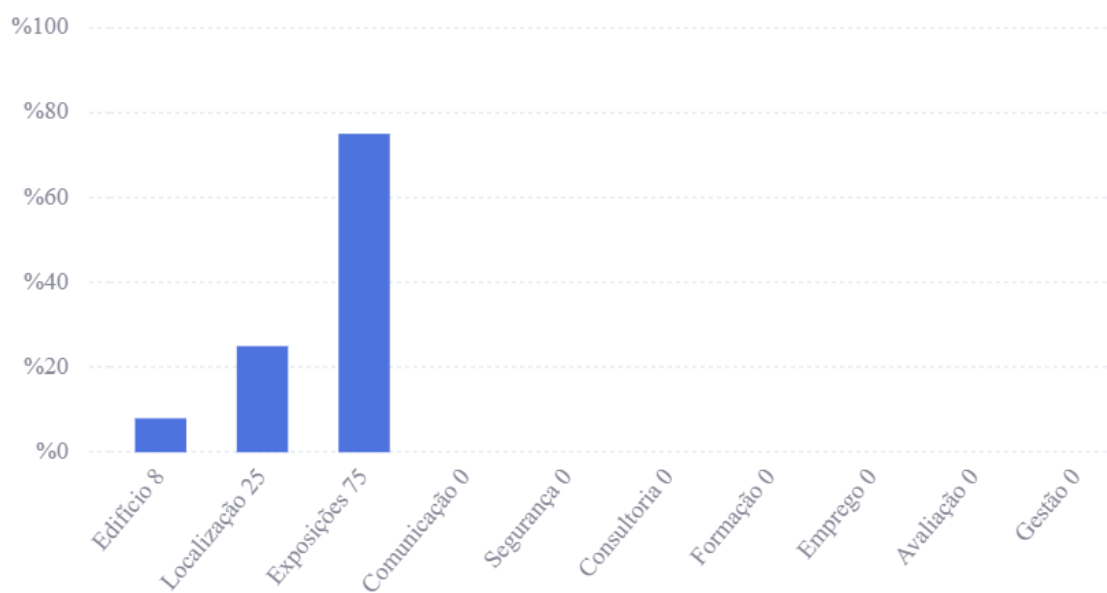
Acessibilidade da instituição: % 33,08

Casa Museu Teixeira Lopes



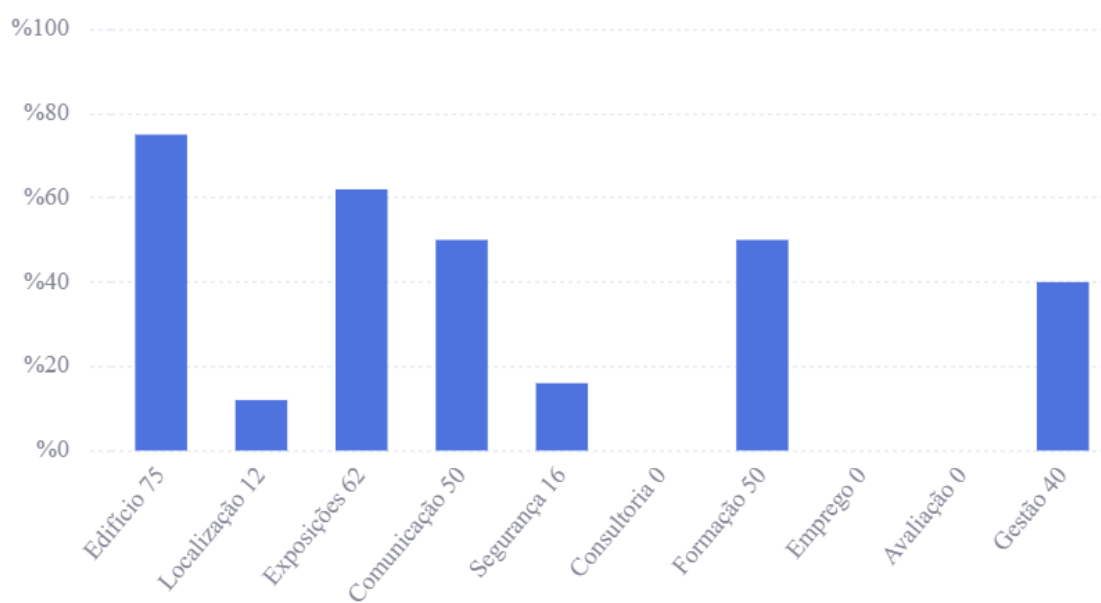
Acessibilidade da instituição: % 48,85

Casa Museu de Leal da Câmara



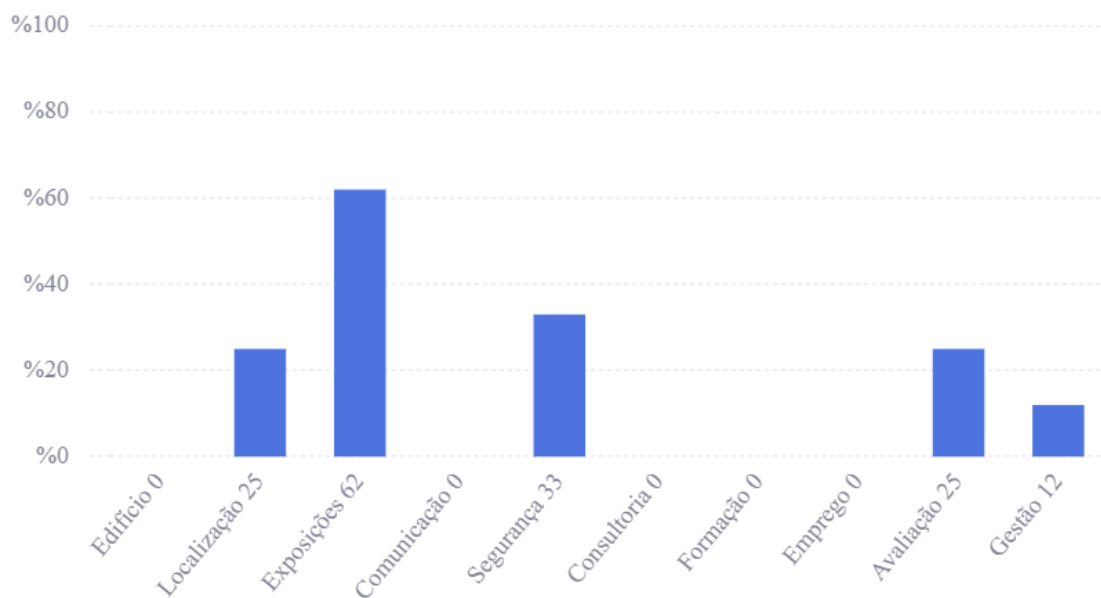
Acessibilidade da instituição: % 15,42

Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves



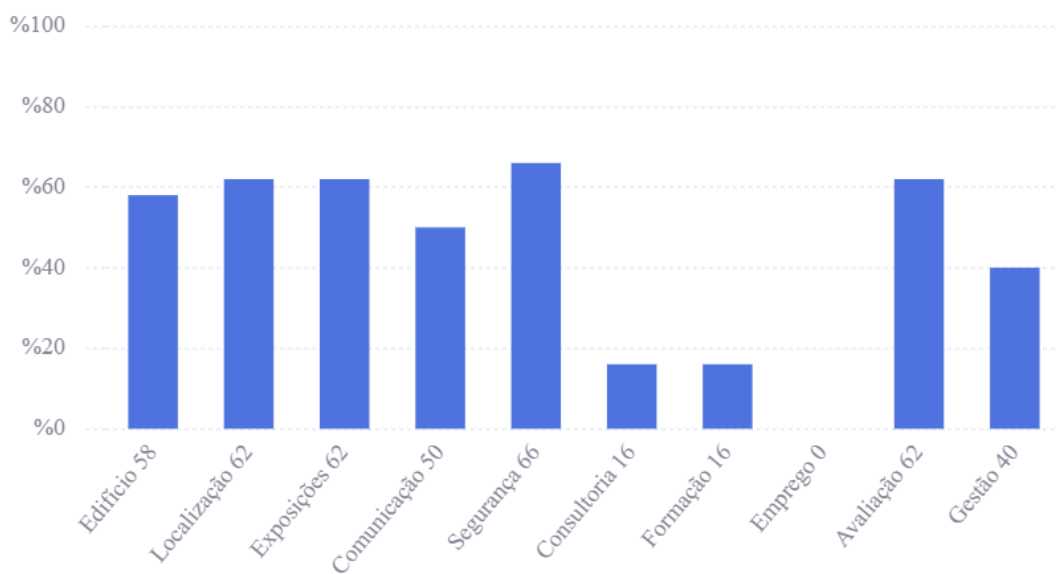
Acessibilidade da instituição: % 40,46

Casa Museu Frederico de Freitas



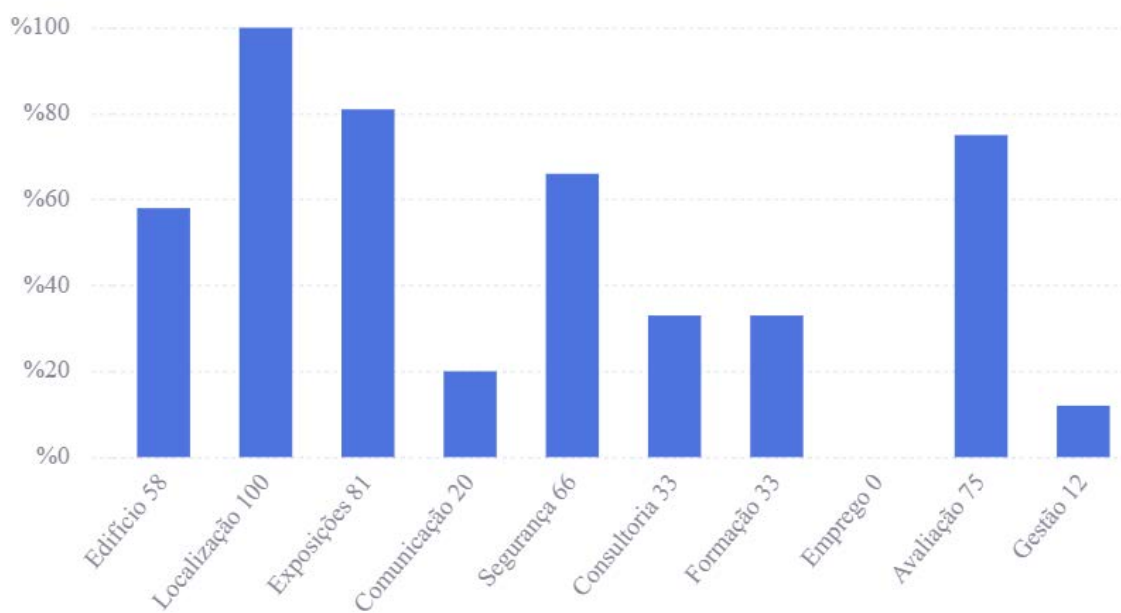
Acessibilidade da instituição: % 16,68

Centro Internacional das Artes José de Guimarães



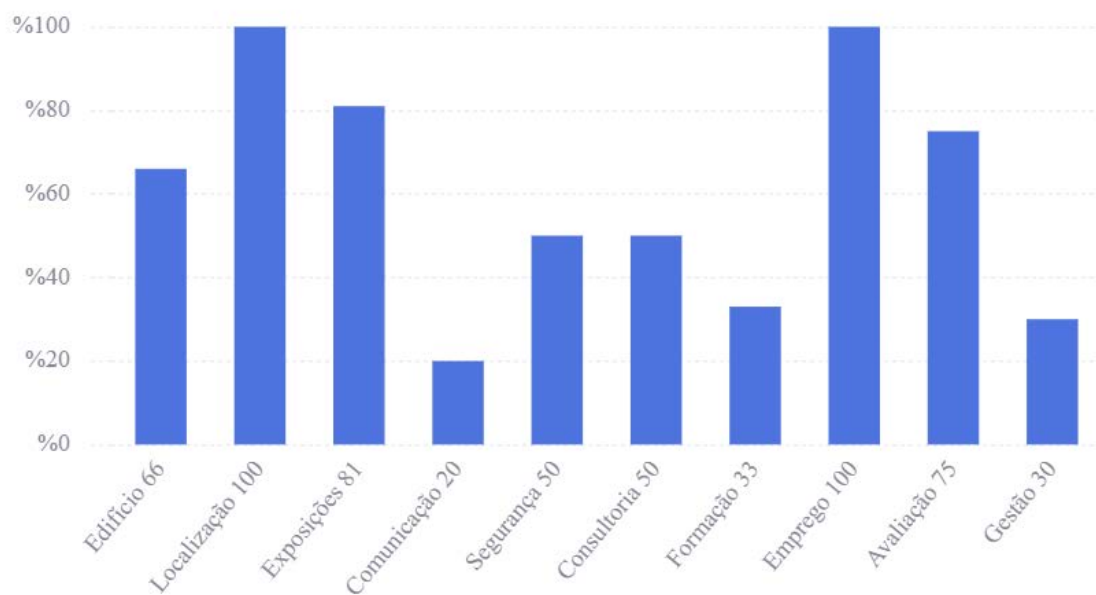
Acessibilidade da instituição: % 47,24

Consolata Museu | Arte Sacra e Etnologia



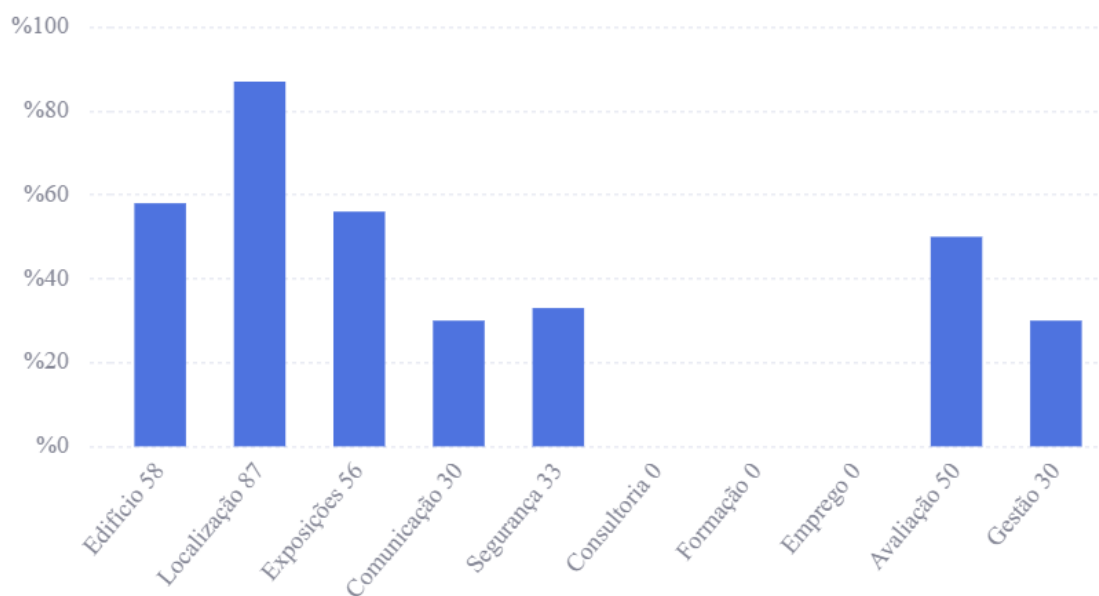
Acessibilidade da instituição: % 51,89

Ecomuseu - Associação de Barroso



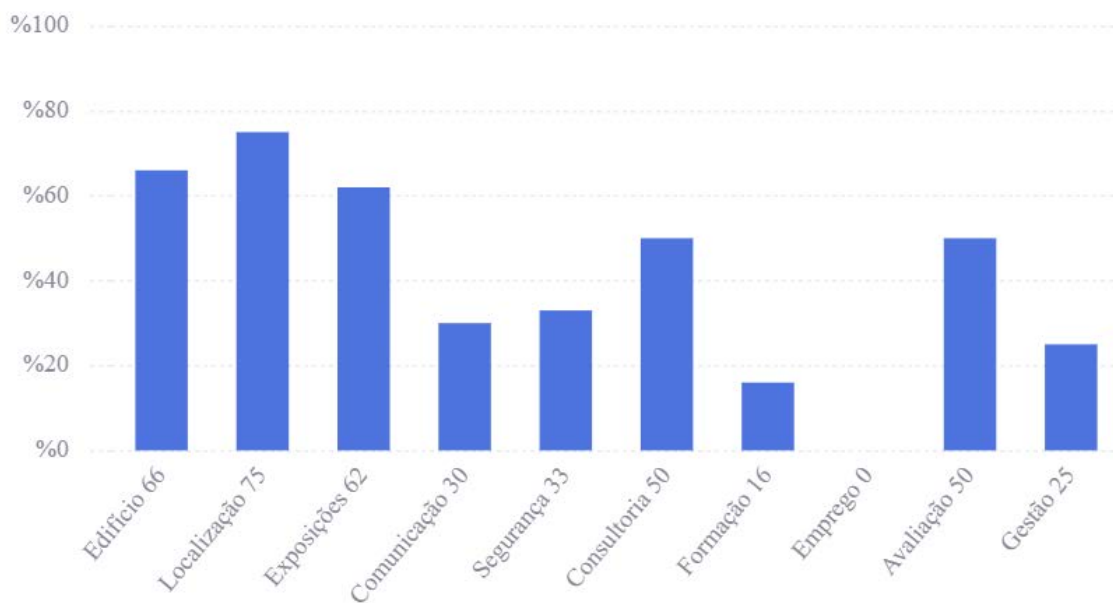
Acessibilidade da instituição: % 60,72

Ecomuseu Municipal do Seixal -Núcleo do Moinho de Maré de Corroios



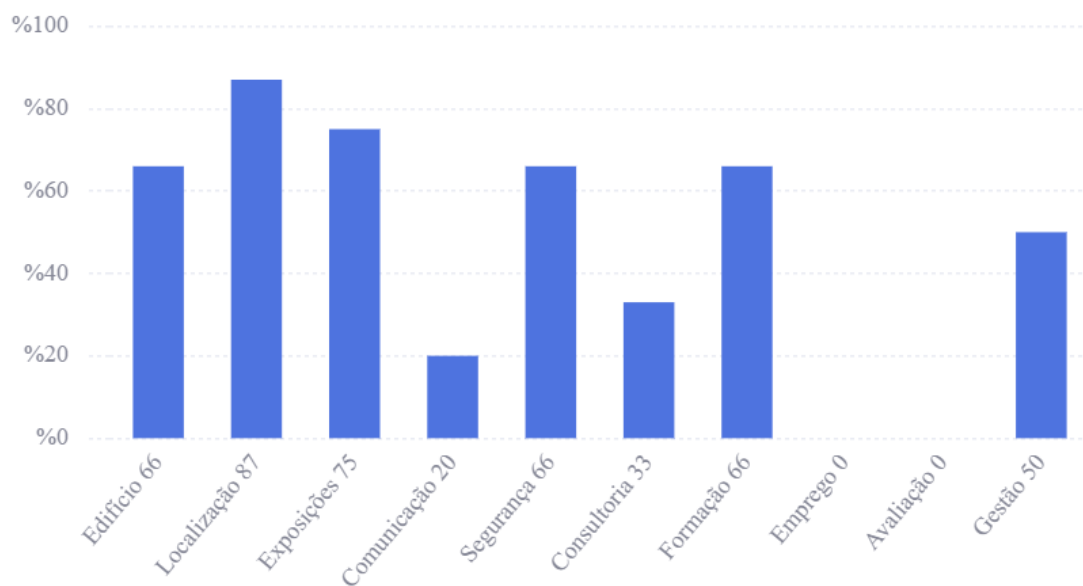
Acessibilidade da instituição: % 40,28

Fundação Portuguesa das Comunicações / Museu das Comunicações



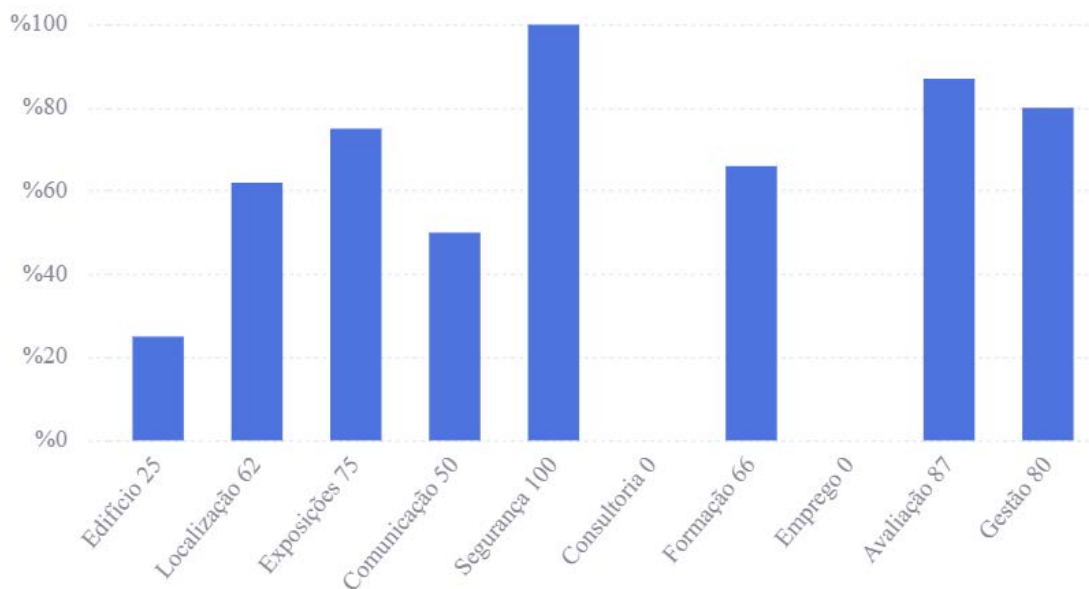
Acessibilidade da instituição: % 46,55

MUDAS. Museu de Arte Contemporânea da Madeira



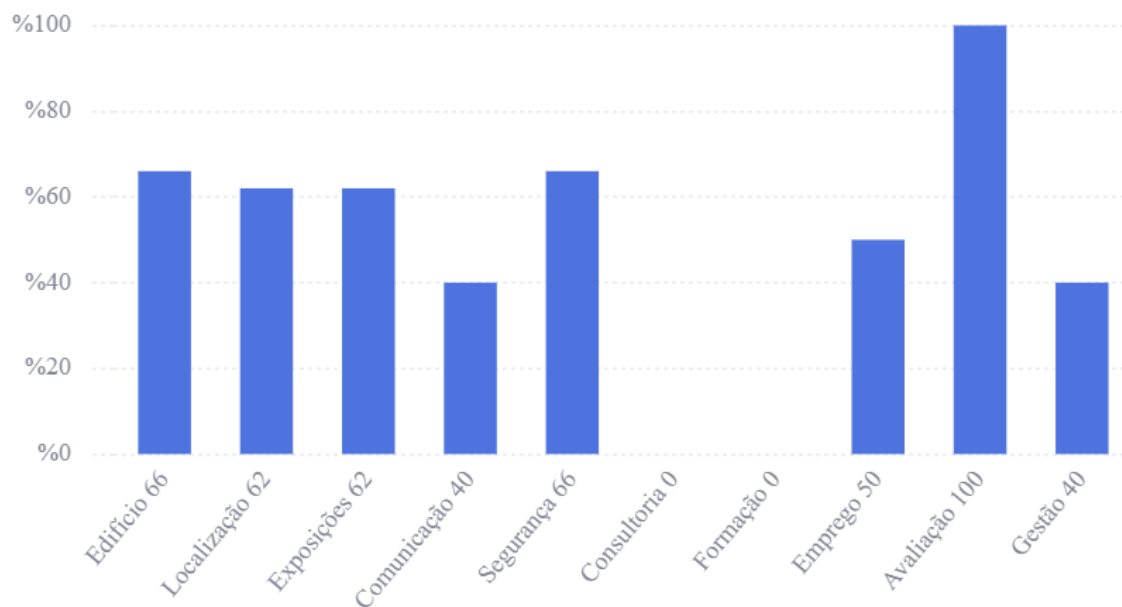
Acessibilidade da instituição: % 52,83

Museu Anjos Teixeira



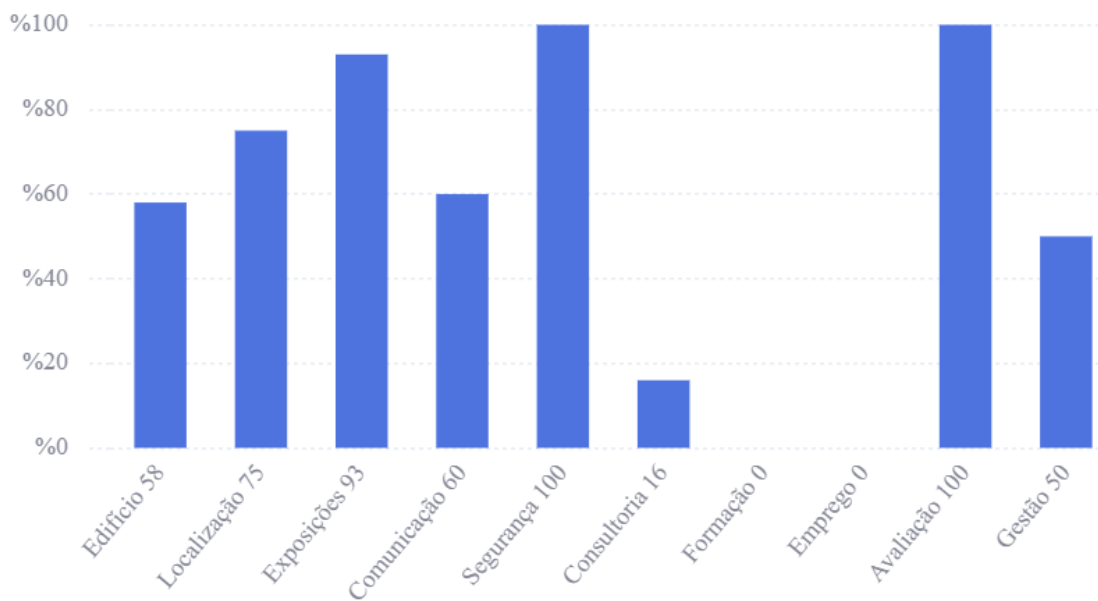
Acessibilidade da instituição: % 53,73

Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas



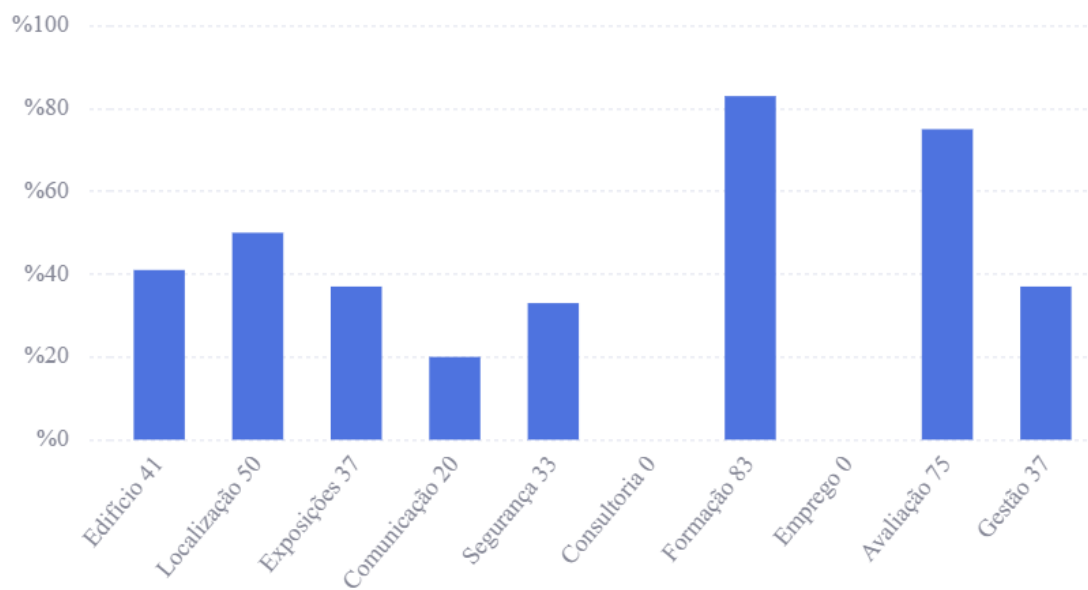
Acessibilidade da instituição: % 50,29

Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses



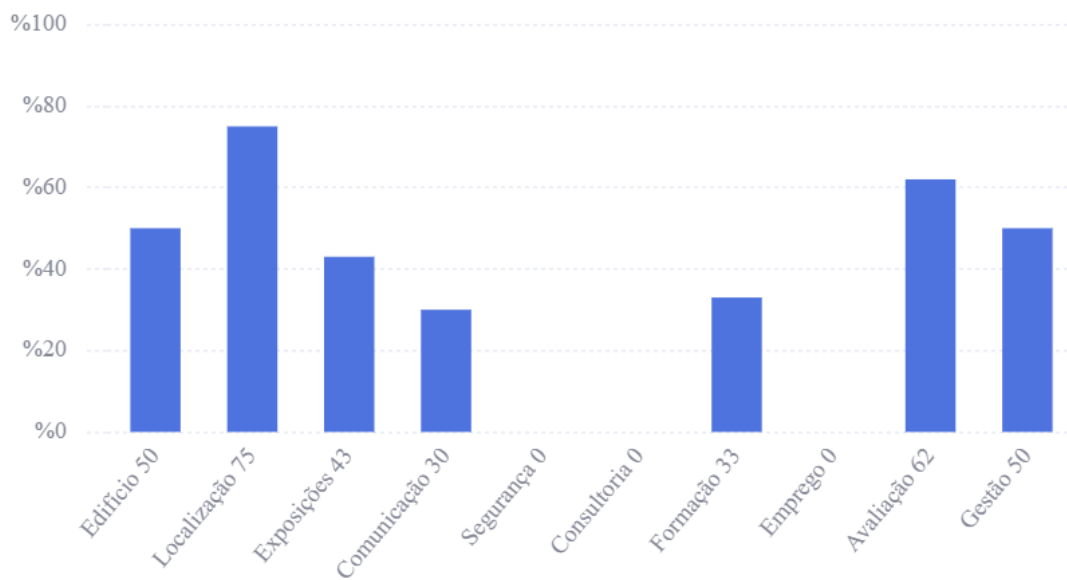
Acessibilidade da instituição: % 57,98

Museu Bernardino Machado



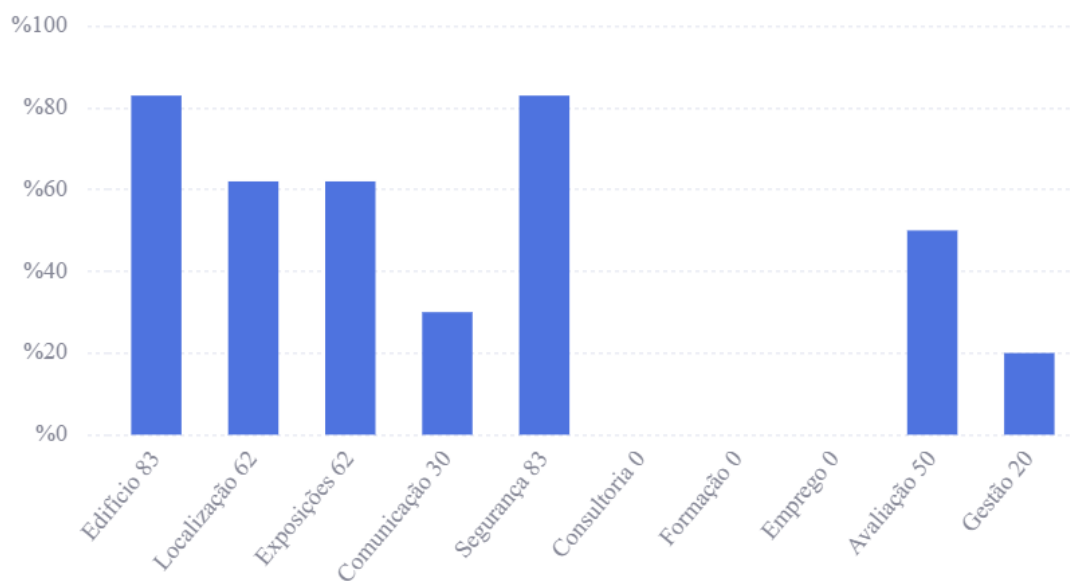
Acessibilidade da instituição: % 40,32

Museu Biblioteca da Casa de Bragança



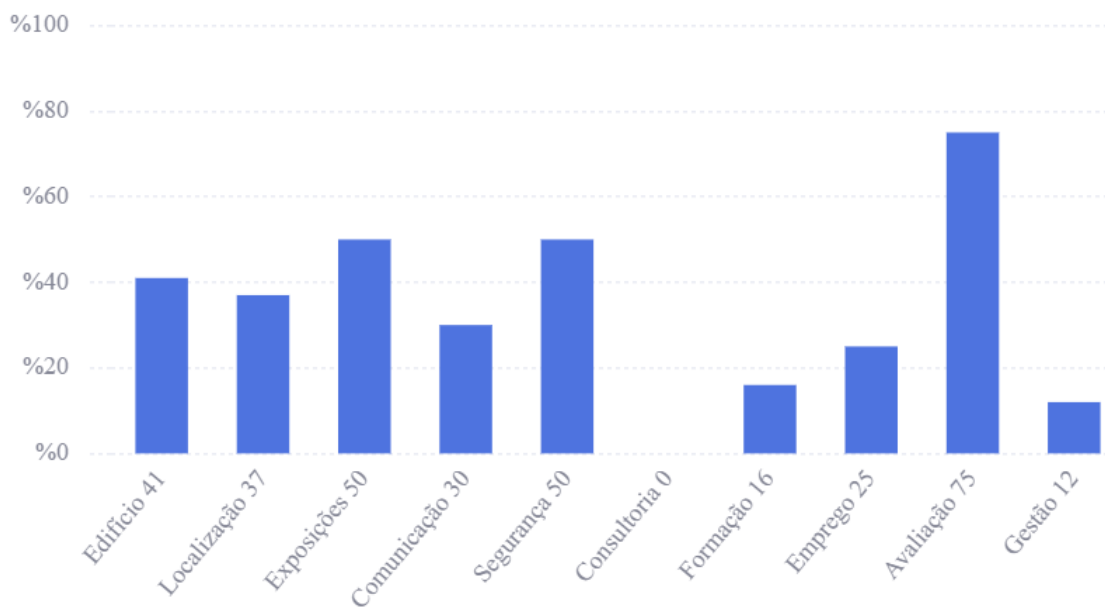
Acessibilidade da instituição: % 40,08

Museu Calouste Gulbenkian - Fundação Calouste Gulbenkian



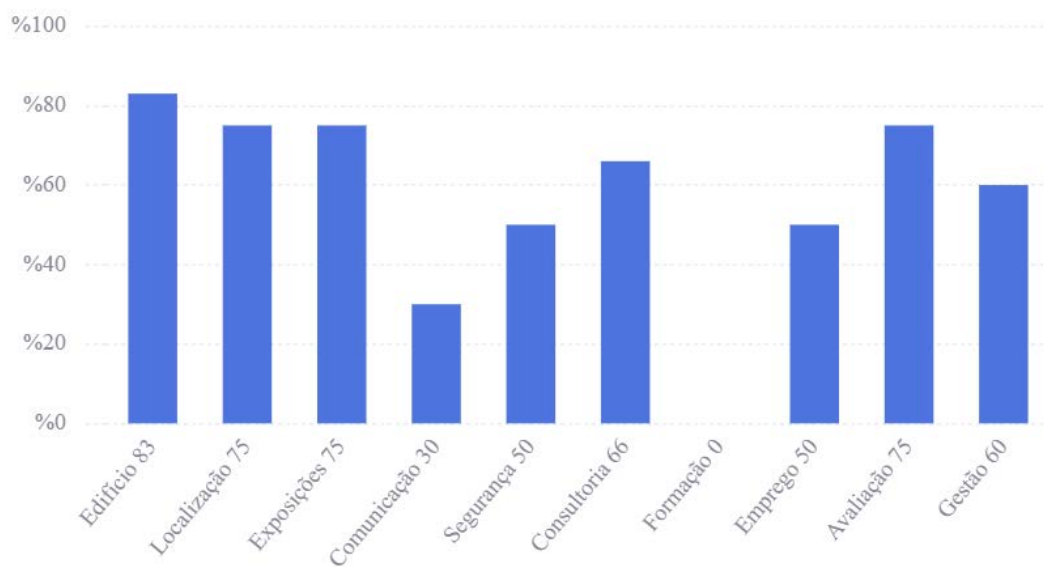
Acessibilidade da instituição: % 45,22

Museu Condes de Castro Guimarães



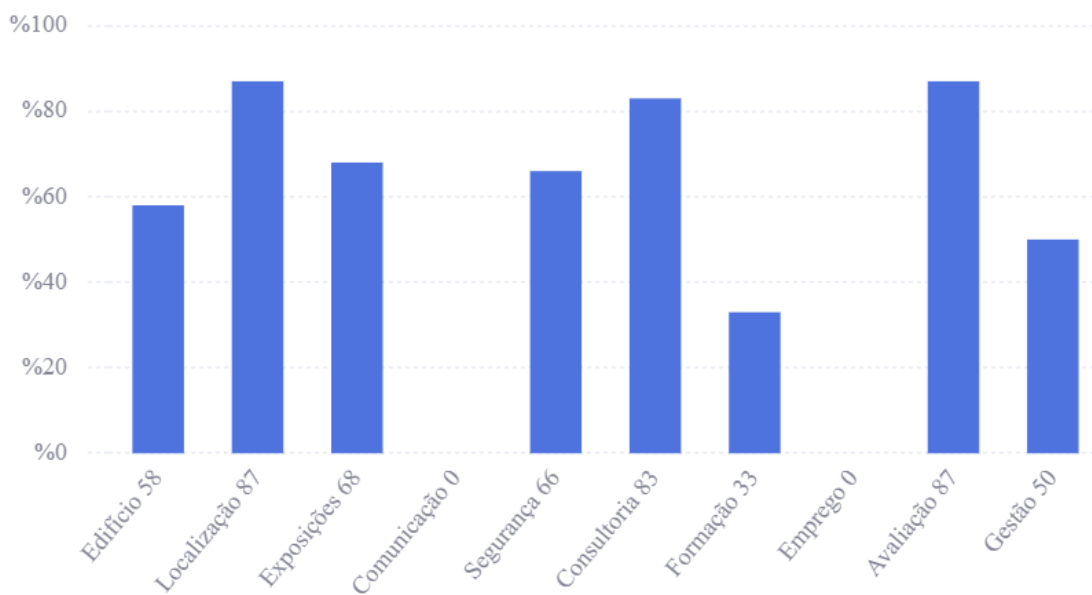
Acessibilidade da instituição: % 34,87

Museu Convento dos Loios



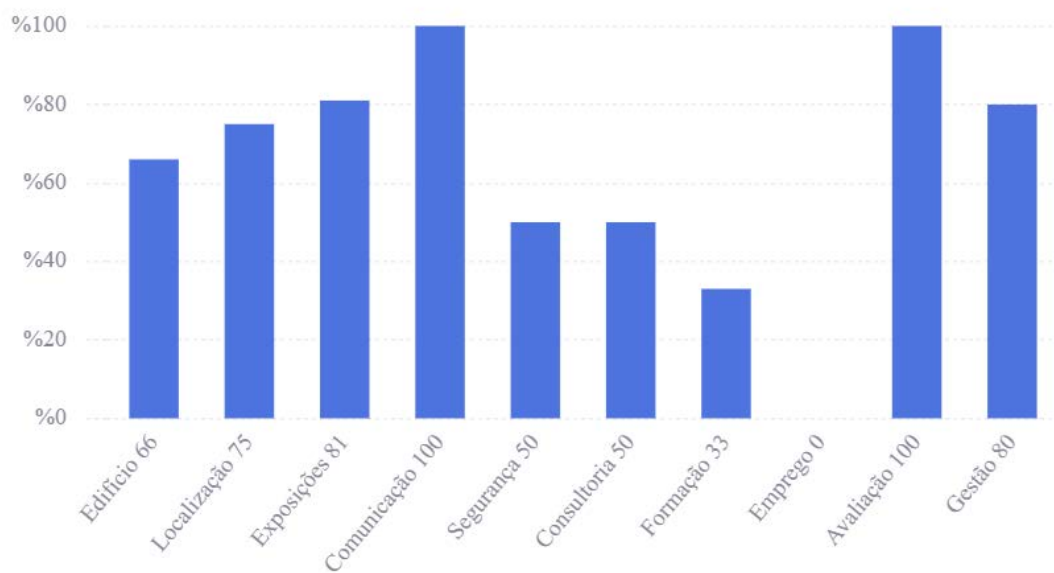
Acessibilidade da instituição: % 60,04

Museu da Água - EPAL, S.A.



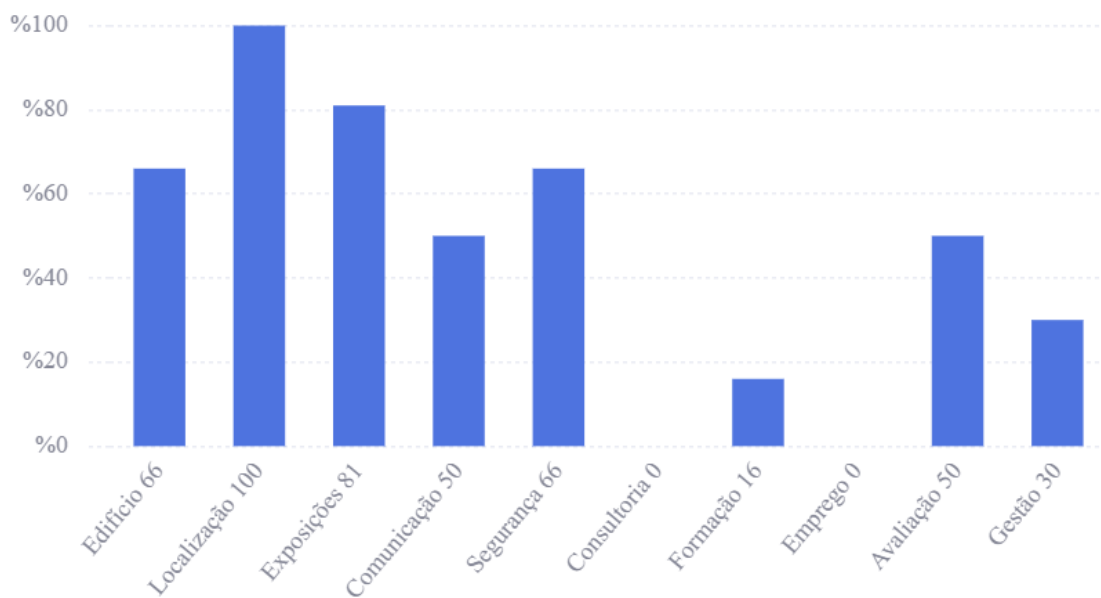
Acessibilidade da instituição: % 55,2

Museu da Aguarela Roque Gameiro



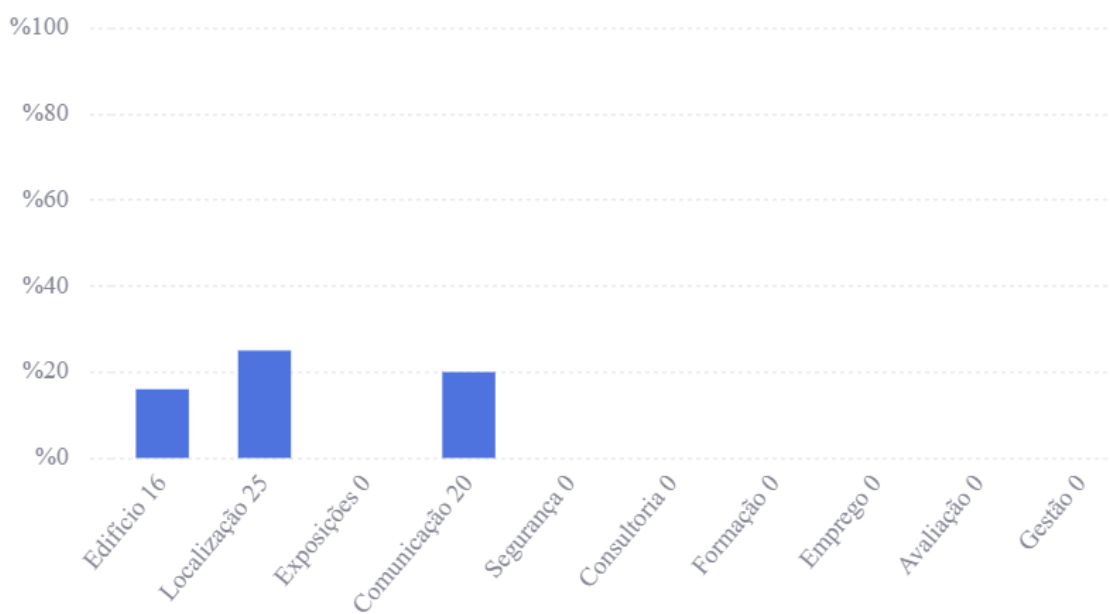
Acessibilidade da instituição: % 68,1

Museu da Carris



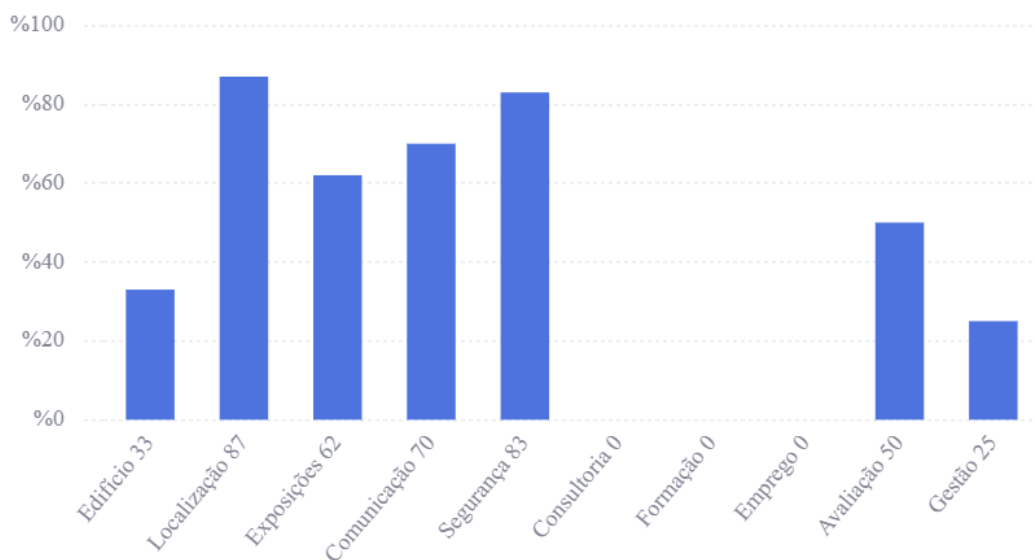
Acessibilidade da instituição: % 52,27

Museu da Casa Grande



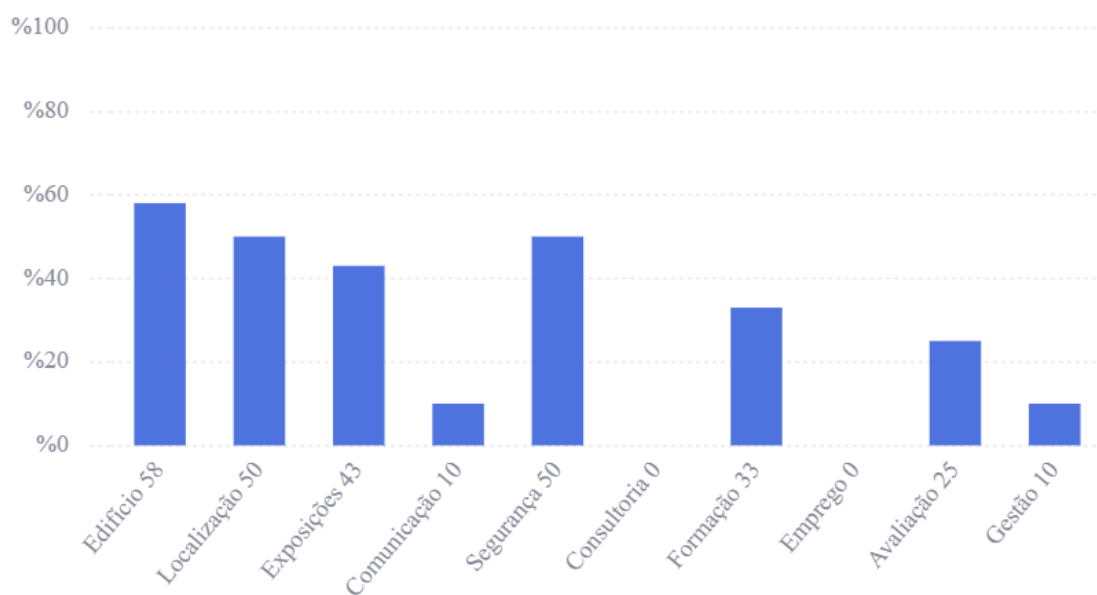
Acessibilidade da instituição: % 7,83

Museu da Cerâmica



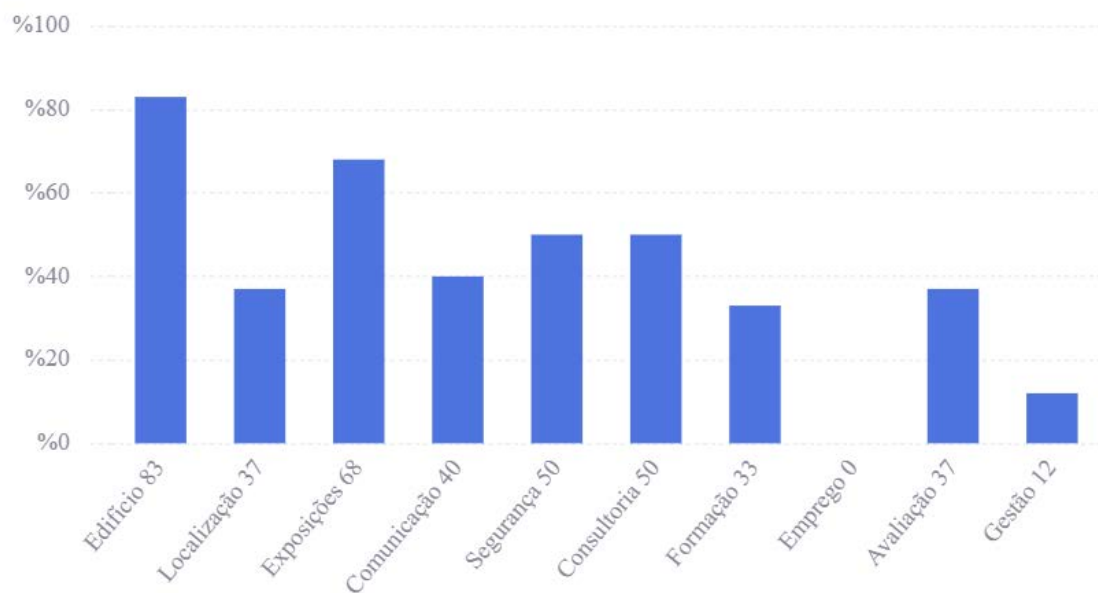
Acessibilidade da instituição: % 42,22

Museu da Cidade - Casa Guerra Junqueiro



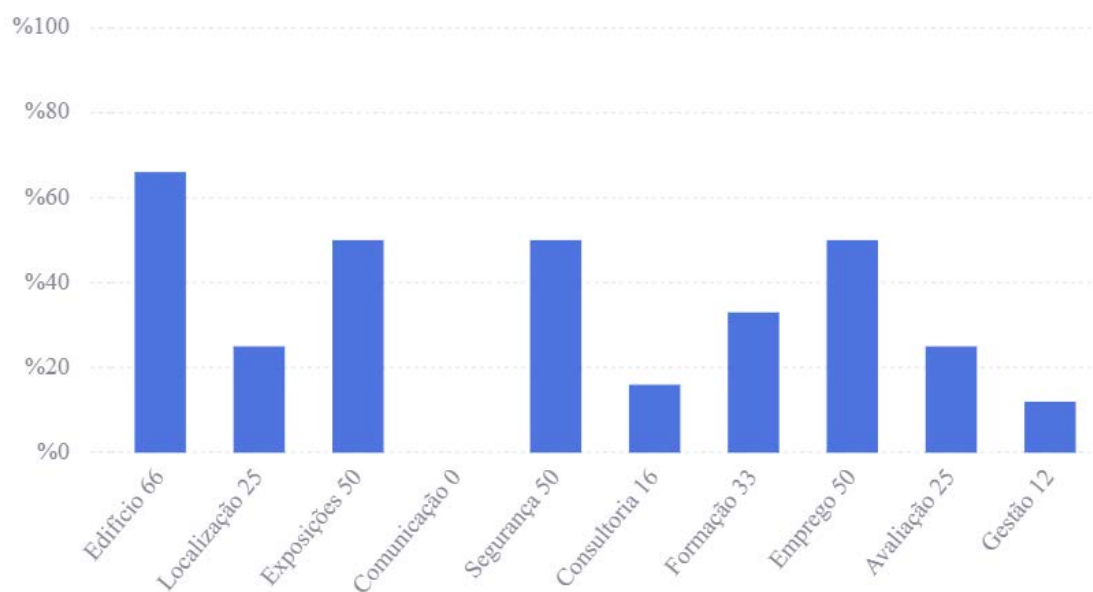
Acessibilidade da instituição: % 32,94

Museu da Cidade - Casa Marta Ortigão Sampaio



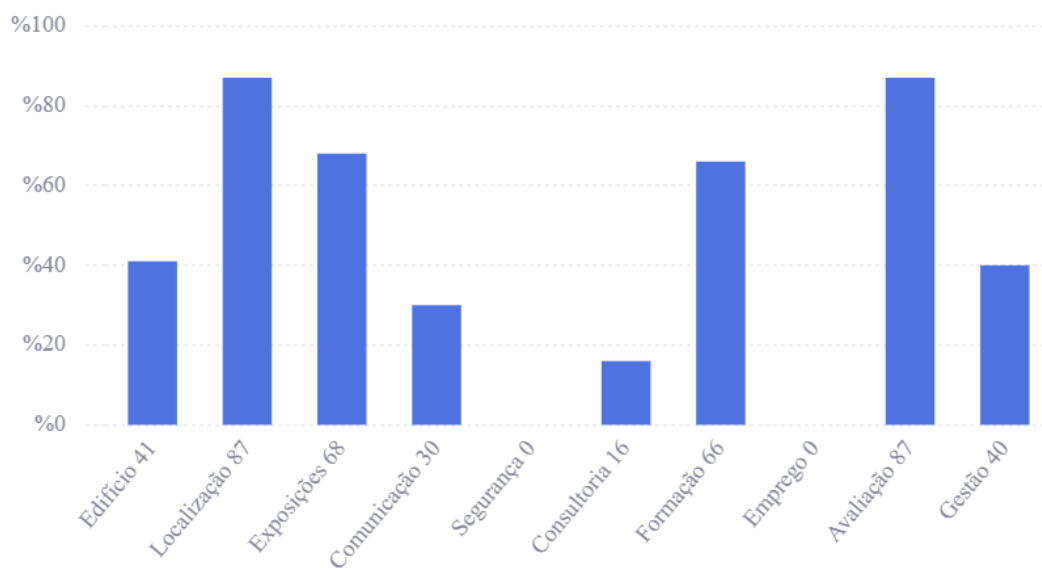
Acessibilidade da instituição: % 48,37

Museu da Cidade - Extensão do Romantismo (Antiga Casa Tait)



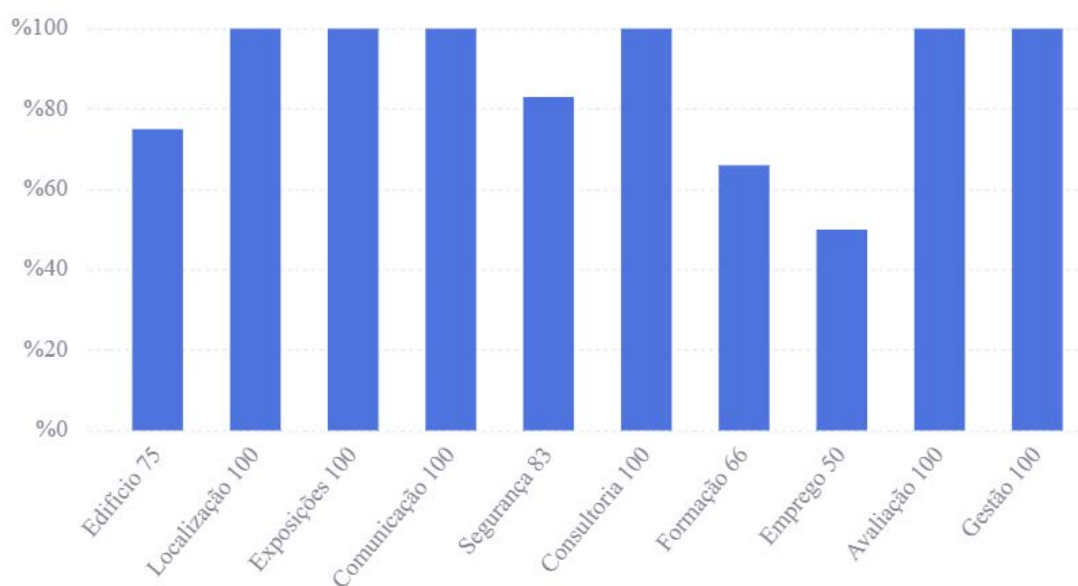
Acessibilidade da instituição: % 36,04

Museu da Cidade de Aveiro



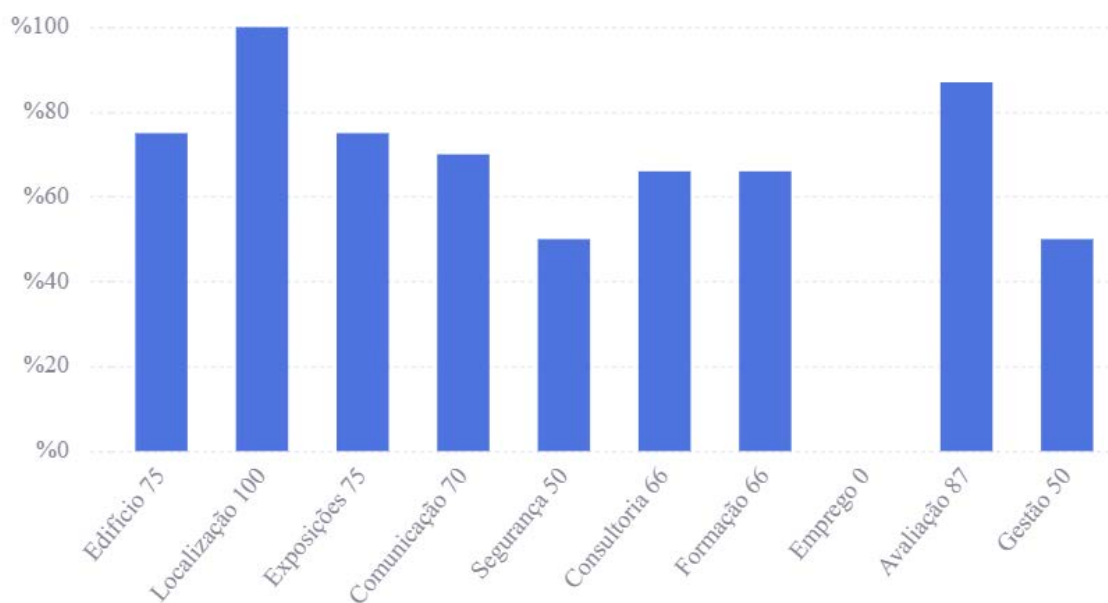
Acessibilidade da instituição: % 48,87

Museu da Comunidade Concelhia da Batalha



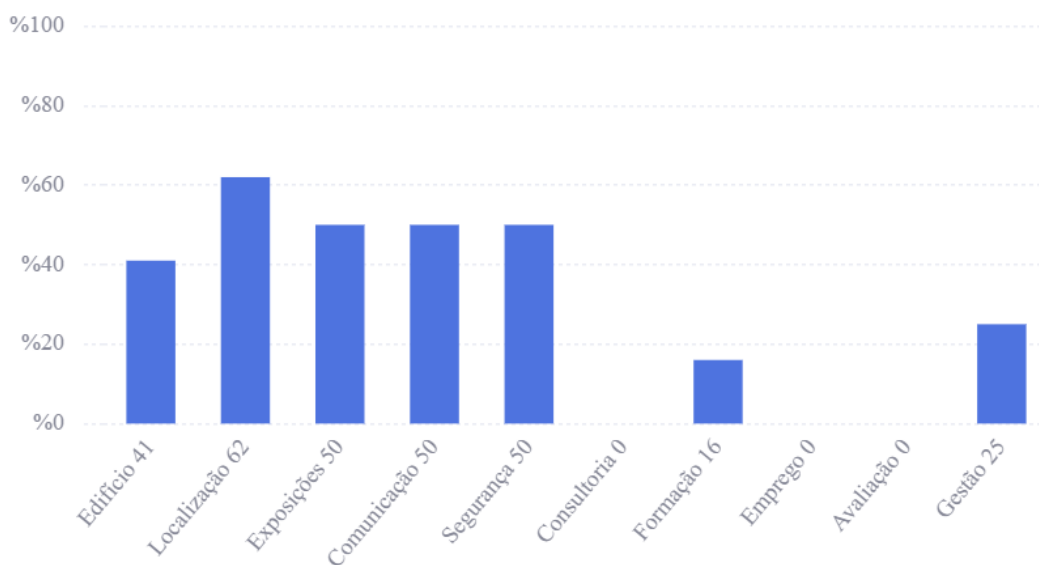
Acessibilidade da instituição: % 88,34

Museu da Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva



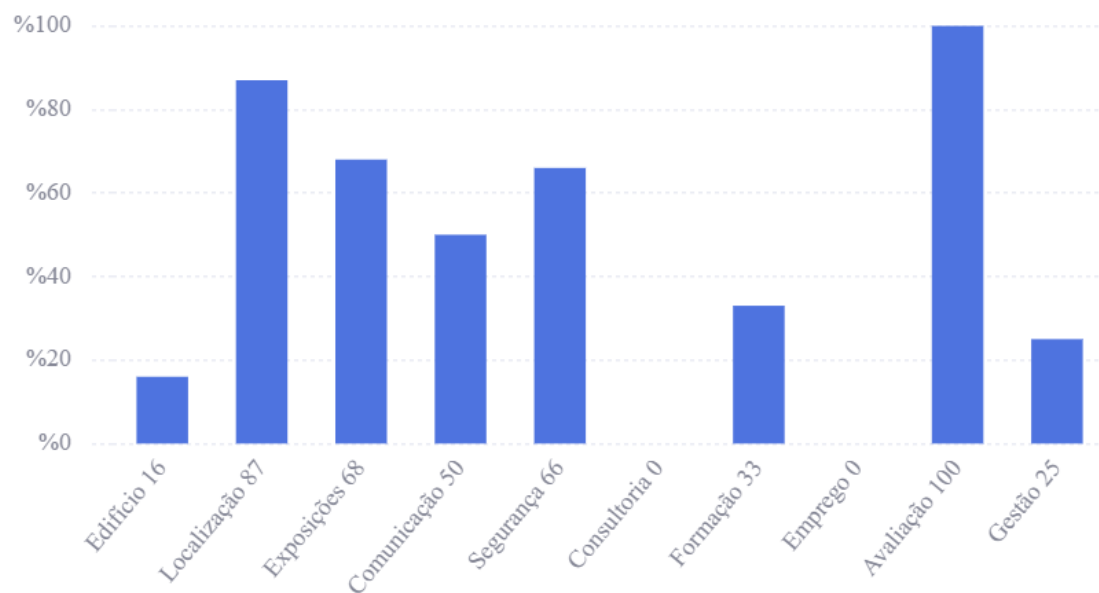
Acessibilidade da instituição: % 68,98

Museu da Fundação Cupertino de Miranda | Centro Português do Surrealismo



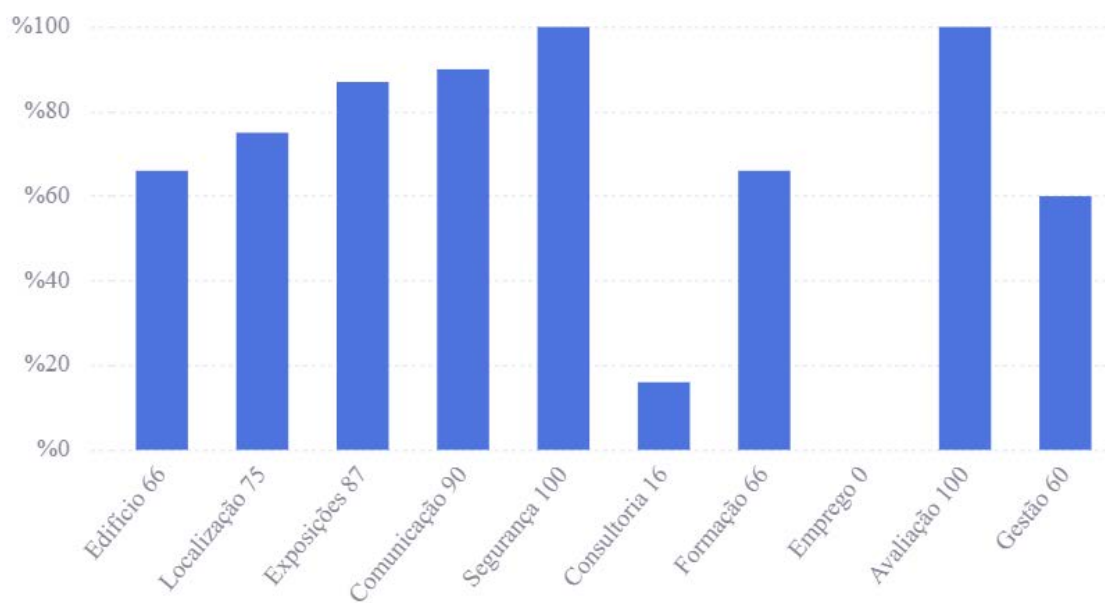
Acessibilidade da instituição: % 33,75

Museu da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho



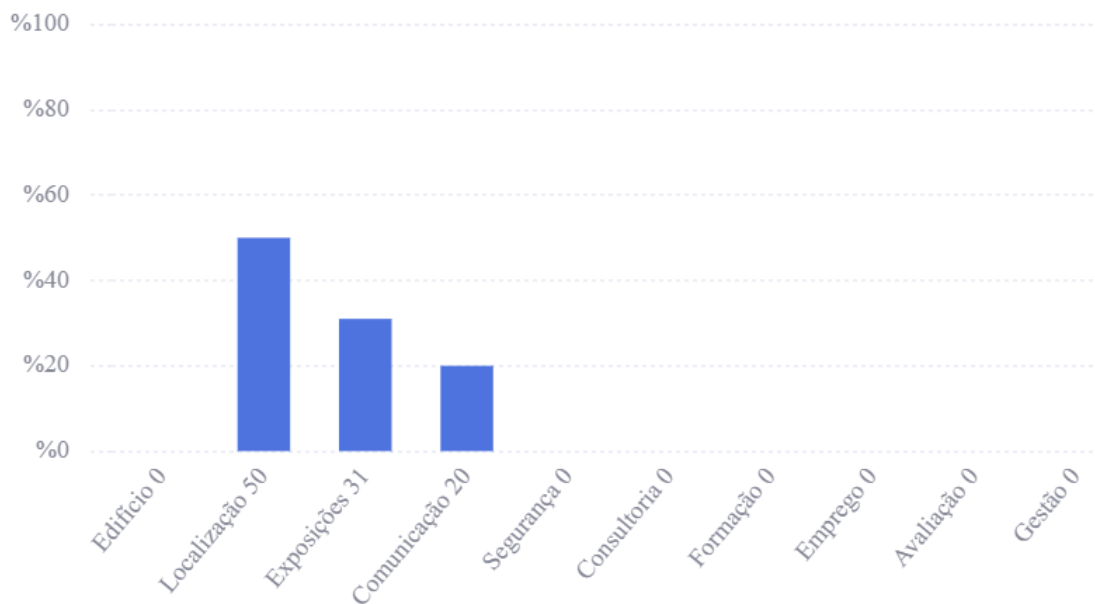
Acessibilidade da instituição: % 44,05

Museu da Graciosa



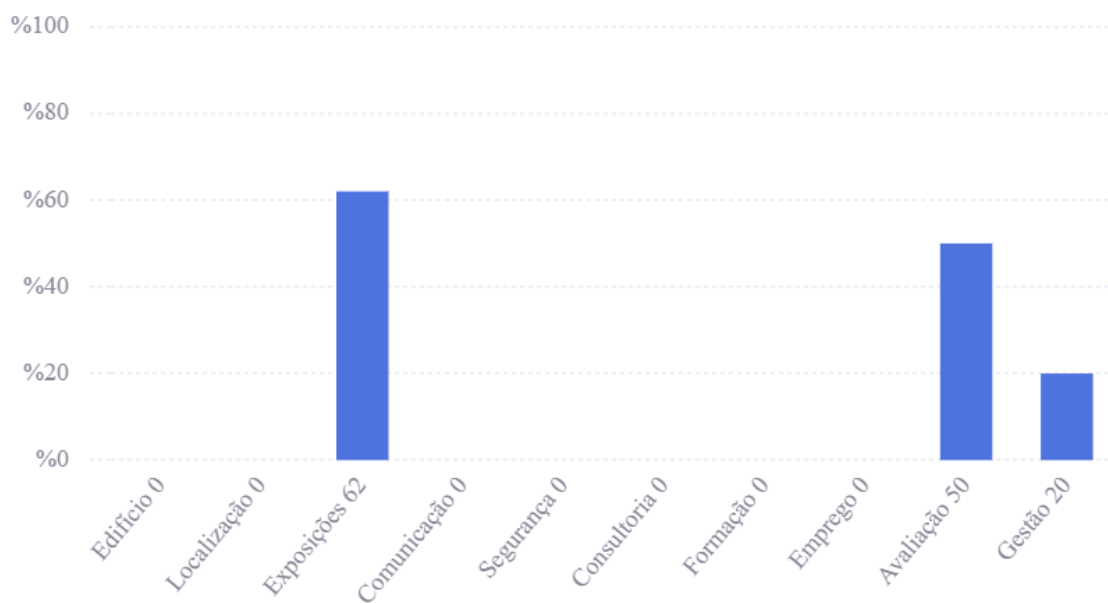
Acessibilidade da instituição: % 69,37

Museu da Guarda



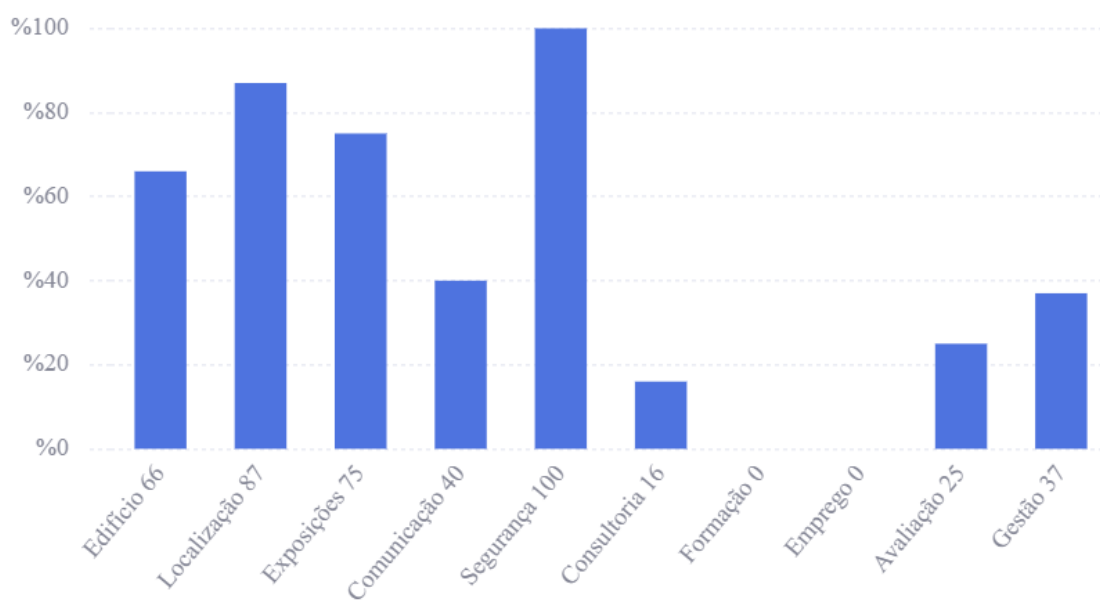
Acessibilidade da instituição: % 11,69

Museu da Horta



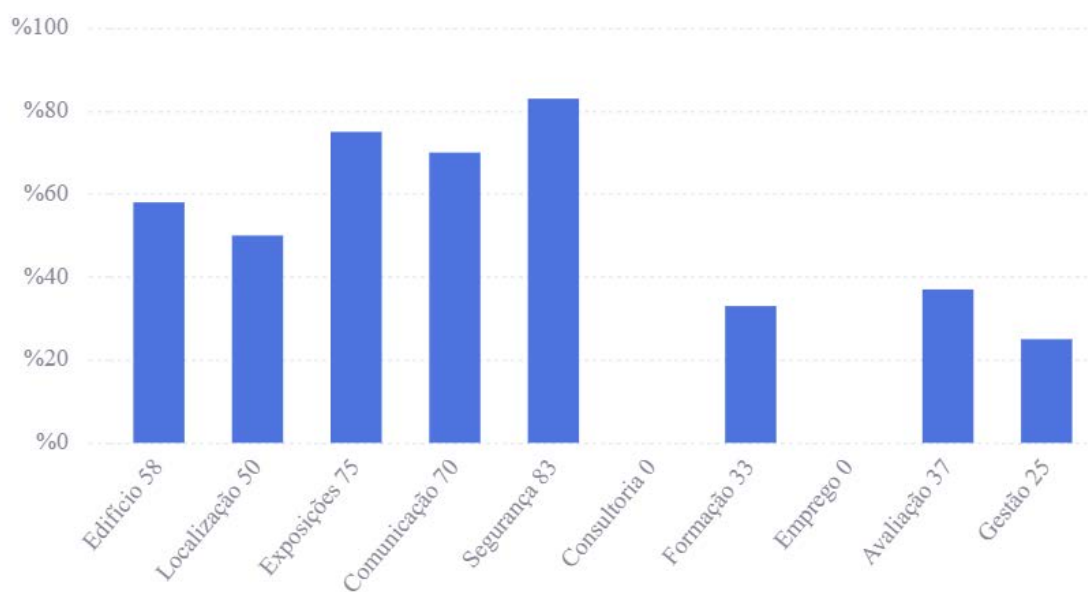
Acessibilidade da instituição: % 15,13

Museu de Imagem em Movimento



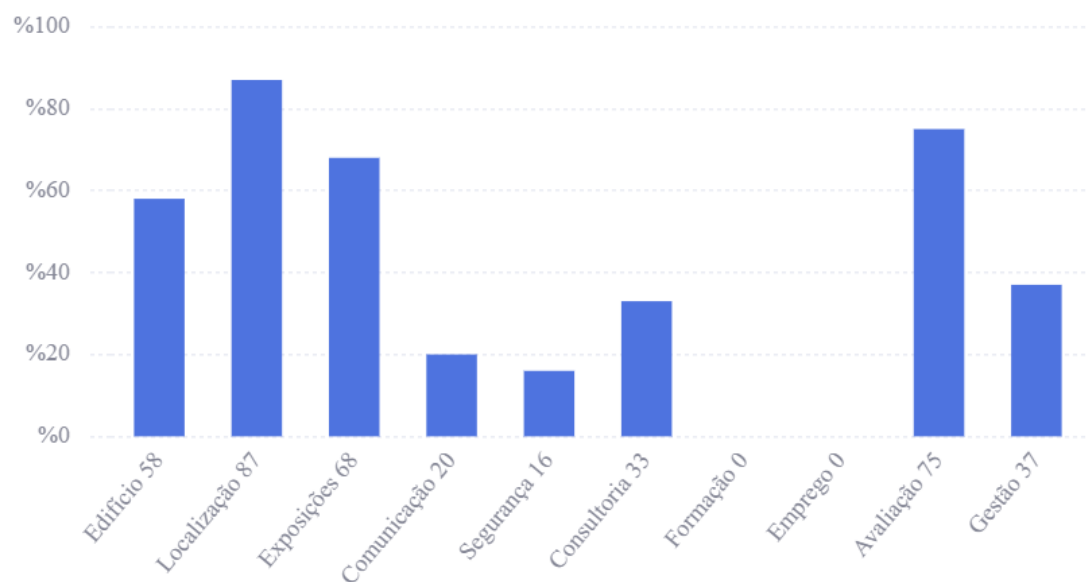
Acessibilidade da instituição: % 49,21

Museu da Indústria da Chapelaria



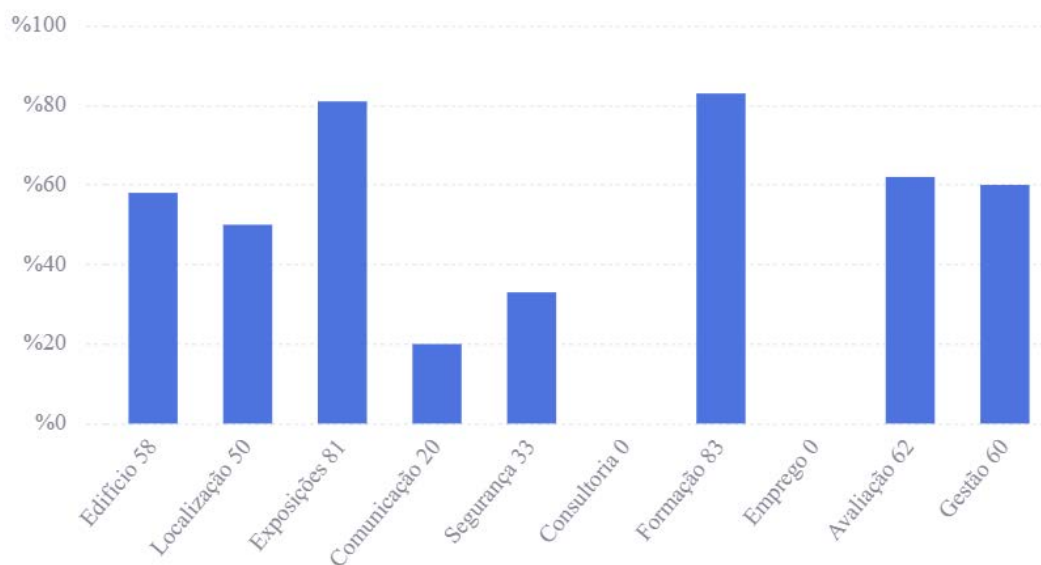
Acessibilidade da instituição: % 47,73

Museu da Irmandade dos Clérigos



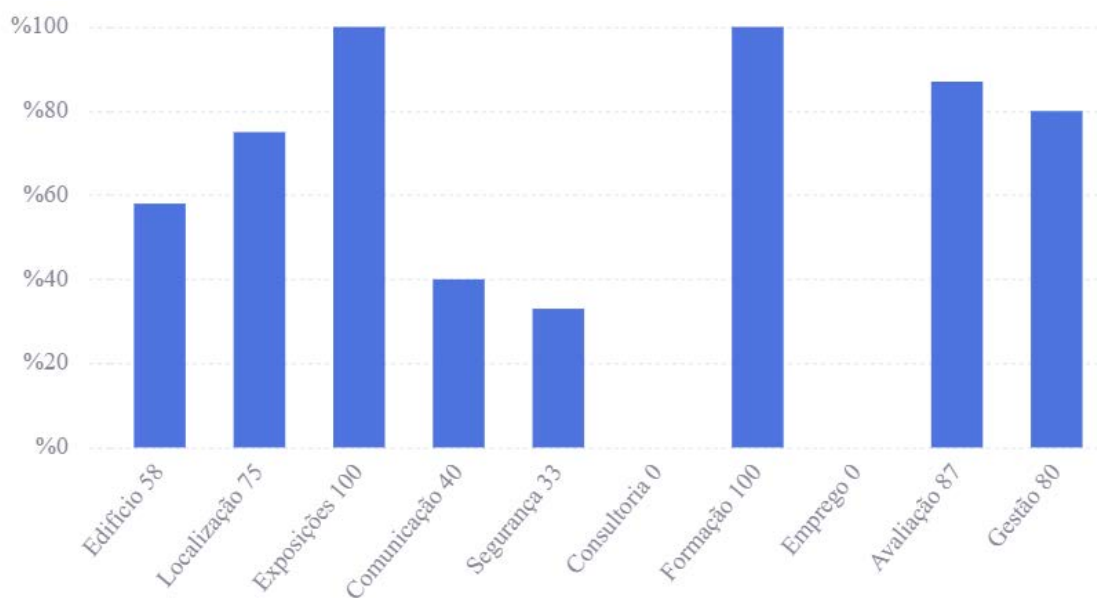
Acessibilidade da instituição: % 45,43

Museu da Luz



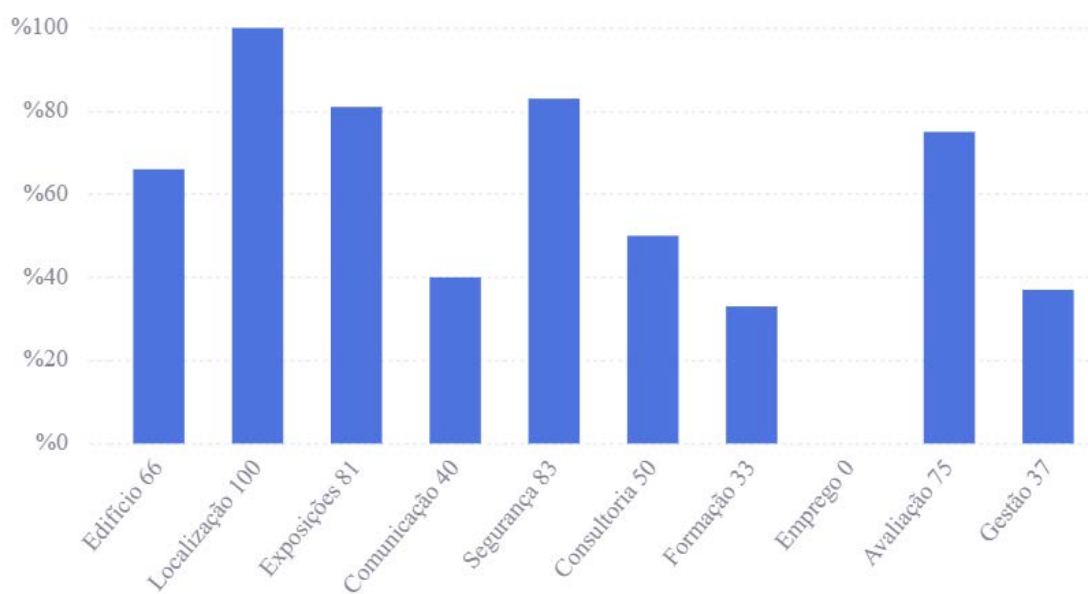
Acessibilidade da instituição: % 51,55

Museu da Marioneta - EGEAC



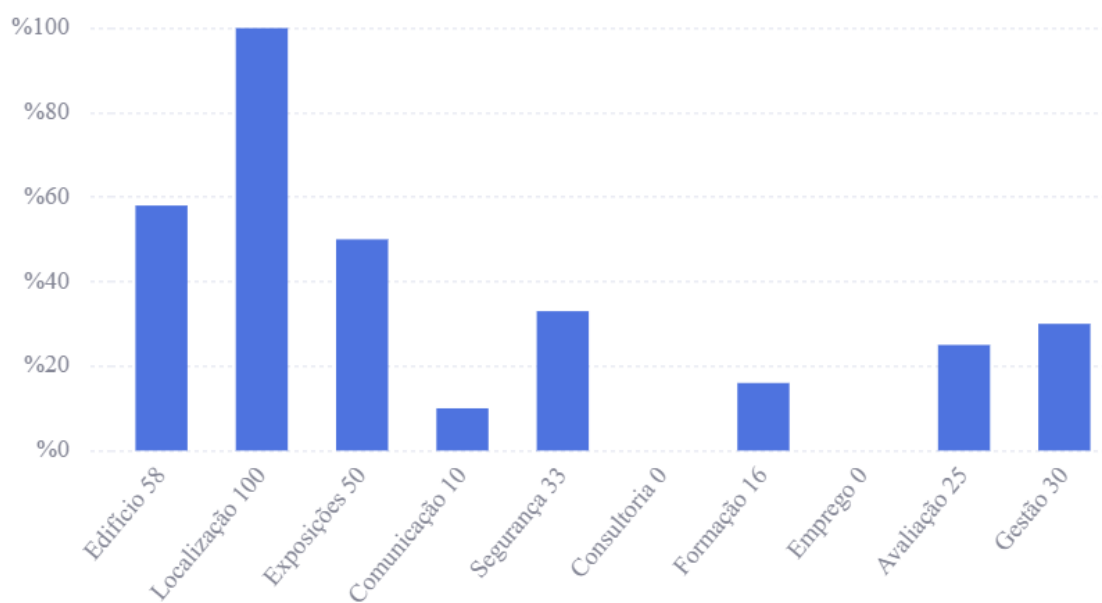
Acessibilidade da instituição: % 64,4

Museu e Igreja da Misericórdia do Porto



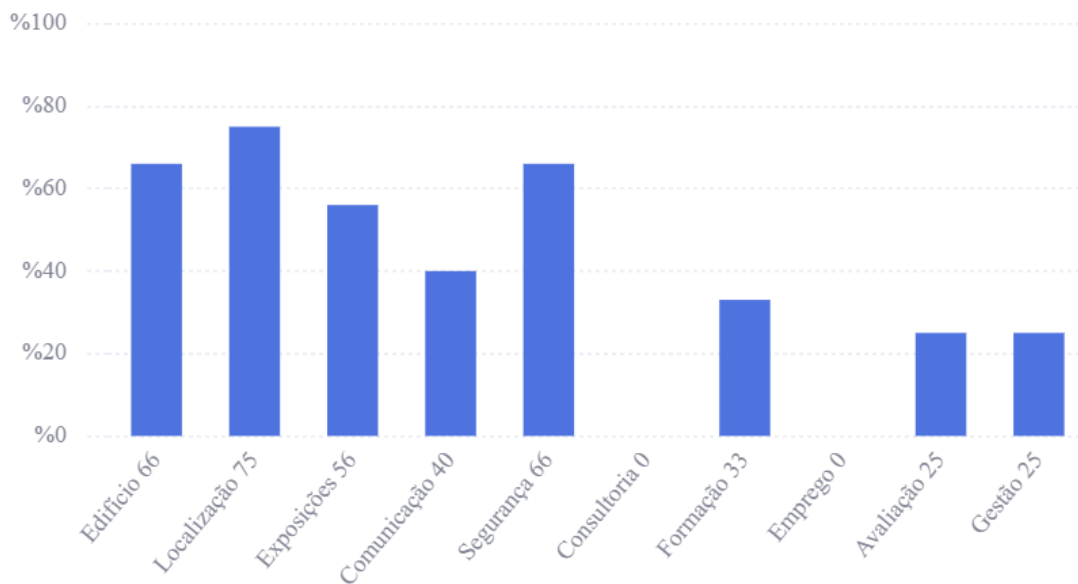
Acessibilidade da instituição: % 60,14

Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria



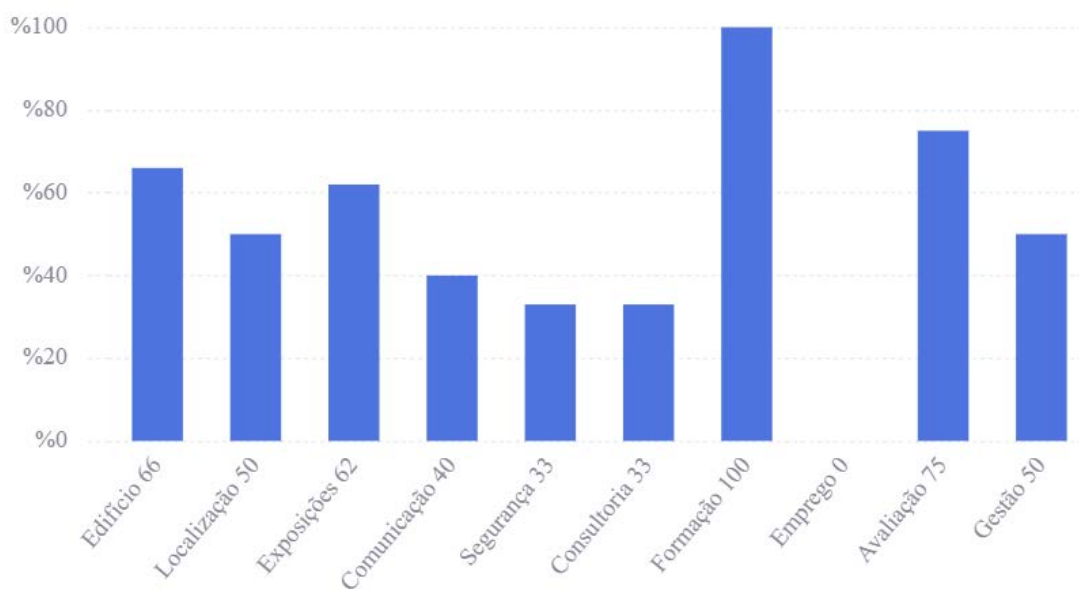
Acessibilidade da instituição: % 38,39

Museu da Pedra do Município de Cantanhede



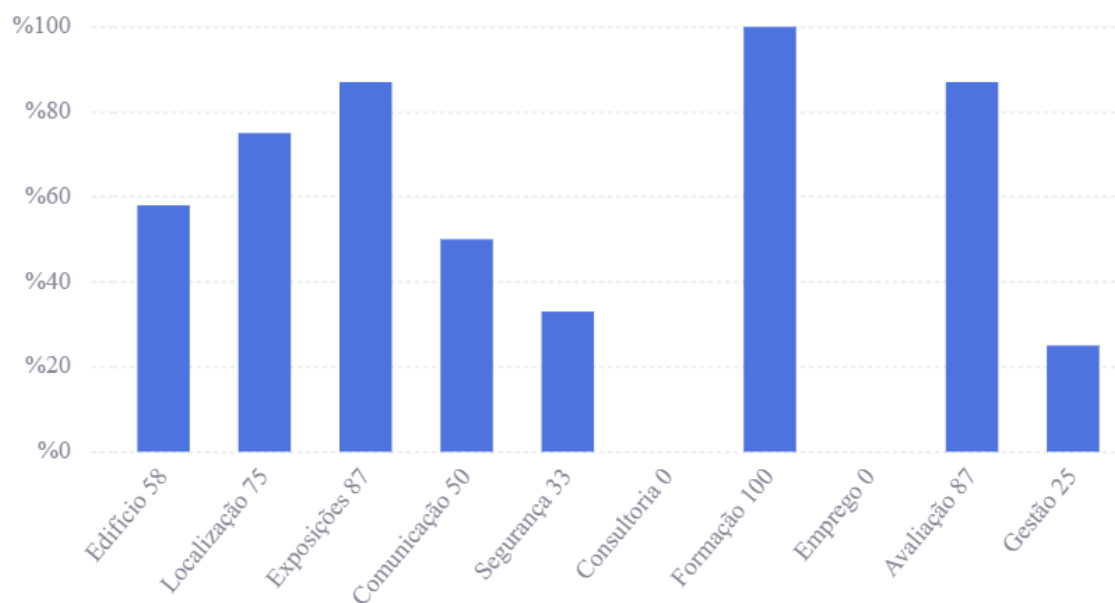
Acessibilidade da instituição: % 44,31

Museu da Pólvora Negra



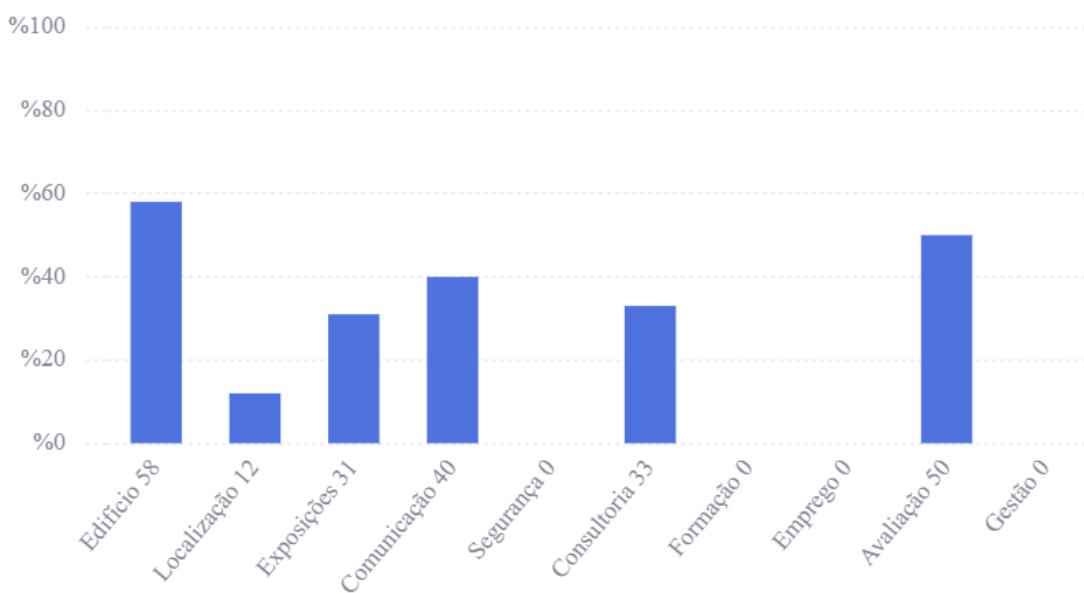
Acessibilidade da instituição: % 56,5

Museu da Quinta das Cruzes



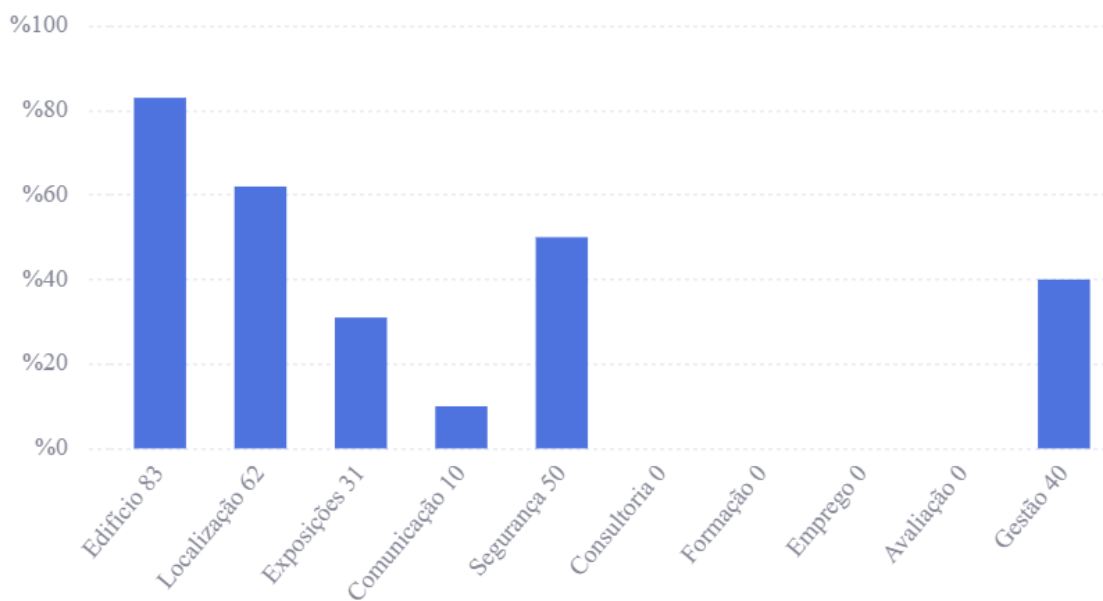
Acessibilidade da instituição: % 58,02

Museu da Quinta de Santiago



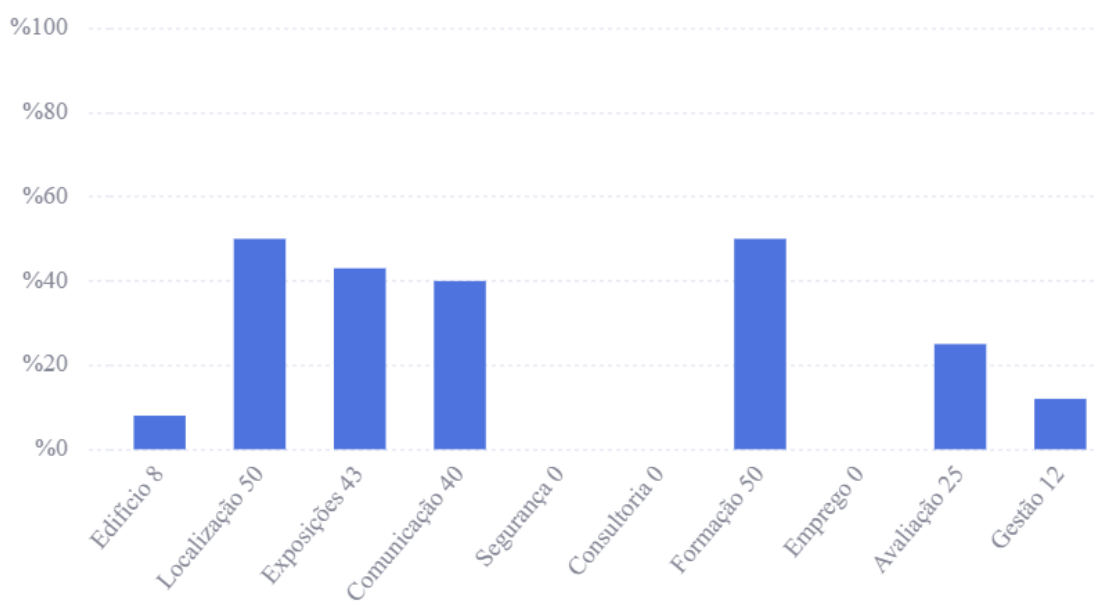
Acessibilidade da instituição: % 27,86

Museu da Saúde



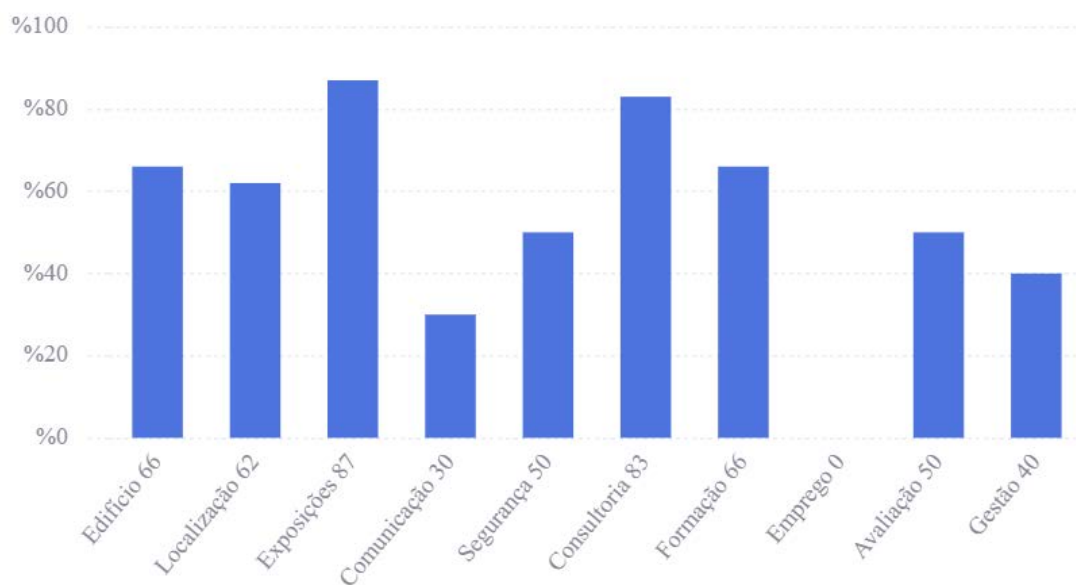
Acessibilidade da instituição: % 35,11

Museu da Terra de Miranda



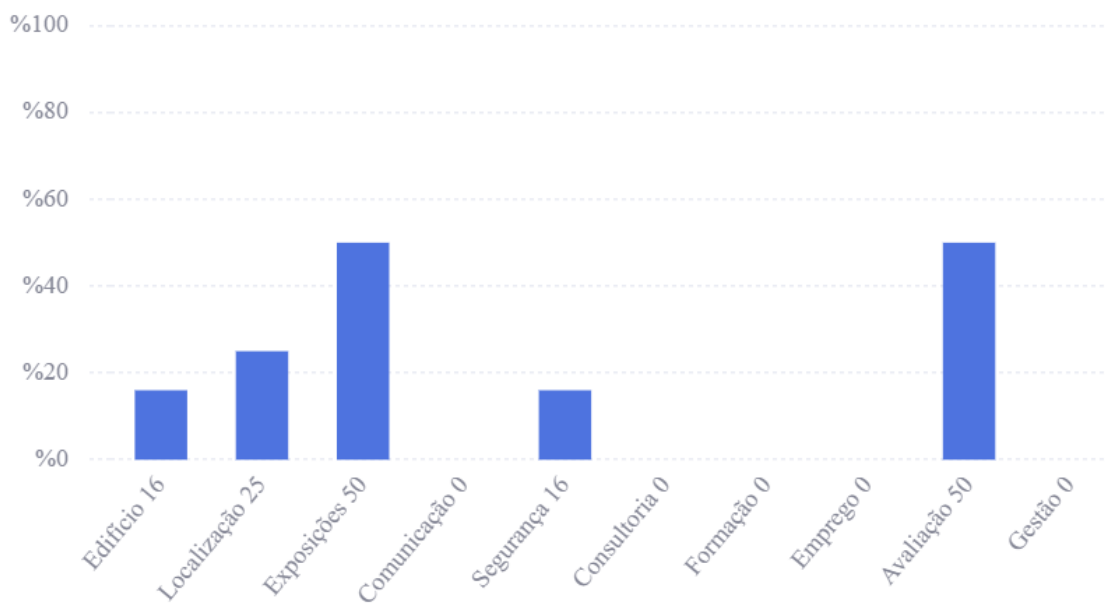
Acessibilidade da instituição: % 25,36

Museu da Villa Romana do Rabaçal



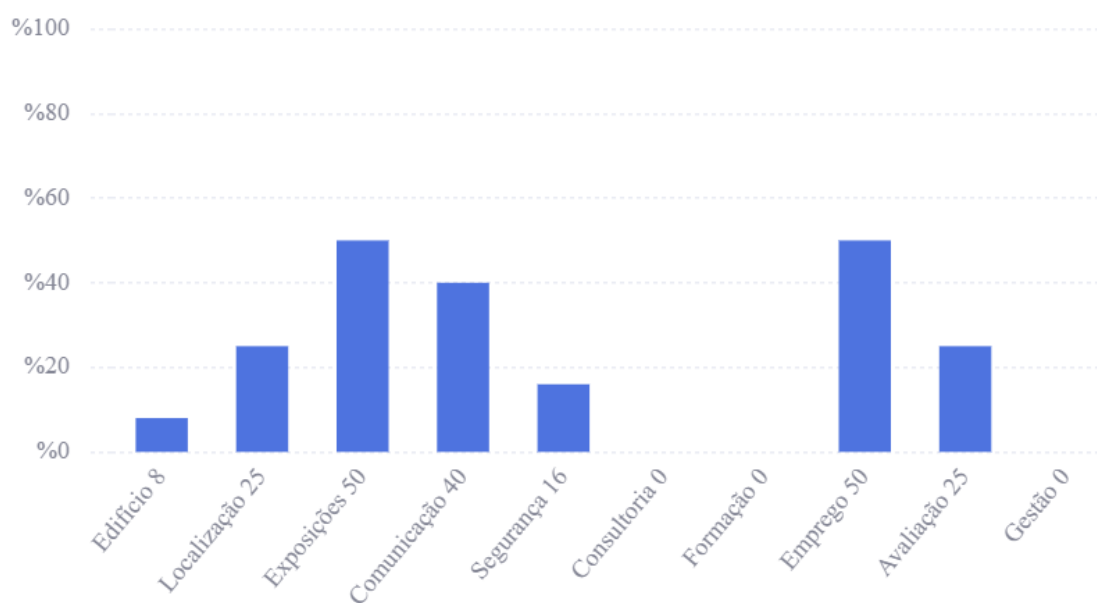
Acessibilidade da instituição: % 58,87

Museu das Flores



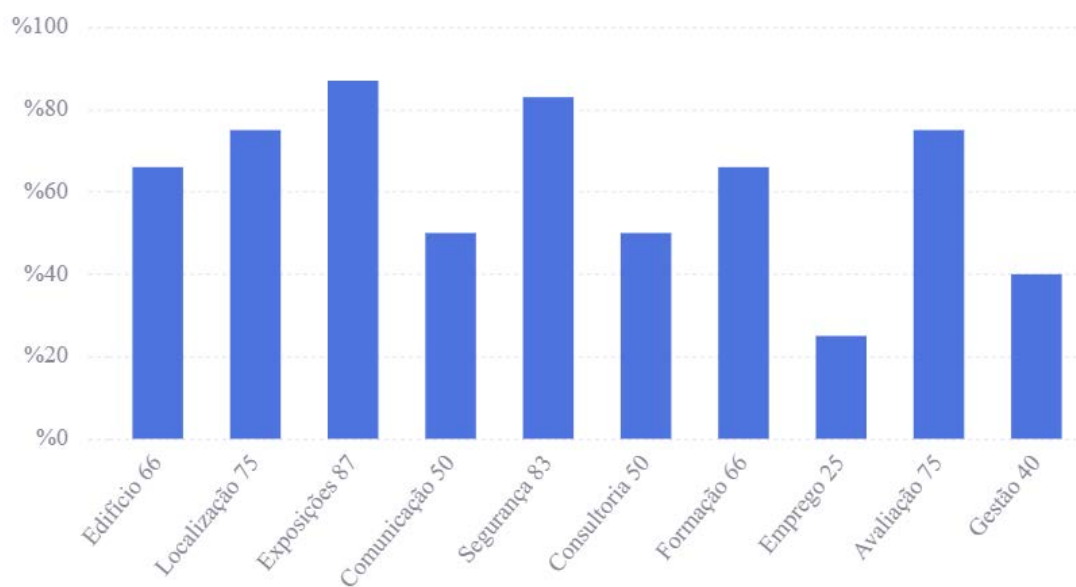
Acessibilidade da instituição: % 17,91

Museu de Alberto Sampaio



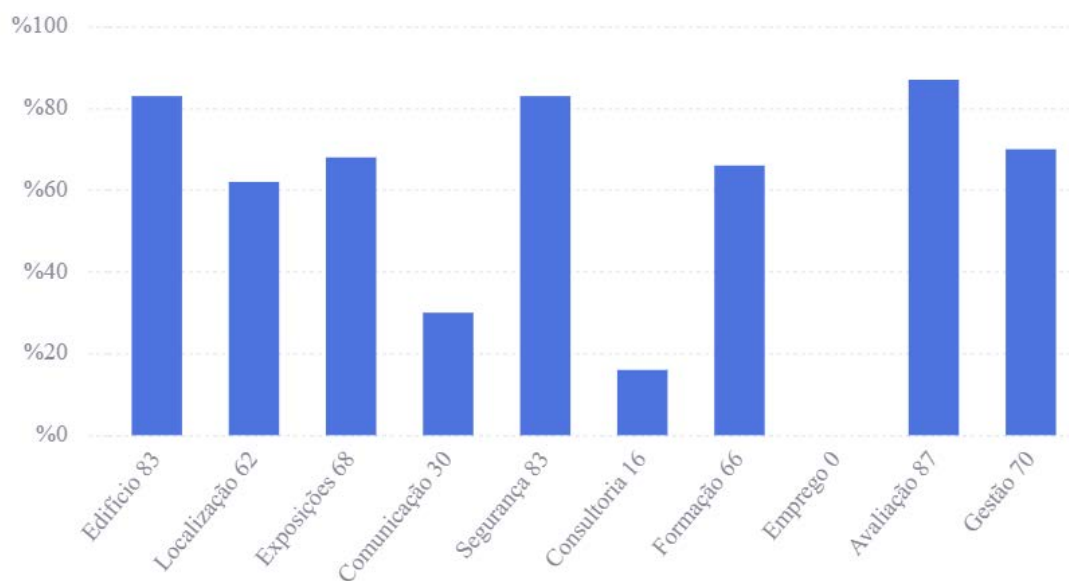
Acessibilidade da instituição: % 20,88

Museu de Angra do Heroísmo



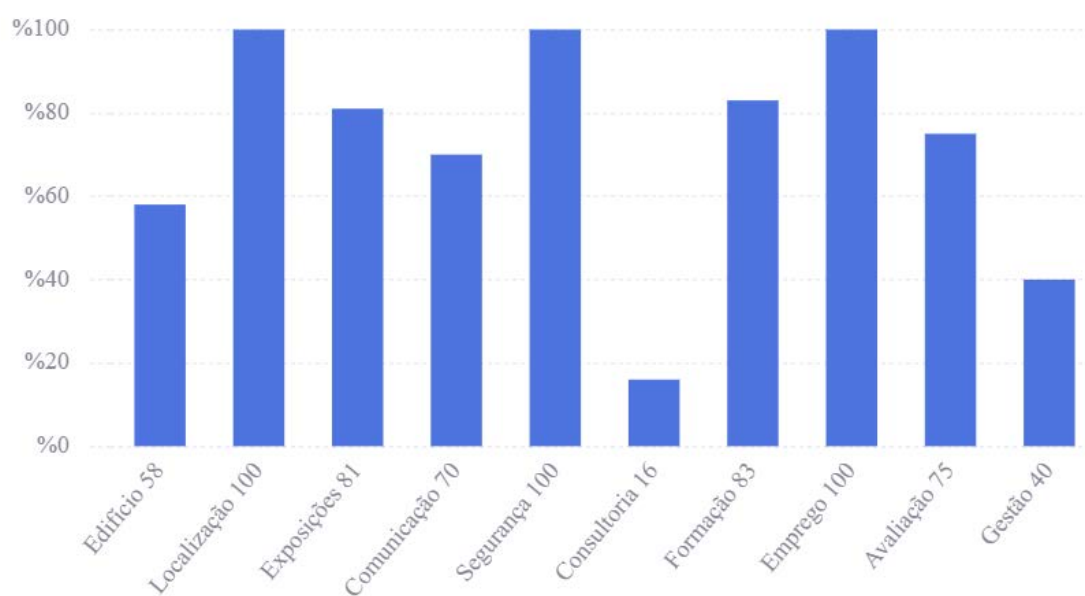
Acessibilidade da instituição: % 64,41

Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa



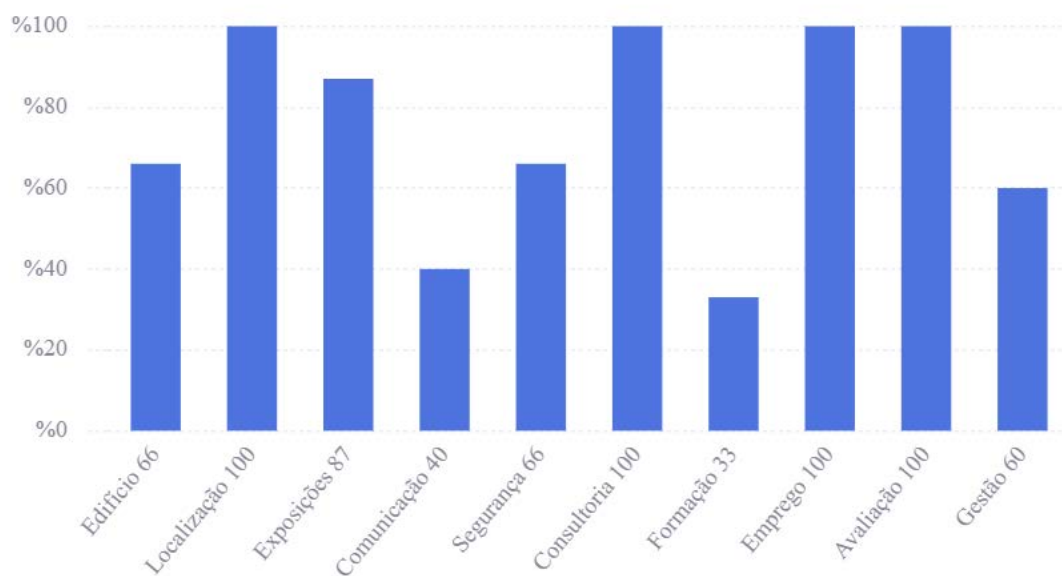
Acessibilidade da instituição: % 61,88

Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real



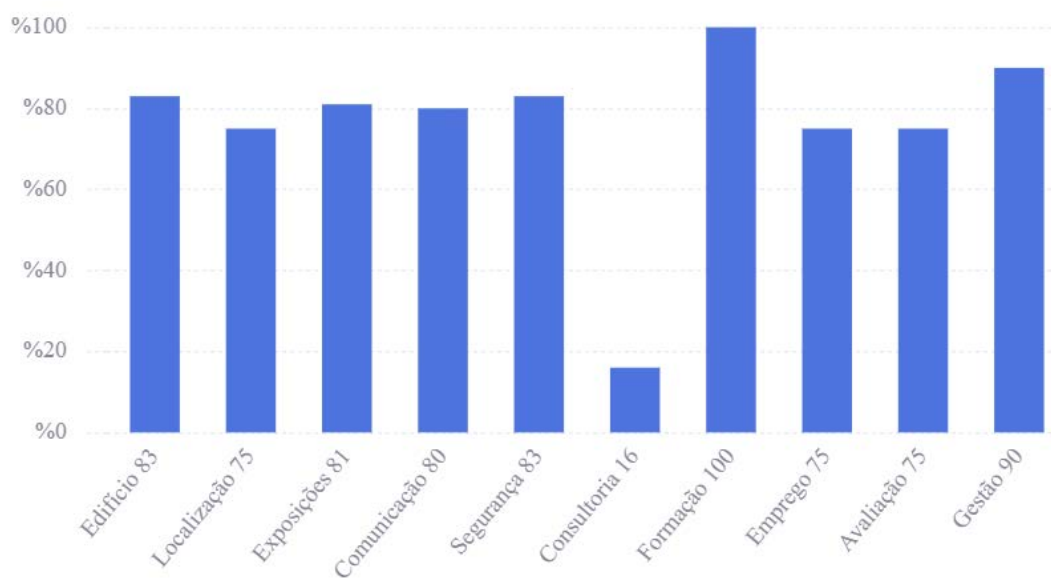
Acessibilidade da instituição: % 70,06

Museu de Arte Contemporânea de Elvas



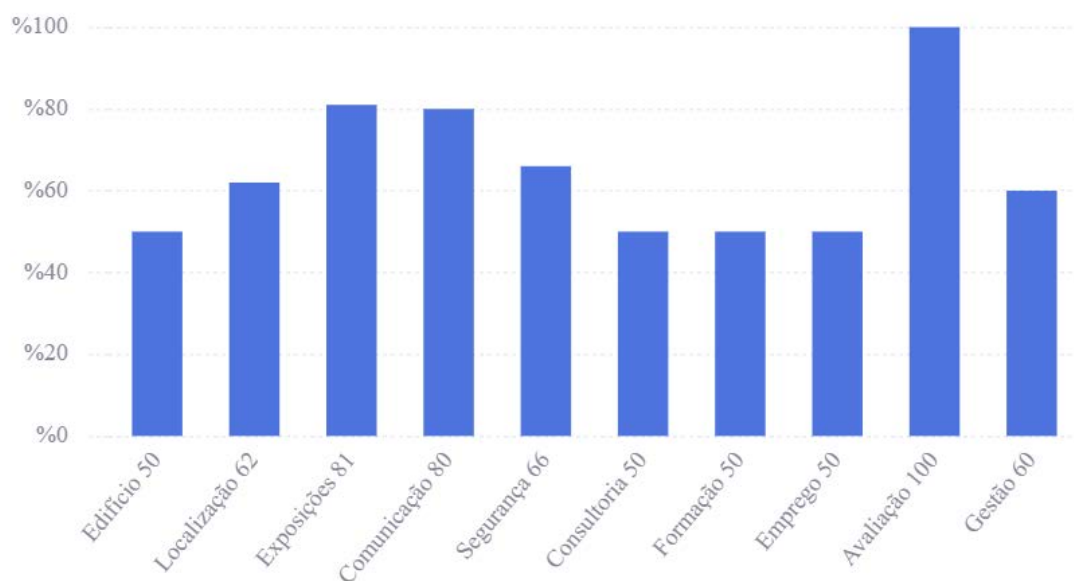
Acessibilidade da instituição: % 73,11

Museu de Arte Contemporânea de Serralves



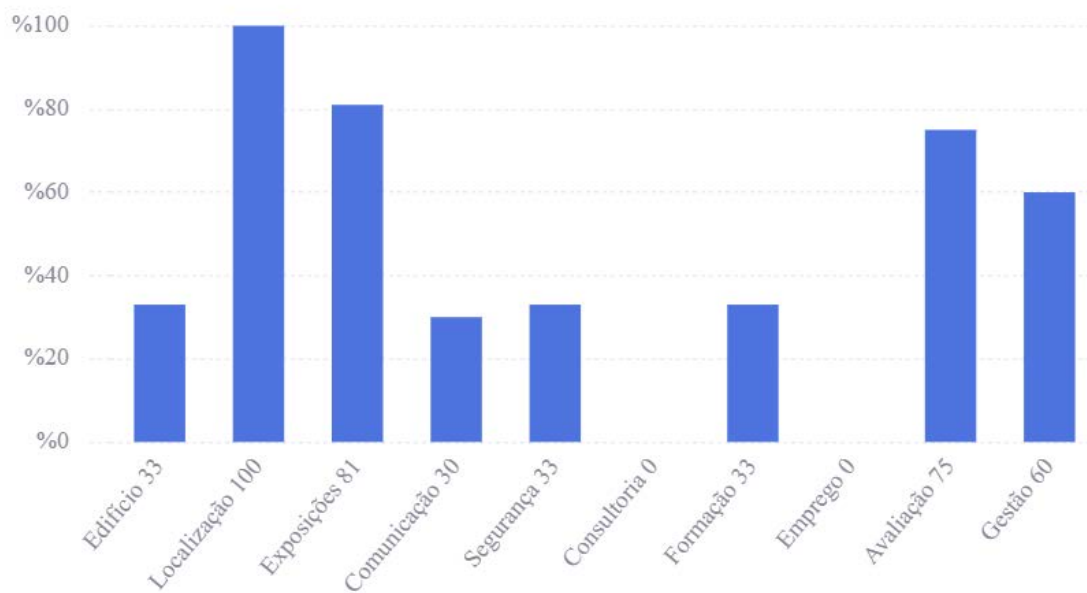
Acessibilidade da instituição: % 78,15

Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo



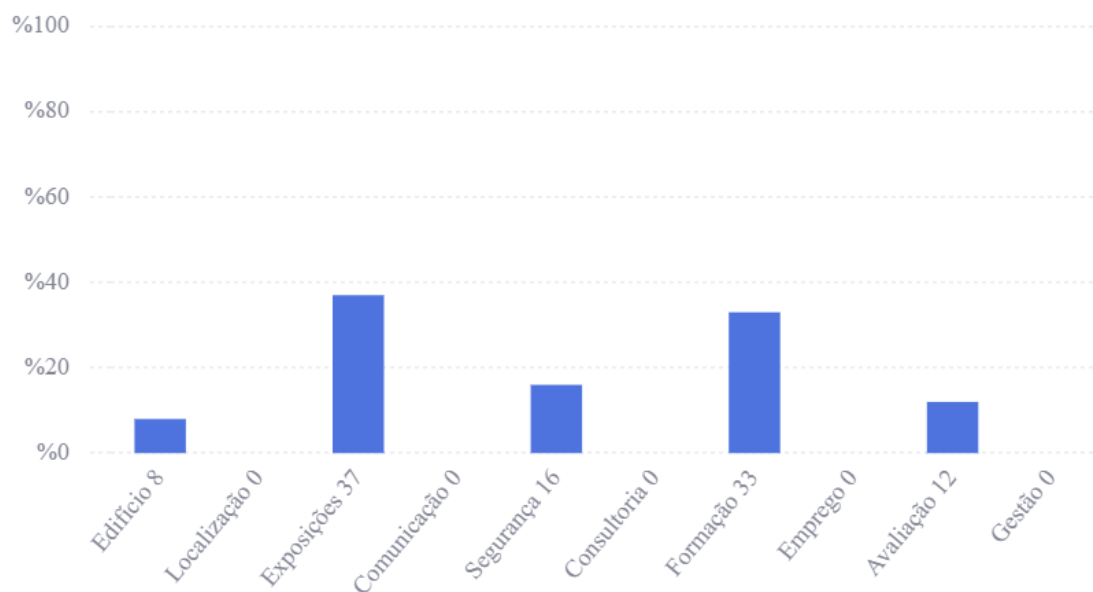
Acessibilidade da instituição: % 64,52

Museu de Arte Sacra do Funchal



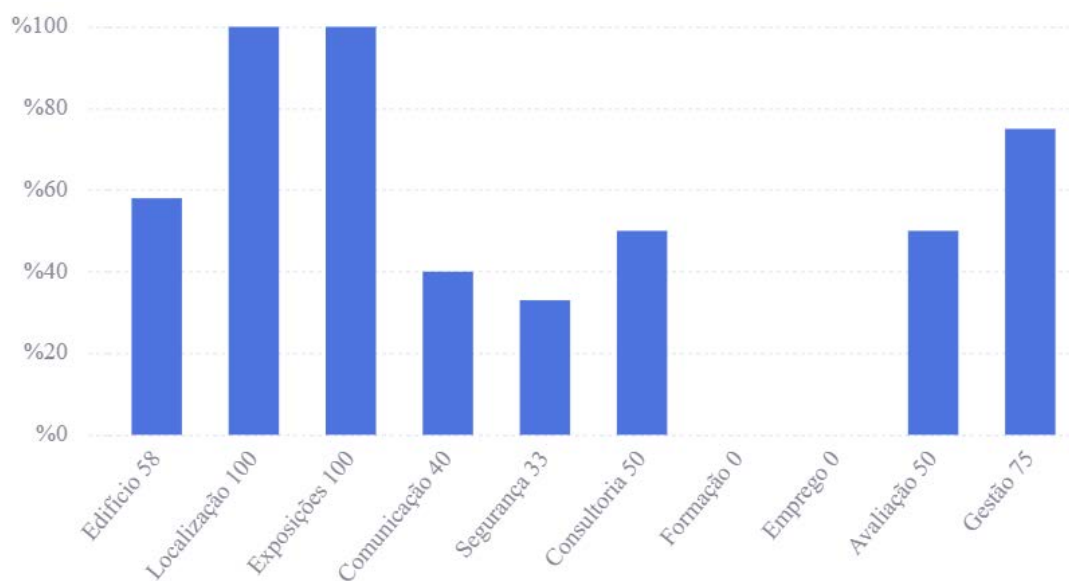
Acessibilidade da instituição: % 48,48

Museu de Artes Decorativas Viana de Castelo



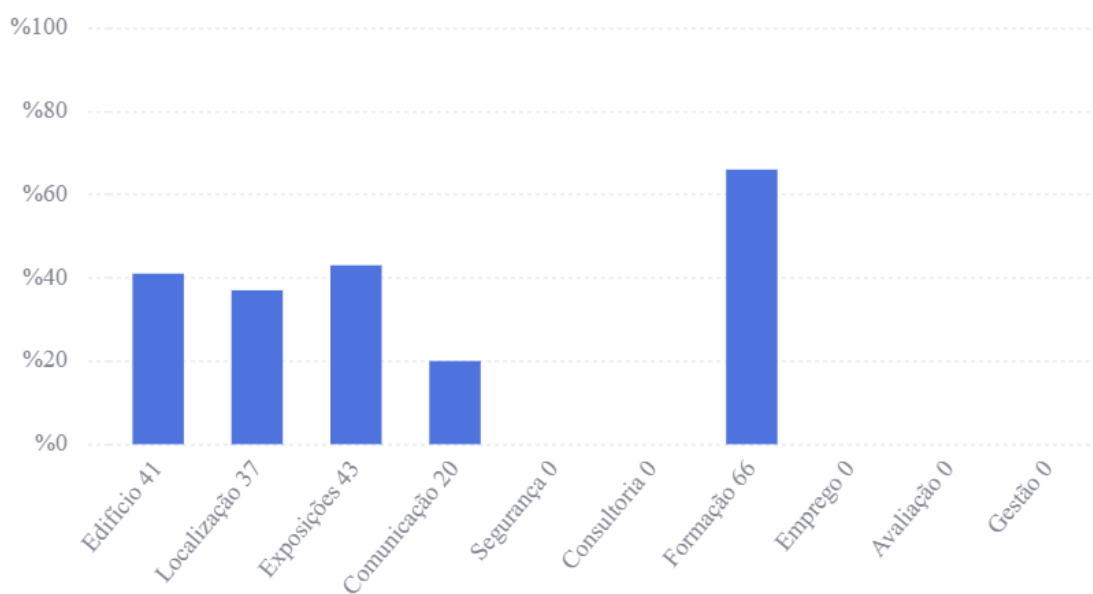
Acessibilidade da instituição: % 12,39

Museu de Aveiro / Santa Joana



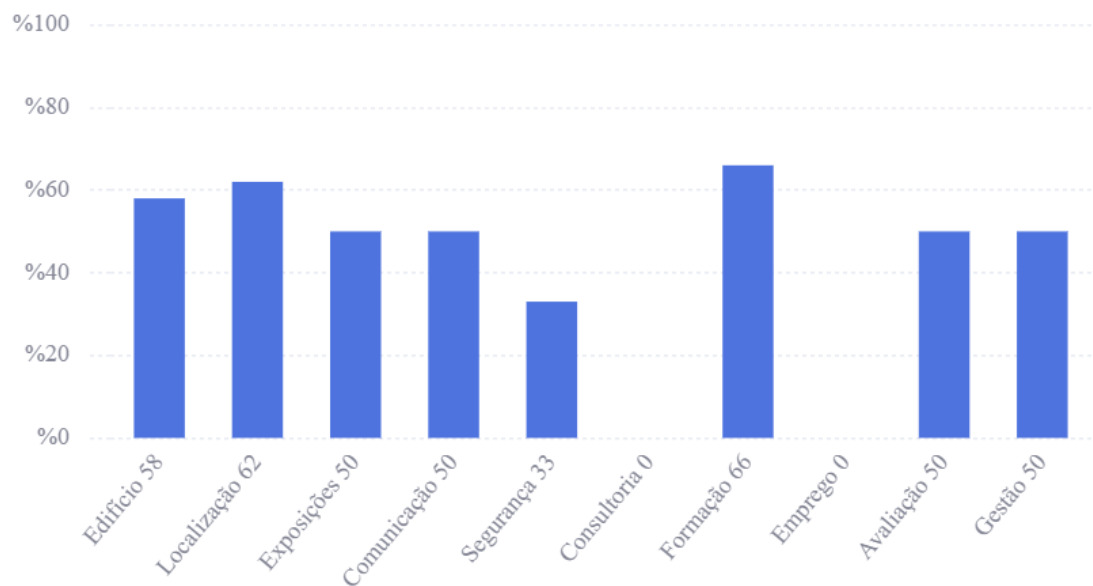
Acessibilidade da instituição: % 57,34

Museu de Cerâmica de Sacavém



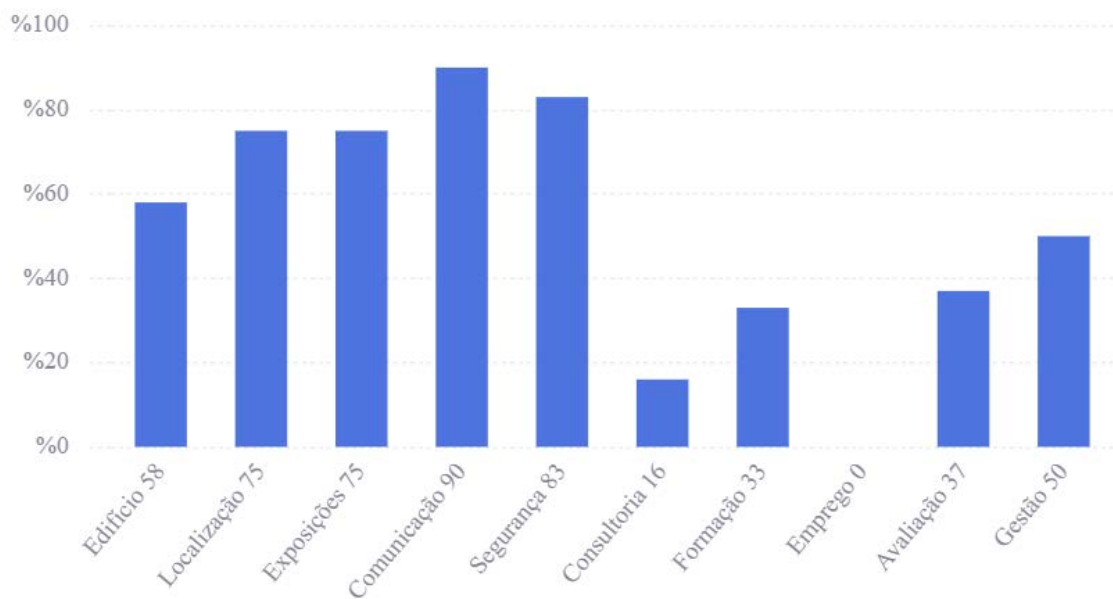
Acessibilidade da instituição: % 27,31

Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's



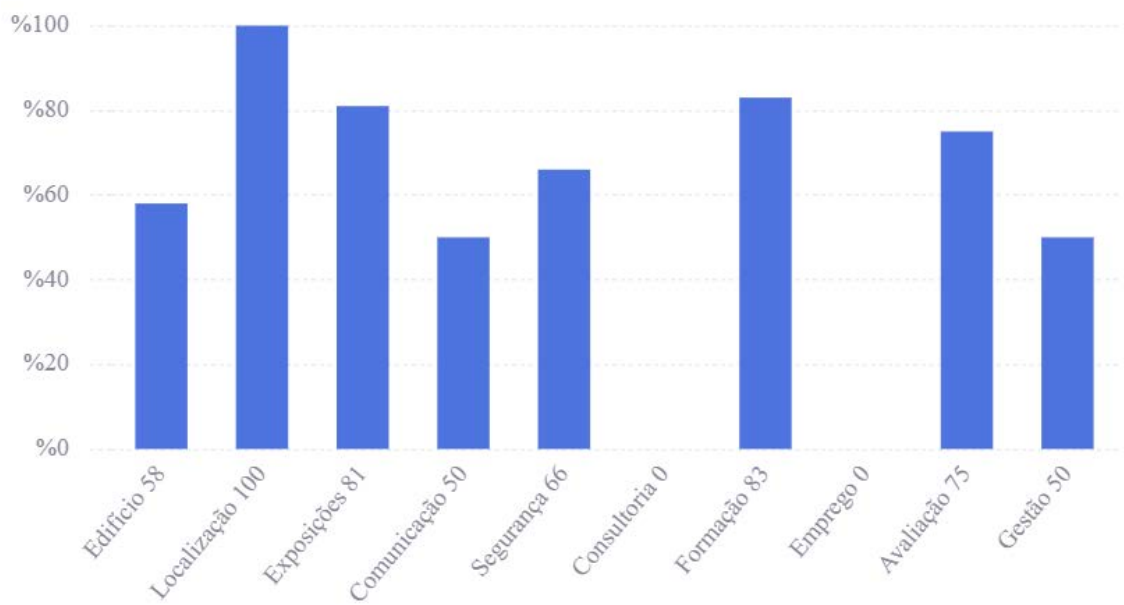
Acessibilidade da instituição: % 47,51

Museu de Francisco Tavares Proença Júnior



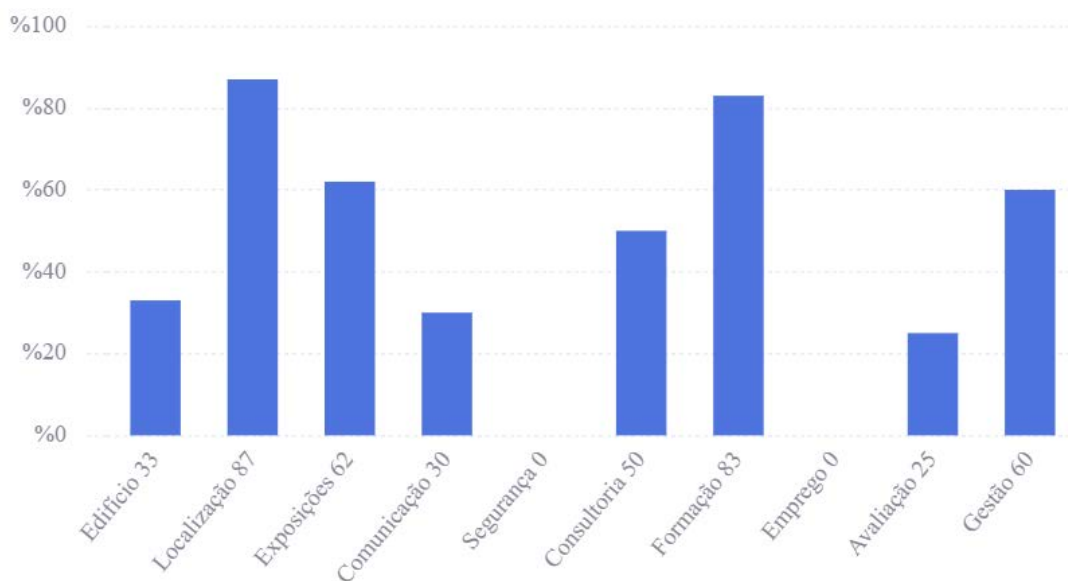
Acessibilidade da instituição: % 55,98

Museu de História Natural de Sintra



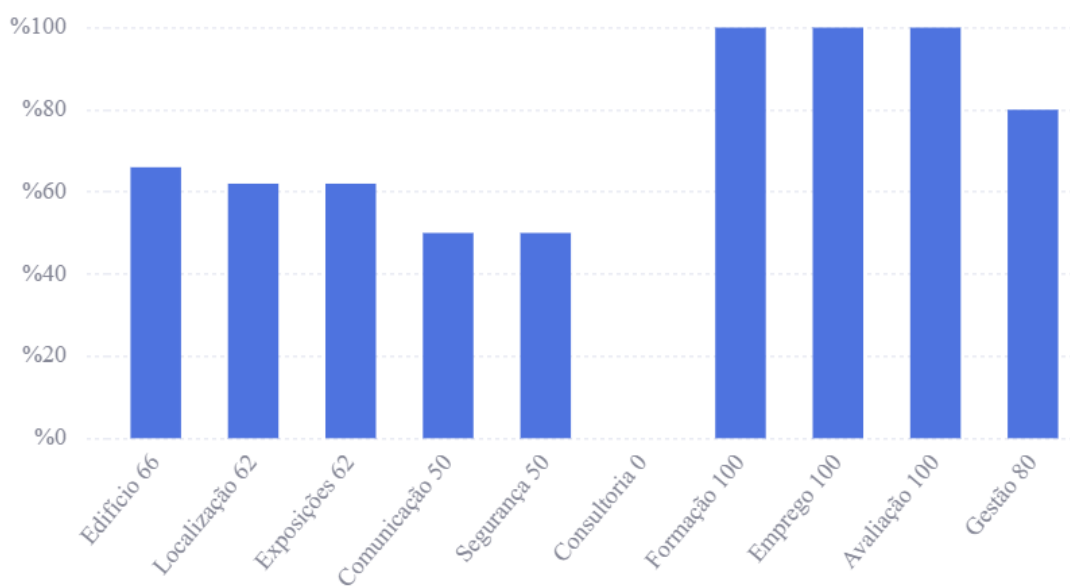
Acessibilidade da instituição: % 61,14

Museu de Lamego



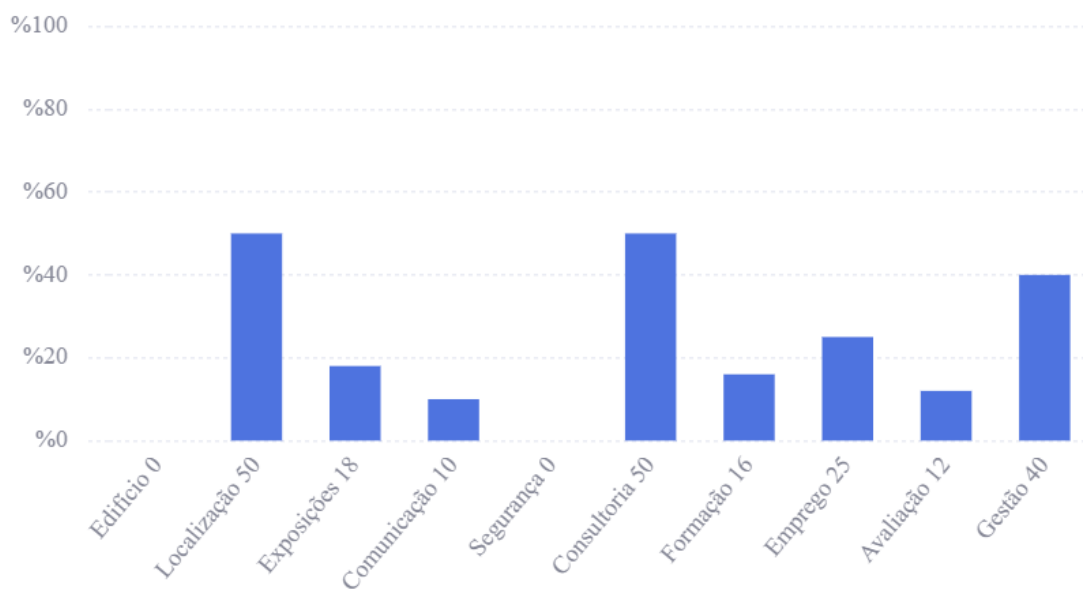
Acessibilidade da instituição: % 47,76

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior



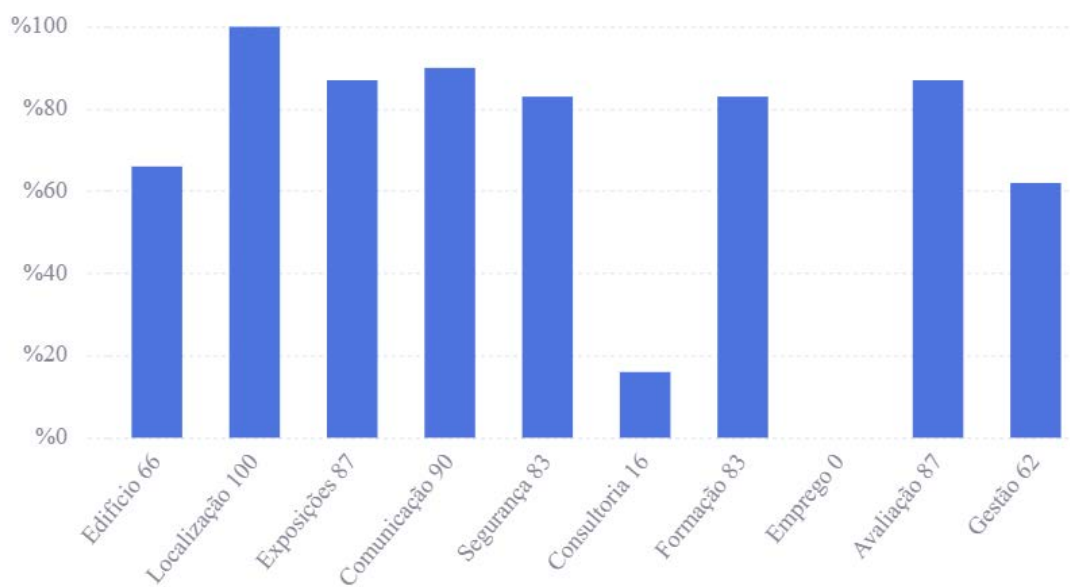
Acessibilidade da instituição: % 66,96

Museu de Mértola



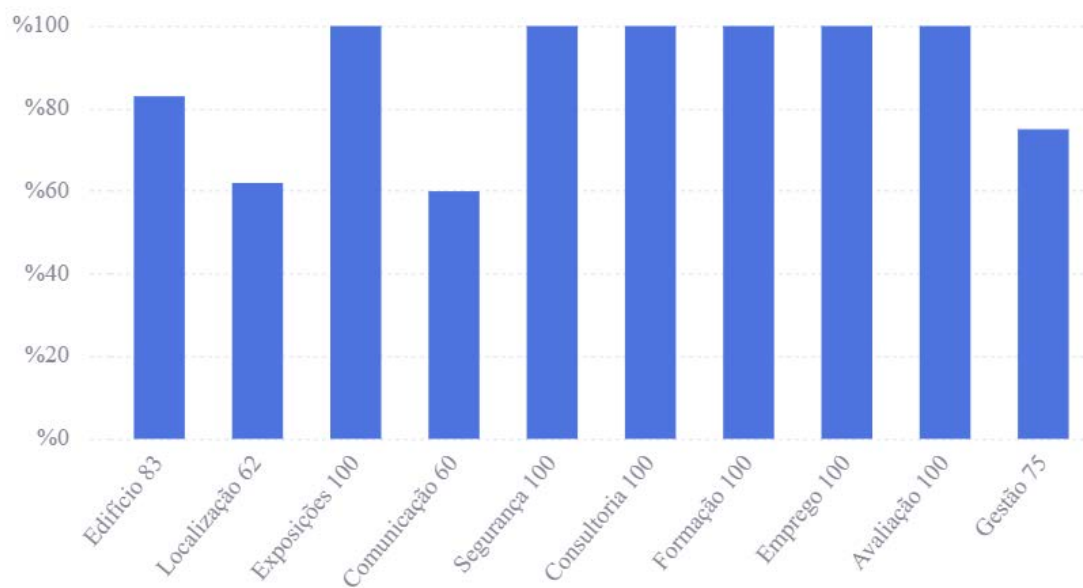
Acessibilidade da instituição: % 20,42

Museu de Olaria



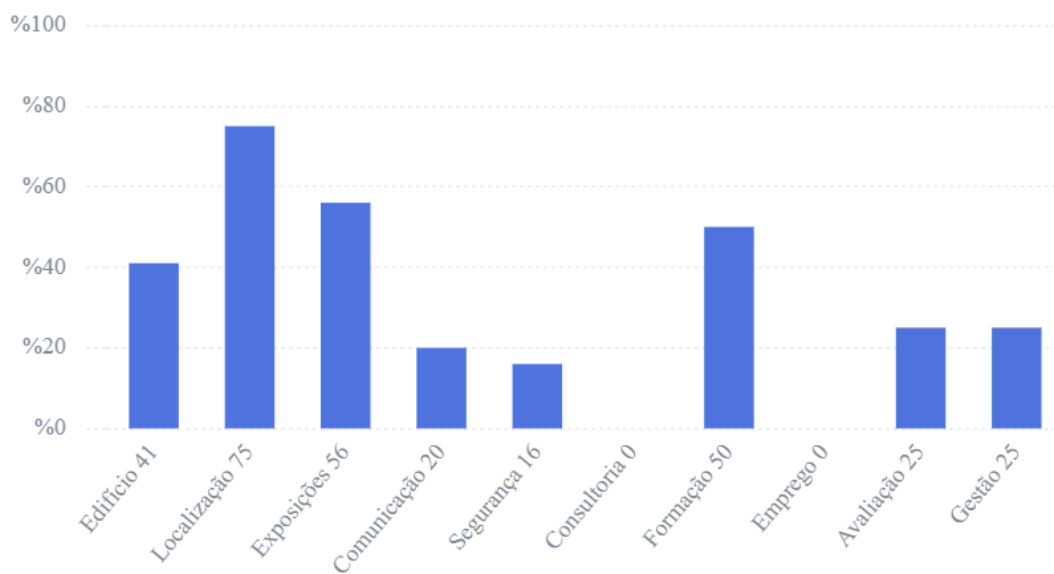
Acessibilidade da instituição: % 72,01

Museu de Portimão



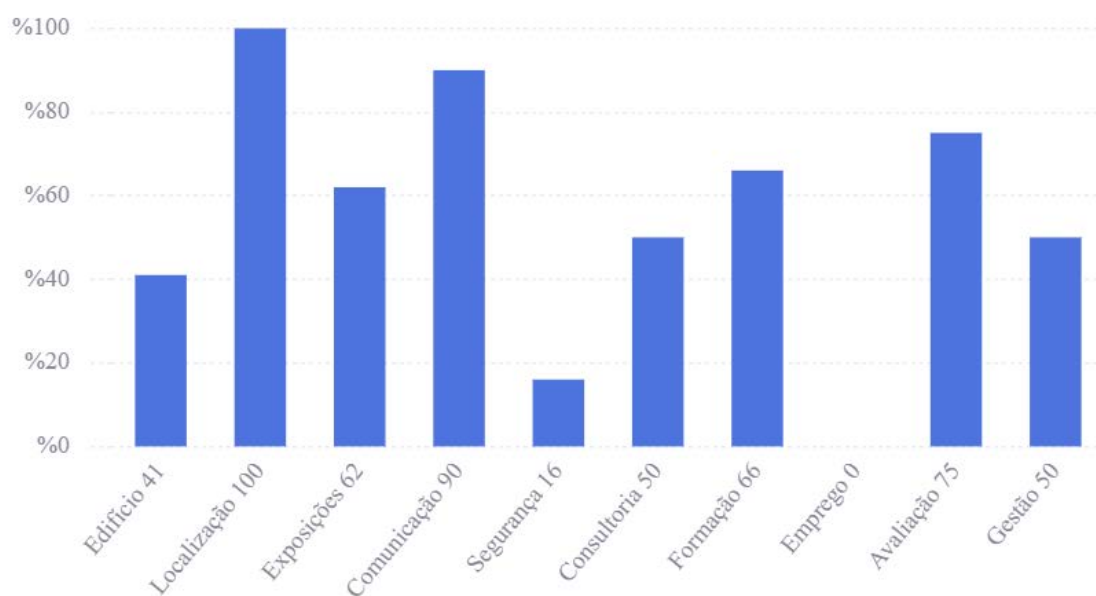
Acessibilidade da instituição: % 86,42

Museu de Santa Maria



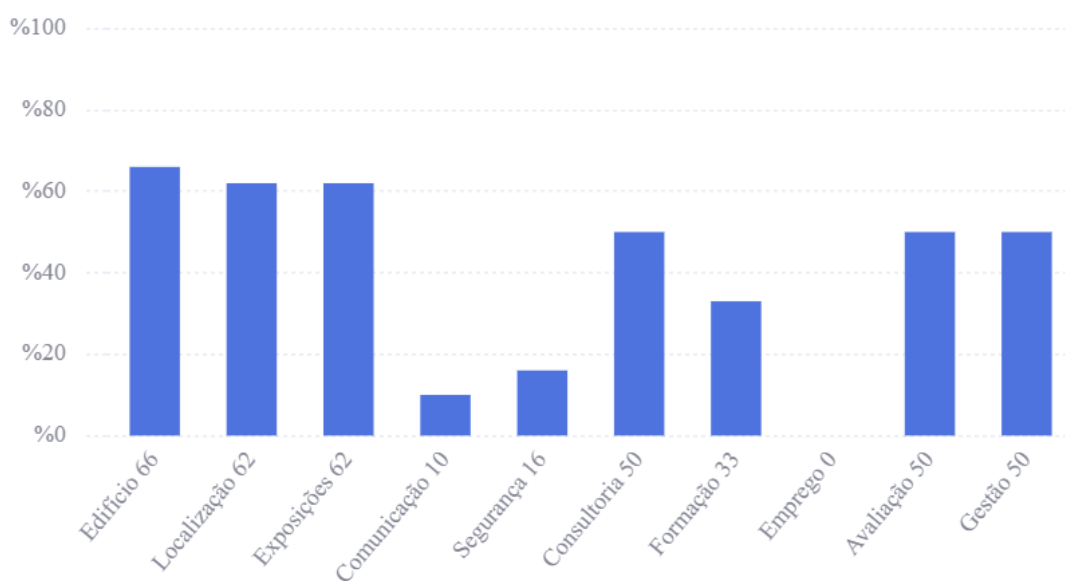
Acessibilidade da instituição: % 36,48

Museu de Santa Maria de Lamas



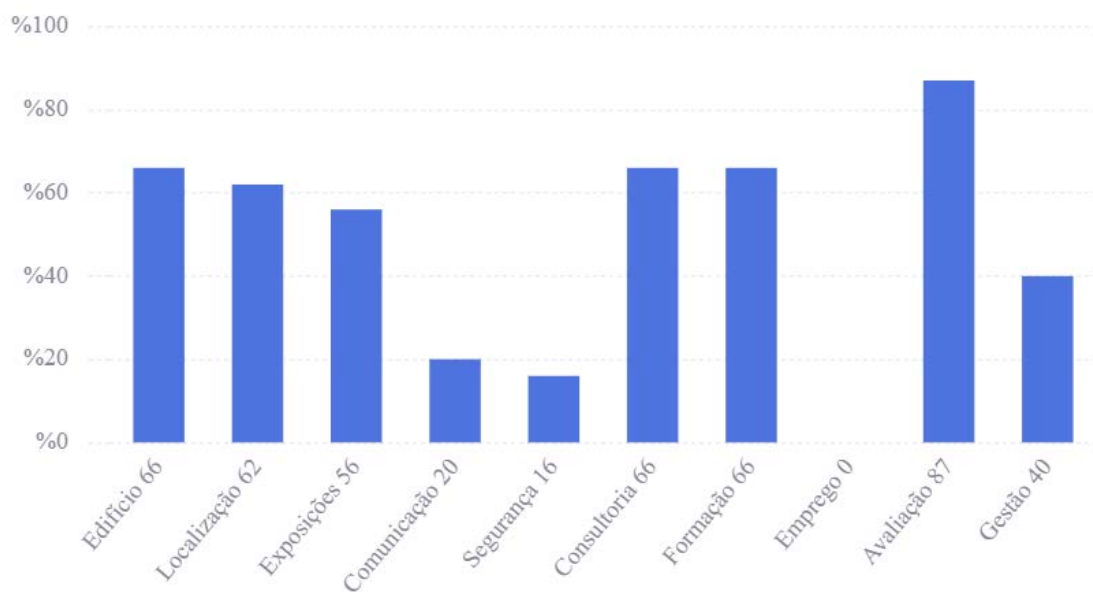
Acessibilidade da instituição: % 58,58

Museu de São Roque



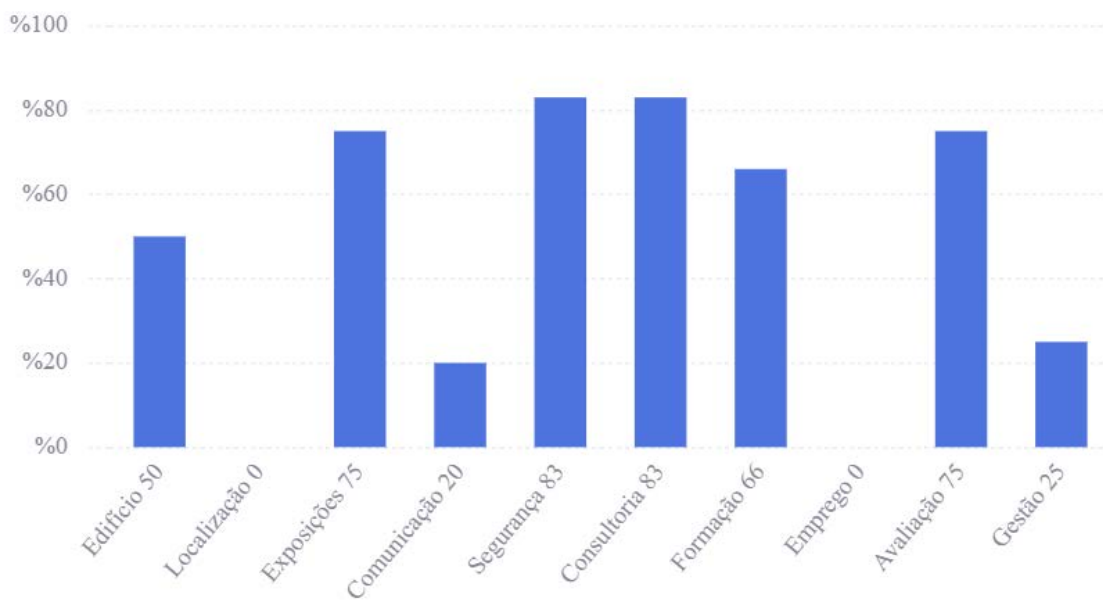
Acessibilidade da instituição: % 46,62

Museu de Setúbal/Convento de Jesus



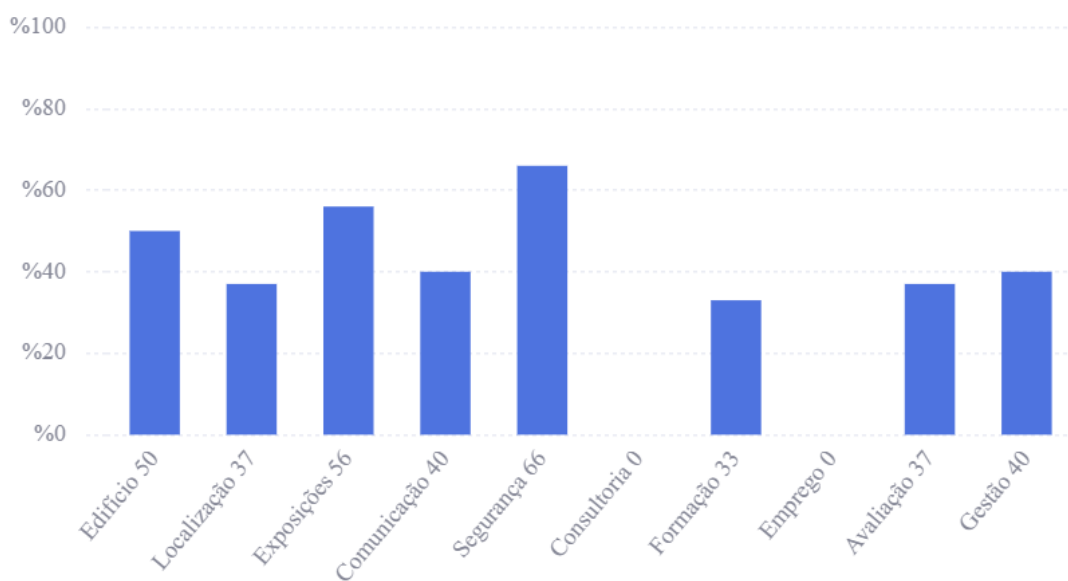
Acessibilidade da instituição: % 53,08

Museu de Vila do Conde - núcleo central



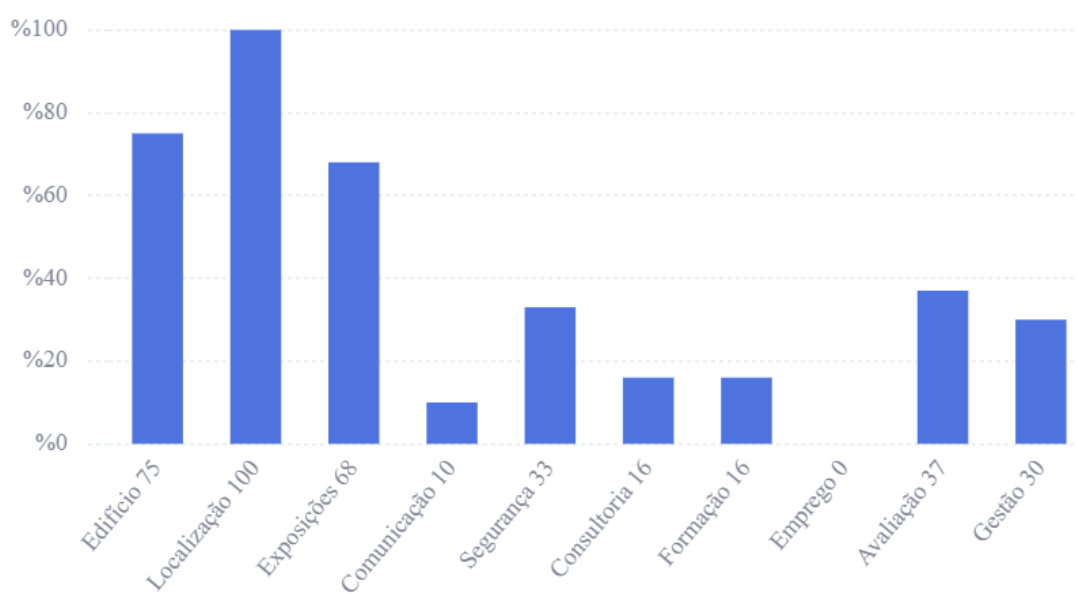
Acessibilidade da instituição: % 48,46

Museu do Abade de Baçal



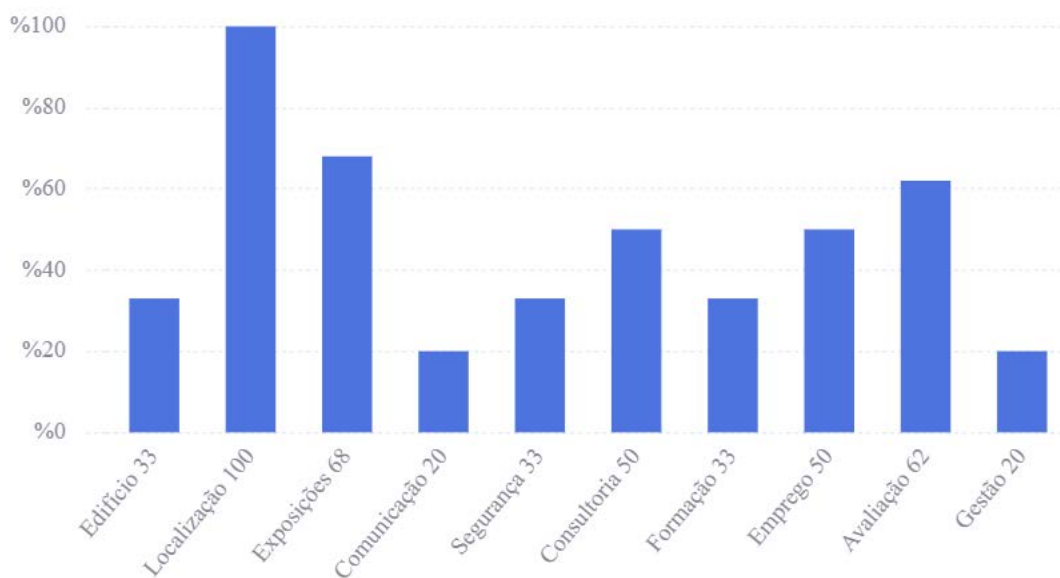
Acessibilidade da instituição: % 39,66

Museu do Ar



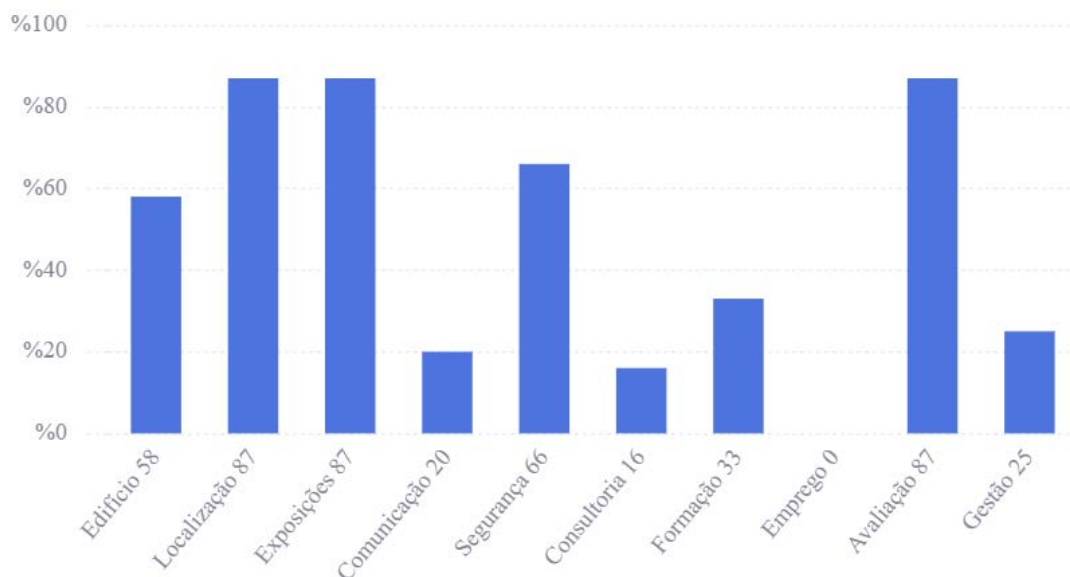
Acessibilidade da instituição: % 46,71

Museu do Caramulo



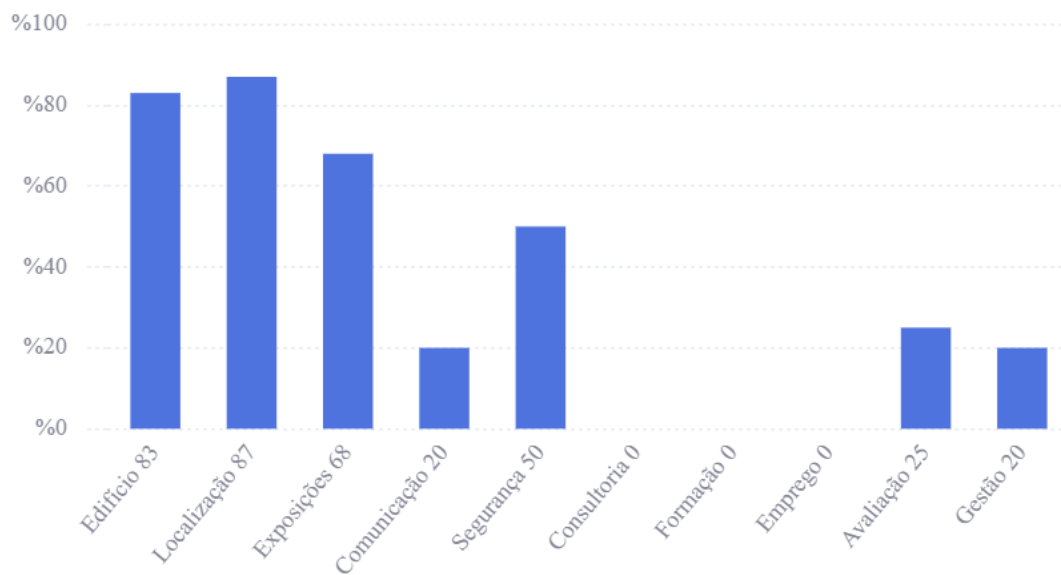
Acessibilidade da instituição: % 46,92

Museu do Carro Eléctrico



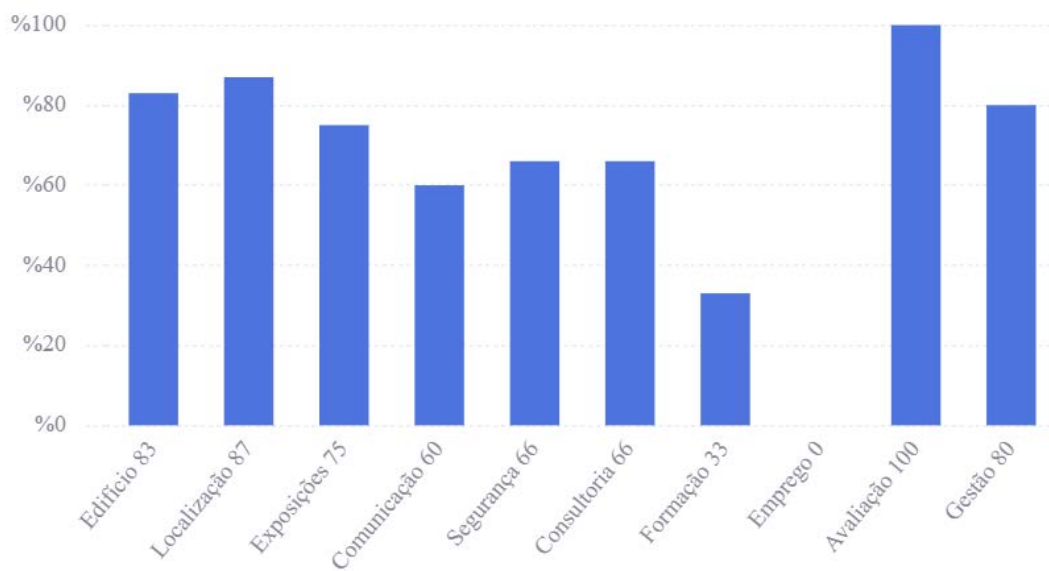
Acessibilidade da instituição: % 52,51

Museu do Centro Hospitalar do Porto



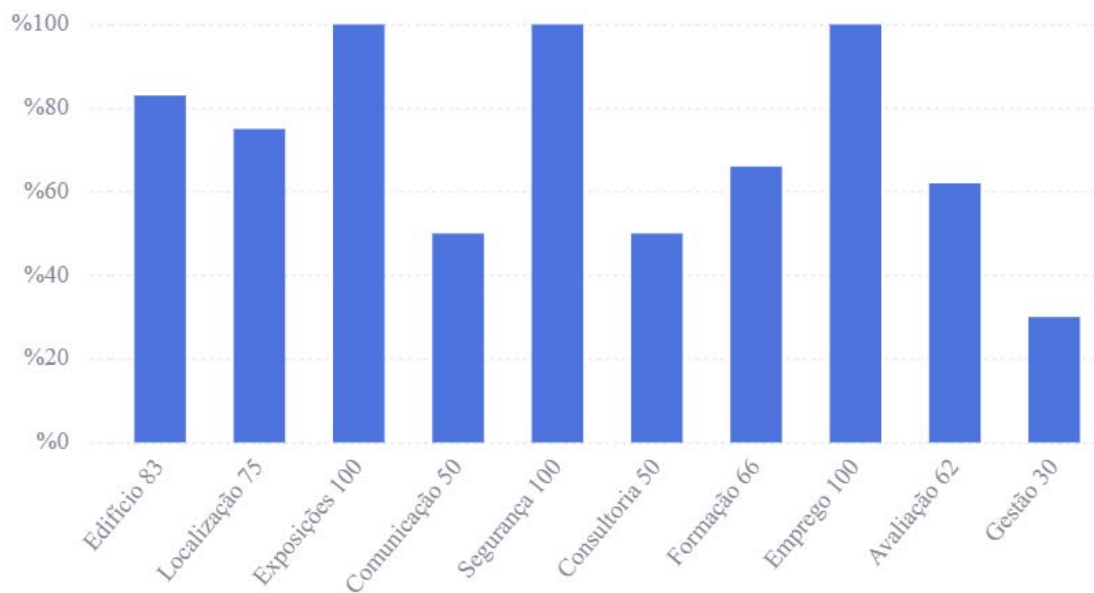
Acessibilidade da instituição: % 44,11

Museu do Còa



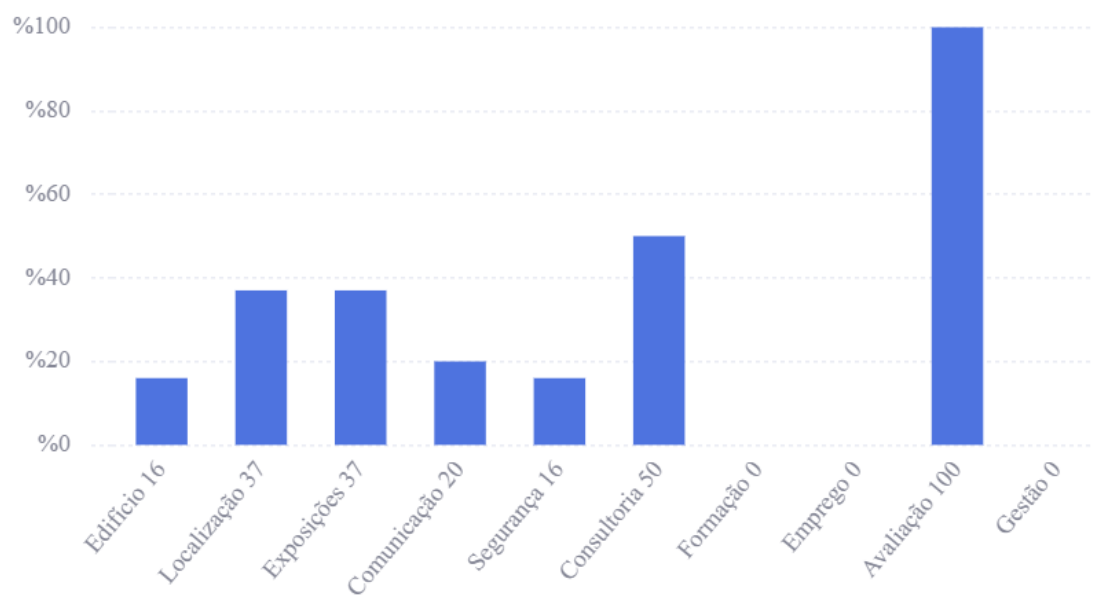
Acessibilidade da instituição: % 69,83

Museu do Douro



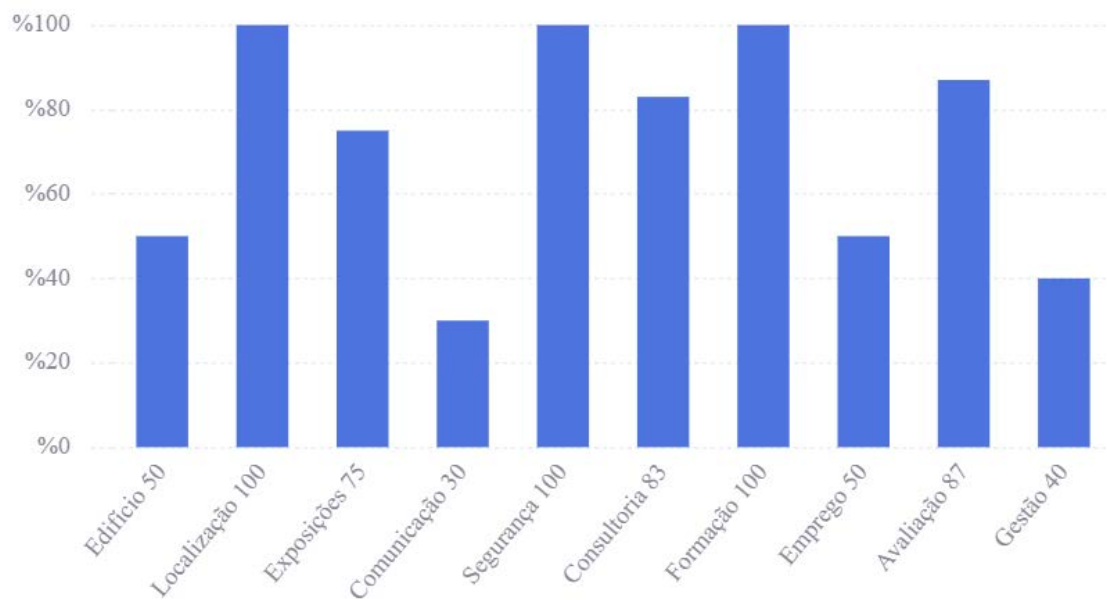
Acessibilidade da instituição: % 72,28

Museu do Instituto Superior de Engenharia do Porto



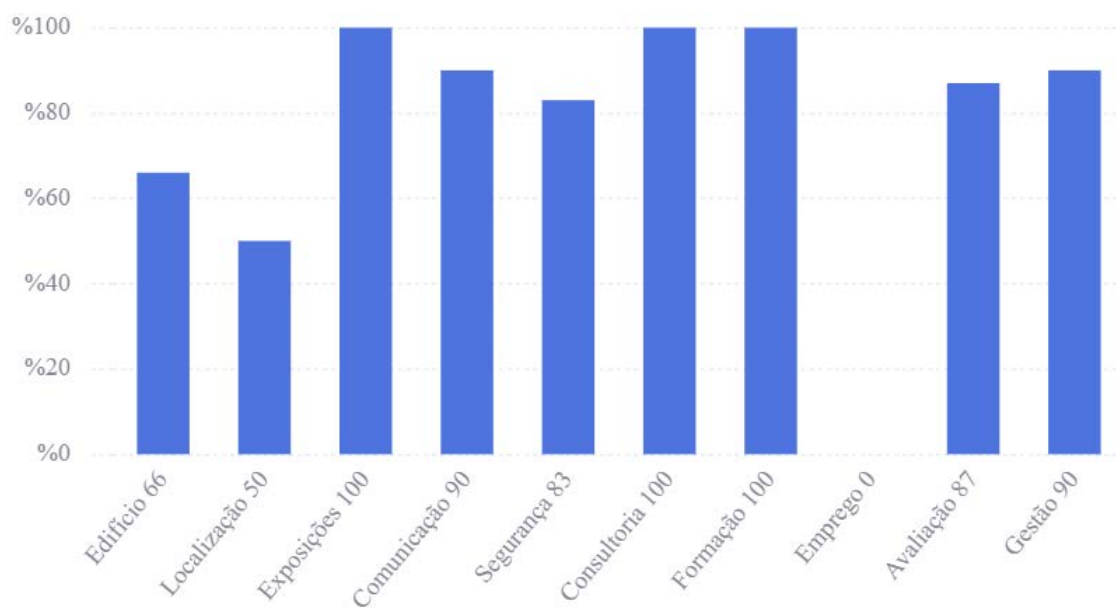
Acessibilidade da instituição: % 26,78

Museu do Mar Rei D. Carlos



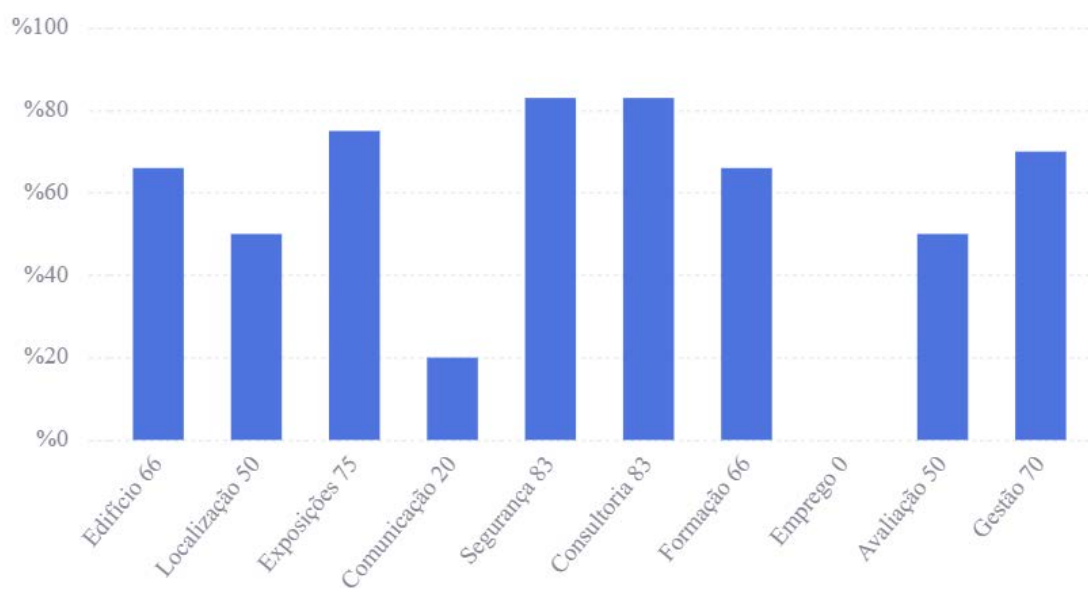
Acessibilidade da instituição: % 68,56

Museu do Papel Moeda



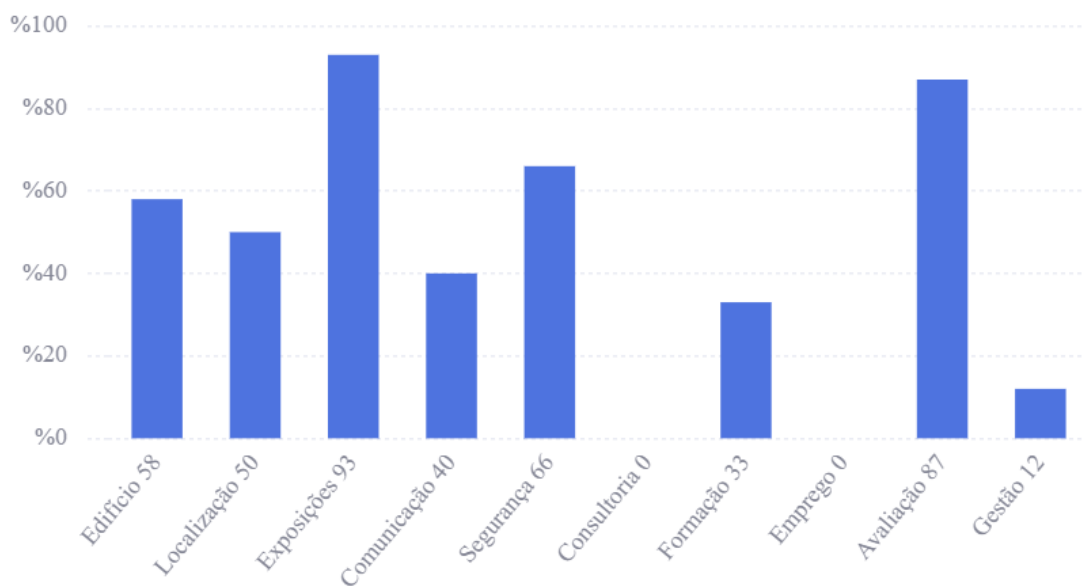
Acessibilidade da instituição: % 79,56

Museu do Papel Terras de Santa Maria



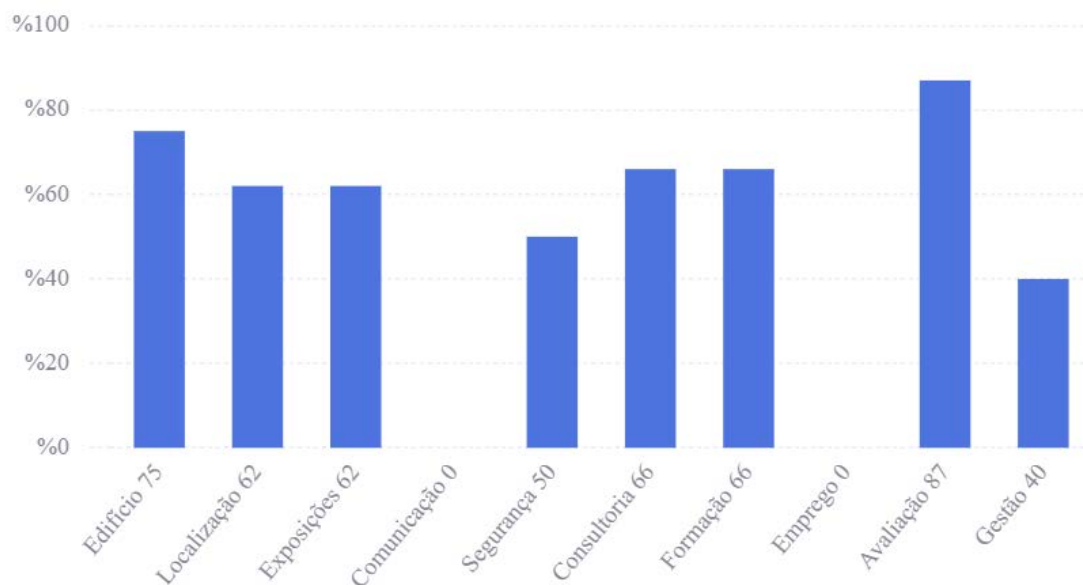
Acessibilidade da instituição: % 59,42

Museu do Pico



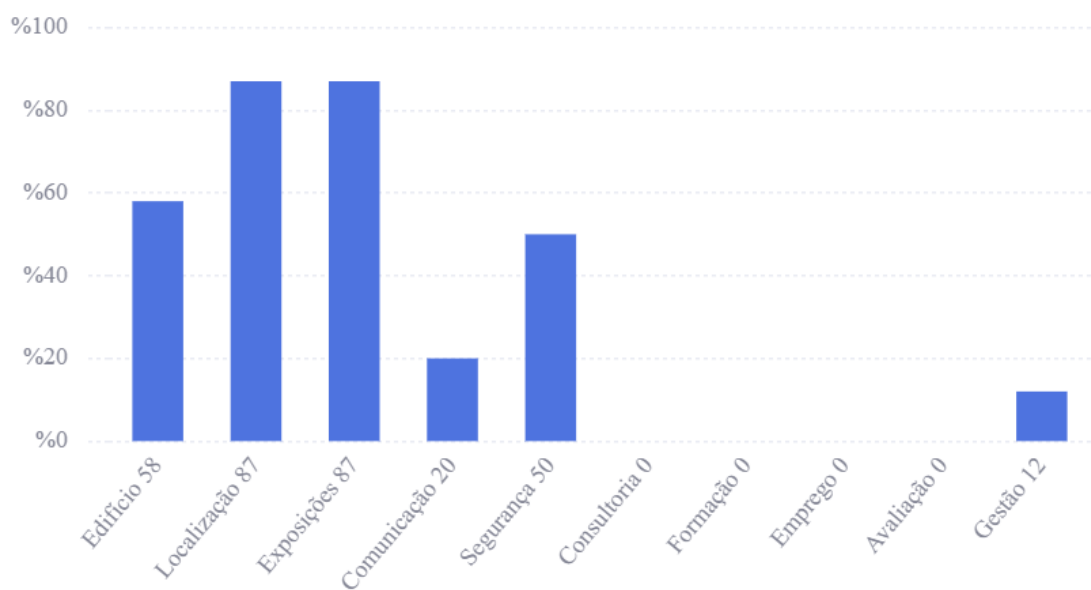
Acessibilidade da instituição: % 49,2

Museu do Trabalho Michel Giacometti



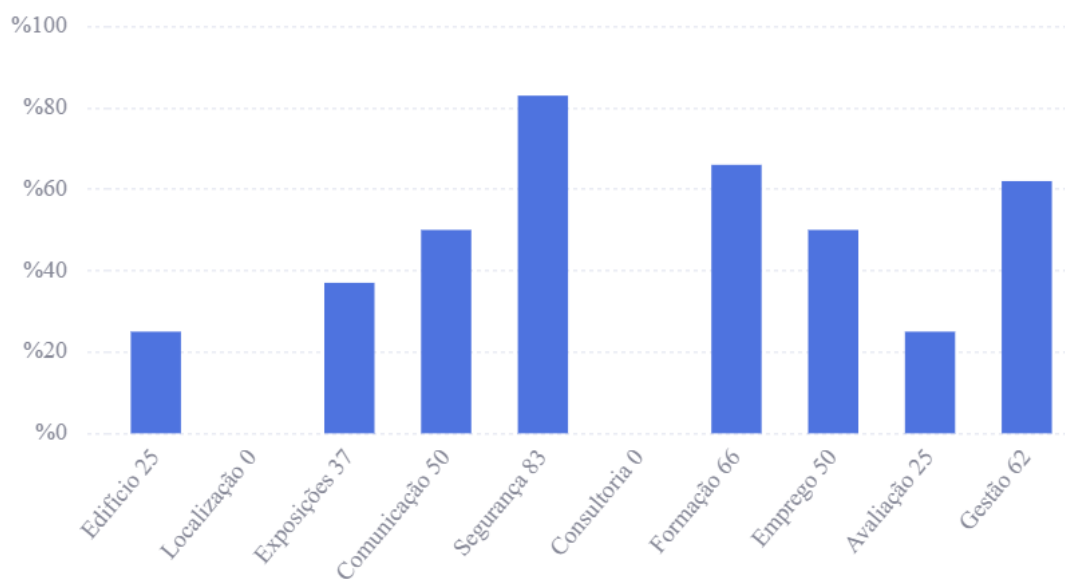
Acessibilidade da instituição: % 55,36

Museu do Traje de Viana do Castelo



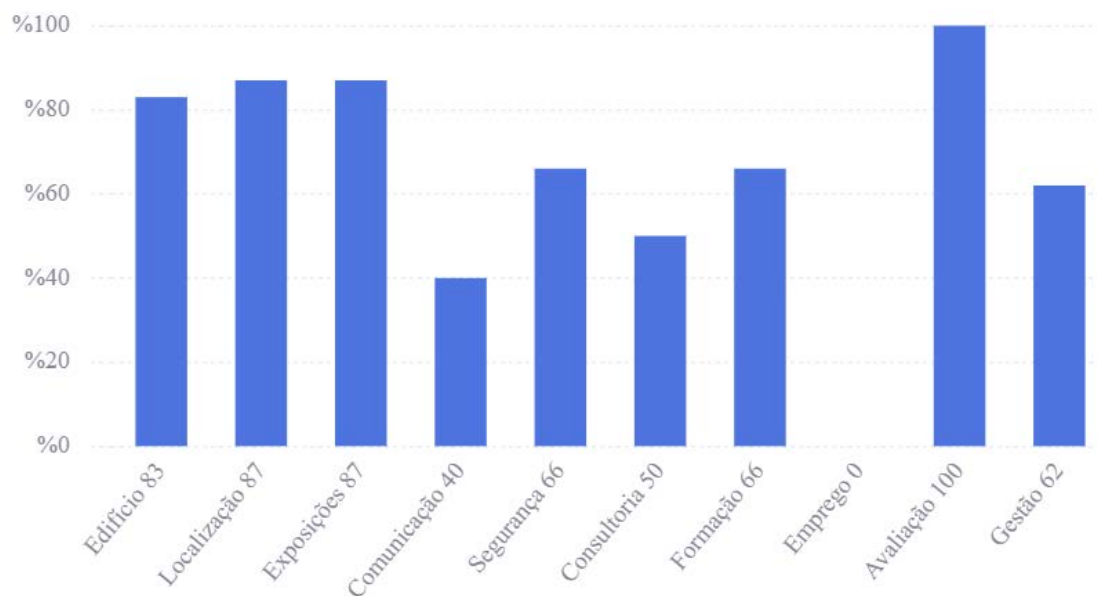
Acessibilidade da instituição: % 39,29

Museu dos Biscainhos



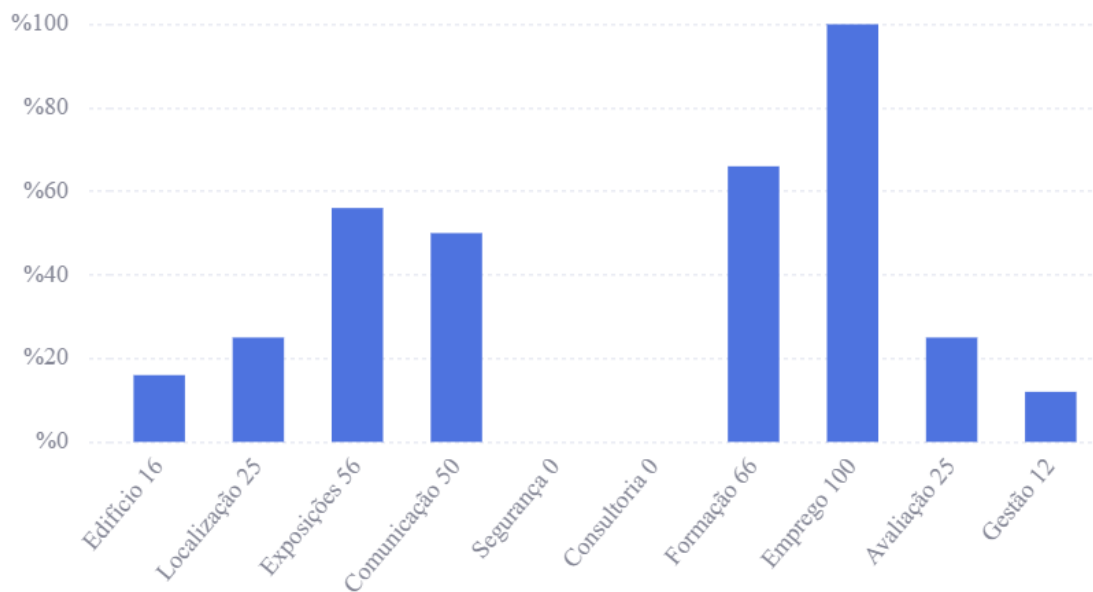
Acessibilidade da instituição: % 37,09

Museu dos Transportes e Comunicações



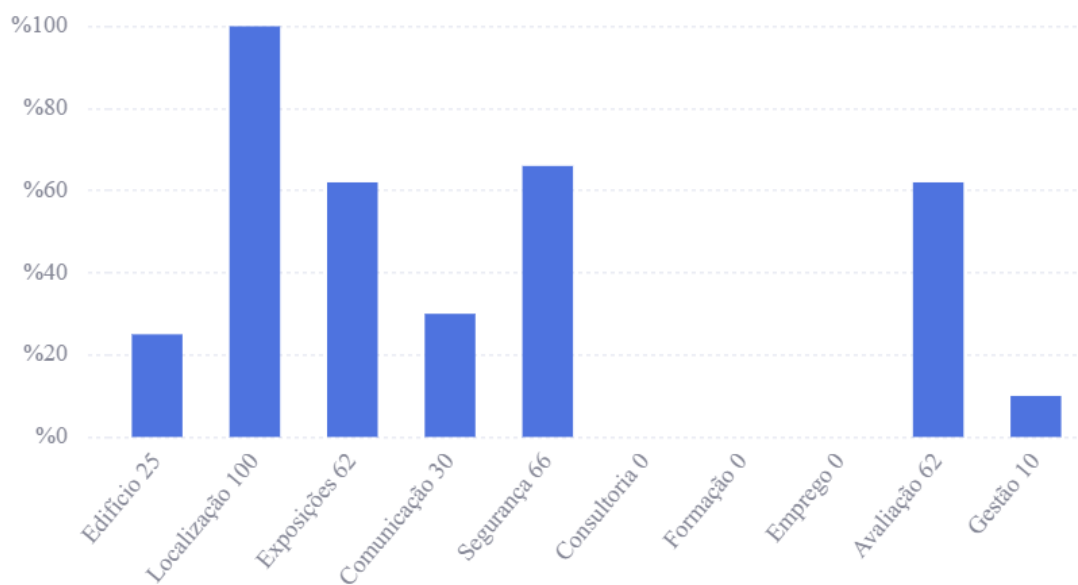
Acessibilidade da instituição: % 70,04

Museu Dr. Joaquim Manso



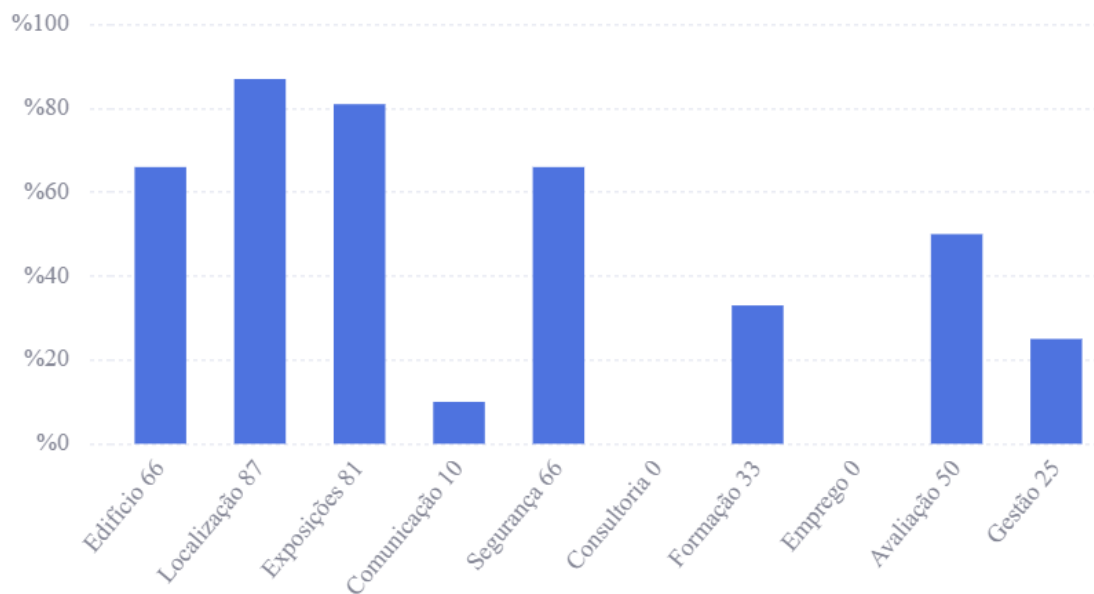
Acessibilidade da instituição: % 34,07

Museu Escolar de Marrazes



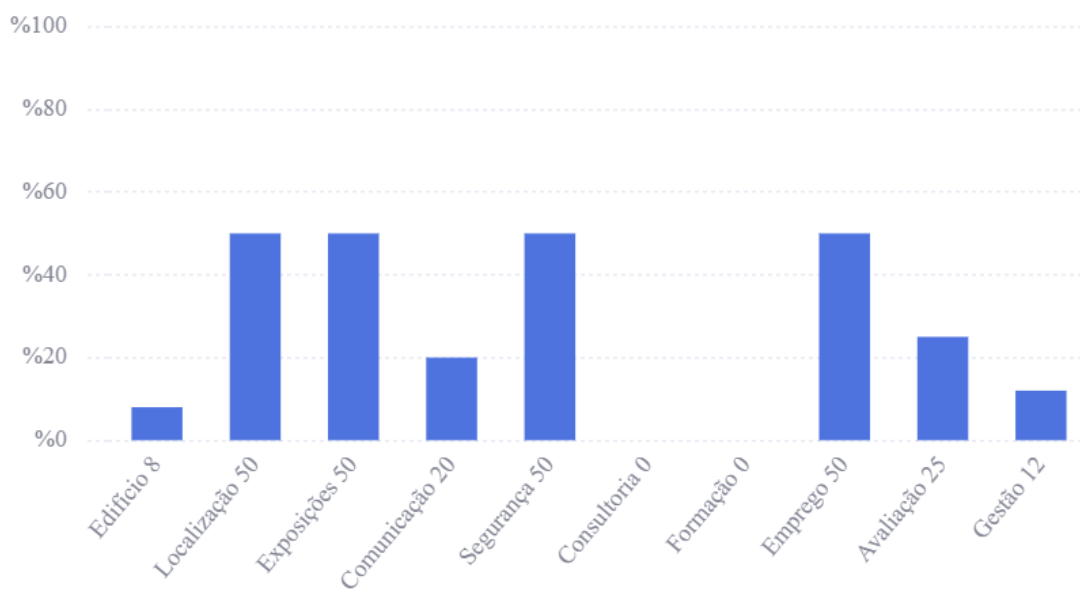
Acessibilidade da instituição: % 36,4

Museu Etnográfico da Madeira



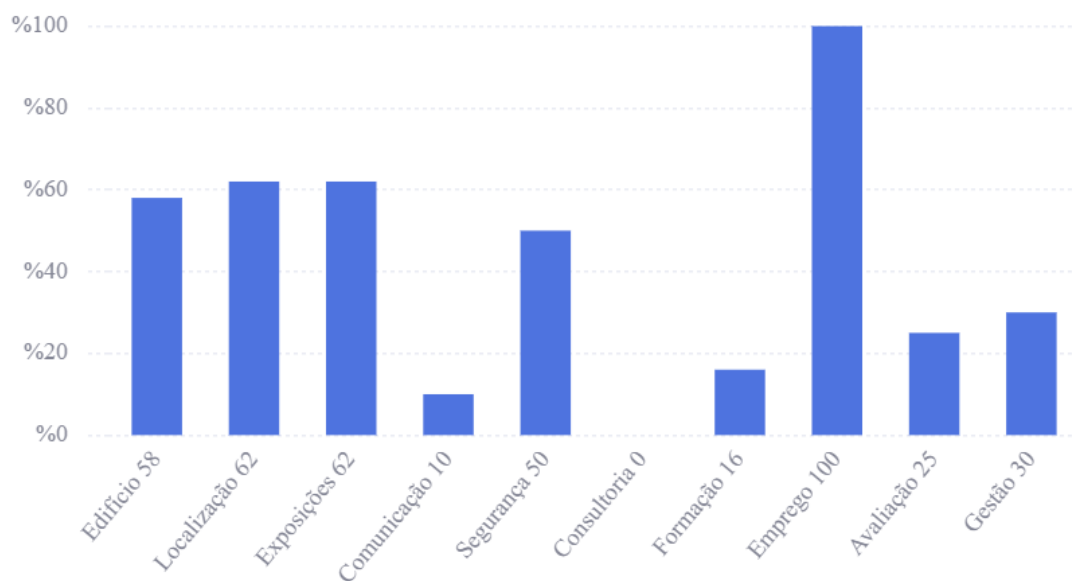
Acessibilidade da instituição: % 48,18

Museu Ferreira de Castro



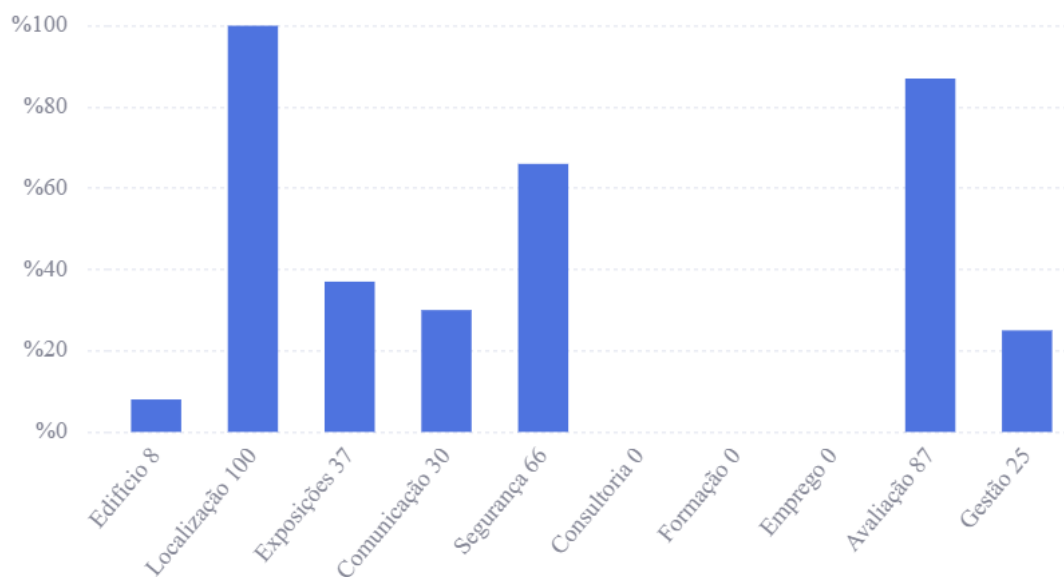
Acessibilidade da instituição: % 24,3

Museu Francisco de Lacerda



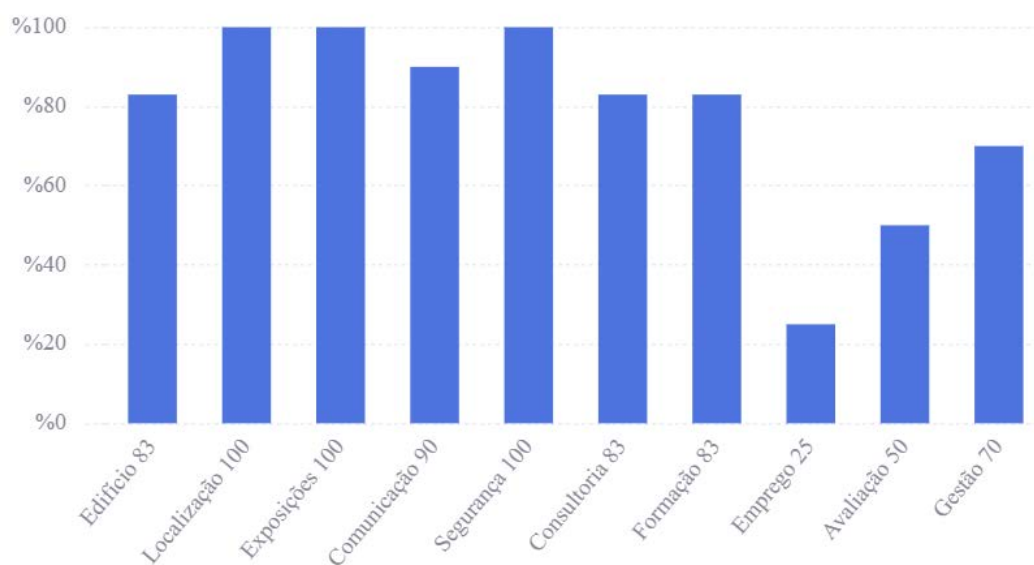
Acessibilidade da instituição: % 42,35

Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.



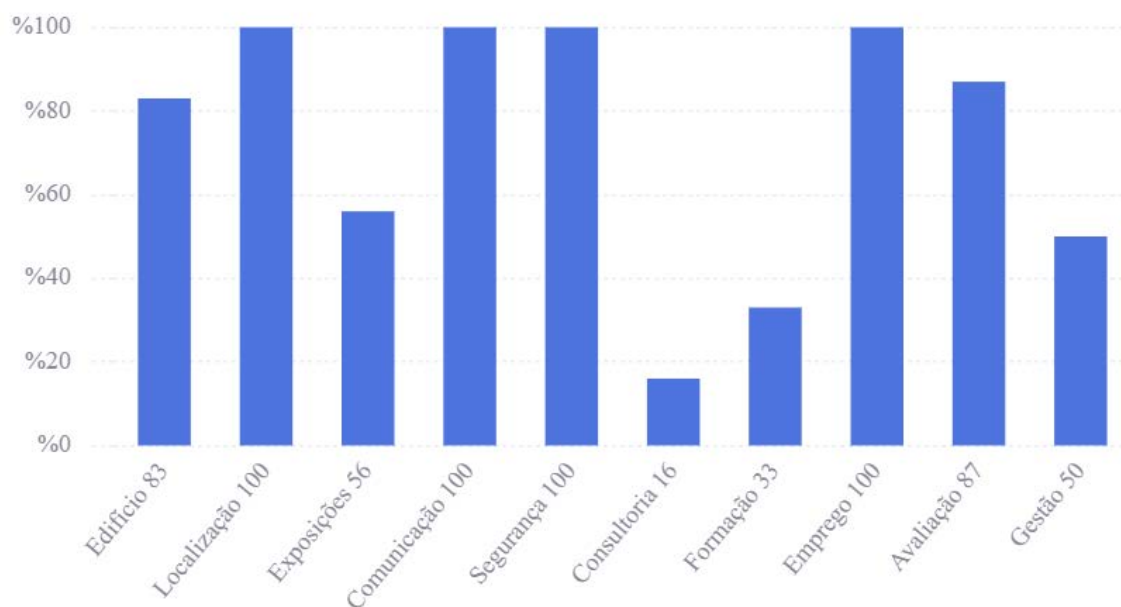
Acessibilidade da instituição: % 32,68

Museu José Malhoa



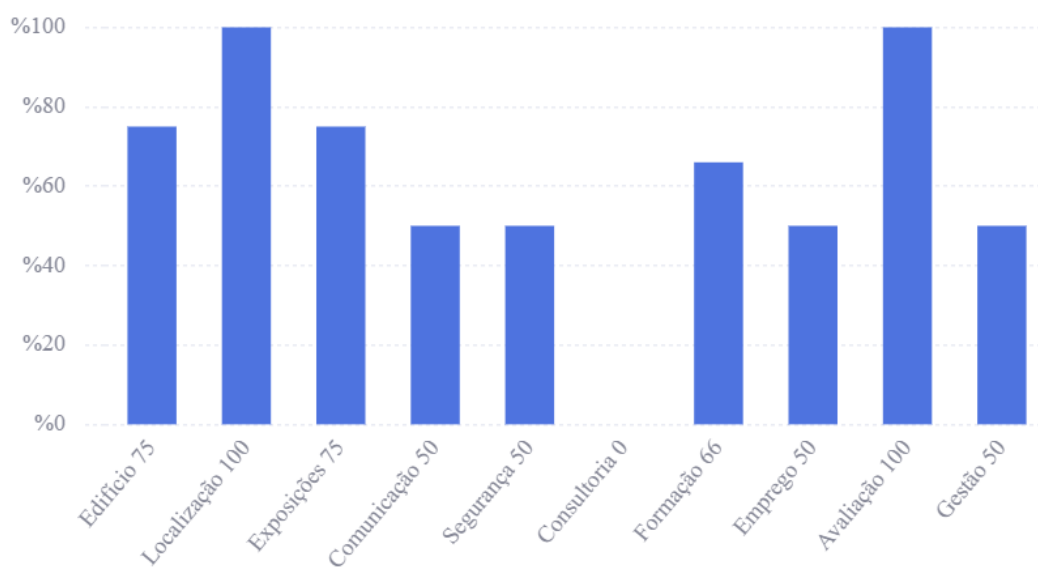
Acessibilidade da instituição: % 82,25

Museu Marítimo de Ílhavo



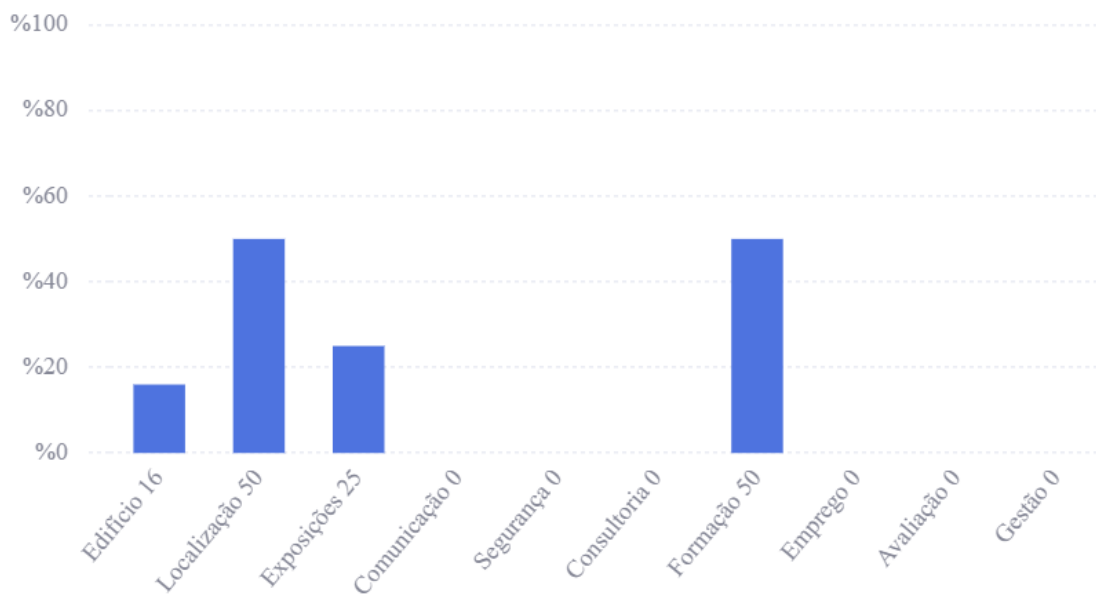
Acessibilidade da instituição: % 71,25

Museu Militar de Elvas



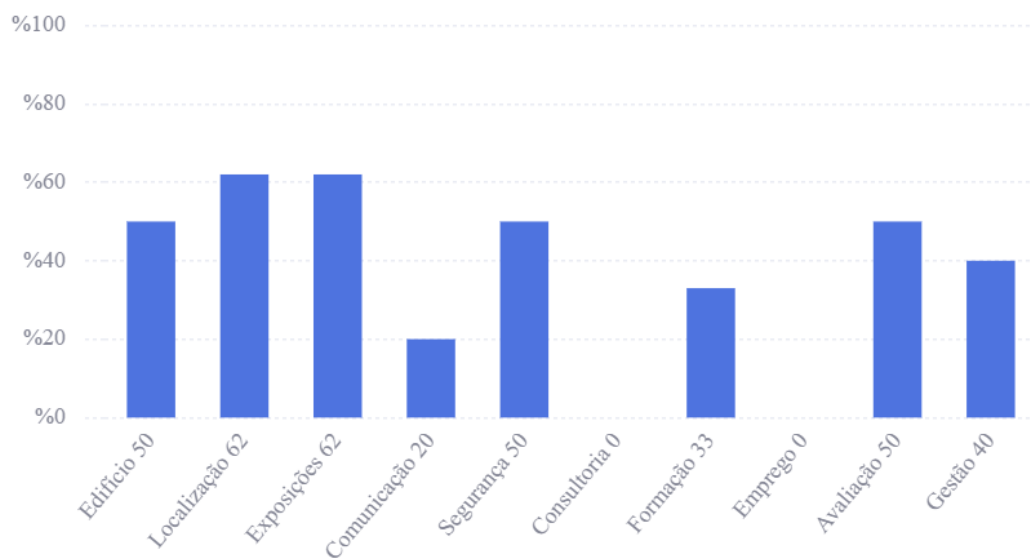
Acessibilidade da instituição: % 65,42

Museu Militar Porto



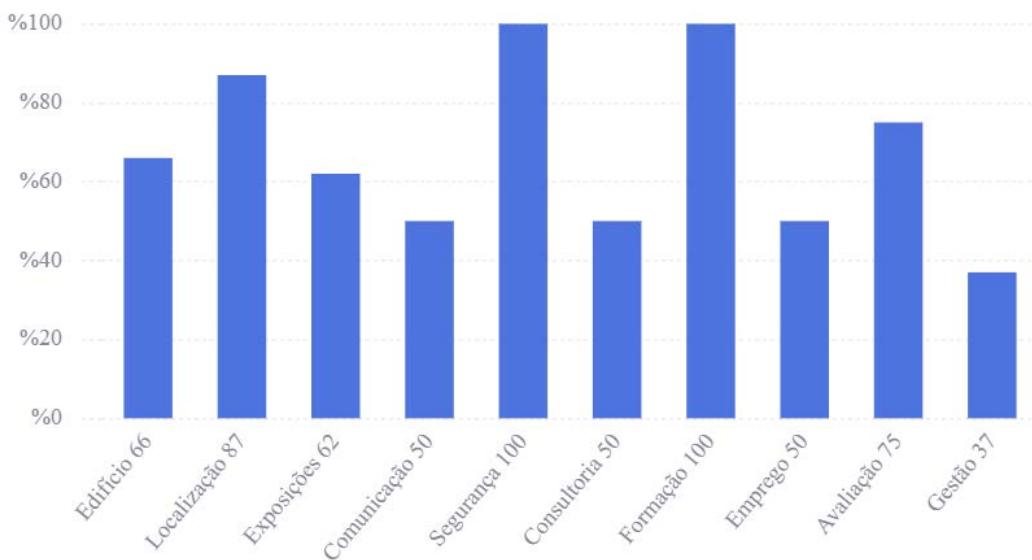
Acessibilidade da instituição: % 17,08

Museu Monografico de Conimbriga - Museu Nacional



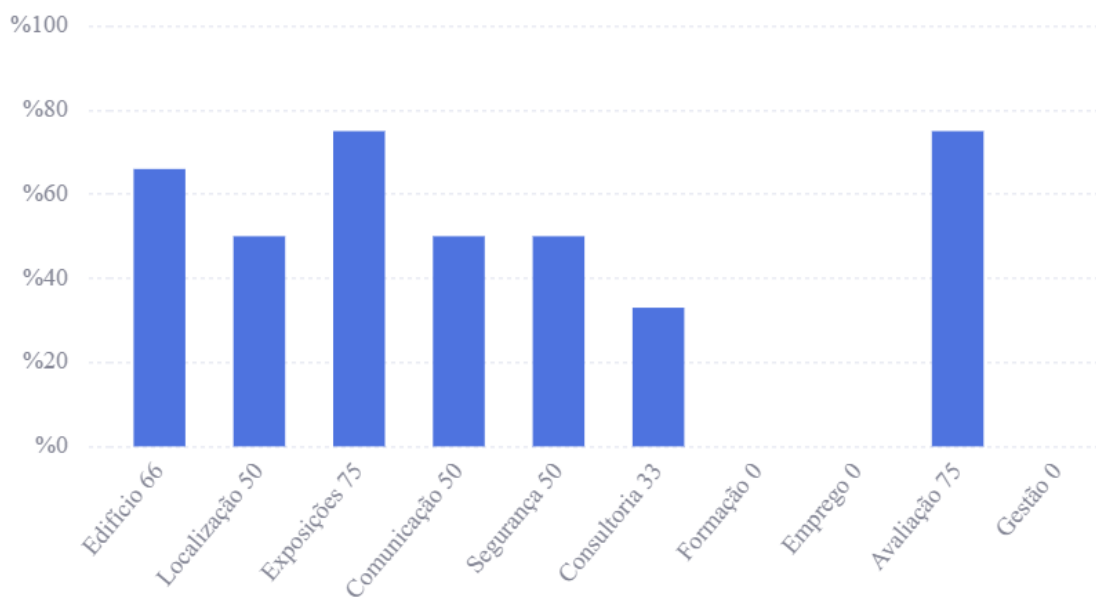
Acessibilidade da instituição: % 41,2

Museu Municipal Abade Pedrosa



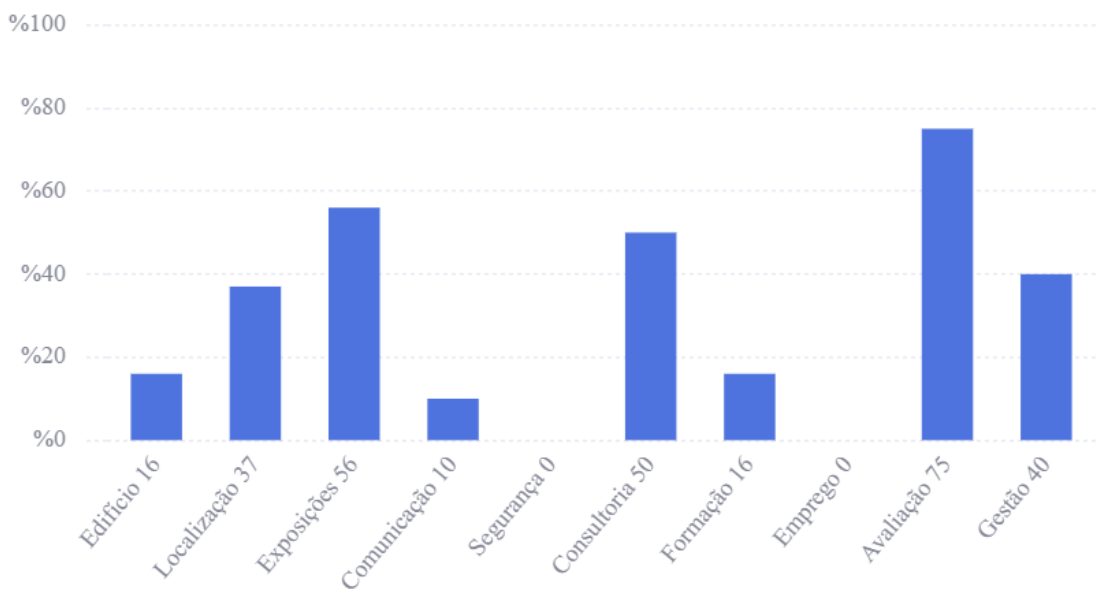
Acessibilidade da instituição: % 67,08

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso



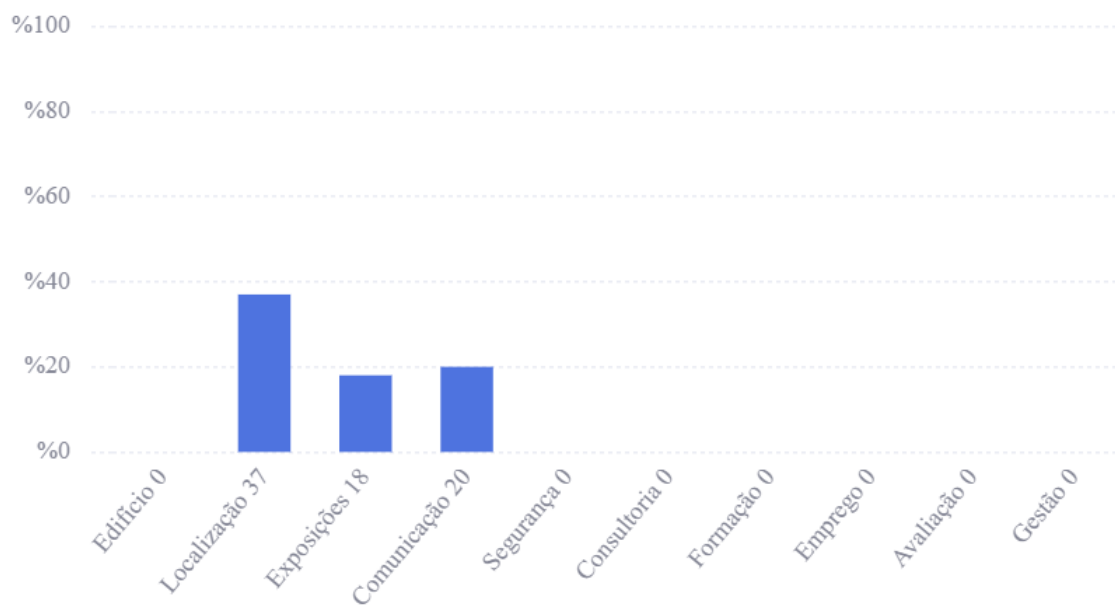
Acessibilidade da instituição: % 45,2

Museu Municipal Carlos Reis



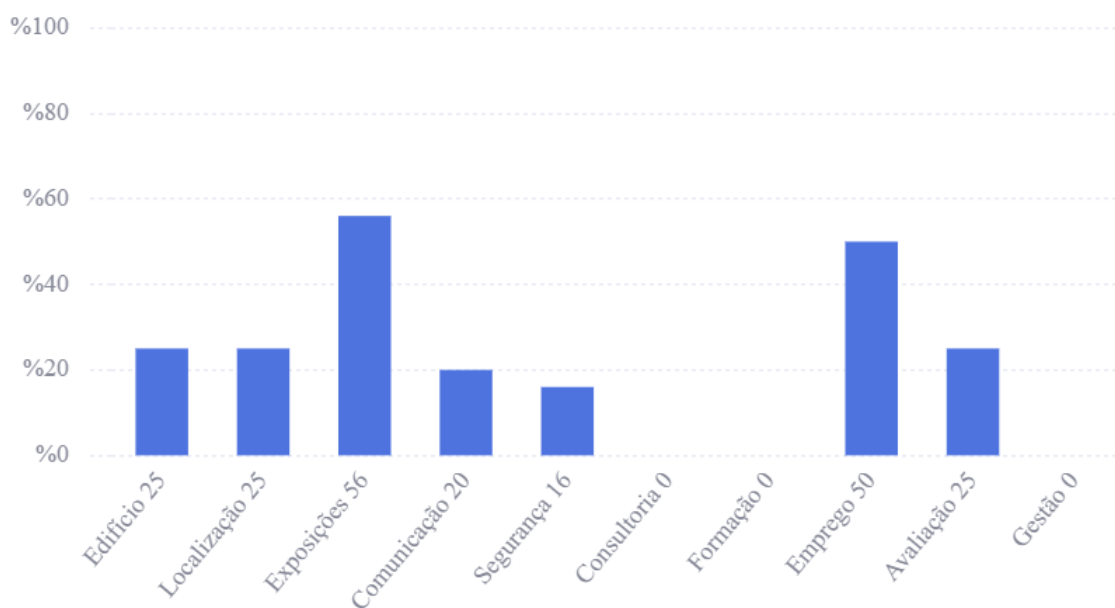
Acessibilidade da instituição: % 31,56

Museu Municipal da Ribeira Grande



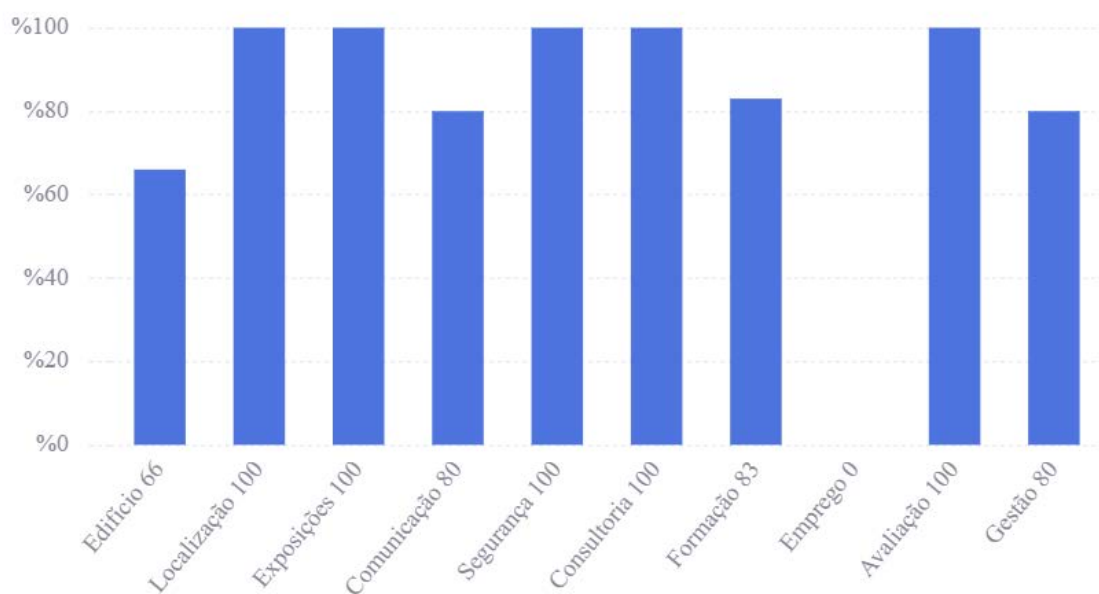
Acessibilidade da instituição: % 8,56

Museu Municipal de Alcochete-núcleo sede



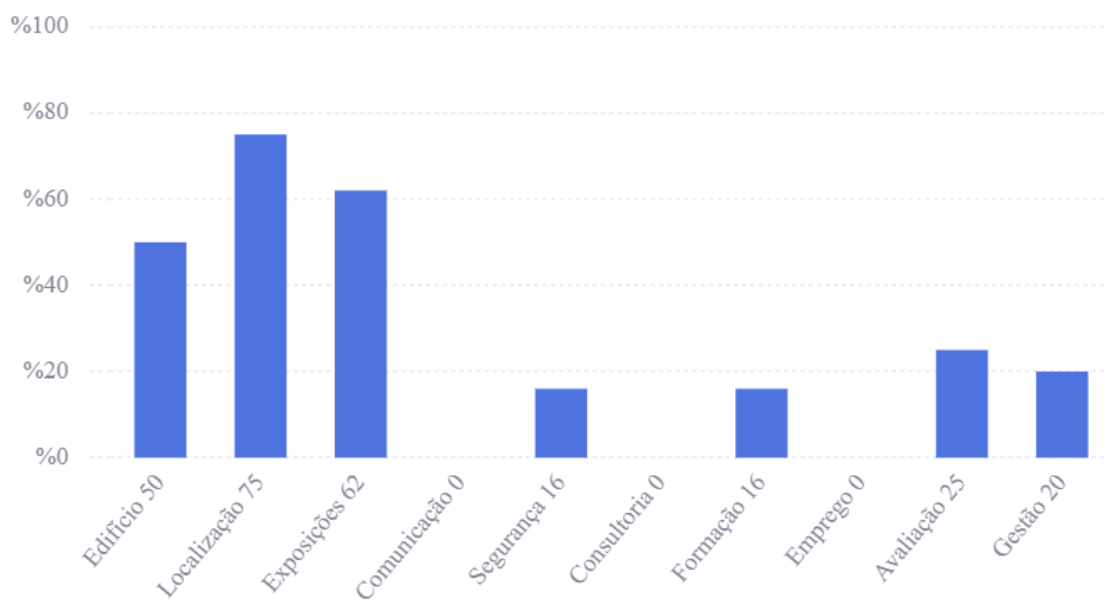
Acessibilidade da instituição: % 23,15

Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira



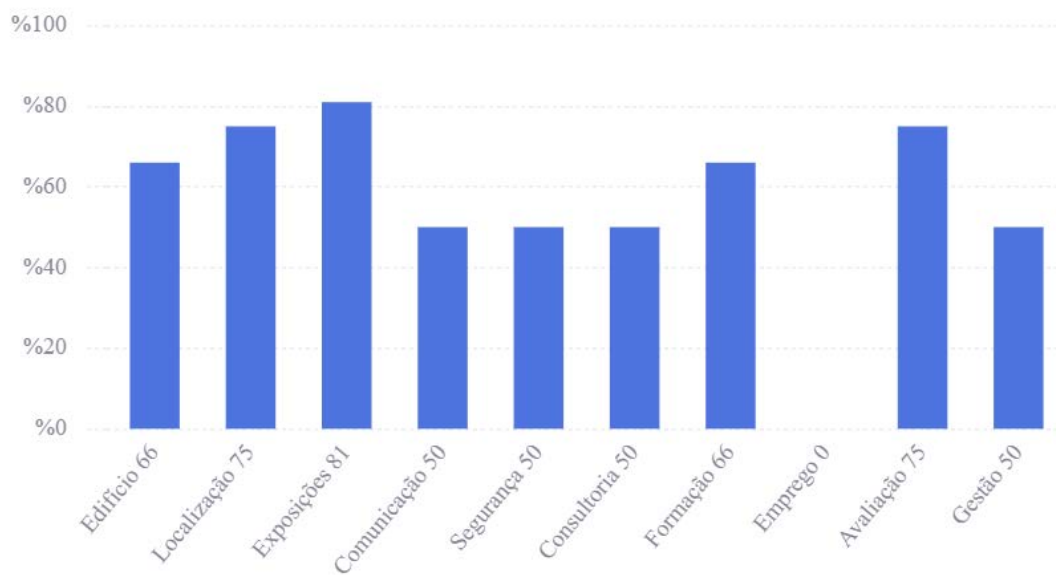
Acessibilidade da instituição: % 82,66

Museu Municipal de Arqueologia de Aljustrel



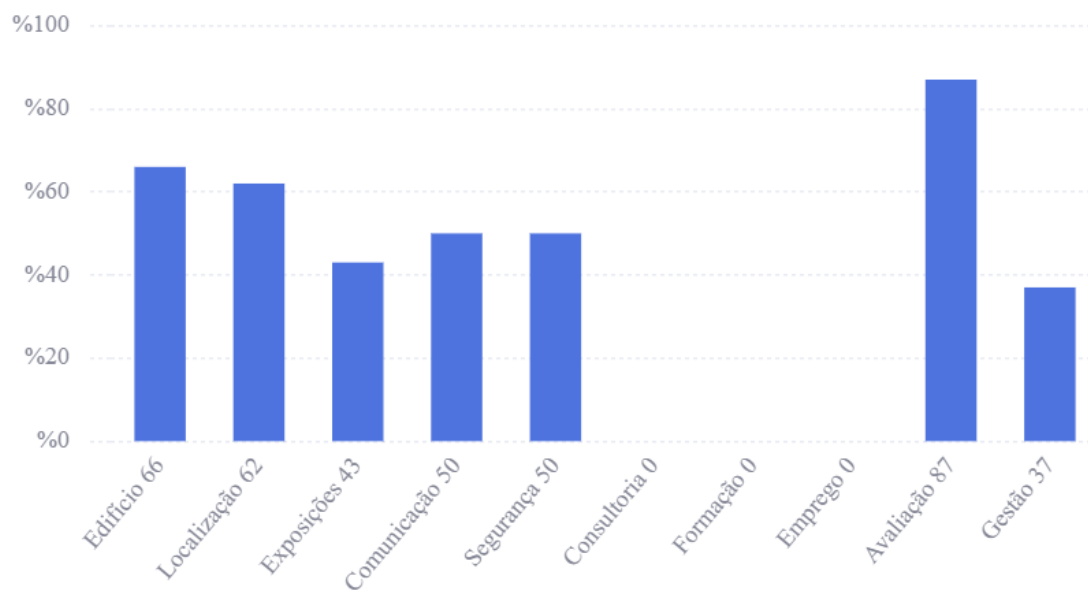
Acessibilidade da instituição: % 33,26

Museu Municipal de Coimbra



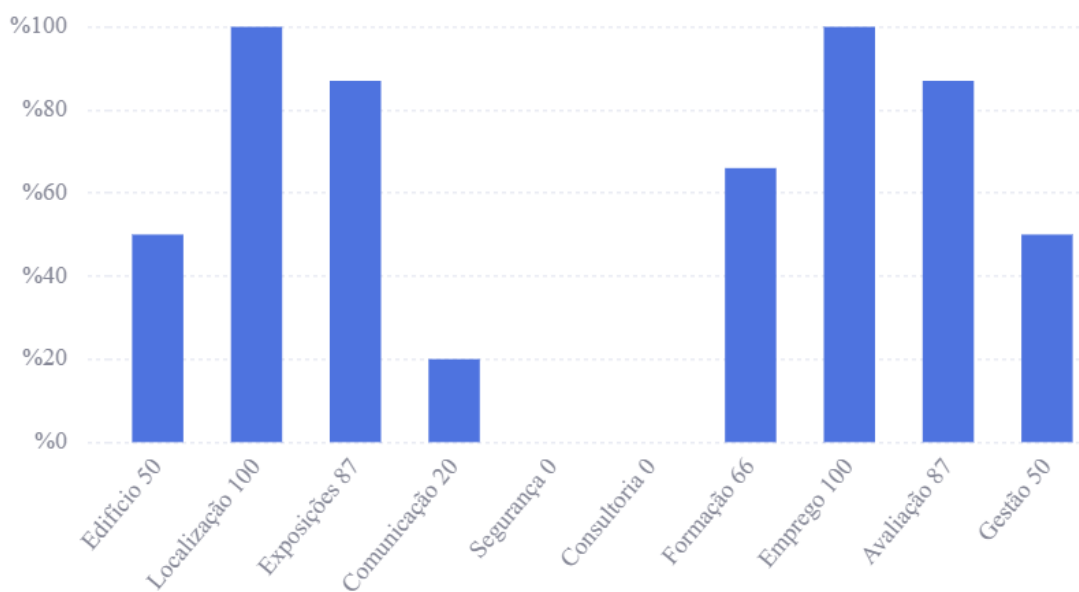
Acessibilidade da instituição: % 61,56

Museu Municipal de Coruche



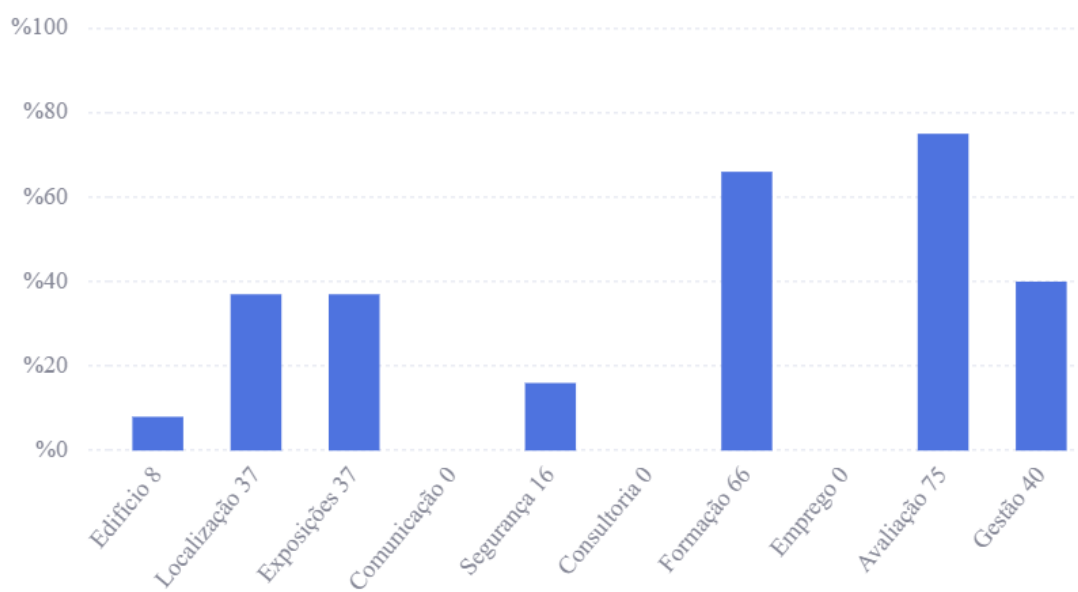
Acessibilidade da instituição: % 43,95

Museu Municipal de Esposende



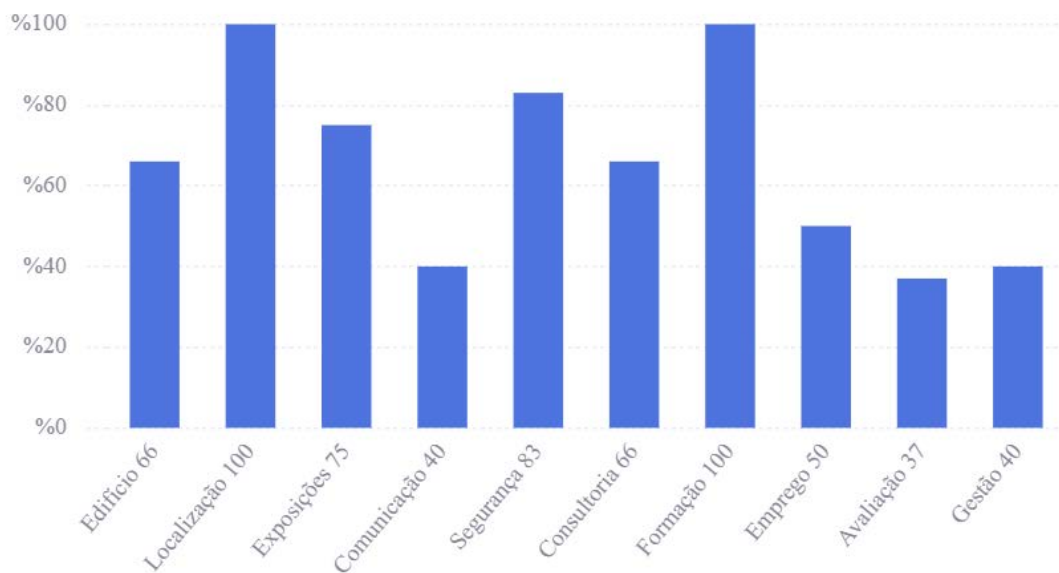
Acessibilidade da instituição: % 58,35

Museu Municipal de Estremoz Prof. Joaquim Vermelho



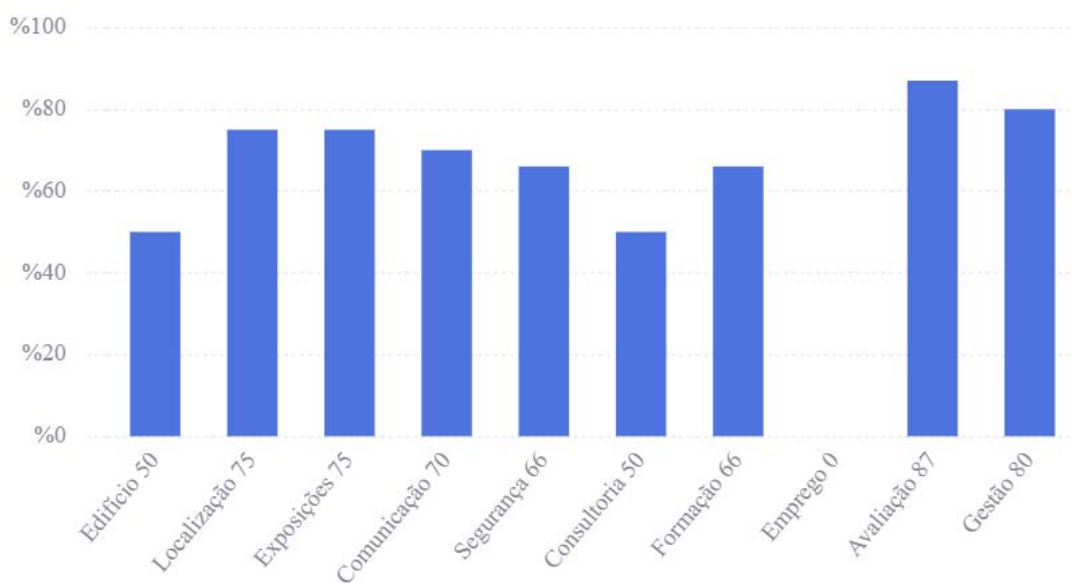
Acessibilidade da instituição: % 28,16

Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim



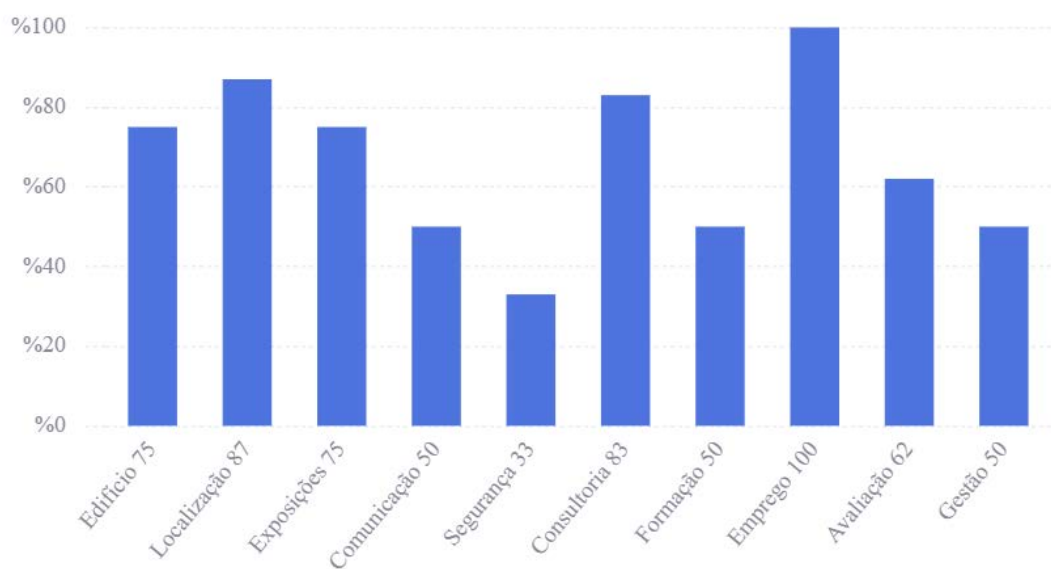
Acessibilidade da instituição: % 67,06

Museu Municipal de Faro



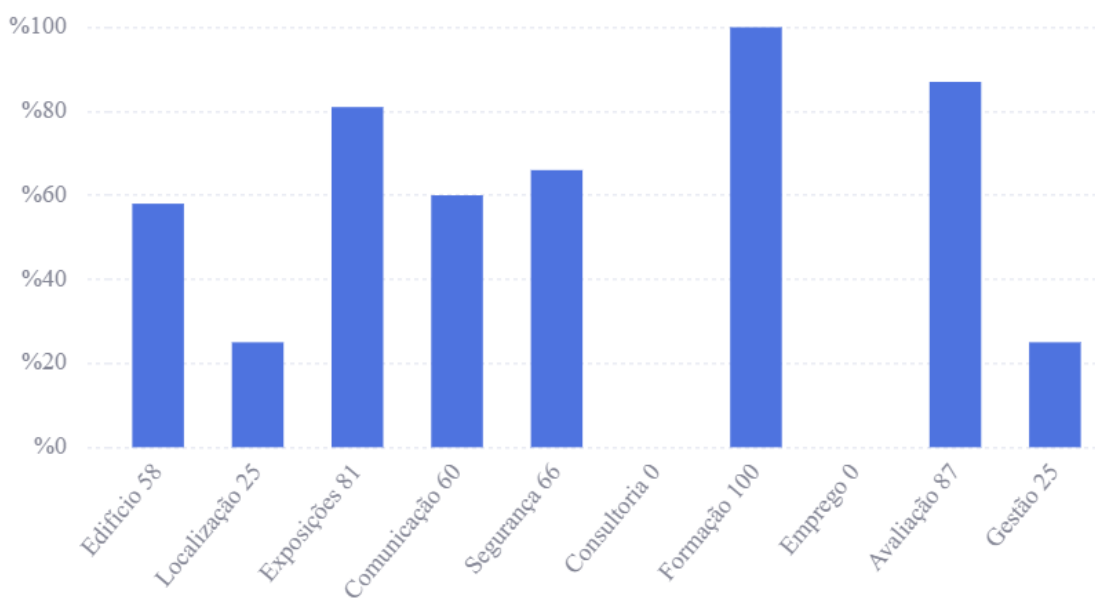
Acessibilidade da instituição: % 64,06

Museu Municipal de Ferreira do Alentejo



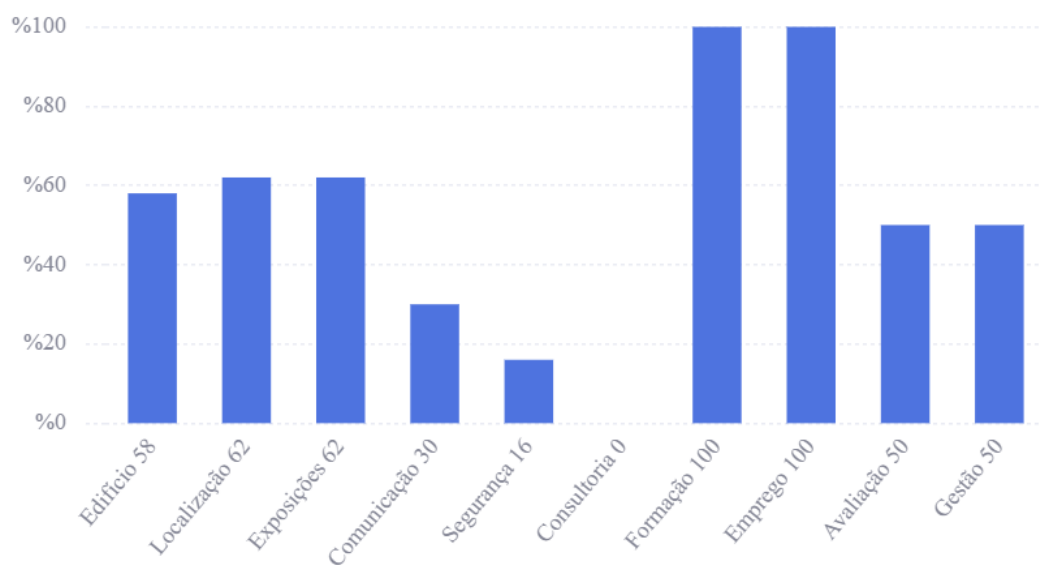
Acessibilidade da instituição: % 67,61

Museu Municipal de Loulé



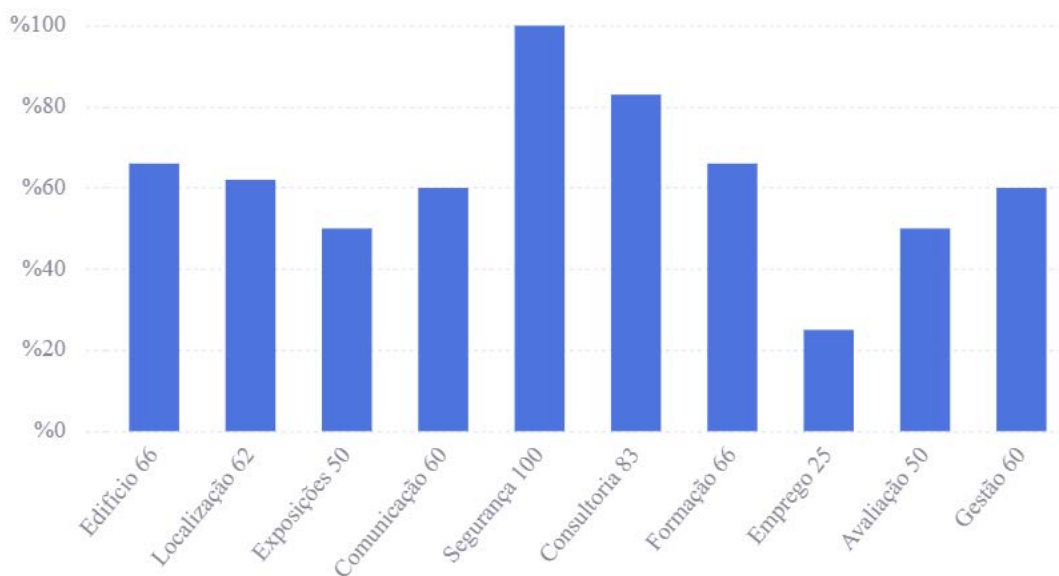
Acessibilidade da instituição: % 54,75

Museu Municipal de Loures



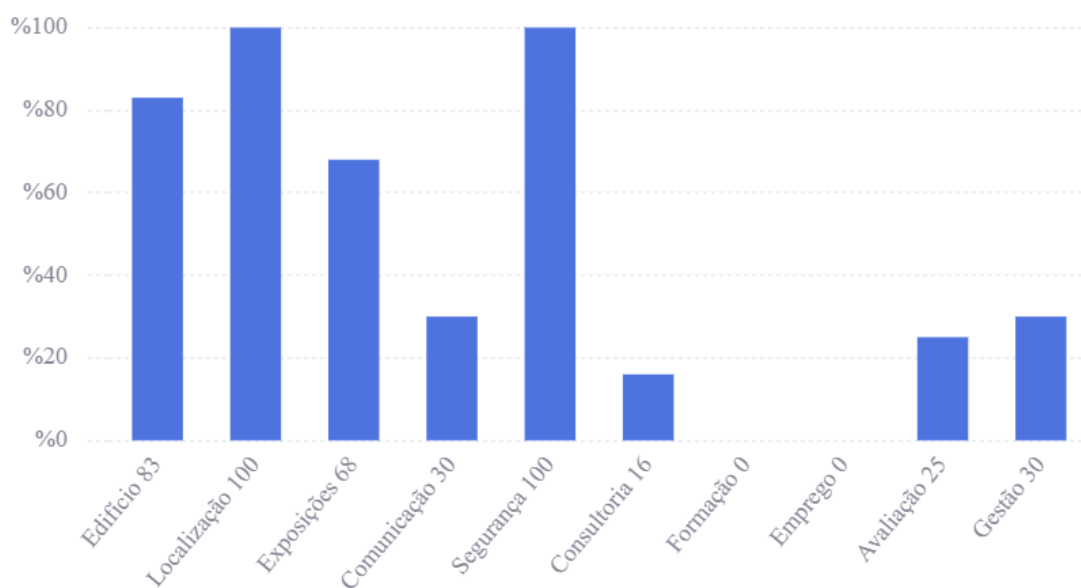
Acessibilidade da instituição: % 54,88

Museu Municipal de Ourém



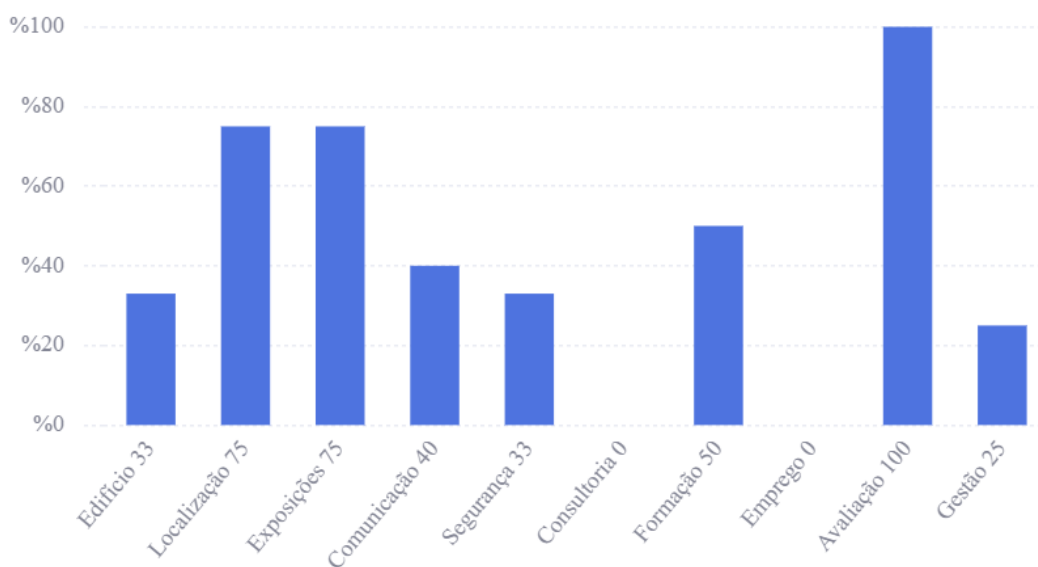
Acessibilidade da instituição: % 62,0

Museu Municipal de Penafiel



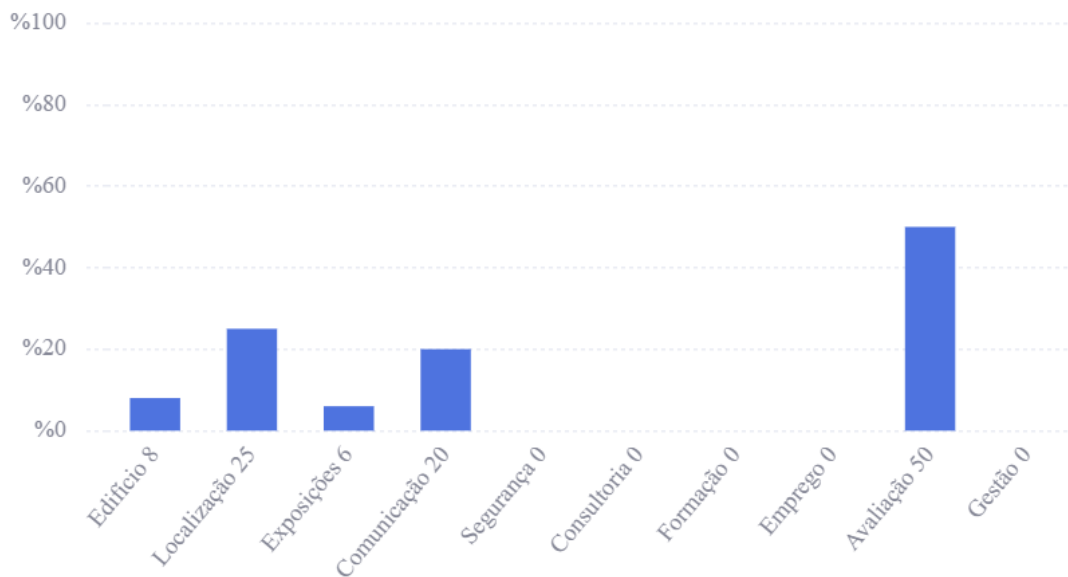
Acessibilidade da instituição: % 51,11

Museu Municipal de Santarém



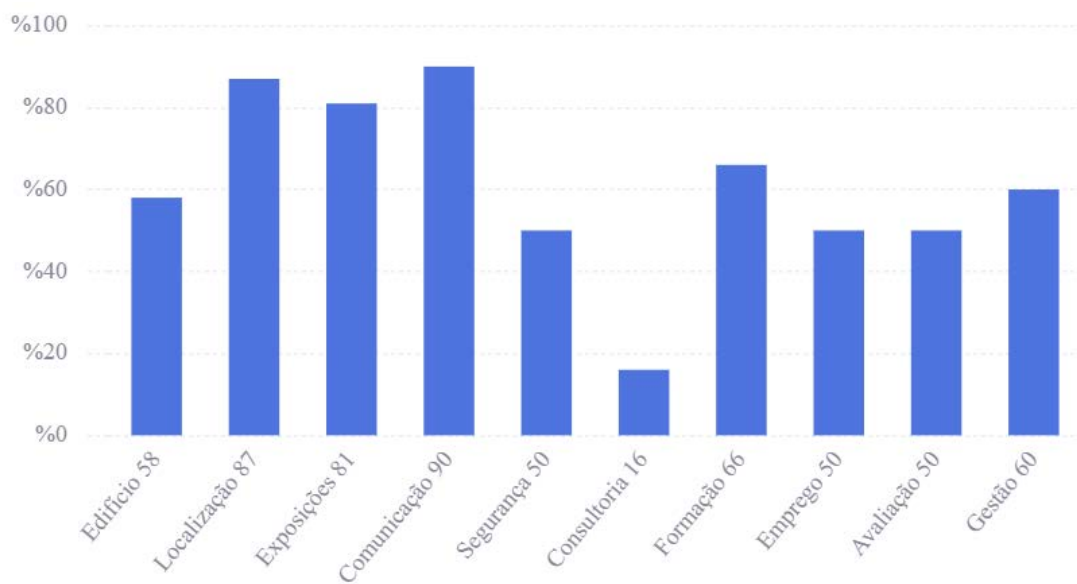
Acessibilidade da instituição: % 46,09

Museu Municipal de Santiago do Cacém



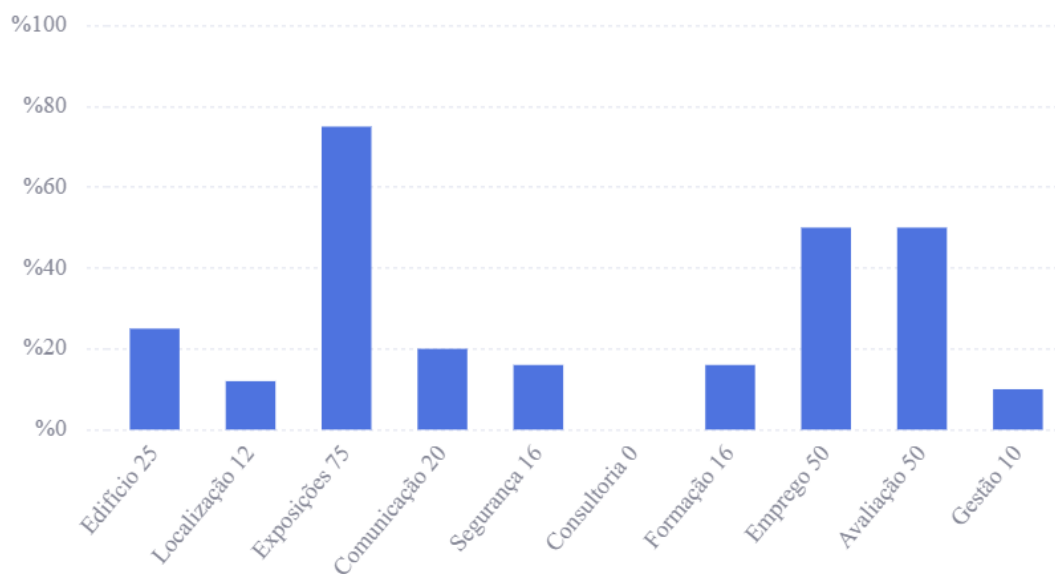
Acessibilidade da instituição: % 10,86

Museu Municipal de Sesimbra



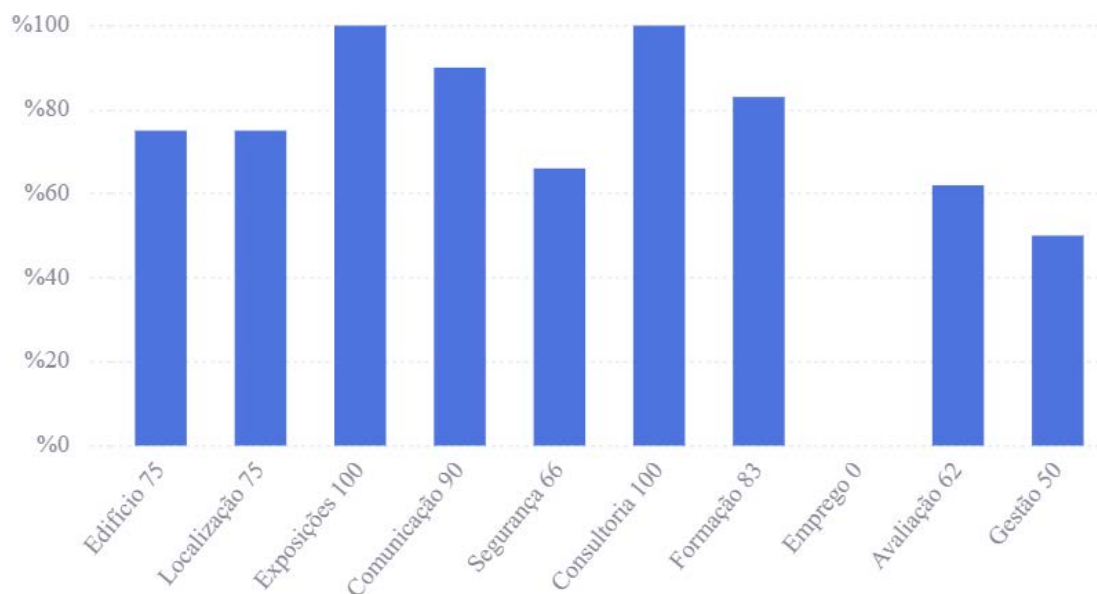
Acessibilidade da instituição: % 64,28

Museu Municipal de Tavira - Palácio da Galeria



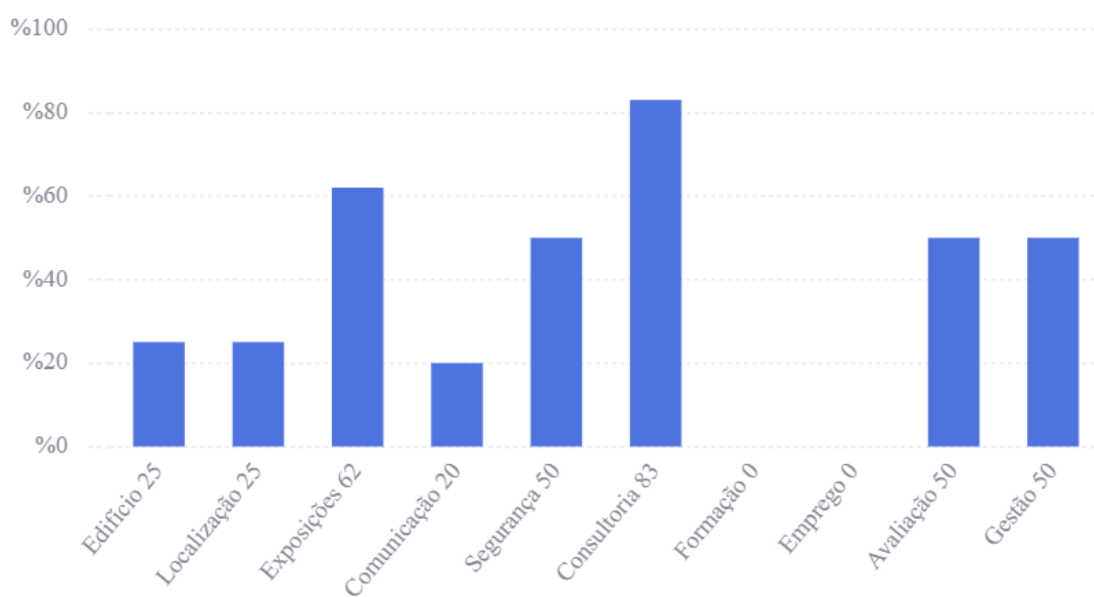
Acessibilidade da instituição: % 29,25

Museu Municipal de Vila Franca de Xira



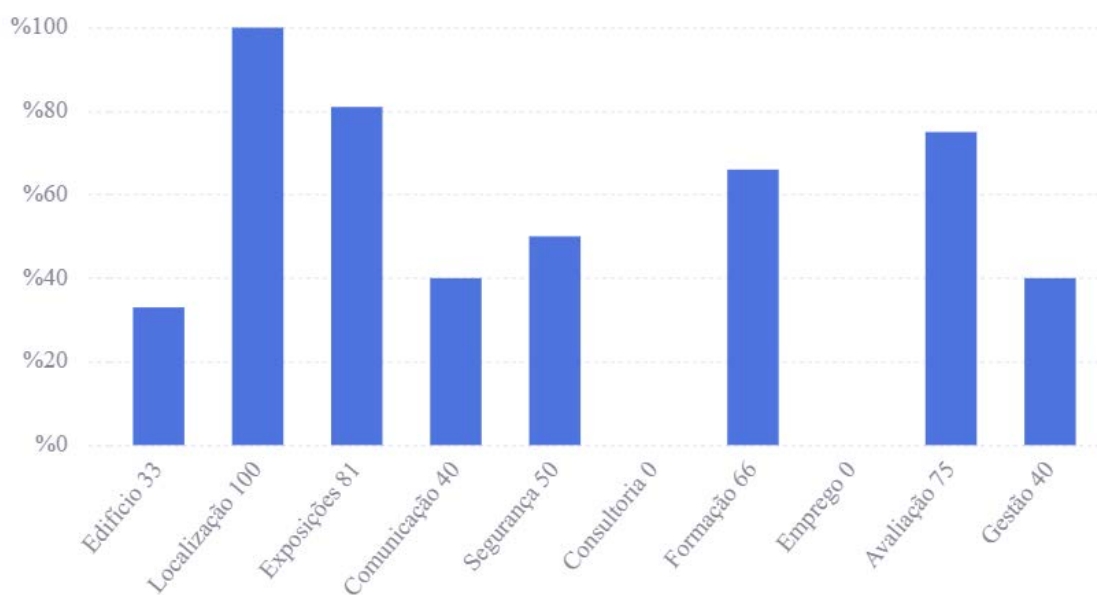
Acessibilidade da instituição: % 75,35

Museu Municipal Leonel Trindade



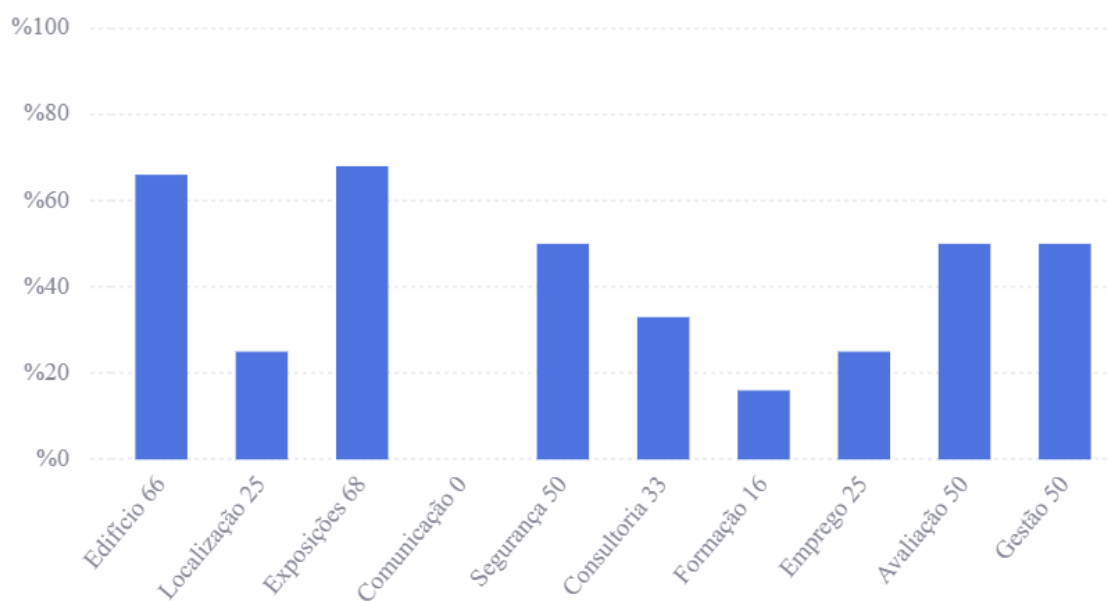
Acessibilidade da instituição: % 36,38

Museu Nacional da Imprensa



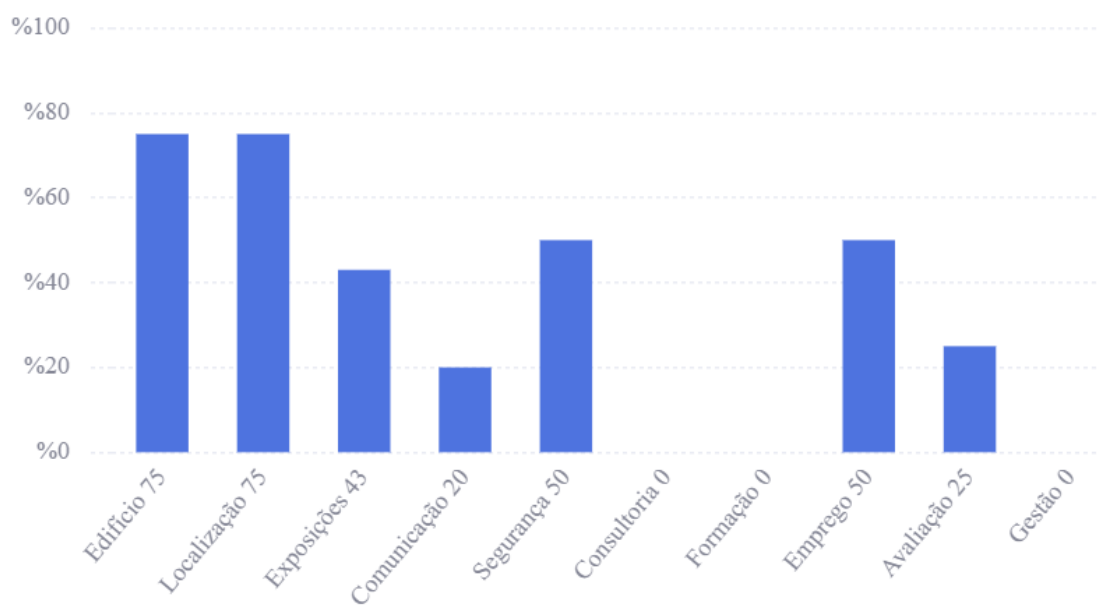
Acessibilidade da instituição: % 51,65

Museu Nacional da Música



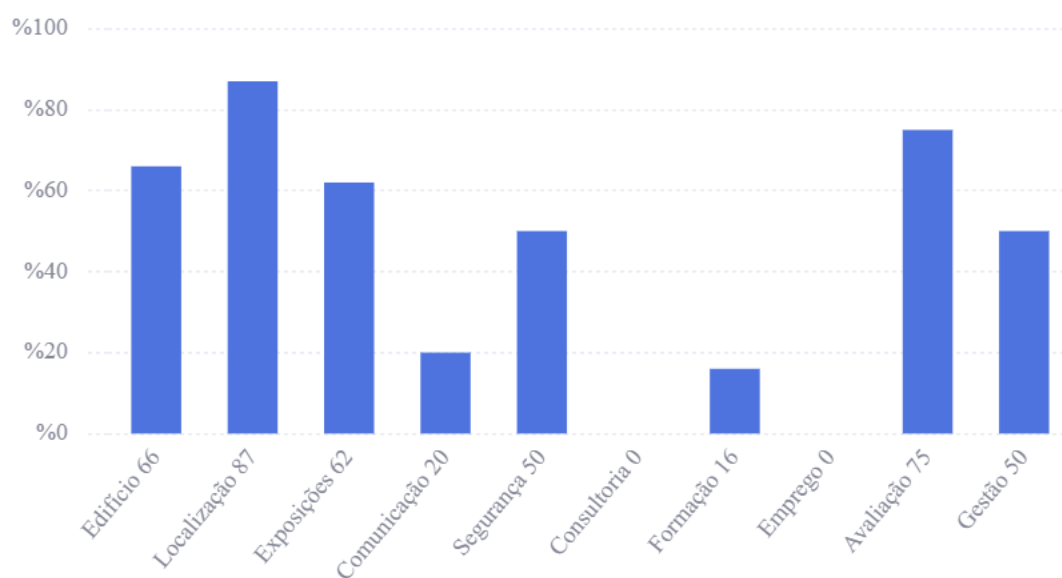
Acessibilidade da instituição: % 42,81

Museu Nacional de Arqueologia do DR. Leite de Vasconcelos



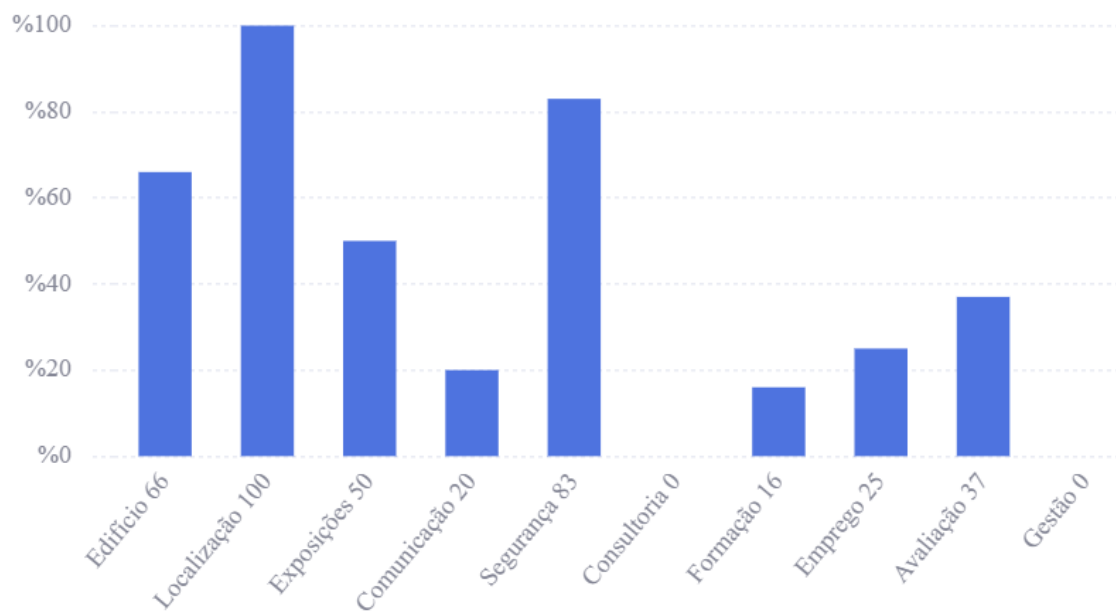
Acessibilidade da instituição: % 37,94

Museu Nacional de Arte Antiga



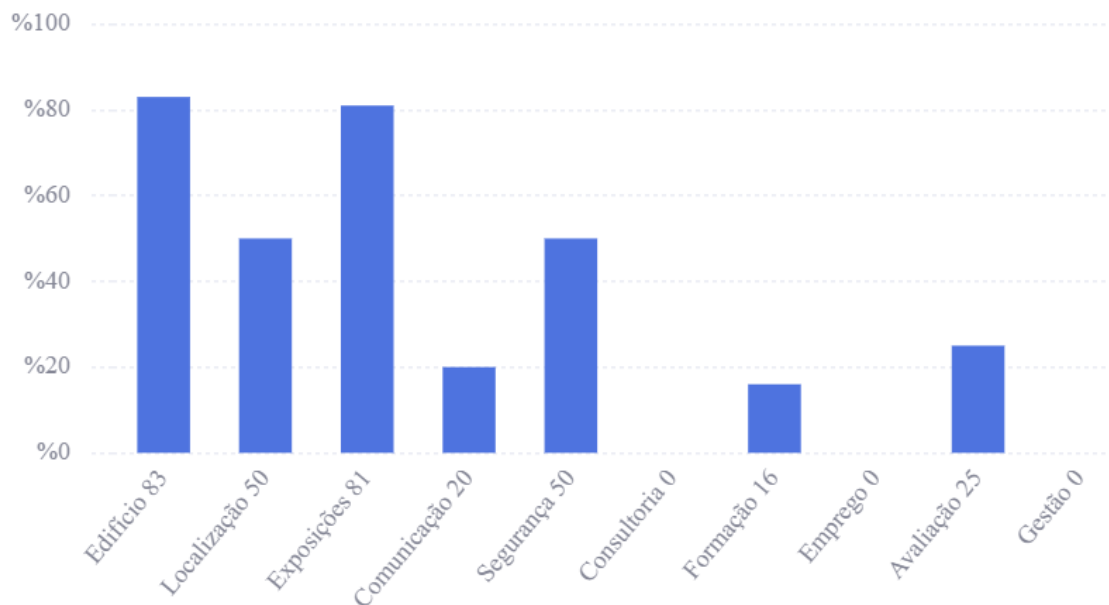
Acessibilidade da instituição: % 48,25

Museu Nacional de Arte Contemporânea-Museu do Chiado



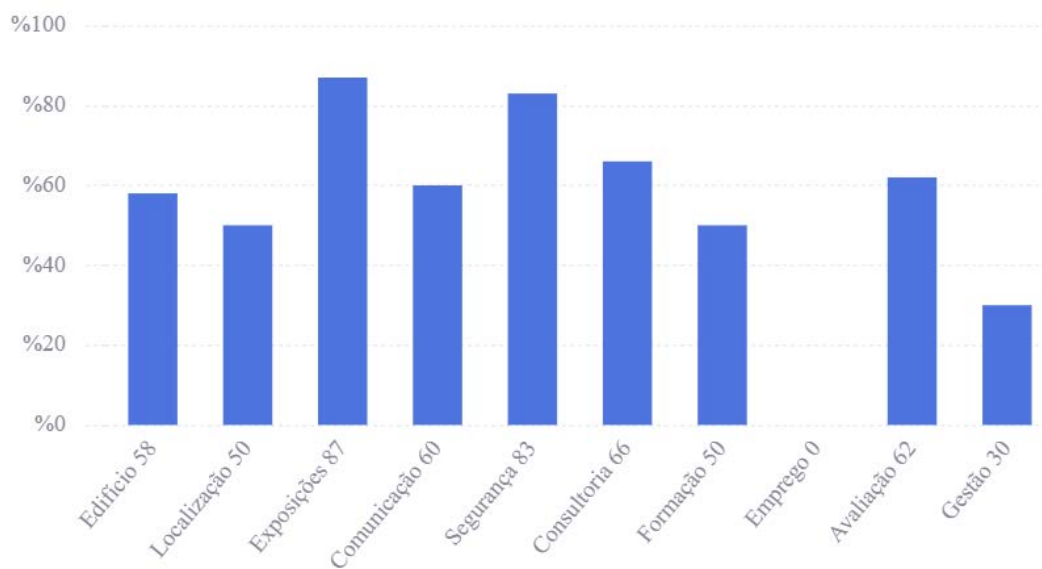
Acessibilidade da instituição: % 42,73

Museu Nacional de Etnologia / Museu de Arte Popular



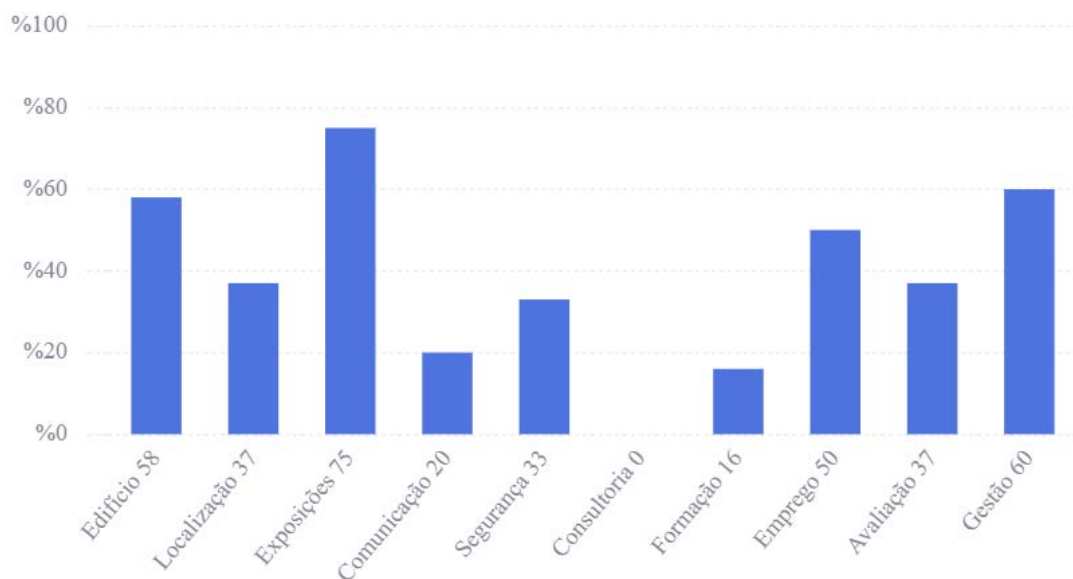
Acessibilidade da instituição: % 41,91

Museu Nacional de Grão Vasco



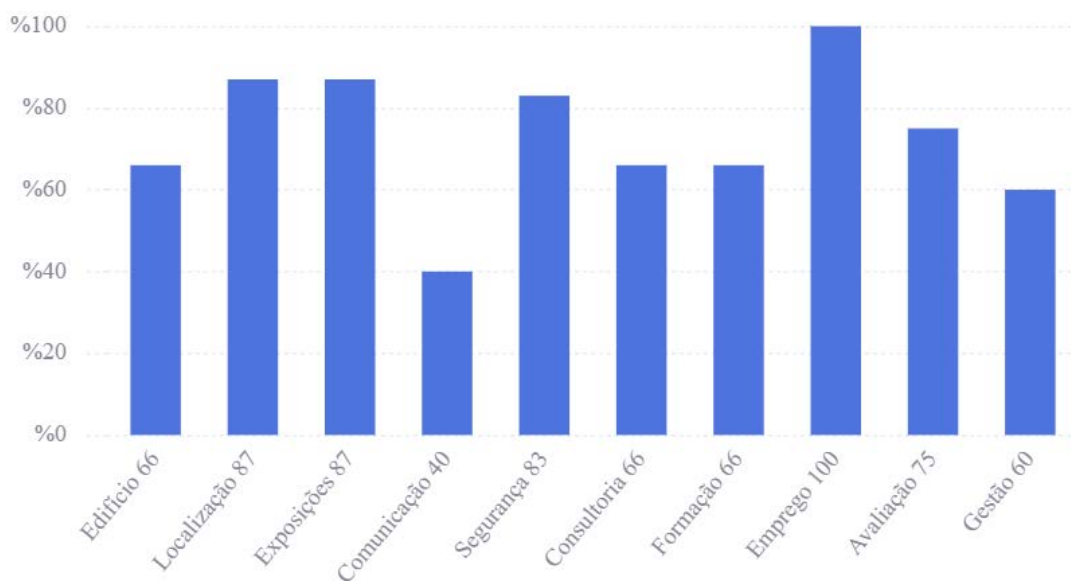
Acessibilidade da instituição: % 57,65

Museu Nacional de História Natural e da Ciência



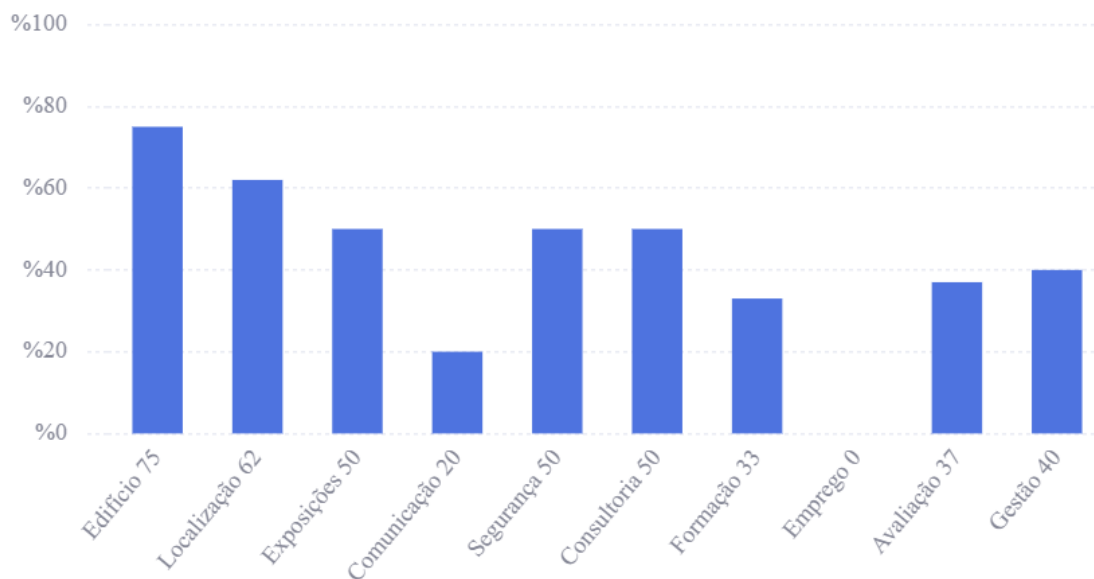
Acessibilidade da instituição: % 43,32

Museu Nacional Machado de Castro



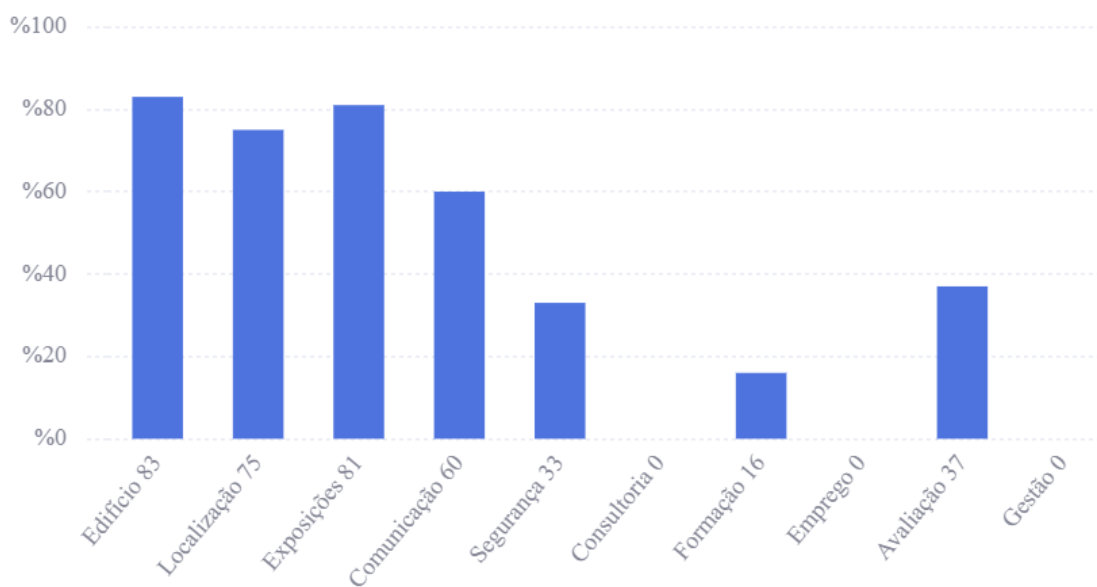
Acessibilidade da instituição: % 71,66

Museu Nacional de Soares dos Reis



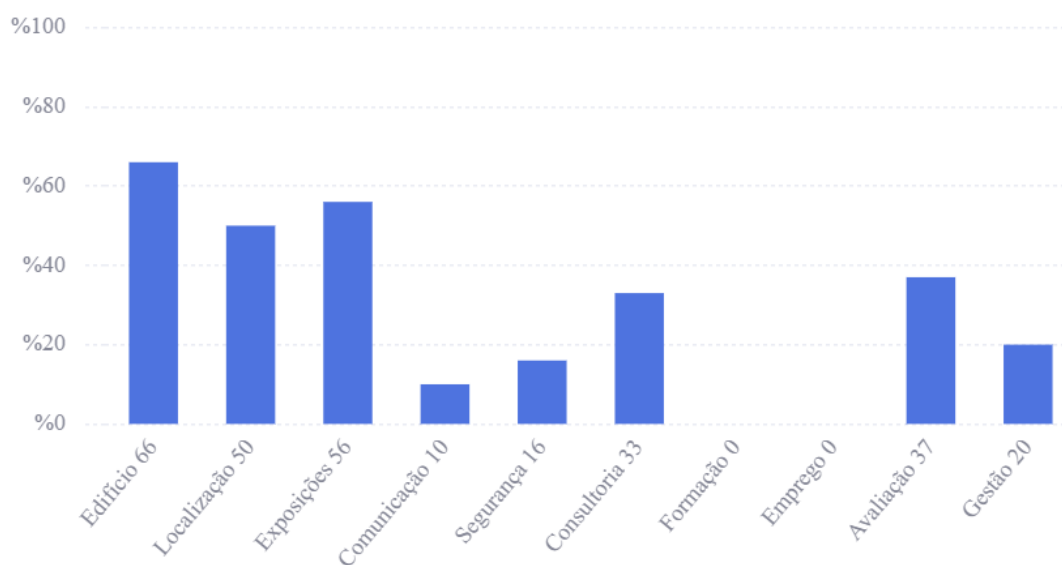
Acessibilidade da instituição: % 47,14

Museu Nacional do Azulejo



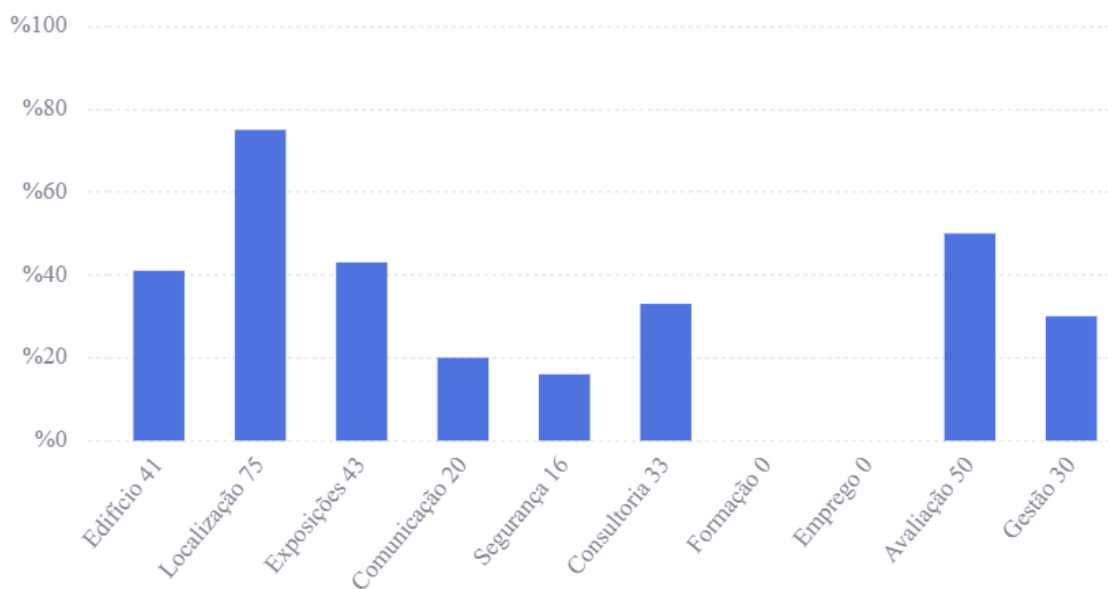
Acessibilidade da instituição: % 48,51

Museu Nacional do Teatro e da Dança



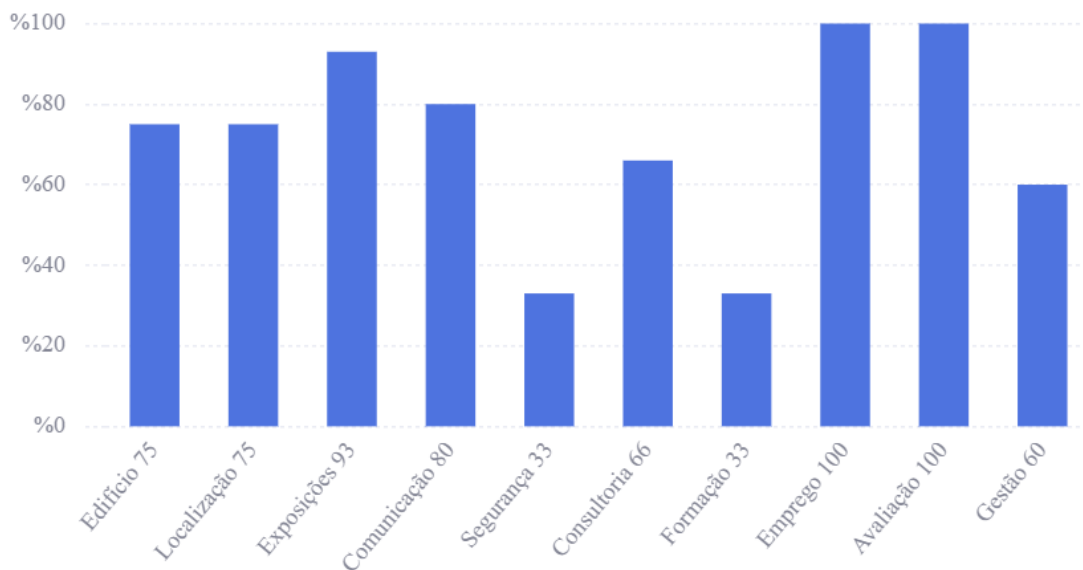
Acessibilidade da instituição: % 35,91

Museu Nacional do Traje e Parque Botânico do Monteiro-Mor



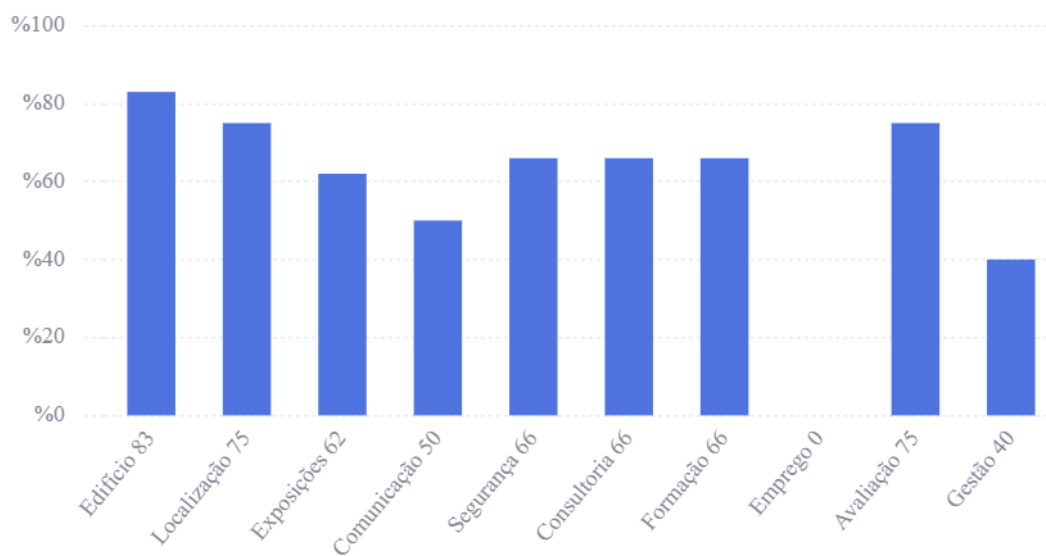
Acessibilidade da instituição: % 34,47

Museu Nacional dos Coches



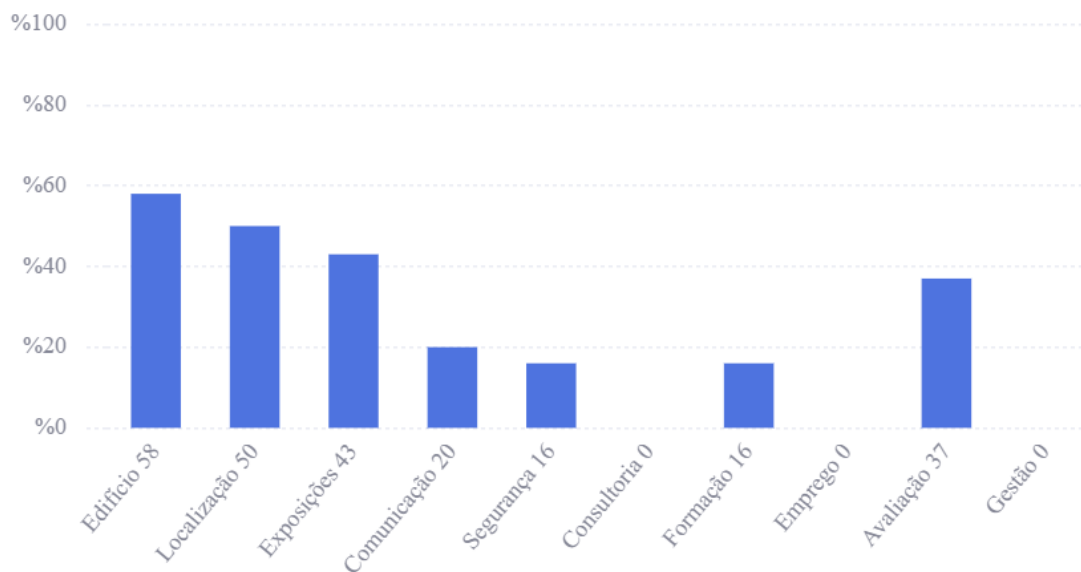
Acessibilidade da instituição: % 73,06

Museu Nacional Ferroviário



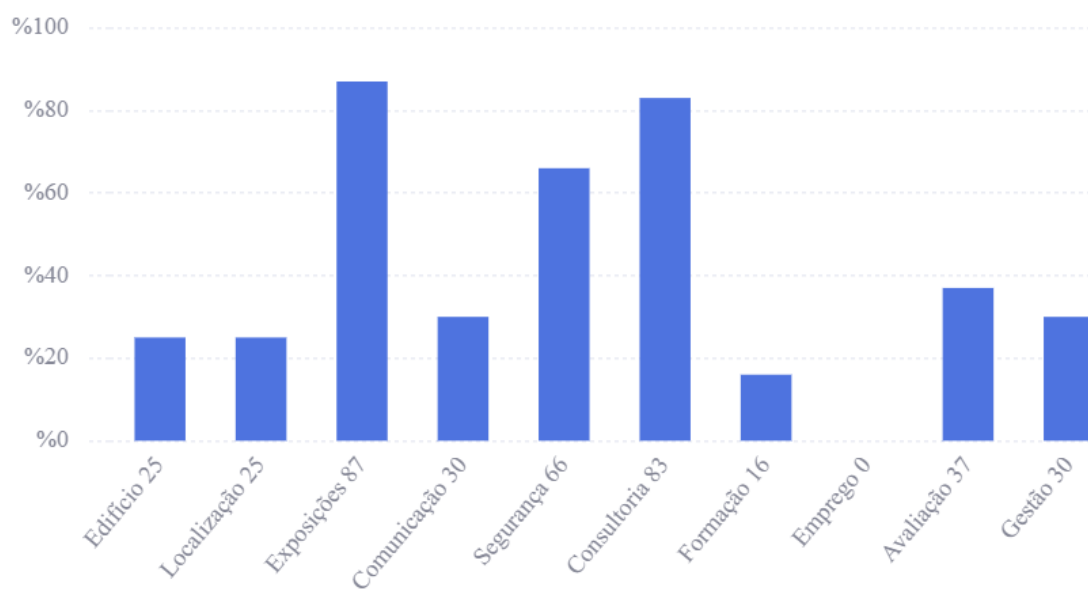
Acessibilidade da instituição: % 63,17

Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo Museu de Évora



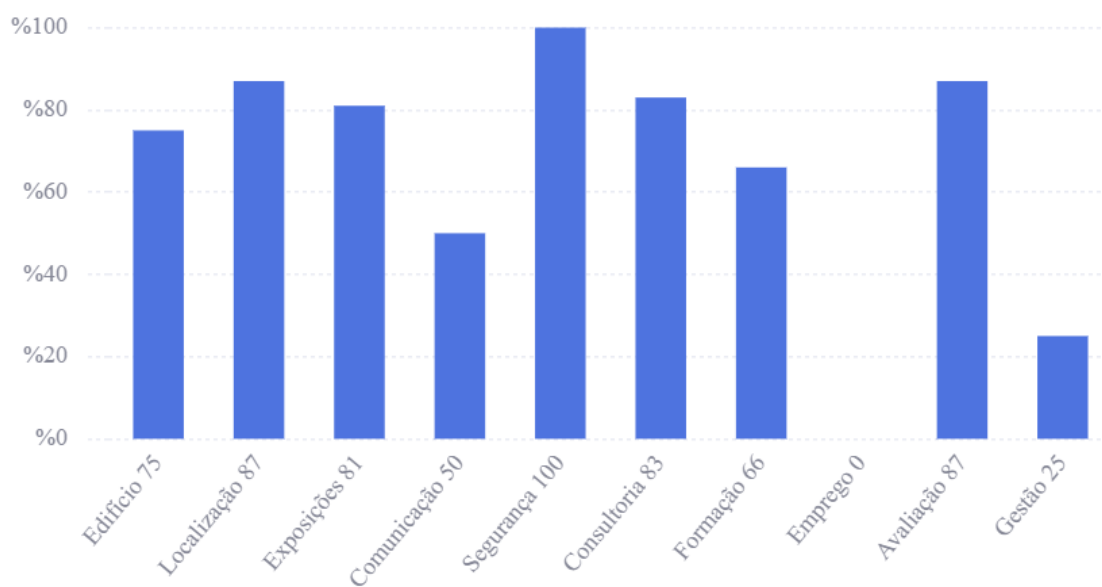
Acessibilidade da instituição: % 30,54

Museu Nogueira da Silva/Universidade do Minho



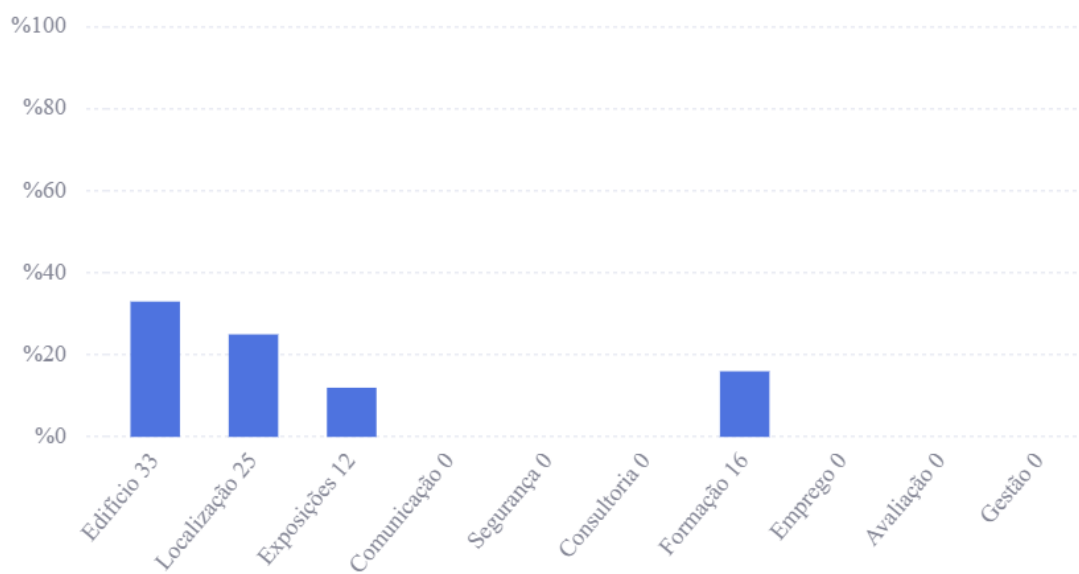
Acessibilidade da instituição: % 40,68

Museu Pio XII



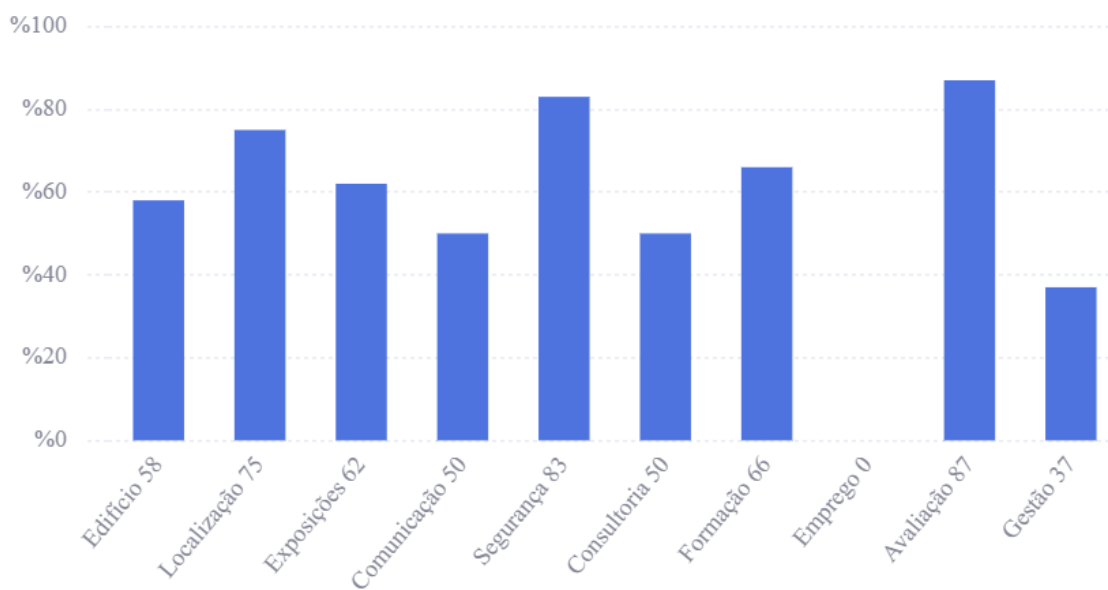
Acessibilidade da instituição: % 67,92

Museu Regional de Beja - Museu Rainha D. Leonor



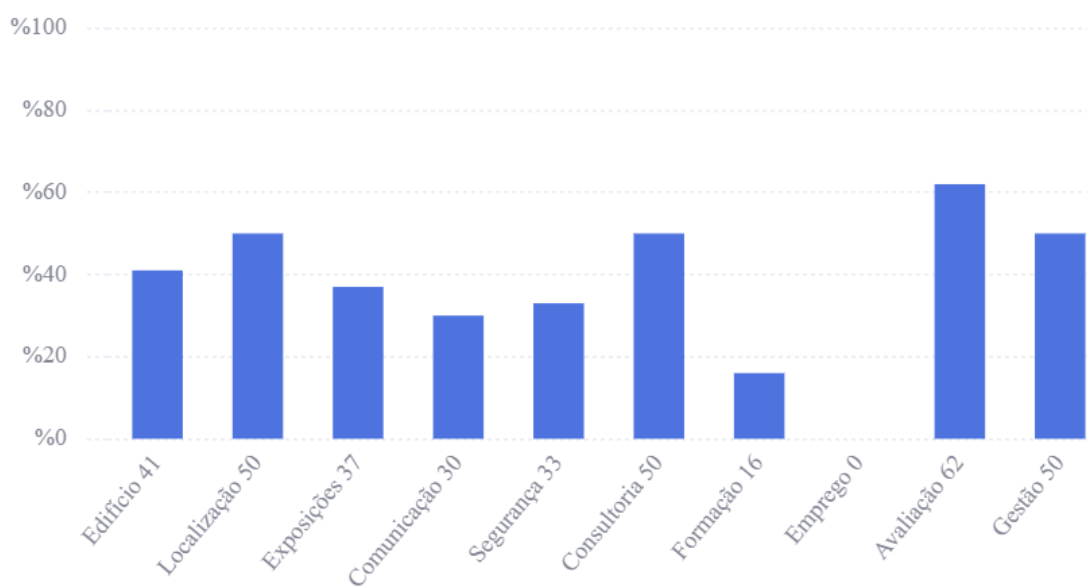
Acessibilidade da instituição: % 12,72

Museu Regional de Paredes de Coura



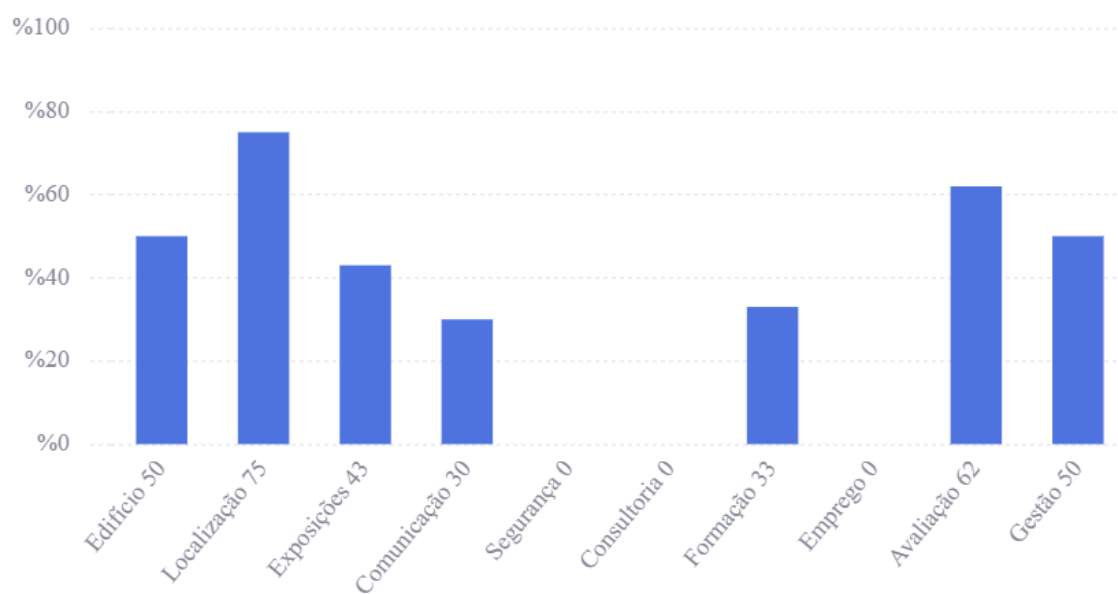
Acessibilidade da instituição: % 58,45

Núcleo de Santo André do Museu Carlos Machado



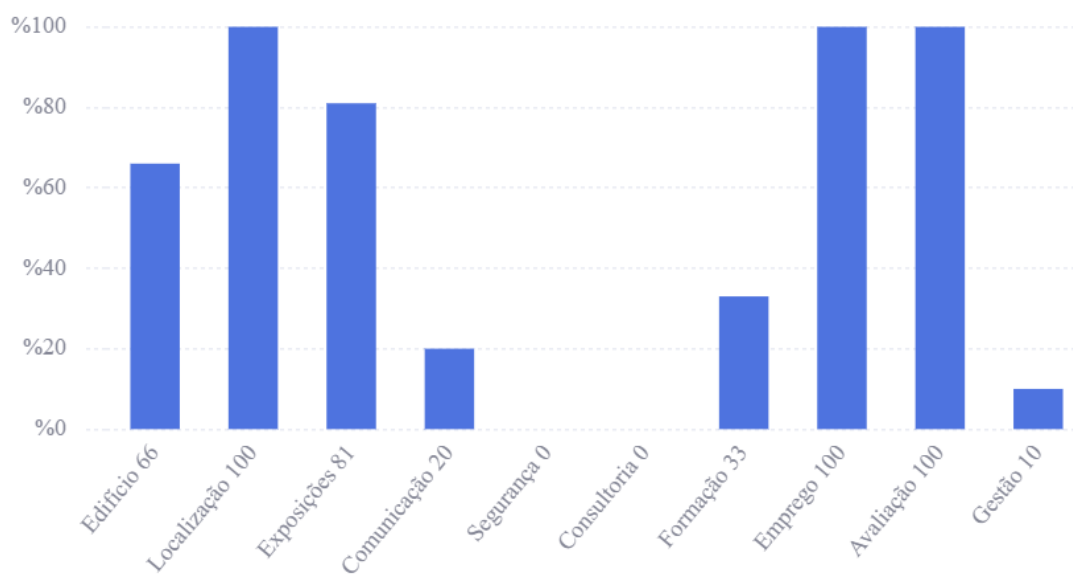
Acessibilidade da instituição: % 38,73

Paço dos Duques de Bragança - Museu-Biblioteca da Casa de Bragança



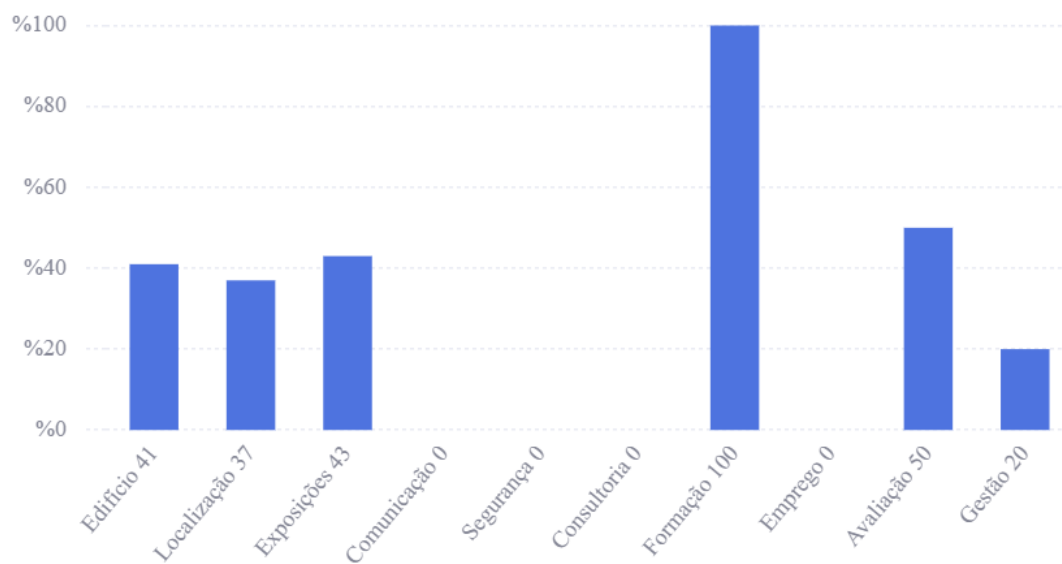
Acessibilidade da instituição: % 40,67

Palácio Nacional da Ajuda



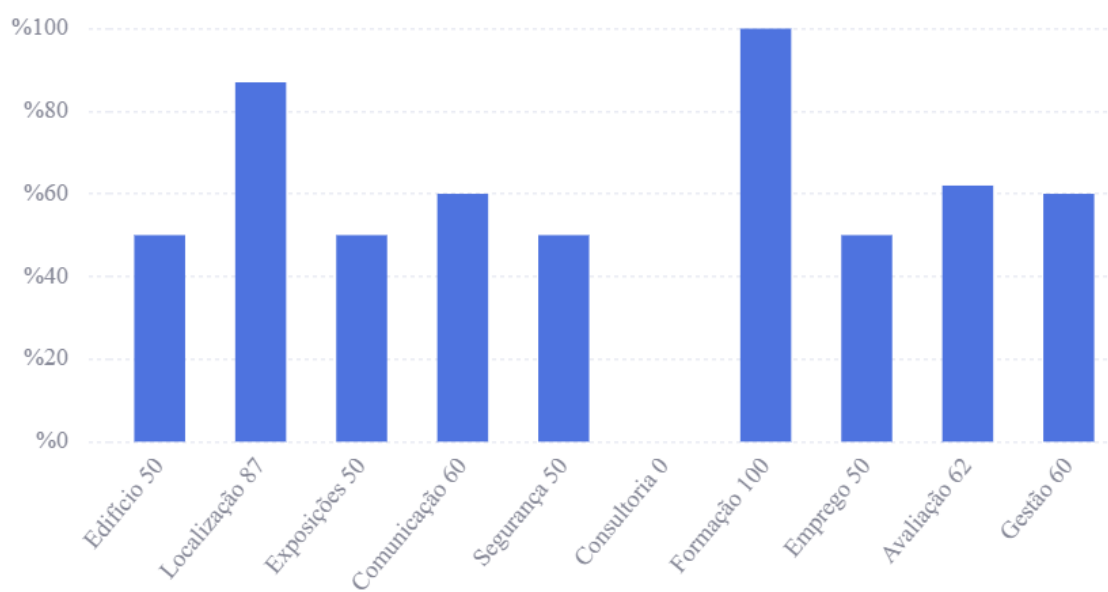
Acessibilidade da instituição: % 54,35

Palacio Nacional Mafra



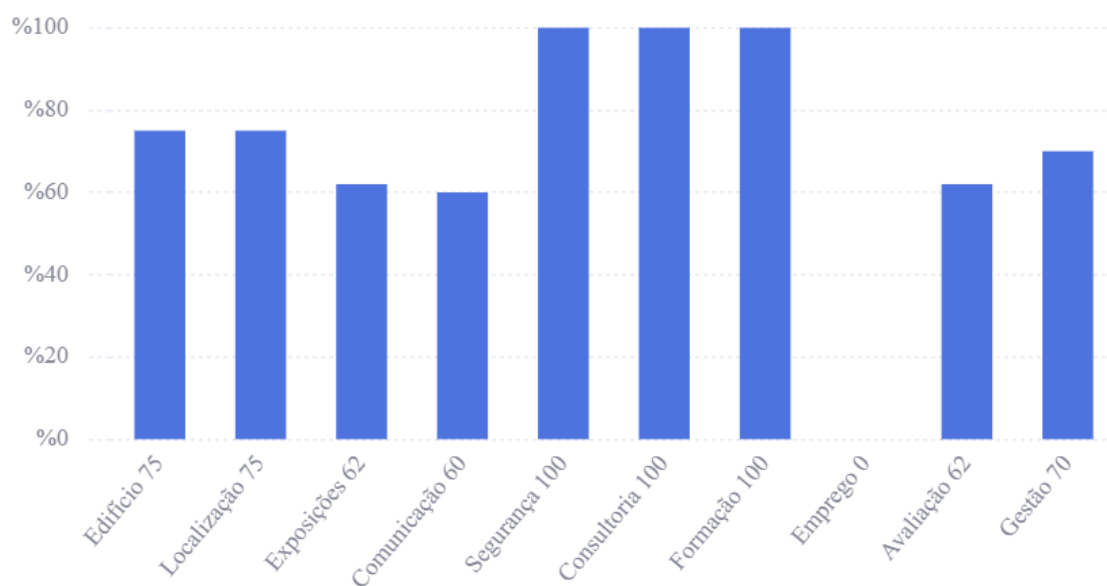
Acessibilidade da instituição: % 34,39

Parques de Sintra Monte da Lua - Palácio Nacional da Pena



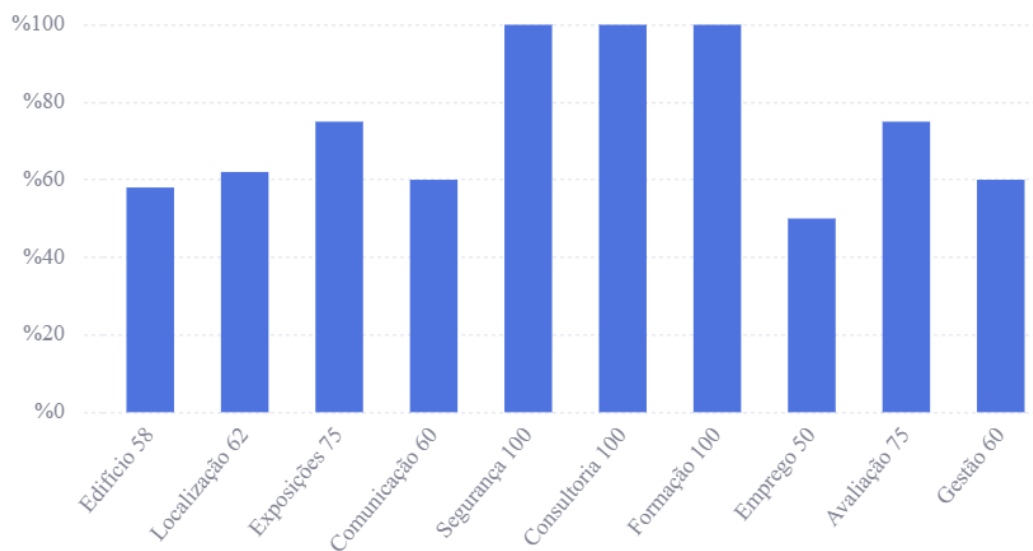
Acessibilidade da instituição: % 57,94

Parques de Sintra Monte da Lua - Palácio Nacional de Queluz



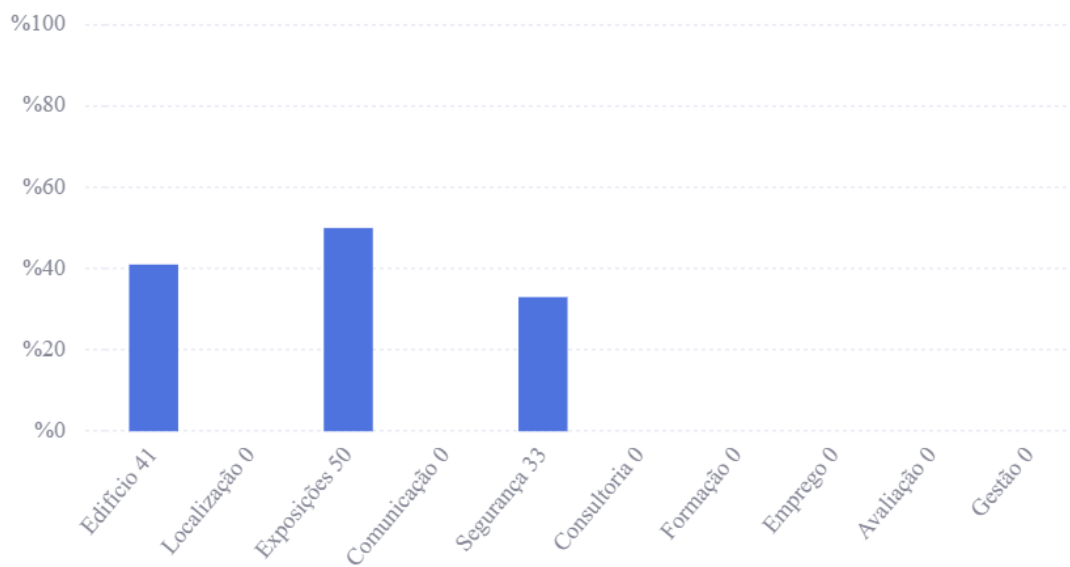
Acessibilidade da instituição: % 72,07

Parques de Sintra Monte da Lua - Palácio Nacional de Sintra



Acessibilidade da instituição: % 71,79

Tesouro-Museu da Sé de Braga



Acessibilidade da instituição: % 17,5

Anexo 3

Fichas de exemplos de boas práticas

Percurso táctil, legendado em braille, que incide na coleção de mobiliário e pintura da Casa-Museu.

Museu

Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Foram disponibilizadas reproduções de algumas pinturas da coleção em telas táteis.

Objectivos da boa prática

Criar um percurso para cegos e para todos que permita descobrir a coleção de outras formas.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Recentemente foram dinamizadas novas medidas para tornar ainda mais acessível o seu acervo às pessoas cegas e com baixa visão, tendo sido criados percursos dotados de leitura tátil e multisensorial, que proporcionam o acesso a um conjunto de peças representativas dos três núcleos da coleção: mobiliário, porcelana e pintura (neste caso, através de réplicas com texturas em relevo).

Imagens



Visitas acessíveis ao Aqueduto das Águas Livres

Museu

Museu da Água - EPAL, S.A.

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas surdas ou com perda auditiva, Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Programa implementado, desde 2018, de visitas guiadas acessíveis ao aqueduto das águas livres com recurso a materiais tactéis criados para o efeito e no caso dos surdos com tradutores de LGP (língua gestual portuguesa).

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer o património histórico associado à água e ao abastecimento à cidade de Lisboa, no séc. XVIII, através do complexo arquitectónico do Aqueduto das Águas Livres; compreender o monumento, a sua construção, rede subterrânea, conceito de gravidade, etc.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Esta iniciativa demonstra a vontade de chegar a todos os públicos e democratizar o conhecimento.

Imagens



Águas Livres Aqueduct

Skylights Architecture



In the A
the arch
introdu
He crea
of the A
through
skylight
and in t

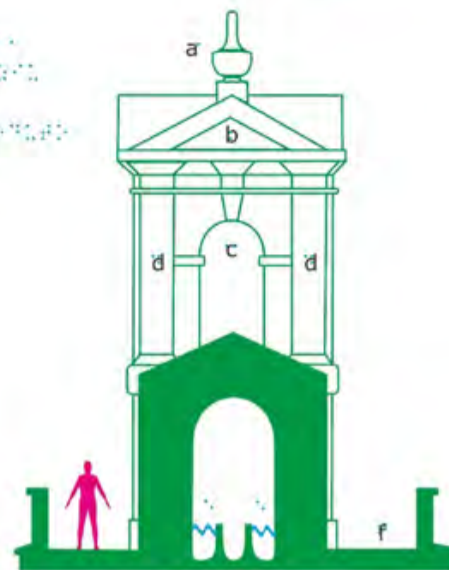
a - Pinh
b - Triar
c - Perfe
d - Pilas
e - Gutt
f - Foot

Aqueduto das Águas Livres

Arquitetura das clarabóias

Na travessia do Vale de Alcântara, o arquiteto Carlos Mardel introduziu as clarabóias de estilo clássico. Criou uma unidade estética do Aqueduto em Lisboa, através da repetição da clarabóia, no Arco das Amoreiras e no Chafariz do Largo do Rato.

- a - Pináculo
- b - Frontão triangular
- c - Arcó de volta perfeita
- d - Pilastra
- e - Calçada
- f - Passadiço



Corte da clarabóia - largura 4 m; altura 9,5 m

Planta táctil

Museu

Fundação de Serralves

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Colocação (ainda durante o ano de 2020) na entrada do Museu de uma planta tátil da Fundação de Serralves para utilização por cegos e amblíopes.

Objectivos da boa prática

A disponibilização de planta tátil representando os espaços e volumes do Conjunto Patrimonial de Serralves, em que se insere o Museu de Arte Contemporânea, visa facilitar a perceção e a compreensão em termos de distribuição espacial e características morfológicas.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A orientação espacial ocorre devido à perceção das posições relativas entre os objetos. Uma vez que o deficiente visual não pode compreender toda a situação a partir do olhar ou de imagens gerais, é importante que outros mecanismos possam ser usados para compreender a organização, relação, distância e organização de objetos, edifícios e edifícios. Inserida num projeto com um vasto âmbito de aplicação, designado “Serralves + Acessível” - com vista a melhorar e incrementar a acessibilidade relativamente a espaços, equipamentos, atividades e meios de comunicação -, a disponibilização de planta tátil 3D contribui para o aprofundamento da inclusão de um segmento de público em contexto de visita e, conseqüentemente, para uma almejada acessibilidade universal, que constitui um elemento fundamental na qualidade de vida da população.

Imagens

Atividades em LGP

Museu

Fundação de Serralves

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas surdas ou com perda auditiva

Descrição da boa prática

Atividades com recurso a Língua Gestual Portuguesa e adoção frequente desta linguagem em conteúdos e suportes de comunicação.

Objectivos da boa prática

Esta medida visa intensificar a acessibilidade, de público surdo ou com perda auditiva, a atividades desenvolvidas pelo Museu, presencialmente e através de diferentes suportes de comunicação.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Inserida em projetos com vastos âmbitos de aplicação, designados “Serralves + Acessível” e “Olhares Inclusivos” - com vista a melhorar e incrementar a acessibilidade relativamente a espaços, equipamentos, atividades e meios de comunicação -, a oferta de atividades e conteúdos comunicacionais em linguagem gestual contribui para o aprofundamento da inclusão de um segmento de público e, conseqüentemente, para uma almejada acessibilidade universal, que constitui um elemento fundamental na qualidade de vida da população.

Imagens





Diversidade e Inclusão

Museu

Museu do Ar

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas surdas ou com perda auditiva

Descrição da boa prática

No Dia Internacional dos Museus 2020, o Museu do Ar respondeu ao convite da Direção-Geral do Património Cultural quando convidou os espaços museológicos da Rede Portuguesa de Museus a associarem-se a estas comemorações, nomeadamente através da partilha de iniciativas que pudessem ser divulgadas on-line. Conseguimos ir ao encontro do tema: "Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão" ao desenvolver experiências significativas para pessoas de todas as origens e com diferentes capacidades físicas nomeadamente concretizar atividades com acessibilidade para a Comunidade Surda com o apoio de uma interprete de língua gestual.

Objectivos da boa prática

A comunidade surda teve a oportunidade de acompanhar as visitas guiadas ao interior de várias aeronaves do Museu do Ar, bem como assistir em direto aos vários momentos de partilha da história da aeronáutica nacional.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

É um exemplo de uma boa prática porque insere-se nos objetivos do Museu do Ar: tornar-lo cada vez mais inclusivo e acessível a todos.

Imagens



Festival de Música de Setúbal

Museu

Museu de Setúbal/Convento de Jesus

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, Pessoas cegas e de baixa visão, Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial

Descrição da boa prática

Festival inclusivo, decorre anualmente envolvendo artistas nacionais e internacionais com a comunidade local, principalmente jovens de contextos desfavorecidos e instituições que trabalham com cidadãos portadores de deficiências várias. Em 2016 foi convidado de honra, um trompetista profissional que ficou tetraplégico após um acidente mas não perdeu a sua paixão pela música e toca com instrumentos personalizados, inspirando novas gerações. <http://www.festivalmusicadesetubal.com.pt/edicoes-2011-2019/>

Objectivos da boa prática

Exemplo cultural de todos e para todos.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

O Festival de Música de Setúbal promove espetáculos de música como expressão das comunidades e gerações, promovendo a partilha de experiências, enriquecendo a cultural, o desenvolvimento individual e social, inculcando o gosto pela música nas gerações futuras proporcionando experiências únicas para quem nelas participa e/ou assiste.

Imagens

Jogos com Arte Nova – estimulação da memória e observação | concentração

Museu

Museu da Cidade de Aveio

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial

Descrição da boa prática

Orientado para pessoas com demência, o jogo parte de elementos presentes nos azulejos e painéis e cariz Arte Nova explorando as linhas orgânicas, bem como a flora e fauna. promove a concentração e a procura de sequencias e relações entre os vários motivos. Tem como público-alvo portadores de Alzheimer e demências.

Objectivos da boa prática

Estimular a concentração e a memória visual com recurso a símbolos e imagens

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A partir de uma ação lúdica promove o uso da memória dos participantes. Esta atividade integra o programa de serviço educativo do museu e tem sucesso junto de público senior.

Imagens

Visita Guiada Virtual – Geomonumentos de Lisboa

Museu

Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida

Descrição da boa prática

Vista guiada virtual, a um dos Geomonumentos de Lisboa, dirigida a todos os públicos e realizada em tempo real, com possibilidade de interação com o público

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer Lisboa e a sua história de um ponto de vista puramente geológico, descobrindo recursos, achados paleontológicos relevantes e testemunhos da geologia local, numa visita única, integrada no projeto Pedra Ante Pedra, dinamizada pelo Museu Geológico de Lisboa em parceria com a SCML e a Associação Salvador.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Actividade que permitiu, com recurso a meios muito simples, "levar" todos os públicos a um local que em condições normais apenas estaria acessível para alguns.

Imagens



programação para público com necessidades específicas

Museu

Museu Calouste Gulbenkian - Fundação Calouste Gulbenkian

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, Pessoas surdas ou com perda auditiva, Pessoas cegas e de baixa visão, Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial

Descrição da boa prática

temos uma vasta programação para pessoas com necessidades específicas quer sob a forma de visitas (para escolas e grupos e para famílias e público adulto), quer sob a forma de oficinas criativas (escolas e famílias) ou ainda de cursos de formação para professores e técnicos. Esta programação engloba o serviço educativo do museu, do jardim e da música, possibilitando uma vasta programação acessível sobre muitos temas. alguns exemplos em curso: https://gulbenkian.pt/descobrir/discover_position/necessidades-educativas-especiais/ <https://gulbenkian.pt/descobrir/atividade/sentir-o-museu-5/> <https://gulbenkian.pt/descobrir/atividade/o-mundo-no-jardim-3/> <https://gulbenkian.pt/descobrir/atividade/por-tras-da-mascara-2/> <https://gulbenkian.pt/descobrir/agenda/calouste-gulbenkian-cidadao-do-mundo/> <https://gulbenkian.pt/descobrir/agenda/o-corpo-em-viagem/> <https://gulbenkian.pt/descobrir/agenda/calouste-gulbenkian-cidadao-do-mundo-2/>

Objectivos da boa prática

Promover a acessibilidade e inclusão de todos os públicos e a sua relação com o acervo do museu e património da Fundação Gulbenkian. Potenciar a democracia cultural e a igualdade de oportunidades.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Todas as atividades são desenhadas com o apoio técnico e a auscultação dos públicos a quem se dirigem, a maioria das atividades têm versões em Língua Gestual Portuguesa e com audioescritção e percurso tátil para poderem ser usadas especificamente pelo público com deficiência auditiva e pelo público com deficiência visual, todas as marcações requerem uma reunião técnica com os responsáveis pelo grupo para caracterização do mesmo e adaptação /personalização da atividade especificamente a cada indivíduo, abordagem centrada na pessoa. A equipa que trabalha nesta área tem vindo a especializar-se (mestrado em educação inclusiva; pedagogia gestalt etc.), participa em projetos internacionais da especialidade (projeto Europeu TANDEM; Projeto europeu I AM, projeto internacional Zero Project) e dá formação creditada a pares. <https://gulbenkian.pt/descobrir/mais/projetos-especiais/uma-parceria-europeia-para-publicos-com-necessidades-especificas/>

Imagens

Exposição Prémio de Artesanato dos Açores CoMTradição

Museu

Museu da Indústria Baleeira

País

Portugal

Grupos envolvidos

Outros

Descrição da boa prática

Mostra de artesanato regional

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer uma das tradições açorianas, mais emblemáticas

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Proporcionar ao visitante o contato com o trabalho de um artesão consagrado (João Pereira), na área do artesanato

Imagens



Como se veste a Nazaré?

Museu

Museu Dr. Joaquim Manso

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial

Descrição da boa prática

Atividade adaptada a jovens com necessidades educativas especiais (realizada em outubro de 2019), sobre as características e tradições do Traje da Nazaré, ainda diariamente utilizado por muitas mulheres da Nazaré, associando o aspeto lúdico do “brincar” com a aprendizagem sobre a estrutura socioeconómica de um traje associado à pesca, bem como a descoberta da nossa individualidade através do vestuário. Num primeiro momento, a atividade inicia-se com uma breve visita ao Museu, centrada exclusivamente nas tradições piscatórias da Nazaré, nas suas lendas e embarcações, recorrendo a pequenas réplicas manipuláveis pelos participantes, facilitadoras da compreensão dos processos de pesca. Num segundo momento, exploram-se os tecidos e modelos do traje tradicional, masculino e feminino, na sua versão de trabalho e de festa, através do toque de mostras de tecidos e do convite à participação dos participantes e comparação com o seu vestuário do dia-a-dia. Por fim, segue-se a exploração de uma “maleta-pedagógica” onde, em pequenos grupos de 2 elementos, os alunos vestem bonecos com miniaturas de peças do traje tradicional. A atividade foi previamente preparada, através de materiais pedagógicos enviados pelo Museu Dr. Joaquim Manso às docentes que, assim, em contexto de escola, trataram com os alunos o tema e visualizaram partes do filme "Nazaré" (Manuel Guimarães, 1952). No decurso da atividade, os alunos recordaram aspectos do filme e cantaram "Não vás ao Mar, Tonhe".

Objectivos da boa prática

- Proporcionar uma oferta educativa do Museu Dr. Joaquim Manso mais integrada e adaptada a todas as pessoas. - Estimular a descoberta ativa dos conteúdos da exposição sobre a pesca e as tradições populares da Nazaré. - Facilitar a compreensão das características funcionais do traje tradicional da Nazaré. - Aproximar as coleções do Museu ao quotidiano e vivências atuais dos jovens. - Estimular a criatividade e o espírito de cooperação e trabalho em grupo.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A atividade "Como se veste a Nazaré" fora concebida anteriormente pelo Museu, nomeadamente para os públicos entre os 4 e os 10 anos. No entanto, uma vez solicitada a sua realização por docentes responsáveis por uma turma de Ensino Especial de uma Escola Secundária, a sua concepção e metodologia foi adaptada a alunos com necessidades educativas especiais. Em articulação com as docentes da turma, os percursos de visita foram previamente selecionados, adequados os conteúdos informativos e reorganizado o momento final de exploração das caixas com miniaturas do traje da maleta pedagógica. Mais do que a aquisição de terminologia e conhecimento sobre a história da Nazaré e as componentes do traje tradicional, procurou-se que os alunos "sentissem" as cores e texturas dos tecidos, as configurações e funcionalidades das peças de traje, adequadas ao trabalho (nomeadamente à pesca), estabelecendo comparações com a atualidade e o quotidiano de cada um. Revelou-se um excelente exemplo da possibilidade de adaptação de uma atividade pré-existente a jovens com deficiência intelectual ou psicossocial, o que só foi possível em parte devido à sua prévia preparação com as docentes, passando a constituir uma "nova oferta" do Museu. Todo o processo foi sendo preparado e desenvolvido com o acompanhamento das docentes que, posteriormente, também fizeram chegar ao Museu a sua avaliação escrita, traduzindo a sua grande satisfação pelo evidente envolvimento dos alunos e pela continuidade da experiência em contexto escolar.

Imagens



Percursos pedestres da Rota da Lã – TRANSLANA

Museu

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

País

Portugal

Grupos envolvidos

Outros

Descrição da boa prática

Os percursos “Covilhã, Cidade-Fábrica” são três itinerários urbanos, circulares e complementares entre si, que propõem uma visita aos espaços mais significativos da indústria de lanifícios da cidade. Estas visitas guiadas oferecem uma experiência autêntica de imersão na cultura local e de interpretação dos lanifícios, que entusiasma tanto os locais como os visitantes.

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer o Museu de Lanifícios e um vasto património industrial disseminado pela cidade, abrangendo edifícios fabris, estendedouros e râmolas de sol, chaminés, maquinismos, palacetes, bairros operários e outras infraestruturas.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Porque oferecem uma experiência autêntica de imersão na cultura local e de interpretação dos lanifícios, que entusiasma tanto os locais como os visitantes. As visitas são programadas e agendadas alternando percursos e espaçando datas, de forma a respeitar o bem-estar dos moradores dos bairros visitados. Em 2020, num contexto de pandemia, estas visitas ao ar livre afirmam-se como atividades culturais que se realizam com segurança.

Imagens

Participação na Semana Acesso Cultura 2019 – Portas Abertas

Museu

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

País

Portugal

Grupos envolvidos

Outros

Descrição da boa prática

Participação na 6ª edição da Semana Acesso Cultura 2019 – Portas Abertas propondo uma visita-percurso “Pensar o espaço entre museus”, no dia 19 de junho 2019, organizada em conjunto com os docentes e os alunos da Unidade Curricular “Projeto II” do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade da Beira Interior. Esta visita-percurso foi aberta à comunidade e foi articulada com a exposição dos projetos dos alunos que resultaram da colaboração entre o museu e o curso de Arquitetura.

Objectivos da boa prática

Mobilizar a academia para a reflexão sobre o espaço partilhado com o museu e em particular para o acesso físico na ligação entre os dois núcleos.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Porque assenta numa gestão participativa do museu, que envolve desde logo a academia. O projeto museológico do Museu de Lanifícios da UBI previu desde o início a partilha de espaços entre a academia e os visitantes do museu. Esta cooperação com professores e alunos de Arquitetura foi um exemplo de boa prática que permitiu partilhar conhecimento para além de espaço. A abertura à comunidade permitiu também dar a conhecer aos visitantes os espaços entre os núcleos do museu normalmente acedidos apenas pela academia e revelar itinerários internos, exclusivos da academia, de elevado valor arquitetónico.

Imagens





Tradução de uma palestra por técnica de linguagem gestual

Museu

Museu do Mar Rei D. Carlos

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas surdas ou com perda auditiva

Descrição da boa prática

No dia 27 de fevereiro de 2020 | palestra |Quem Tramou o Clima? Proferida pela bióloga Luís Aurélio, do MARE, foi acompanhada por 3 tradutores da língua gestual portuguesa para crianças surdas e ouvintes da Casa Pia Lisboa CED Jacob Rodrigues Pereira, de Belém.

Objectivos da boa prática

Alargar a assistência da palestra temática sobre as alterações climáticas a pessoas surdas ou com perdas auditivas.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Tratou-se de uma equipa da Casa Pia Lisboa CED Jacob Rodrigues Pereira em Belém e foi uma boa experiencia. A tradução esteve a cargo de um professor e duas alunas e a oradora foi a Dra. Luísa Aurélio, bióloga marinha que gostou muito da experiencia, nova para ela!

Imagens





Folhas de sala em braille

Museu

Museu do Mar Rei D. Carlos

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Todas as folhas de sala do Museu estão disponíveis em Braille em português e inglês. Este projeto foi supervisionado pela voluntária Dra. Isabel Pimentel que pertenceu ao Ministério da Educação e foi executado por uma aluna cega, Sandrine, da Escola Secundaria IBN Mucana.

Objectivos da boa prática

O objetivo principal era proporcionar uma boa experiência de trabalho à aluna, de modo a que se sentisse integrada e útil. Interagir com outros elementos da equipa e com uma voluntária.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Otimizar as valências desta aluna no campo dos conhecimentos em Braille e traduzir com elementos da equipa, as folhas de sala do Museu. Experiência conseguida e muito gratificante!

Imagens

Oficina 'O Dominó da Escrita'

Museu

Museu Municipal de Ourém

País

Portugal

Grupos envolvidos

Outros

Descrição da boa prática

O Serviço Educativo do Museu Municipal de Ourém criou uma oficina pedagógica para pessoas normovisuais, onde procura desmistificar a escrita Braille, numa tentativa de aproximação de todos os públicos a esta linguagem.

https://issuu.com/municipiodeourem/docs/catalogo_educativo_cmo_web_midres

Objectivos da boa prática

Procura-se desmistificar a escrita Braille, numa tentativa de aproximação de todos os públicos a esta linguagem e a quem a pratica.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Aos desconhecedores da linguagem, a escrita Braille é enigmática e de difícil compreensão, no entanto, após se explicar como funciona, é muito compensador ver a reação de contentamento das pessoas desde os mais pequenos aos mais velhos quando percebem o seu 'mecanismo'. Apesar de menos comum, esta também é uma forma de inclusão (conhecer para entender).

Imagens

Visita ao Museu

Museu

Museu dos Transportes e Comunicações

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Visita exploratória ao Museu com grupo de pessoas cegas e de baixa visão com vários momentos que proporcionaram experiências tácticas e sensoriais: tatear maquete do Edifício, tatear automóveis clássicos, entrar no interior de automóveis clássicos, entre outros.

Objectivos da boa prática

Proporcionar ao grupo uma experiência de visita relevante e acessível face às suas limitações visuais; Proporcionar um momento de encontro e convívio entre elementos da Associação envolvida (ACAPO).

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A atividade foi considerada uma boa prática pois testemunhou a disponibilidade do Museu em construir projetos relevantes em conjunto com os seus visitantes e que pretendem contribuir para a sua satisfação.

Imagens

Conhece a nossa história?

Museu

Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, Outros

Descrição da boa prática

Visitas temáticas ao Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria, compostas por módulos temáticos com enfoque na descoberta do património integrado da “Torre de São Patrício” edifício classificado, projetado em 1917 pelo arquiteto Raul Lino. O Programa integra dois momentos distintos: apresentação dos diferentes módulos temáticos nas instituições sénior participantes, através de um PowerPoint, com uma componente teórica e dialogante, e posteriormente a realização da visita ao museu, para exploração dos objetos de criação artística e estética que constituem o património integrado da Casa, ricamente decorada com estuques pintados, vitrais, cantarias e uma magnífica coleção de azulejos setecentistas.

Objectivos da boa prática

Estabelecer laços de aproximação entre o museu os grupos sénior e grupos com necessidades educativas especiais, promovendo a igualdade de oportunidades e de inclusão social.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

O aumento da população idosa, com expectativas de preencher com qualidade de vida o seu tempo, constitui um novo desafio para os museus. Este tipo de atividades possuem uma valiosa componente terapêutica em públicos idosos, permitindo devolver à pessoa o uso das suas competências, talentos e conhecimentos, sentidos e emoções.

Imagens

Museus mais ativos

Museu

milmo-museu da imagem em movimento

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida

Descrição da boa prática

Convidadas estruturas de apoio à terceira idade (centros de dia, lares, grupos de convívio) para participar em visita guiada, oficinas pedagógicas direcionadas), e Cinema com memória - sessões de cinema direcionadas com partilha de experiência emocional sentida com a exibição.

Objectivos da boa prática

Fomentar e promover hábitos de visita e partilha em espaço cultural. Estimular a imaginação e capacidade de expressão. Sensibilizando para a importância da salvaguarda do património material e imaterial. Estimular a memória e capacidade de expressão.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Permite uma atividade nova e diversificada nas rotinas. Permite recolha de testemunhos e experiências essenciais à salvaguarda de património. Permite vivências culturais pouco experienciadas na infância garantindo um momento de felicidade no museu partindo das suas temáticas.

Imagens

Remodelação da Capela das Albertas

Museu

Museu Nacional de Arte Antiga

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida

Descrição da boa prática

A remodelação da Capela das Albertas permitiu um tratamento dos objetos e do espaço, introduzindo uma plataforma elevatória e uma rampa, tornando o espaço acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Toda a iluminação foi reformulada para permitir uma nova leitura do espaço e dos objetos expostos. Foram instaladas legendas de grande dimensão e com informação alongada para os objetos em destaque. Também foi criada Informação audiovisual sobre o restauro do espaço.

Objectivos da boa prática

Tornar o espaço acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Melhorar a visita e a informação sobre o espaço e objetos expostos.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A Capela estava inacessível por estar situada num piso intermédio, apenas com acesso por escada. A remodelação permitiu um tratamento dos objetos e do espaço da capela introduzindo uma plataforma elevatória e rampa. Toda a iluminação foi reformulada para permitir uma nova leitura do espaço e dos objetos expostos.

Imagens







Exposição Loulé"

Museu

Museu Nacional de Arqueologia do DR. Leite de Vasconcelos

País

Portugal

Grupos envolvidos

Descrição da boa prática

Objectivos da boa prática

Tornar a exposição inclusiva. , criando um percurso tátil, dispondo originais para tocar e informação em vários formatos. Utilização de textos em escrita simples.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de poa prática

Foi criado um percurso tátil, dispondo originais para tocar e informação em vários formatos. Utilização de textos em escrita simples. Recorreu-se a consultores sobre acessibilidade para torná-la mais atrativa ara todos os públicos.

Imagens





Percurso tátil

Museu

Museu Nacional do Azulejo

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Disponibilização de peças para tocar e legendagem em Braille. Melhoria da acessibilidade física ao edifício.

Objectivos da boa prática

Proporcionar informação multisensorial sobre a coleção e o edifício.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

O museu passou a dispor de informação tátil, equipamento multimédia mais acessível para públicos com diversos tipos de incapacidade e para o visitante em geral.

Imagens





Instalação de postos táteis com escrita em Braille

Museu

Museu Nacional dos Coches

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

O museu disponibiliza informação em braille em vários postos táteis ao longo da exposição. Nesses postos há desenhos táteis sobre as peças expostas.

Objectivos da boa prática

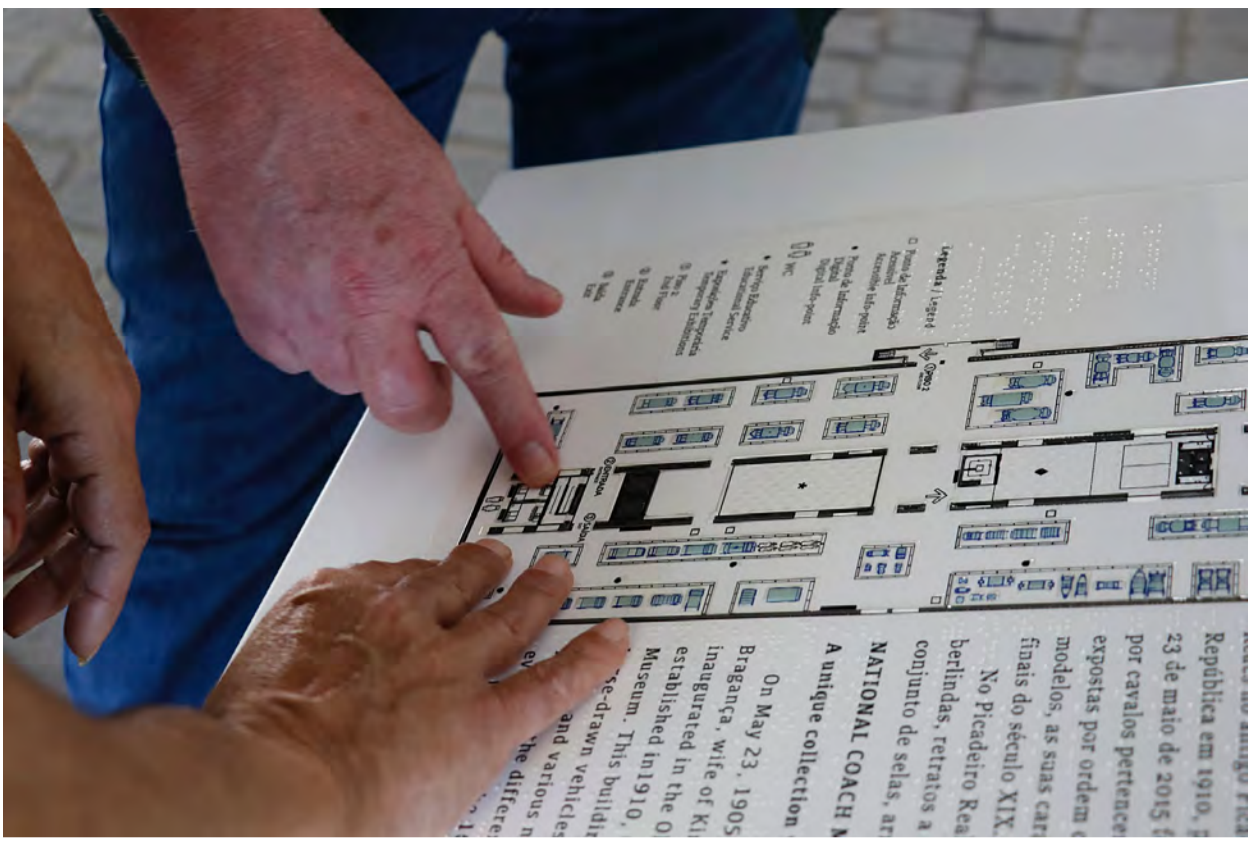
Tornar a exposição mais inclusiva, disponibilizando escrita em Braille em alguns pontos do museu.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A introdução de comunicação em Braille aumenta a oferta do museu para cegos. Deveria ser melhorada pela inclusão de peças para tocar e de um percurso tátil entre os diversos postos ao longo da visita.

Imagens





Exposição o Museu Muitas coisas

Museu

Museu Nacional de Etnologia / Museu de Arte Popular

País

Portugal

Grupos envolvidos

Descrição da boa prática

Objectivos da boa prática

Criar uma exposição multimédia, incorporando objetos, videos, filmes e sons.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

O museu cria através de módulos temáticos diversos ambientes característicos de culturas muito diferentes. Logo na entrada do espaço existe uma mesa onde são disponibilizados computadores para aceder a mais informação sobre as colecções. Os módulos são portáteis permitindo reconfigurar o espaço expositivo através de vitrinas modulares. Dentro de cada módulo, para além dos objetos existem textos, videos, imagens e sons.

Imagens





Instalação de postos táteis com escrita em Braille

Museu

Museu Nacional de Grao Vasco

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

O museu disponibiliza informação em braille sobre as tabelas de peças. Existe ainda informação adicional sobre a coleção em tablets e uma aplicação para smartphones.

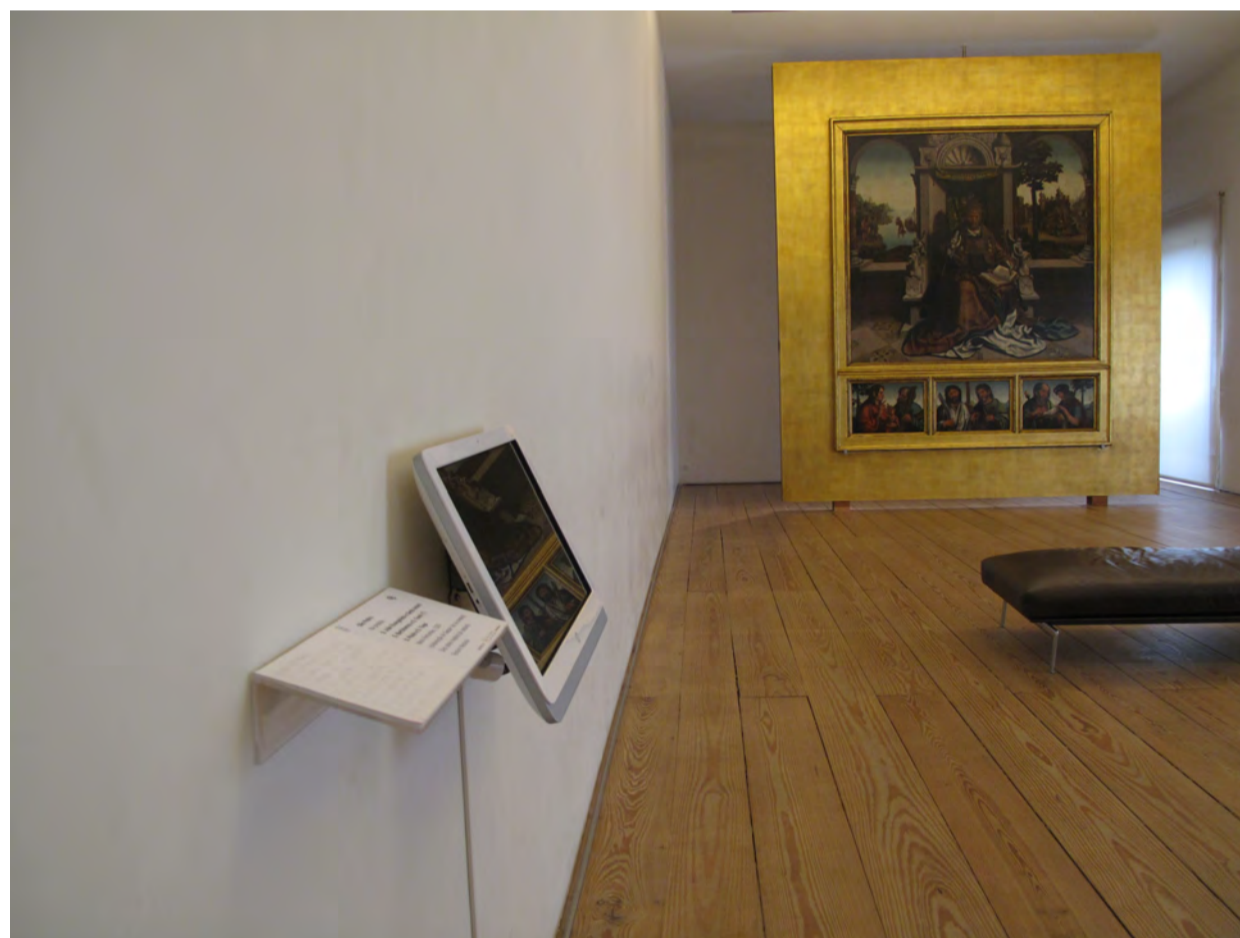
Objectivos da boa prática

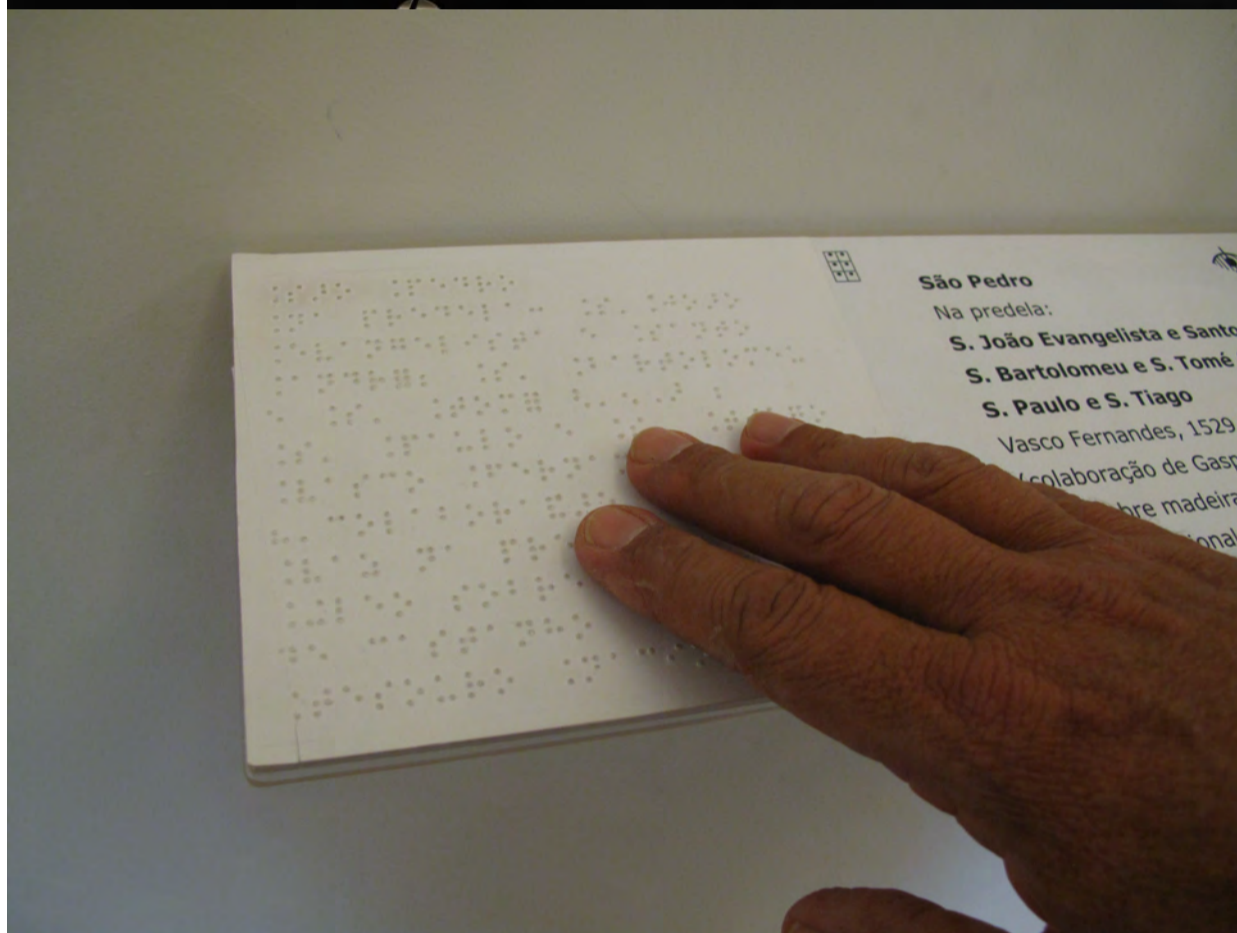
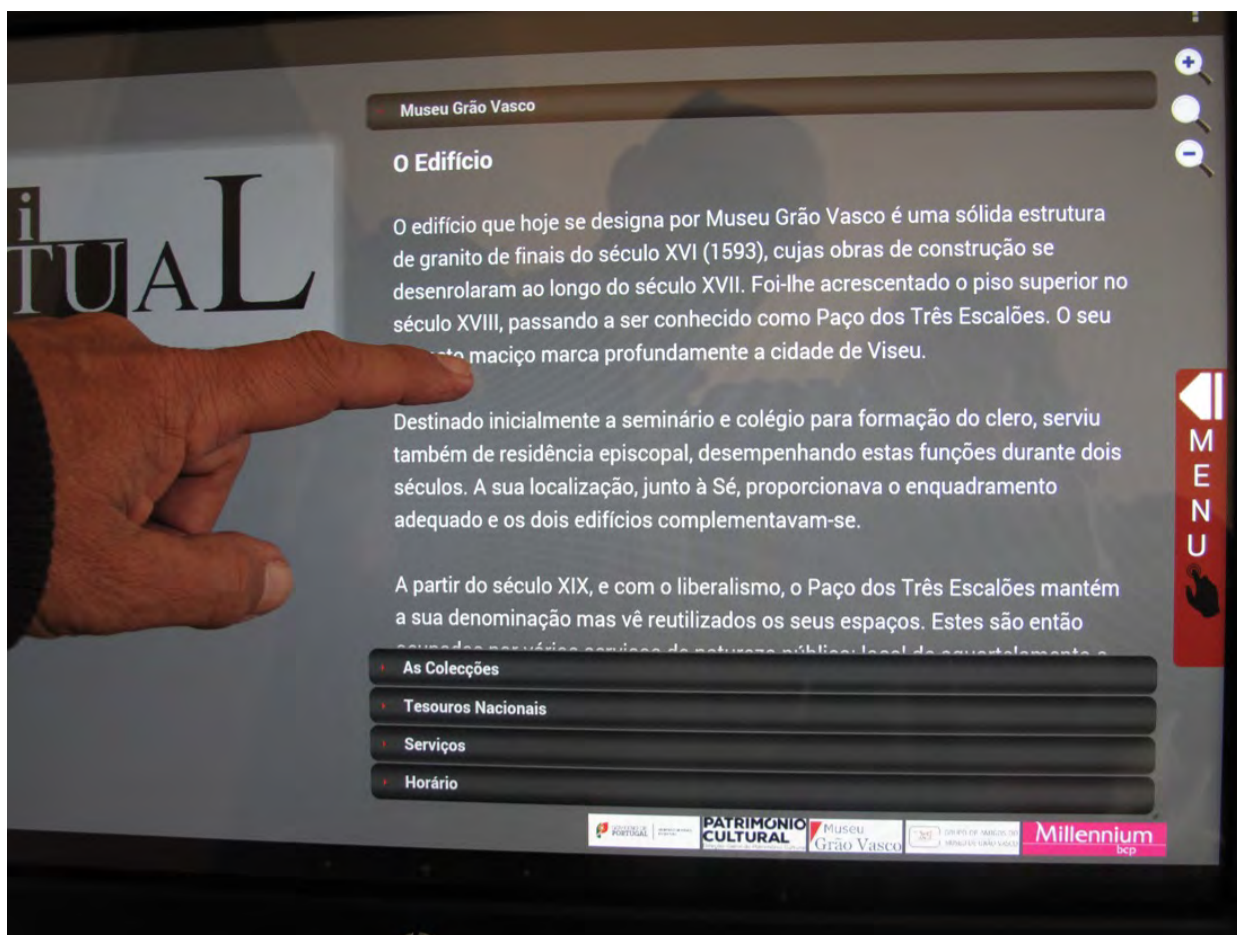
Tornar a exposição mais inclusiva, disponibilizando escrita em Braille em alguns pontos do museu.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A introdução de comunicação em Braille aumenta a oferta do museu para cegos. Deveria ser melhorada pela inclusão de peças para tocar e de um percurso tátil entre os diversos postos ao longo da visita.

Imagens





"Eu no Museu" - Estimulação cognitiva e social.

Museu

Museu Nacional Machado de Castro

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial

Descrição da boa prática

"Eu no Museu" - Projeto de estimulação cognitiva e social para pessoas com défice cognitivo ou demência e seus cuidadores informais.

Objectivos da boa prática

Adequação das formas de comunicação do museu a pessoas com dificuldades intelectuais. Envolvimento dos visitantes e adequar as visitas ao público.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Permite a visita ao museu e interpretação da obra de arte por públicos excluídos socialmente. O Museu disponibiliza uma maquete do edifício para tocar, na entrada do museu e no início da visita que permite melhorar a compreensão de um espaço muito complexo. O Museu estabeleceu um Protocolo com a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer (APFADA) - Delegação do Centro. Está a ser replicado no Museu Grão Vasco, em Viseu.

Imagens





Exposição "TAPAS, Spanish design for food"

Museu

Museu Nacional de Soares dos Reis

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida

Descrição da boa prática

2016

Objectivos da boa prática

Exposição multimédia, incorporando objetos, videos, filmes e sons.

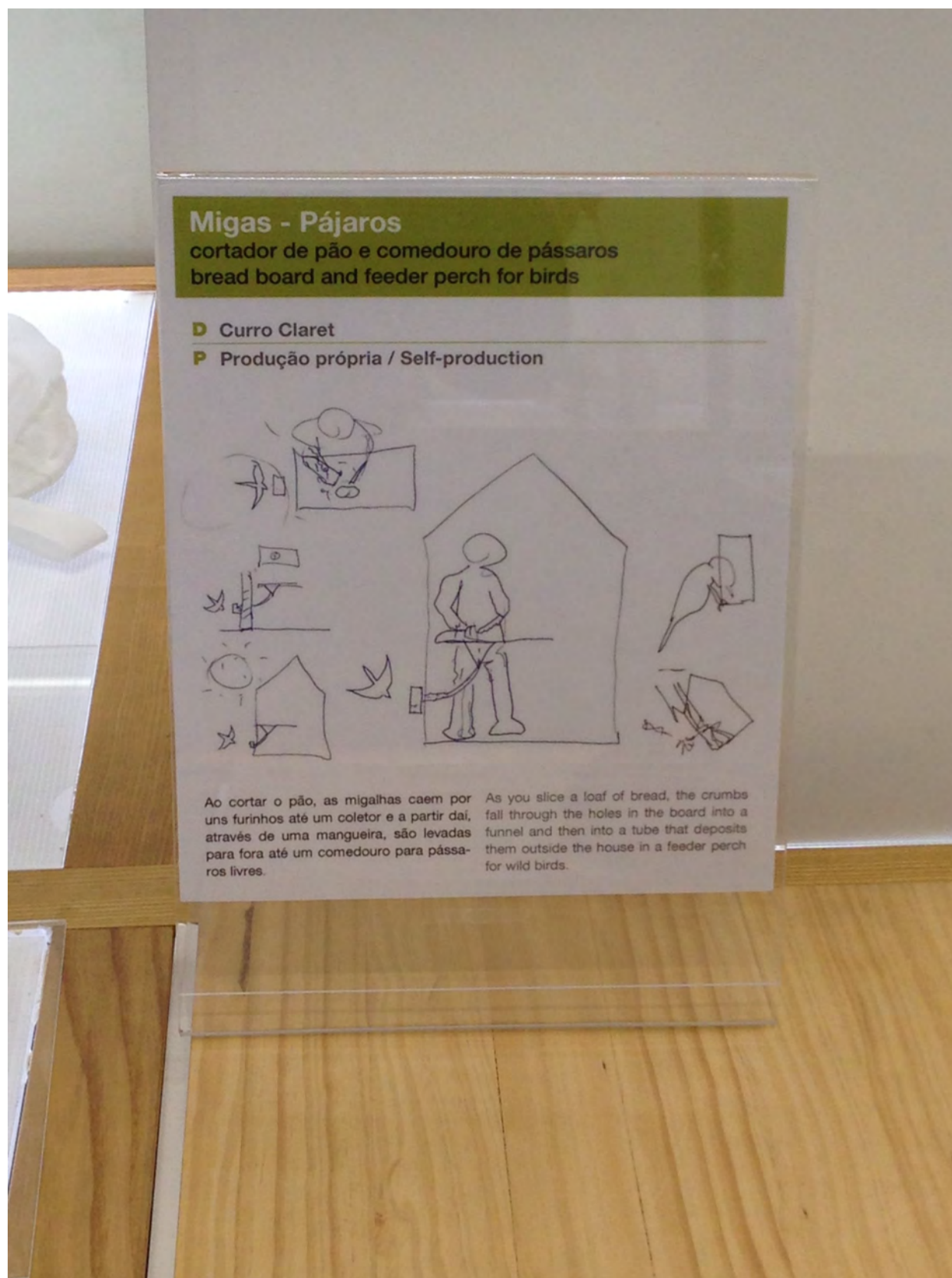
Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A exposição proporcionava uma visita imersiva, fazendo apelo a todos os sentidos. Todo o espaço era acessível a visitantes com mobilidade reduzida. O percurso de visita tinha uma largura ampla, superior à dimensão mínima de 1,2 m. Havia bom contraste entre a cor do pavimento e das paredes. A exposição aproveitava o desnível existente entre o patamar de início da rampa para começar a criar o ambiente para as peças expostas, com uma solução feliz e um grafismo apelativo. Considerando o tema da exposição, podemos dizer que foi usada uma linguagem multissensorial que convidava o público de forma direta a “degustar” a grande variedade de tapas espanholas na primeira oportunidade. Existia sinalética de direção marcada no chão ao longo da exposição, convidando o visitante a seguir o percurso recomendado no texto de introdução.

Imagens







Natal com Todos

Museu

Museu do Trabalho Michel Giacometti

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, Pessoas surdas ou com perda auditiva, Pessoas cegas e de baixa visão, Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial, Outros

Descrição da boa prática

O "Natal com Todos" é uma atividade inserida na rubrica das Tardes Interculturais do Museu Trabalho e que se realiza há mais de 15 anos. A APPACDM de Setúbal faz a sua festa de Natal no espaço museológico, apresentando as várias atividades que durante o ano realizam nos seus Centros Ocupacionais e neste período festejam com música, dança e teatro no Museu. É uma atividade aberta a toda a comunidade, de entrada gratuita, que envolve técnicos do APPACDM, do Museu assim como as famílias dos utentes

Objectivos da boa prática

O Museu em parceria com a APPACDM Setúbal proporciona aos utentes, famílias e comunidade em geral, uma festa inclusiva em que estão envolvidos também os técnicos das instituições que se organizam para apresentar uma atividade surpresa aos utentes. Os objetivos principais são dar a conhecer o trabalho dos utentes, envolver e dialogar com a comunidade, incluir todos sem exceção e usufruir do espaço museológico.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

É uma atividade que está enraizada na comunidade, os utentes reconhecem o espaço como seu e dessa forma são eles próprios agentes de divulgação e sensibilização do museu. O trabalho desenvolvido continuamente com estes jovens adultos e a equipa do museu resulta também nas visitas guiadas ao património local.

Imagens





Visita a Arte Sacra e Atelier de Pintura em Azulejo (Jornadas Europeias do Património)

Museu

Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas surdas ou com perda auditiva

Descrição da boa prática

Atividade desenvolvida em parceria com a ASISM (Associação de Surdos da Ilha de São Miguel), integradas nas Jornadas Europeias do Património, em que após visita ao Núcleo de Arte Sacra, se desenvolveu uma atividade de pintura em azulejo. Na atividade, os elementos do Serviço Educativo contaram com o apoio de uma intérprete de Língua Gestual. De referir que esta foi uma atividade aberta a público não ouvinte e ouvinte.

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer o Núcleo de Arte Sacra, em particular os exemplares de azulejaria, bem como o processo de pintura em azulejo. Graças à parceria com a ASISM, tornar esta coleção acessível, através de visita guiadas, a público surdo e com perda de audição, sensibilizar todo o restante público para a existência de diferentes formas de experienciar o mundo que nos rodeia.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Por tornar acessível a coleção a público surdo e com perda de audição, mas principalmente, ao abrir a atividade a público ouvinte, sensibiliza para a diversidade e para a diferença na sociedade.

Imagens

Visita guiada ao Núcleo de Arte Sacra (parceria com a ACAPO)

Museu

Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Visita guiada ao Núcleo de Arte Sacra a público cego e com baixa visão, recorrendo à áudio descrição, ao uso de maquetes e toque em peças selecionadas. Após a visita, as peças passaram por um processo de limpeza, garantindo a conservação das mesmas.

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer a história da Igreja do Colégio e a coleção de Arte Sacra do Museu Carlos Machado a público cego com baixa visão.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Por proporcionar o acesso à coleção numa atividade desenhada com a ACAPO (Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal) e por sensibilizar o público “em geral” para a diversidade de formas de experienciar o mundo que nos rodeia.

Imagens

Visitas ao Núcleo de Santa Bárbara - público com demência

Museu

Núcleo de Santa Bárbara do Museu Carlos Machado

País

Portugal

Grupos envolvidos

Outros

Descrição da boa prática

Parceria com a ALZA (Associação de Alzheimer dos Açores) que resultou numa série de visitas adaptadas às coleções de Arte e História Natural do Museu Carlos Machado. As atividades foram desenvolvidas a partir do estudo feito do projeto "Meet Me", desenvolvido pelo MoMa, destinado a públicos com demência, em particular, doença de Alzheimer, disponibilizado por este museu para que outros possam seguir a mesma boa prática, a partir da investigação feita.

Objectivos da boa prática

Dar a conhecer as coleções do Museu Carlos Machado, em particular as de Artes e de História Natural, a público com demência, através de uma experiência significativa, assumindo uma lógica de formação ao longo da vida.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

A parceria com a ALZA permitiu a visita frequente por parte dos seus associados, tornando as coleções acessíveis a público com demência. Trabalhar a partir de Arte com públicos com demência, não os confronta com a doença mas convida a uma exploração da obra no momento presente, não exigindo visitar memórias ou conhecimentos prévios. A visita ao museu, nestes moldes, acompanhado pelo Serviço Educativo, traz benefícios para o dia a dia e proporciona novas formas de relacionamento entre pessoas e Museu.

Imagens

Visita a História Natural com a APCSM

Museu

Núcleo de Santo André do Museu Carlos Machado

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial, Outros

Descrição da boa prática

Visita adaptada a público com paralisia cerebral, desenhada em parceria com a Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel.

Objectivos da boa prática

Tornar a coleção de História Natural acessível a todos os públicos.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Por cumprir os objetivos a que se propõe e, mais do que isto, fazê-lo em parceria com o público, envolvendo a associação em questão.

Imagens

Exposição "Assombro"

Museu

Palácio Nacional da Ajuda

País

Portugal

Grupos envolvidos

Pessoas com mobilidade reduzida, Pessoas cegas e de baixa visão

Descrição da boa prática

Esta exposição temporária tem várias boas práticas: As vitrinas foram desenhadas para permitir que o visitante em cadeira de rodas se aproxime das peças em posição frontal. Existem filmes e sons para reforçar o tema da exposição. Existem peças para tocar e cheirar que reforçam a experiência recorrendo a vários sentidos.

Objectivos da boa prática

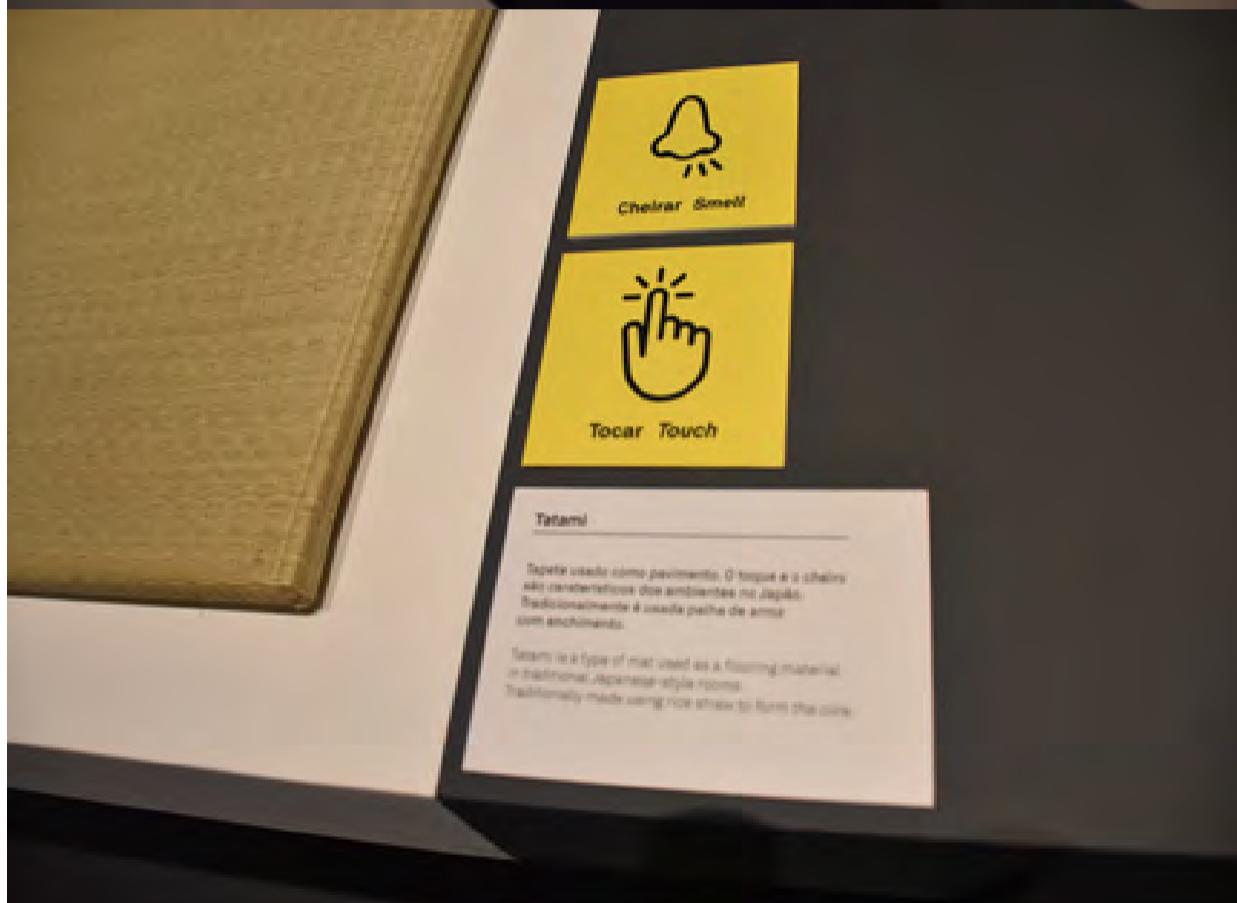
Tornar a exposição inclusiva. Utilizar vitrinas em que as pessoas em cadeira de rodas possam aproximar-se dos objetos. Utilizar sons, filmes e multimédia para reforçar o assunto da exposição. Disponibilizar peças para tocar e cheirar. Utilizar textos de sala simplificados e com boa visibilidade e contraste.

Diga porque considera a atividade desenvolvida exemplo de boa prática

Criação de ambientes visuais e sonoros que reforçam a apreensão dos conteúdos da exposição. Vitrinas com acessibilidade a pessoas em cadeira de rodas.

Imagens





Tatami

Tapete usado como pavimento. O toque e o cheiro são características dos ambientes no Japão. Tradicionalmente é usado palha de arroz com enchimento.

Tatami is a type of mat used as a flooring material in traditional Japanese-style rooms. Traditionally made using rice straw to form the core.

